

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - N° 217

SEXTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente José Samey – PMDB – AP 1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL 2º Vice-Presidente Júlio Campos – PFL – MT 1º Secretário Odacir Soares – PFL – RO 2º Secretário Renan Calheiros – PMDB – AL 3º Secretário Levy Dias – PPB – MS 4º Secretário Emandes Amorim – PMDB – RO Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares – PSB – SE Eduardo Suplicy – PT – SP Ney Suassuna – PMDB – PB Emilia Femandes – PTB – RS</p> <p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma – PSL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p> <p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Ornelas – PFL – BA Emilia Femandes – PTB – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – PT – DF</p>	<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arnuda – PSDB – DF Wilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PMDB</p> <p>Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Nabor Júnior Gerson Cámata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra Gilberto Miranda</p> <p>LIDERANÇA DO PFL</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Joel de Holanda Romero Jucá</p> <p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Geraldo Melo José Ignácio Ferreira Lúdio Coelho</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafetelra</p> <p>LIDERANÇA DO PT</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líder Benedita da Silva</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>LIDERANÇA DO PDT</p> <p>Líder Júnia Marise</p> <p>Vice-Líder Sebastião Rocha</p> <p>LIDERANÇA DO PSB</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>LIDERANÇA DO PPS</p> <p>Líder Roberto Freire</p> <p>LIDERANÇA DO PSL</p> <p>Líder Romeu Tuma</p>
--	---	---

<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor Executivo do Cegraf</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor Industrial do Cegraf</p>	<p>EXPEDIENTE</p> <p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MÉNDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 43, nº 31 RISF)</p>
--	---	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÕES

Nº 82, de 1996, que suspende, em parte, a execução da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, no que diz respeito à expressão "o acionista" contida no seu art. 35 (republicação).....	18709
Nº 85, de 1996, que autoriza a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM a contratar operação de crédito externo junto a um consórcio de bancos liderados pelo Société Générale, com contragarantia do Estado de São Paulo, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Reequipamento da Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Estado de São Paulo; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação.....	18709
Nº 86, de 1996, que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pela Cia. de Saneamento e Pesquisa do Melo Ambiente – CESAMA, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com intermediação do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$ 2.948.172,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais).....	18710
Nº 87, de 1996, que autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos) de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multisetorial.....	18710

2 – ATA DA 201ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1996

2.1 – ABERTURA
2.2 – EXPEDIENTE
2.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aquiséscênciá:

Nº 244, de 1996 (nº 1.172/96, na origem), referente à escolha do nome do Senhor Amaldo Carilho, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Laos.
--

Nº 245, de 1996 (nº 1.173/96, na origem), referente à escolha do nome do Senhor Christiano Whitaker, Ministro de Segunda Classe, do
--

18712

Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnam.	18715
--	-------

Nº 246, de 1996 (nº 1.174/96, na origem), referente à escolha do nome Senhor Álvaro Gurgel de Alencar Netto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente, da carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.	18719
---	-------

2.2.2 – Aviso

Nº 2.122/MJ, de 20 do corrente, do Ministro de Estado da Justiça, Nelson Jobim, comunicando que poderá atender, no dia 11 de dezembro do corrente, às 15 horas, à convocação feita através do Requerimento nº 1.019, de 1996, dos Senadores Jader Barbalho, Gilvam Borges e Emanoel Amorim, para prestar informações sobre sua pasta.	18727
--	-------

2.2.3 – Comunicações da Presidência

Destinação exclusiva da sessão deliberativa ordinária, do próximo dia 11 de dezembro, ao comparecimento do Ministro Nelson Jobim para prestação de informações.	18727
--	-------

Recebimento do Ofício nº 1.026/96, de 20 do corrente, do Secretário de Turismo do Distrito Federal, através do qual agradece o empenho do Senado em abrir as suas portas à visitação pública, contribuindo, assim, para o crescimento do turismo na Capital da República.	18727	Redação final do Projeto de Resolução nº 114, de 1996. Aprovada. À promulgação.....	18747
2.2.4 – Ofício Nº 2.403/96, de 20 do corrente, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 1.518-2, de 1996.....	18727	Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1994 (nº 3.231/92, na Casa de origem), que dispõe sobre absorção pela União dos custos excedentes decorrentes da construção e operação usinas nucleoelétricas pela empresa FURNAS – Centrais Elétricas S.A. Aprovado, sendo rejeitadas as Emendas nºs 1 e 2-PLEN, após parecer de plenário contrário, tendo o Sr. Josaphat Marinho feito declaração de voto. À sanção.	18748
2.2.5 – Fala da Presidência Homenagem aos 50 anos do Jornal O Liberal, de Belém, Pará, nos termos dos Requerimentos nºs 1.071 e 1.072, de 1996.	18728	Projeto de Resolução nº 108, de 1996, que autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares norte-americanos de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multilateral. Aprovado, sendo rejeitada a emenda, após parecer de plenário contrário à mesma. À Comissão Diretora para redação final.....	18751
2.2.6 – Oradores SENADOR COUTINHO JORGE SENADOR ADEMIR ANDRADE SR. PRESIDENTE (Júlio Campos)	18728 18731 18740	Redação final do Projeto de Resolução nº 108, de 1996. Aprovada. À promulgação.....	18751
2.3 – ORDEM DO DIA Projeto de Resolução nº 107, de 1996 , que autoriza o Município de Juiz de Fora a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente – CESAMA, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com interveniência do Banco do Brasil S.A., no valor de dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais. Aprovado. À Comissão Diretora para redação final.....	18740	Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1995 (nº 1.323/91, na Casa de origem), que institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências. Retirado da pauta para cumprir interstício regimental, após parecer de plenário favorável, oferecendo a Emenda nº 1-PLEN.	18752
Redação final do Projeto de Resolução nº 107, de 1996. Aprovada. À promulgação.	18741	Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993 (nº 1.439/88, na Casa de origem), que dá prioridade à concessão de canais de emissoras às entidades educacionais (tratando em conjunto com Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995). Parecer de plenário, proferido pela Sra. Benedita da Silva, concluindo pela sua prejudicialidade.....	18753
Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1996 (nº 1.409/96, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a contratar com a Itaipu pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, no valor correspondente a até cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Aprovado. À sanção.	18742	Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radio-difusão sonora e de sons e imagens. Abertura de prazo de 5 dias úteis para o recebimento de emendas, após parecer de plenário favorável à matéria e pela prejudicialidade do Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993, com o qual tramita em conjunto.	18755
Mensagem nº 236, de 1996 (nº 1.126/96, na origem), do Senhor Presidente da República, através da qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e setenta e um milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e o Banco Francês Société Générale, destinado ao financiamento parcial do Programa de Reequipamento da Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Estado de São Paulo. Aprovada, após parecer de plenário favorável, nos termos do Projeto de Resolução nº 114, de 1996, tendo usado da palavra os Srs. Carlos Bezerra, Gerson Camata e Gilberto Miranda. À Comissão Diretora para redação final.....	18743	Projeto de Lei do Senado nº 195, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que concede anistia de multas combinadas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial. Discussão adia-	18755

da para o dia 28-11-96, nos termos do Requerimento nº 1.087, de 1996.	18755	3.2 – EXPEDIENTE 3.2.1 – Comunicações da Presidência Recebimento da Mensagem nº 247, de 1996 (nº 1.181/96, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do § 1º do Inciso II do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de Junho de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.	18767
Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório. Discussão adiada para o dia 28-11-96, nos termos do Requerimento nº 1.088, de 1996.	18756	Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1994 (nº 1.807/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação do Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos e dá outras providências. Abertura de prazo de 5 dias úteis para recebimento de emendas, após parecer de plenário favorável, tendo usado da palavra o Sr. Pedro Simon.	18767
Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996 (nº 4.622/94, na Casa de origem), que dispõe sobre a vinculação de mensagem voltada à educação para o trânsito. Retirado da pauta, nos termos do art. 175, e, do Regimento Interno.	18756	Designação do Senador Roberto Freire para compor a Delegação do Senado Federal que visitará o Conselho da Federação da Assembléia Federal da Federação da Rússia, no período de 2 a 6 de dezembro próximo.	18767
Projeto de Lei do Senado nº 304, de 1995, de autoria do Senador Ermândes Amorim, que dispõe sobre o regime da bolsa de estudo em estabelecimento público de ensino superior e dá outras providências. Abertura de prazo de 2 dias úteis para Interposição de recurso, após parecer de plenário contrário.	18758	3.2.2 – Fala da Presidência Destinação do tempo dos oradores da Hora do Expediente da presente sessão para homenagear o Dia de Zumbi dos Palmares, nos termos do Requerimento nº 1.051, de 1996, da Senadora Benedita da Silva.	18767
Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que toma obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho. Retirado da pauta para audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do Requerimento nº 1.089, de 1996, apresentado como conclusão de parecer de plenário, proferido nesta oportunidade.	18758	3.2.3 – Oradores SENADORA BENEDITA DA SILVA SENADOR PEDRO SIMON SENADORA EMÍLIA FERNANDES	18767 18773 18778
2.3.1 – Comunicação da Presidência Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos.	18759	3.2.4 – Discursos do Expediente SENADOR HENRIQUE LOYOLA – Encaminhando à Mesa projeto de lei que trata das restrições impostas à Mata Atlântica pelo Decreto 950.	18779
2.3.2 – Discurso após a Ordem do Dia SENADORA BENEDITA DA SILVA – Considerações sobre os temas analisados na Cúpula Mundial sobre Alimentação. Programa Brasileiro de Segurança Alimentar. Encaminhando à Mesa projeto de lei que dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados e dá outras providências.	18760	SENADORA SANDRA GUIDI – Congratulando-se com a Deputada Ângela Amin por sua eleição para a Prefeitura de Florianópolis – SC.	18780
2.3.3 – Discurso encaminhado à publicação SENADOR CARLOS BEZERRA – Defesa do Sistema Único de Saúde – SUS.	18761	SENADOR MAURO MIRANDA – Urgência de escolha e nomeação de novo Ministro da Saúde, face a gravidade da assistência médica-hospitalar no País.	18781
2.4 – ENCERRAMENTO 3 – ATA DA 202ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1996	18765	SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Referências a serem utilizadas pelo grupo parlamentar de trabalho que estuda nova estruturação e independência do Banco Central do Brasil, colhidas em recente visita ao Banco Central norte-americano e participação em seminário sobre sistema financeiro no Brasil e nos Estados Unidos, em Washington.	18782
3.1 – ABERTURA	18765	SENADORA MARLUCE PINTO – Alcance e realidade do Projeto Calha Norte e a necessidade de recursos orçamentários para a sua implantação. Defesa da continuidade e melhoria das condições de trabalho dos pelotões de fronteira.	18784
	18765	SENADOR JÚLIO CAMPOS – Reiterando apelo ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para que reveja a política de juros que está sendo aplicada ao gerenciamento dos recursos do fundo, a qual vem afastando os tomadores, em razão do alto custo dos empréstimos.	18789

3.2.5 – Leitura de projeto		nefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras providências.....	18795
Projeto de Lei do Senado nº 253, de 1996, de autoria do Senador Henrique Loyola, que exclui das Restrições Impostas à Utilização da Mata Atlântica, o Perímetro Urbano dos Municípios situados nas áreas por ela abrangidas.....	18791	3.2.9 – Discurso encaminhado à publicação	
3.2.6 – Ofício		SENADOR <i>ODACIR SOARES</i> – Comentando matérias jornalísticas acerca da crise do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA. Expectativa de tratamento equânime a ser dispensado ao Banco do Estado de Rondônia – BERON.....	18795
Nº 235/96, de 20 do corrente, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, encaminhando cópia da Resolução nº 1 do Conselho de Reforma do Estado, de 18 de outubro de 1996, contendo recomendações objetivando o descongestionamento de demandas no Poder Judiciário e à ampliação do acesso à Justiça, entregue em 14 de novembro de 1996 aos Srs. Clóvis Carvalho, Chefe da Casa Civil e Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal. (Diversos nº 102, de 1996)	18792	3.3 – ENCERRAMENTO	
3.2.7 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição		4 – ATA DE COMISSÃO	
Nº 54, de 1996, de autoria do Senador Odacir Soares e outros Srs. Senadores, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal.....	18794	35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 19 de novembro de 1996.....	18796
3.2.8 – Requerimento		5 – ATO DO DIRETOR-GERAL	
Nº 1.090, de 1996, de autoria do Senador José Eduardo Vieira, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1996, de sua autoria, que estende o be-		Nº 1.308, de 1996	18833
		6 – MESA DIRETORA	
		7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR	
		8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR	
		9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS	
		10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
		11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES	
		12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)	

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O (*) Nº 82, DE 1996

Suspender, em parte, a execução da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, no que diz respeito à expressão o acionista contida no seu art. 35.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É suspensa a execução do art. 35 da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, no que diz respeito à expressão o acionista nele contida.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de novembro de 1996
Senador **José Sarney** Presidente do Senado Federal

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DSF de 19/11/96, pág. 18475.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O Nº 85, DE 1996

Autoriza a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM a contratar operação de crédito externo junto a um consórcio de bancos liderados pelo Société Générale, com contragarantia do Estado de São Paulo, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Reequipamento da Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Estado de São Paulo; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM autorizada a contratar operação de crédito externo, com contragarantia do Estado de São Paulo, com as seguintes características:

a) **valor:** equivalente a até US\$ 171,000,000.00 (cento e setenta e um milhões de dólares norte-americanos), sendo:

- US\$ 157,617,881.00 (cento e cinqüenta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, oitocentos e oitenta e um dólares norte-americanos) referentes a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor dos bens e serviços de origem espanhola e assimilada;

- US\$ 11,882,119.00 (onze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, cento e dezenove dólares norte-americanos) referentes a 85% (oitenta e cinco por cento) do prêmio de seguro de crédito CESCE;

- US\$ 1,500,000.00 (um milhão e quinhentos mil dólares norte-americanos) referentes a *Cost Overruns* (custos pagáveis ao exportador em relação a bens ou serviços relativos ao contrato de fornecimento cujo valor esteja além do valor previsto naquele contrato);

b) **juros:** de acordo com a Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico-OCDE e o Instituto de Crédito Oficial-ICO, baseados na *Commercial Interest Reference Rate-CIRR*, fixados na data da assinatura do contrato de financiamento, incidentes sobre o saldo devedor do principal, a partir de cada desembolso;

c) **prêmio de seguro de crédito:** 8,76% (oito vírgula setenta e seis por cento) flat sobre o valor desembolsado, incluídos no valor do principal financiado;

d) **Comissão de Compromisso (commitment fee):** 0,40% a.a. (zero vírgula quarenta por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, contado a partir do trigésimo dia após a assinatura do contrato de financiamento;

e) **Comissão de Administração (management fee):** 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) flat sobre o valor total do financiamento;

f) **Despesas Gerais:** as razoáveis, limitadas a US\$ 85,000.00 (oitenta e cinco mil dólares norte-americanos);

g) **período de desembolso:** trinta e cinco meses contados da data de entrada em eficácia do contrato de fornecimento;

h) **condições de pagamento:**

- *down payment:* em percentual de 15% (quinze por cento), após a emissão das guias de importação para aquisição de bens ou após a emissão do certificado de autorização, no caso de importação de serviços;

- *principal:* em vinte parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira seis meses após o trigésimo mês da data de início de eficácia do contrato de fornecimento;

- *juros:* semestralmente vencidos;

- *prêmio de seguro de crédito:* 15% (quinze por cento) após a emissão do certificado de autorização e 85% (oitenta e cinco por cento) incluídos no valor do principal financiado;

- *commitment fee:* semestralmente vencida, sendo a primeira parcela após a emissão do certificado de autorização;

- *management fee*: em uma única parcela, na data da assinatura do contrato de financiamento, após a emissão do certificado de autorização;

- despesas gerais: após a emissão do certificado de autorização, mediante comprovação, devendo ser pagas em reais, exceto aquelas incorridas no exterior que só possam ser pagas em moeda estrangeira.

Art. 2º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo de que trata o art. 1º desta Resolução.

Art. 3º A contratação da operação de crédito a que se refere o art. 1º deverá efetivar-se no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias contados da data da publicação desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1996
Senador **José Sarney** Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O Nº 86, DE 1996

Autoriza o Município de Juiz de Fora

- MG a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pela Cia. de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente - CESAMA, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com Intermediação do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$2.948.172,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Juiz de Fora - MG autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pela Cia. de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente - CESAMA, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com Intermediação do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$2.948.172,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais).

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo serão destinados ao custeio de parte das obras de construção da Sub-adutora que atenderá a Zona Sul e parte alta do Município.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes características e condições financeiras:

a) valor pretendido: R\$2.948.172,00;

b) encargos:

- *taxa de juros*: de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

- Indexador: taxa de juros de longo prazo TJLP;

c) destinação dos recursos: custeio de parte das obras de construção da Sub-adutora que atenderá a Zona Sul e parte alta do Município;

d) condições de pagamento:

- do principal: em sessenta parcelas mensais, incluídos quinze meses de carência;

- dos juros: exigíveis trimestralmente no período de carência e mensalmente no período de amortização;

e) garantia: cotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM;

f) contragarantia: direitos creditórios do produto da tarifa cobrada pela CESAMA.

Art. 3º Esta autorização deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1996
Senador **José Sarney** Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, José Sarney, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O Nº 87, DE 1996

Autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até US\$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos) de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multisetorial.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, a prestar garantia na operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor equivalente a até US\$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos) de principal, destinando-se

os recursos ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multisetorial.

Art. 2º A operação de crédito externo tem as seguintes características:

a) *mutuário*: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

b) *mutuante*: Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID;

c) *garantidor*: República Federativa do Brasil;

d) *contragarantia*: lote de 2.732.821.622 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e duas) ações da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, da Classe ON, a serem custodiadas no Banco do Brasil S.A.;

e) *natureza da operação*: empréstimo externo;

f) *valor*: equivalente a até US\$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos) de principal;

g) *finalidade*: financiar parcialmente o Programa de Crédito Global Multisetorial;

h) *juros*: incidentes sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual determinada, para cada semestre, pelo custo de empréstimos qualificados tomados pelo BID durante o semestre anterior, acrescida de margem razoável, expressa em termos de percentagem anual, que o BID fixará periodicamente, de acordo com sua política de taxa de juros;

i) *comissão de crédito*: 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de sessenta dias da data da assinatura do contrato;

I) condições de pagamento:

- do principal: o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais consecutivas e, tanto quanto possível, iguais; a primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deve ser efetuado o pagamento dos juros, uma vez transcorridos seis meses contados da data prevista para o desembolso final do empréstimo e, a última, em 12 de dezembro de 2015;

- dos juros: semestralmente, em 12 de junho e 12 de dezembro de cada ano, a partir da data da assinatura do contrato;

- da comissão de crédito: semestralmente, nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros;

I) *taxa de inspeção e vigilância*: do valor do financiamento destinar-se-á a quantia de US\$3,000,000.00 (três milhões de dólares norte-americanos) para atender despesas de inspeção e supervisão geral do credor; essa quantia será desembolsada em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais, ingressando nas contas do credor independentemente de solicitação do mutuário.

Art. 3º A prestação da garantia pela União deverá efetivar-se no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias contado da data da publicação desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de novembro de 1996
Senador José Sarney Presidente do Senado Federal

Ata da 201ª Sessão Deliberativa Extraordinária em 21 de novembro de 1996 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Júlio Campos e Valmir Campelo.

ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade _ Antonio Carlos Magalhães _ Antonio Carlos Valadares _ Artur da Távola _ Benedita da Silva _ Beni Veras _ Bernardo Cabral _ Carlos Bezerra _ Carlos Patrocínio _ Carlos Wilson _ Coutinho Jorge _ Elcio Alvares _ Ermínia Fernandes _ Flaviano Melo _ Francelino Pereira _ Freitas Neto _ Geraldo Melo _ Gerson Camata _ Gilberto Miranda _ Gilvan Borges _ Guilherme Palmeira _ Henrique Loyola _ Hugo Napoleão _ Humberto Lucena _ Iris Rezende _ Jader Barbalho _ Jefferson Peres _ João França _ Joel de Hollanda _ Jonas Pinheiro _ Josaphat Marinho _ José Agripino _ José Alves _ José Bianco _ José Eduardo _ José Eduardo Dutra _ José Fogaça _ José Ignácio Ferreira _ José Roberto Arruda _ José Serra _ Júlio Campos _ Lauro Campos _ Leomar Quintanilha _ Levy Dias _ Lucídio Portella _ Lúdio Coelho _ Marina Silva _ Marluce Pinto _ Mauro Miranda _ Nabor Júnior _ Odacir Soares _ Osmar Dias _ Pedro Simon _ Regina Assumpção _ Renan Calheiros _ Roberto Requião _ Romero Jucá _ Romeu Tuma _ Sandra Guidi _ Sérgio Machado _ Teotônio Vilela Filho _ Valmir Campelo

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) - A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Bezerra, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nomes indicados para cargos cujo provimento depende de sua prévia aqüiescência:

MENSAGEM N° 244, DE 1996 (N° 1.172/96, na Origem.)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, § 1º, do Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Arnaldo Carrilho, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Laos.

Os méritos do Embaixador Arnaldo Carrilho, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília 19 de novembro de 1996. - **Fernando Henrique Cardoso.**

EM N° 482/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 13 de novembro de 1996
Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, § 1º, do Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Arnaldo Carrilho, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática do Laos.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o País e Curriculum Vitae do embaixador Arnaldo Carrilho que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Luiz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Ministro de Segunda Classe Arnaldo Carrilho
Rio de Janeiro/RJ, 10 de junho de 1937.

Filho de Eymard Dantas Carrilho e Margarida da Fonseca Moura Carrilho.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB, 1960. Curso no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB-MEC, 1959.

CPCD, IRBr, 1961/62.

Professor no Instituto de Arquitetura e Artes, UnB, 1973/75.

CAE (tese: "O Vaticano e a Igreja Pós-Conciliar no Brasil"), IRBr, 1978/79.

Auxiliar do Departamento Legal da S. A. Frigoríficos Anglo, 1956.

Funcionário da Pan American World Airways System Inc., Rio de Janeiro, 1958. Assessor junto ao Conselho do Desenvolvimento da Presidência da República, 1959/61.

Encarregado do acompanhamento da execução do plano educacional do Governo Federal contido na "Meta 30" do Programa de Metas, 1958/61. A serviço do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura 1960/61.

Chefe do Cerimonial e Assessor Internacional do Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, 1986.

Vice-Presidente do Riocentro, membro do Conselho de Propaganda da Prefeitura do Rio de Janeiro, Presidente da Comissão de Coordenação para os Festivais de Cinema do Rio de Janeiro e membro do Conselho Estadual de Turismo, RJ, 1986.

Terceiro Secretário, 7 de novembro de 1962.

Segundo Secretário, antigüidade, 22 de novembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 1º de janeiro de 1976.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 18 de dezembro de 1990.

Assistente do Chefe da Divisão de Difusão Cultural, 1962/64.

Subchefe da Divisão do Material e Patrimônio, 1971/74.

Chefe da Seção de Conservação do Patrimônio, 1974/75.

Coordenador-Geral da construção do edifício anexo ao conjunto arquitetônico do Itamaraty e de moradias funcionais, 1974/76.

Argel, Serviço Provisório como Terceiro Secretário, 1965.

Roma, Terceiro Secretário, 1964/66.

Roma, Segundo Secretário, 1966/67.

Varsóvia, Segundo Secretário, 1967/71.

Varsóvia, Encarregado de Negócios, 1971.

Jeddah, Encarregado de Negócios, 1973.

Berlim, Encarregado de Negócios, 1973/74.

Santa Cruz de La Sierra, Cônsul, 1974.

Vaticano, Conselheiro, 1976/79.

Vaticano, Encarregado de Negócios, a.i., 1978/79.

Rabat, Conselheiro, 1979/84.

Rabat, Chefe do SECOM, 1980/84.

Rabat, Encarregado de Negócios, a.i., 1980/81/82/83/84.

Lima, Conselheiro, 1984/86.

Argel, Conselheiro, 1986/87.

Argel, Encarregado de Negócios, a.i., 1986/87.

Beirute, Encarregado de Negócios, 1990.

Hong Kong, Cônsul-Geral, 1991/95.

Bangkok, Embaixador, 1996.

Acordos de Co-Produção Cinematográfica com a Espanha, Itália, França e RFA, 1963 (chefe das negociações).

V Festival Cinematográfico Internacional, Mar Del Plata, 1963 (chefe da delegação brasileira).

XIII Festival Internacional do Filme, Berlim Ocidental, 1963 (Chefe da delegação brasileira).

IV Resenha do Cinema Latino-Americano, Sestri Levante, 1963 (integrante da delegação do Cinema Novo).

Seção Mista do Acordo de Co-Produção Cinematográfica Brasil-Espanha, 1963 (secretário-executivo).

I Mostra Internacional do Novo Cinema, Péssaro, 1965 (chefe da delegação brasileira).

V Resenha do Cinema Latino-Americano, Columbia num, Gênova, 1965 (delegado).

Encontro Internacional "Terzo Mondo e Comunità Mondiale", Gênova, 1965 (relator na Mesa redonda sobre o Cinema Novo).

Festival "Dei Popoli", Florença, 1965 (delegado).

Reunião dos Embaixadores do Brasil na Europa Ocidental, Roma, 1965 (coordenador-geral).

Delegação do Ministro de Estado em visita oficial à Itália, 1966 (membro).

X Festival do Cinema de Autor, "Gran Premio Bergamo", 1967 (membro do júri internacional).

XXXIX Feira Internacional de Poznan, 1970 (diretor do Pavilhão do Brasil).

X Festival Internacional de Filmes de Curtametragem, Cracóvia, 1970 (membro do júri internacional).

XXIV Festival Internacional do Filme, Cannes, 1971 (membro do júri da crítica – FIPRESCI).

Grupo de inspeção administrativa em Assunção, Buenos Aires, Santiago, Lima, Nova York, Tóquio, Iocoama, Nova Déhli, Atenas e Londres, 1972/73 (assessor).

Missão de socorro por ocasião do terremoto na Nicarágua – Manágua e Panamá, 1972/73.

Grupo de planejamento do ensino fundamental e secundário da Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Guanabara, 1960/61 (membro).

Comissão de peritos que elaborou o projeto "Aspectos Econômicos da Educação em Goiás", para justificação de financiamentos internacionais ao Governo goiano, 1962 (membro).

I – Festival do Cinema Brasileiro na Bahia, Salvador, 1962 representante do Cinema Novo Carioca).

Seminário de Cinematografia sob a direção de Arne Sucksdorff, em cooperação com a Unesco, Rio de Janeiro, 1962/63 (coordenação).

Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica (GEICINE), Rio de Janeiro, 1962/64 (representante do MRE).

Comissão de seleção de filmes brasileiros para os festivais internacionais de cinema, Rio de Janeiro, 1962/64 (secretário-executivo).

Produtor-executivo de "Integração Racial", de Paulo Cezar Sarraceni, e "O Circo", de Arnaldo Jabor.

Comissão de Coordenação Internacional do IV Centenário da Cidade do Rio de Janeiro, 1964 (representante do MRE).

50. aniversário da Semana de Arte Moderna, Unb, 1972 (conferencista).

Comissões Permanentes de Inventário e de Licitações, 1972/74 (presidente).

Comissão de seleção do logotipo para a Tebrás, 1973 (membro).

Comissão Permanente de Controle de Nomeações, Brasília, 1973 (membro).

À disposição da Missão Especial da Libéria nas solenidades de posse do Presidente da República, Brasília, 1974.

Representante do MRE junto ao Governo do Distrito Federal com vistas à elaboração do projeto de execução do centro de Conferências e Convenções Internacionais, de Oscar Niemeyer, Brasília, 1975/76.

III – FestRio, 1985 (premiado com o troféu Tuca no por 25 anos de atividades dedicadas ao cinema brasileiro).

XV – Jornadas de Cinema da Bahia, Salvador, 1986 (membro do júri internacional).

Grupo de preparação da visita do Presidente da República a Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra, 1974 (membro).

Grupo de estudos que visitou instituições públicas e privadas ligadas à Documentação, Informática e Telecomunicações, Nova York, Filadélfia e Washington, DC, 1974 (assessor).

XXI – Mostra Internacional do Filme de Autor, San Remo, 1978 (membro do júri).

Missões especiais às exéquias dos papas Paulo VI e João Paulo I, Vaticano, 1978 (membro).

Missões extraordinárias às cerimônias e ritos religiosos de início dos pontificados de João Paulo I e João Paulo II, Vaticano, 1978 (membro).

XXIII – Mostra Internacional do Filme de Autor, San Remo, 1980 (presidente do júri).

XV – Sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial de Turismo, Rabat, 1981 (chefe da delegação brasileira).

Visita oficial do Presidente da República a Fez, 1984 (integrante da comitiva).

I – Festival do Cinema Amazônico, Iquitos, 1984 (delegado brasileiro).

Missão especial à posse do Presidente Alan García Pérez, 1985 (membro)

Festival Internacional do Filme Cannes, 1986 (delegado do Brasil).

Grupo de Trabalho para a recuperação dos episódios brasileiros do filme "It's All True", de Orson Welles, Los Angeles, Nova York e Washington, DC, 1986 (coordenador da parte brasileira).

XV Encontro Cinematográfico de Digne-les-Bains, homenagem a David Neves, 1987 (relator).

XLIV – Mostra Internacional do Cinema, Veneza, 1987 (FIPRESCI). Festival de Cinema comemorativo do XXV aniversário de independência da Argélia, 1987 (apresentador de Nelson Pereira dos Santos).

I – Sessão da Comissão Mista Brasil-Argélia, Argel, 1987 (membro da delegação brasileira).

Publicações:

"A Ferocidade Cromática de 1905", A Época, Rio de Janeiro, 1959.

"Sincera Crônica de 1960: 50 Anos em 5?", A Época, Rio de Janeiro, 1960.

Tecniche de Lavoro e Strutture Econor... e del Cinema Novo, Marzorati, Gênova, 1965.

Cinema Novo Wroku 1970, Film, Varsóvia, 1970.

Przez Wzruszenie do refleksi przez mit do rzewczywistosci. – Gnat, głod y tropikalizm wedlug

Glaubera Rochy — Przyczynek do dziwnosciswiata, Kino, Varsóvia, 1970.

Der Lenon Has Sept Cabeças, Kontynenty, Varsóvia, 1971.

Presentación a Razones de la Nueve Architec-tura — 1934 — y otros ensayos, Lima, 1986.

Lucio Costa e o Episódio Brasileiro da Arquitec-tura, Módulo, Rio de Janeiro, 1987.

De la faim à la déraison — itinéraire (géo) politi-que de Glauber Rocha, Cahiers du Cinéma, Paris, 1987.

Ensalos e artigos estampados na imprensa brasileira e internacional.

Membro da FIPRESCI Fédération Internationale de la Presse Cinématographique.

Ordem de Rio-Branco, Oficial, Brasil.

Medalha ao Mérito Santos Dumont, Brasil.

Medalha Lauro Müller, Brasil.

Ordem ao Mérito da República Italiana, Cava-leiro.

Ordem Nacional Miguel Larreynaga, Oficial, Ni-carágua.

Ordem Eqüestre de São Gregório Magno, Ca-valeiro-Comendador, com placa, Vaticano.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do De-partamento do Serviço Exterior.

INFORMAÇÕES SOBRE O LAOS

Nome oficial: República Popular Democrática do Laos

Área em Km²: 236.800 Km²

População: 4.800.000

Língua: Lao

Data Nacional: 2 de dezembro (dia da Pátria)

Capital: Vientiane

Sistema de Governo: República parlamentarista de modelo socialista

Chefe de Estado: Presidente Noukat Phoumsavanh

Chefe de Governo: General Khamtai Siphando-ne

Chanceler: Somsavat Lengsavat

República Popular Democrática do Laos

A economia do Laos está baseada no setor pri-mário, representando a agricultura de subsistência cinqüenta por cento do Produto Interno Bruto (no va-lor de US\$1,5 bilhão). A cultura predominante é o arroz. Outras atividades econômicas são: a minera-ção, geração de eletricidade e extração de madeira.

As exportações, no ano de 1995, atingiram US\$ 300 milhões, enquanto as importações US\$400 milhões. Os principais produtos exportados foram:

têxteis, toras e artefatos de madeira, café e estanho. Os principais produtos de importação foram: veícu-los automotores, cimento, ferro, tecidos, alimentos e máquinas.

Não obstante a limitada capacidade de absor-ção de bens de consumo por parte da pequena po-pulação do Laos, a localização geográfica do país, no centro da Península da Indochina, abre possibili-dades na área de investimentos em transportes, so-bretudo se a projetada ferrovia transasiática vier a passar por Vientiane. O potencial hidrelétrico do país tem estimulado vários projetos no setor energético, que absorve a maior fatia dos investimentos exter-nos recentes e pode tomá-lo significativo exportador de energia.

Nos últimos anos o Governo do Laos vem pro-movendo processo de abertura econômica, tendo in-clusivo assinado, em 1992, Tratado de Amizade e Cooperação com a ASEAN, base para sua futura adesão plena ao mecanismo econômico regional.

Relações Brasil-Laos

Em 13 de junho de 1995 os dois países firma-ram comunicado conjunto a propósito do estabeleci-mento de relações diplomáticas. O Ato foi assinado pelos Representantes permanentes dos dois países junto à Organização das Nações Unidas. Em 14 de junho do corrente foi publicado no Diário Oficial da União Decreto que cria a Embaixada do Brasil no Laos, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bangkok.

O comércio bilateral entre Brasil e Laos apre-senta-se, ainda, bastante incipiente. Em 1995, foram registradas exportações brasileiras da ordem US\$135 mil, mas nenhuma importação do Laos. De janeiro a julho de 1996, as exportações brasileiras totalizaram US\$120 mil, mas sem registro de impor-tações de produtos provenientes do Laos.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM N° 245, DE 1996 (N° 1.173/96, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, in-ciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso II, alínea a, e no art. 54, do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apre-ciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo

fazer, do Senhor Christiano Whitaker, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

Os méritos do Ministro de Segunda Classe Christiano Whitaker, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 1996. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM N° 485/DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 13 de novembro de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso II, alínea a, e no art. 54, do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Christiano Whitaker, Ministro de Segunda Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Socialista do Vietnã.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o país e **Curriculum Vitae** do Ministro de Segunda Classe Christiano Whitaker, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Luiz Felipe Lamprea** – Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum-vitae

Ministro de Segunda Classe Christiano Whitaker

São Paulo/SP, 24 de dezembro de 1940.

Filho de Firmino Antônio Whitaker e Mary Mauger Whitaker.

Curso de Prática Diplomática e Consular. "Bachelor of Arts" em Ciências Políticas, American University, Washington. Curso sobre Integração Econômica Latino-Americana, FGV/INTAL. CAE, IRBr.

Terceiro Secretário, 4 de janeiro de 1967.

Segundo Secretário, antigüidade, 6 de janeiro de 1970.

Primeiro Secretário, merecimento, 20 de dezembro de 1976.

Conselheiro, merecimento, 20 de novembro de 1980.

Ministro de Segunda Classe, merecimento, 30 de junho de 1989.

Assistente do Chefe da Divisão da África, 1967/68.

Assistente do Chefe da Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, 1969.

Assessor do Chefe do Departamento Consular e Jurídico, 1978/79.

Chefe, substitutivo, da Divisão de Passaportes, 1978.

Assessor do Chefe do Departamento da África, Ásia e Oceania, 1979/81.

Chefe, substituto, da Divisão da Ásia e Oceania, 1979/81.

Chefe da Divisão de Divulgação 1986/87.

Chefe, substituto, do Departamento Cultural, 1986/87.

Chefe da Divisão de Atos Internacionais, 1987/90.

Chefe, Substituto, do Departamento Consular e Jurídico, 1988/90.

Washington, Terceiro Secretário, 1970.

Washington, Segundo Secretário, 1970/73.

Lima, Segundo Secretário, 1975/76.

São José, Segundo Secretário, 1975/76.

São José, Encarregado de Negócios, 1975, 76

e 78.

São José, Primeiro Secretário, 1976/78.

Nova York, Cônsul-Geral-Adjunto, 1981/84.

La Paz, Conselheiro, 1984/86.

La Paz, Encarregado de Negócios, 1984, 85 e 86.

Cairo, Ministro-Conselheiro, 1990/93.

San Juan, Cônsul-Geral, 1993/96.

Missão Especial às solenidades de posse do Presidente da Libéria, 1967 (membro).

I Reunião Extraordinária e III Reunião Ordinária dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, Brasília, 1969 (membro).

INFORMAÇÃO SOBRE VIETNAM

Sumário

I

1 – Dados Básicos e Traços Históricos Gerais

1.1 – Dados Básicos

1.2 – Traços Históricos Gerais

2 – Sistema Político

3 – Política Interna

4 – Política Externa

5 – Economia

II

6 – Relações Brasil-Vietnam

6.1 – Diálogo Político Brasil/Vietnam

6.2 – Relações Econômico-Comerciais

6.3 – Outras Áreas

I

1 – Dados Básicos e Traços Históricos Gerais

1.1 – Dados Básicos

Nome oficial: República Socialista do Vietnam

Área: 331.689 Km²

População: 75,9 milhões (80% rural), 20% urbana, 54 grupos étnicos, dos quais 85% vietnamitas)

"Asiaweek" (out/96)

Capital: Hanoi

Forma de governo: República socialista

Presidente da República: Le Duc Anh

Primeiro Ministro: Vo Van Kiet

Ministro das Relações Exteriores: Nguyen Manh Cam

Secretário Geral do PC: Do Muoi

Moeda: Dong (cotação oficial: 10,995 Dong = US\$1,00 em out/96; fonte: **Asiaweek**)

Produto Interno Bruto: US\$18,9 bilhões, aprox. (out/96) (fonte: **Asiaweek**)

Composição do PIB por setor: agricultura 27,7%, indústria 22%, construção 7,6%, transporte e comunicação 4,1%, comércio 13,6%, finanças/setor bancário 2,0%, gerenciamento estatal, ciência, educação, saúde e esporte 10,7%, habitação, turismo, hotel 11,3%.

Taxa de crescimento econômico anual: estimativa para 1996 é de 9,5%

Inflação: 12,4% (1995) e projeção de 14% para 1996

Reservas: US\$600 milhões (excluindo ouro) (fonte: **Asiaweek**)

Comércio exterior:

exportações: US\$3,6 bilhões (1994)

US\$4,7 bilhões (dados preliminares de 1995)

principais produtos exportados no primeiro trimestre de 1996: petróleo, arroz, carvão, borracha, café, alumínio, pescado e têxteis.

importações: US\$5,0 bilhões (1994)

US\$6,5 bilhões (dados preliminares de 1995)

principais produtos importados no primeiro trimestre de 1996: combustíveis refinados, aço, fertilizantes de veículos.

Investimento externo: Calcula-se em US\$18 bilhões os investimentos desde 1987, sendo que um

terço já transformados em instalação produtivas. Os principais investidores: Taiwan, Japão, Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul, Estados Unidos.

Comércio Brasil-Vietnam

DADOS BRASILEIROS

(em US\$ milhões)

Exportações brasileiras	Importações brasileiras	Total	Saldo brasileiro
1996*	6,6*	8,3*	14,9* (-)1,7*
1995	7,5	20,7	28,2 (-)13,2
1994	1,82	51,97	53,79 (-)50,1
1993	4,26	17,26	21,52 (-)13,00

*os dados de 1996 referem-se aos meses entre janeiro e junho (Fonte: MICT/SECEX/DTIC)

1.2 – Traços Históricos Gerais

A história do Vietnam caracterizou-se, durante muitos séculos, por lutas constantes com o objetivo de afirmar a identidade nacional, a independência e a autodeterminação. O território do atual Vietnam esteve sob dominação chinesa (179 ac/938 dc) e francesa (1858/1945), e mesmo os períodos de relativa independência (938-1858, e 1945 em diante) foram marcados por conflitos contra os chineses e guerras contra os franceses (expulsos em 1954, após a derrota na batalha de Dien Bien Phu) e os norte-americanos (expulsos em 1975, quando da queda de Saigon).

A partir de 1975, o Vietnam buscou consolidar um estado socialista, fundado na propriedade coletiva dos meios de produção e na planificação centralizada, sob o controle de um partido único, o Partido Comunista do Vietnam. A invasão do Camboja por forças vietnamitas em 1979, e novos conflitos com a China, na fronteira norte, contribuíram para agravar a situação socio-econômica do país e isolá-lo ainda mais sua posição no cenário internacional.

Em 1986, as conclusões do Sexto Congresso do Partido Comunista deram início ao processo de "renovação" (doi moi), com vistas à adoção de uma economia de mercado.

Partia-se então, do reconhecimento de que o modelo econômico vigente não se mostrara capaz de conduzir ao desenvolvimento. O processo de abertura econômica foi marcado pela promulgação de uma nova Constituição, em 1992, cujo texto prevê garantias à iniciativa privada e aos investimentos externos, sem, no entanto, deixar de mencionar a "orientação socialista" do estado vietnamita. Esta política foi reforçada a partir de 1990, com o colapso da antiga União Soviética.

Desde então, o Vietnam tem surpreendido pela velocidade e pelo alcance de suas mudanças, que já

provocaram sensíveis alterações no cotidiano de sua população, reflexos do crescimento econômico de cerca de 8% entre 1990 e 1995. A entrada na ASEAN e a normalização das relações diplomáticas com os Estados Unidos, eventos ocorridos em 1995, sinalizam que parece ser o fim definitivo do isolamento do Vietnam na comunidade internacional e simbolizam uma nova era na história deste país.

2 – Sistema Político

O sistema político do Vietnam baseia-se em regime de partido único, inspirado na doutrina marxista-leninista e nos pensamentos de Ho Chi Minh. O Partido Comunista do Vietnam (PCV) controla o Estado, suas instituições e, por meio de organizações de massa aglutinadas na "Frente Patriótica", muitos aspectos da vida social. De acordo com a Constituição de 1992, que menciona o Partido em apenas um de seus 147 artigos, o PCV deve atuar conforme a Constituição e as leis. O mesmo artigo, porém, afirma que o Partido é a força que lidera o Estado e a Sociedade.

O PCV lidera por meio do estabelecimento de diretrizes que devem ser observadas pelo Estado e suas diferentes instituições. As diretrizes são expressas durante sessões do Congresso Nacional do partido.

A Assembléia Nacional, órgão legislativo, é eleita a cada cinco anos por sufrágio universal e exerce supremo controle sobre as atividades do Estado. Cabe à Assembléia, que se reúne duas vezes ao ano, eleger, entre os seus membros, o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Presidente da Suprema Corte Popular.

O Presidente da República comanda as Forças Armadas e tem a prerrogativa de propor à Assembléia a eleição ou destituição do Primeiro-Ministro e do Presidente da Suprema Corte. O Governo, composto pelo Primeiro Ministro, pelos Vice-Primeiros-Ministros e membros do Gabinete, é responsável perante a Assembléia-Geral e o Presidente. O Primeiro-Ministro pode sugerir à Assembléia os nomes dos integrantes do Gabinete.

3 – Política Interna

Mudanças recentes no cenário político, como, por exemplo, a participação na Assembléia Nacional de deputados não pertencentes aos quadros do partido, não sinalizam, necessariamente, abertura ao pluralismo num futuro próximo. Tentativas de promover o multipartidarismo e manifestações em favor da liberação política são vistas como "atentados à segurança nacional" e fortemente reprimidas. O Partido Comunista do Vietnam tem manifestado sua in-

tenção de manter controle total sobre a política interna.

A sobrevivência política do partido deve-se não apenas ao forte controle exercido sobre a política e os meios de comunicação, mas também à sua própria capacidade de promover reformas. Em meados dos anos 80, quando o país atravessava profunda crise sócio-econômica, o regime engajou-se num processo de auto-crítica. Admitiu que as massas haviam perdido "parte" de sua confiança no partido, assumiu a responsabilidade pela crise e implementou drásticas reformas econômicas, conhecidas como "doi moi".

O PCV tem sido dirigido, desde a morte do Ho Chi Minh, em 1969, mais por consenso que por figuras proeminentes.

4 – Política Externa

A política externa vietnamita pauta-se basicamente pela tentativa de romper o isolamento que tem caracterizado a posição deste país no cenário internacional. O estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países tornou-se princípio constitucional (artigo 14 da Constituição de 1992).

A "diversificação" e a "multilateralização" são as principais metas da Chancelaria vietnamita, referências obrigatórias nos discursos diplomáticos. O processo de abertura econômica ("doi moi" ou "renovação", iniciado em 1986, reforçado em 1990), conduzido a partir da percepção da necessidade de superação do subdesenvolvimento, ampliou as possibilidades da atuação diplomática, ao mesmo tempo em que se tornou inseparável desta mesma atuação.

O governo do Vietnam tem buscado, nesse sentido, promover o desenvolvimento do país por meio da inserção num contexto internacional marcado pela globalização e pela interdependência, conceitos incorporados à estratégia diplomática vietnamita.

O processo de aproximação com os Estados Unidos foi intensificado em 1992, com a abertura de um escritório norte-americano em Hanói. As relações diplomáticas foram formalizadas em 1995. O Vietnam passou a integrar a ASEAN como membro pleno também em julho de 1995.

O Vietnam mantém relações diplomáticas com todos os países sul-americanos, exceto o Suriname, mas embaixadas residentes somente em Buenos Aires. Mantém igualmente embaixadas residentes no México e em Cuba. Na América Central e Caribe, tem ainda relações diplomáticas com Costa Rica, Guatemala, Nicarágua e Panamá.

5 – Economia

O Vietnam encontra-se atualmente engajado num esforço de reconstruir sua economia, devastada por três décadas de guerra de independência (1945-1975), e também, de acordo com o próprio Partido Comunista vietnamita, por equívocos da política econômica baseada no planejamento centralizado. Em meados da década de 80, o Vietnam encontrava-se diante de uma crise sócio-econômica de grandes proporções. O Partido Comunista decidiu, durante o seu sexto Congresso, realizado em dezembro de 1986, implementar política de amplas reformas, denominada "Doi Moi", ou "renovação", que compreendia a transição para a economia de mercado, caracterizada, contudo, por uma "orientação socialista".

Tais reformas, que incluíam a reformulação do sistema agrícola, anteriormente coletivizado, a liberalização do setor privado, a abertura comercial e o encorajamento de investimentos externos, têm mostrado resultados positivos. O Vietnam, historicamente ameaçado pela fome, tornou-se o terceiro maior exportador de arroz. A inflação, que alcançou a cifra de 775% em 1986, foi dramaticamente reduzida, atingindo 12,4% em 1995. O comércio alcançou um total de 11,2 bilhões de dólares em 1995, comparados a 2,5 bilhões de dólares em 1985. O PIB, estimado em 18,9 bilhões de dólares em 1996, deverá crescer cerca de 9,5% no ano de 1996.

6 – Relações Brasil-Vietnam**6.1 – Diálogo político Brasil/Vietnam**

O Brasil e o Vietnam estabeleceram relações diplomáticas em 1989. O Brasil abriu embaixada residente em Hanói em setembro de 1994 e o primeiro titular, Embaixador Italo Zappa, assumiu em janeiro de 1995. O Vietnam não mantém embaixada residente no Brasil. Sua primeira missão diplomática na América do Sul foi aberta em 1995 em Buenos Aires. Durante as visitas de altas autoridades vietnamitas ao Brasil, e em contatos de trabalho entre as Chancelarias, há facilidade de diálogo.

Em outubro de 1995, visitou o Brasil o Presidente Le Duc Anh.

Verifica-se, em geral, ampla convergência de pontos de vista a respeito das agendas internacionais.

6.2 – Relações econômico-comerciais Brasil/Vietnam

Graças, sobretudo, às vendas de arroz, as exportações do Vietnam para o Brasil apresentaram cifras apreciáveis em 1994, alcançando US\$52 milhões. Em 1995, recuaram para cerca de US\$21 milhões.

As exportações brasileiras, inexpressivas até 1993, cresceram de US\$1,8 milhão, em 1994, para US\$7,5 milhões, em 1995.

Os primeiros números de 1996 (janeiro/junho) mostram, no entanto, graças, ao que tudo indica, ao trabalho de promoção comercial resultado da presença brasileira, que as trocas comerciais parecem evoluir para um intercâmbio mais equilibrado, com exportações brasileiras no valor de US\$6,6 milhões e importações de US\$8,3 milhões.

6.3 – Outras Áreas

Em outras áreas, as relações são ainda incipientes.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

MENSAGEM N° 246, DE 1996

(nº 1.174/96 na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 84, inciso VII, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 18, inciso I e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso I alínea a e no art. 54 do Anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer, do Senhor Álvaro Gurgel de Alencar Netto, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

Caso mereça aprovação dessa Casa, o Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto, desde que obtidos os agréments solicitados poderá ser designado, também para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente em Antígua e Barbuda.

Os méritos do Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto, que me induziram a escolhê-lo para desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 19 de novembro de 1996. – Fernando Henrique Cardoso.

EM N° 487 DP/ARC/G-MRE/APES

Brasília, 13 de novembro de 1996

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o disposto no art. 84, inciso VII, da Constituição, e com disposto no art. 18, inciso I, e nos arts. 56 e 58, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovados pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 53, inciso I alínea a

e no art. 54, do anexo I ao Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor Álvaro Gurgel de Alencar Netto, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente, da Carreira de Diplomata, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Cuba.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto, desde que obtidos os agréments, solicitados, poderá ser designado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, em Antígua e Barbuda.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e Currículum Vitae do Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto, que juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência serão apresentados ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, **Lulz Felipe Lampreia**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto
Rio de Janeiro/RJ, 9 de julho de 1936.

Filho de Álvaro Gurgel de Alencar Filho e Zuleika Maggioli Gurgel de Alencar.

bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, FND-UB/RJ.

CPCD, IREBr.

Curso de Pós-Graduação, faculdade de Economia, Universidades de Ottawa.

professor do Instituto Brasil-Estados Unidos, 1956/62.

Coordenador do Convênio Itamaraty-IPEA para Promoção Comercial e negociações do GATT, 1972/73.

Secretário de Copperação, Econômica e Técnicas Internacionais, Subin, Secretaria de Planejamento da Presidência da república, 1977/79.

Coordenador de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, 1979.

Secretário para Assuntos Internacionais, Ministério da Fazenda 1985/87.

Terceiro secretário, 7 de novembro de 1962.

Segundo secretário, antigüldade, 22 de novembro de 1966.

Primeiro Secretário, merecimento, 1º de janeiro de 1973.

Conselheiro, merecimento, 17 de março de 1975.

Ministério de Segunda Classe, merecimento, 12 de junho de 1978.

Ministro de Primeira Classe, 15 de novembro de 1986.

Assistente do Chefe de Divisão de Orçamento e Organização, 1962.

Auxiliar do Chefe do Departamento Geral de Administração, 1963.

Auxiliar do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1963/64.

Auxiliar do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1964/65.

Assistente da Assessoria Especial do Ministro de Estado, 1969.

Chefe, interino da Divisão da Política Comercial, 1970.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Comercial, 1970/73.

Chefe da Divisão de Política Comercial, 1977/79.

Ottawa, terceiro Secretário, 1965/66.

Montreal, Chefe do Sepro, interino, 1965.

Ottawa, segundo secretário, 1966/67.

Hong-Kong, Consul-Adjunto, 1967/69.

Hong-Kong, Encarregado, 1968 e 1969.

Genebra, Delegação Permanente, Primeiro-Secretário, 1973/75.

Genebra, delegado Permanente, Conselheiro, 1975/76.

Genebra, Delegação Permanente, Ministro-Conselheiro, 1979/85.

Genebra, delegação Permanente, Encarregado de Negócios 1979/84.

Nova York, Missão junto as nações Unidas, Representante Permanente Adjunto 1988/90.

Berlim, Consul-Geral, 1990/93

Roma, representante junto a FAO, 1993/96

Seminário sobre Planificação do Desenvolvimento Econômico na América Latina, São Paulo, 1963 (observador).

Missão especial à América Latina para Assuntos da UNCTAD 1963 (membro).

I Reunião da Coordenação dos Serviços de Propaganda e Expansão Comercial no Continente Americano, Rio de Janeiro, 1963 (participante).

III Reunião de peritos Governamentais da Cepal sobre comércio e Desenvolvimento, Brasília, 1964 (membro).

III reunião preparatória da I UNCTAD, Nova York, 1964 (assessor).

I UNCTAD, Genebra 1964 (membro).
 Conferência Diplomática para a Negociação de Tratado de Cooperação de patentes, Washington, 1970 (membro).
 IX Reunião Extraordinária da Cecla, Brasília, 1971 (delegado).
 X Reunião Extraordinária da Cecla, Bogotá, 1971 (delegado).
 Conferência Especial da UNIDO, Viena, 1971 (delegado).
 IV Sessão do Grupo de Trabalho sobre Programa e Coordenação da UNIDO, Viena, 1971 (delegado).
 V Sessão da Junta de Desenvolvimento Industrial, Viena, 1971 (delegado).
 XII Reunião da Cecla, Lima, 1971 (assessor).
 Reunião Ministerial do "Grupo dos 77", Lima 1971 (delegado).
 XXVI Sessão da Assembléia Geral da ONU, Nova York, 1971 (delegado).
 III Sessão da UNCTAD, Santiago, 1972 (delegado).
 LIII Sessão do Ecosoc Genebra, 1972 (delegado).
 XXVII Sessão da Assembléia Geral da ONU, 1972 (assessor).
 Reunião do Comitê de Peritos daOMPI sobre Acordos de Licenciamento de Patentes, Genebra, 1972 (delegado).
 XV Período de Sessões da Cepal, Quito, 1973 (delegado).
 XIII Junta de Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, 1972 (delegado).
 Comitê daOMPI para Aquisição, por Parte dos Países em Desenvolvimento, de Tecnologia Referente à Propriedade Industrial, Genebra, 1973 (delegado).
 Segunda Etapa da Conferência da ONU sobre Açúcar, Genebra, 1973 (delegado e presidente do Comitê de Ajustes Cambiais).
 I Sessão do Grupo Preparatório Intergovernamental sobre Transporte Internacional Intermodal, UNCTAD, Genebra, 1973 (chefe).
 Reunião do Grupo de Trabalho sobre Descobertas Científicas,OMPI, Genebra, 1973 (delegado).
 IV Série de Sessões da Assembléia Geral, Conferência e Comitê de Coordenação daOMPI, Genebra, 1973 (delegado).
 Reuniões da Assembléia, Conferências de Representantes e Comitê Executivo da União Internacional para a Proteção de Obras Literárias e Científicas, Genebra, 1973 (delegado).

I Reunião do Comitê de Peritos Governamentais de Alto Nível, II Década, Santiago, 1973 (representante).
 LV Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento da UNCTAD, 1973 (delegado).
 XV Período das Sessões da Cepal, Quito, 1973 (delegado).
 Reuniões do Grupo de Trabalho encarregado de elaborar o projeto Pugwash de Código de Conduta para Transferência de Tecnologia, Genebra, 1974 (membro).
 III Sessão do Grupo de Trabalho sobre Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, UNCTAD, Genebra, 1974 (delegado).
 Reunião do Grupo de Trabalho sobre criação de Comitê de Ciência e Transferência de Tecnologia, Brasília, 1974 (delegado).
 III Sessão do Comitê *ad hoc* da Unido para elaboração da estratégia de longo prazo, Viena, 1974 (chefe).
 I Sessão do Comitê Permanente daOMPI para aquisição de Tecnologia pelos Países em Desenvolvimento, Genebra, 1974 (delegado).
 I Sessão do Grupo de Peritos daUNCTAD sobre a Dívida Externa, Genebra, 1974 (membro).
 LVII Sessão do Ecosoc, Genebra, 1974 (delegado, substituto).
 VI Sessão do Comitê Especial de Preferências, UNCTAD, Genebra, 1974 (delegado).
 III Sessão do Grupo Intergovernamental de Transferência de Tecnologia, UNCTAD, Genebra, 1974 (relator).
 XIV Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, UNCTAD, Genebra, 1974 (delegado).
 V Série de Reuniões dos Órgãos Administrativos,OMPI, Genebra, 1974 (delegado).
 II Sessão do Grupo de Trabalho sobre Descobertas Científicas,OMPI, Genebra, 1974 (delegado).
 II Sessão do Subgrupo III: Transferência de Tecnologia, Grupo de Trabalho sobre Criação do Comitê de Ciência e Transferência de Tecnologia, Caracas, 1974 (delegado).
 II Sessão do Grupo Preparatório Intergovernamental daUNCTAD sobre Transporte Internacional Intermodal, Genebra, 1974 (delegado).
 V Sessão do Grupo de Trabalho daUNCTAD sobre Regras de Origem, Genebra, 1974 (delegado).
 Sessões do Comitê Executivo da União Internacional para Proteção das Obras Literárias e Científicas (União de Berna) e do Grupo de Trabalho sobre Descobertas Científicas,OMPI, Genebra, 1974 (delegado).

Sessões da Assembléia Geral Extraordinária da OMPI e do Comitê de Coordenação da mesma Organização, Genebra, 1974 (delegado).

Sessão do Comitê Executivo da União Internacional para Proteção da Propriedade Industrial, Genebra, 1974 (delegado).

Grupo de Consultores Editoriais da OMPI sobre Oportunidades de Licenciamento, I Sessão, Genebra, 1975 (consultor governamental).

IV Sessão do Grupo de Trabalho da UNCTAD sobre Legislação Marítima Internacional, Genebra, 1975 (delegado).

I Sessão do Grupo de Trabalho *ad hoc* da OMPI para a Revisão da Convenção de Paris, Genebra, 1975 (delegado).

Reunião Ministerial dos "77", Preparatória da II Conferência Geral da Unido, Argel, 1975 (delegado).

II Conferência Geral da Unido, Lima 1975 (delegado).

Grupo de Peritos da UNCTAD sobre Código de Conduta para Transferência de Tecnologia, Genebra, 1975 (coordenador do Grupo do "77").

II Sessão do Grupo de Trabalho da OMPI, para Revisão da Lei Modelo sobre Invenções e Know-how, Genebra, 1975 (delegado).

VII Sessão do Comitê de Manufaturas, UNCTAD, Genebra, 1975 (delegado).

I Sessão do Grupo Intergovernamental da UNCTAD sobre Menor Desenvolvimento Relativo, Genebra, 1975 (delegado).

I Sessão do Grupo Intergovernamental de Países em Desenvolvimento sobre Estoques Reguladores, Genebra, 1975 (delegado).

XV Sessão da Junta de Comércio da UNCTAD, Genebra, 1975 (delegado).

Grupo de Trabalho sobre Invisíveis, Comitê Preparatório para a Reunião Ministerial dos "77" em Manilha, Genebra, 1975 (presidente).

VI Sessão dos Órgãos Administrativos da OMPI, Genebra, 1975 (delegado).

Comitê Executivo da União de Paris, Genebra, 1975 (presidente).

III Reunião do Comitê de Peritos sobre Descobertas Científicas, OMPI, Genebra, 1975 (delegado).

I Sessão do Comitê de Peritos da União de Estasburgo para Classificação Internacional de Patentes, Genebra, 1975 (delegado).

V Sessão do Comitê Provisório da Assistência Técnica do TCP, Genebra, 1975 (presidente).

VII Sessão do Comitê sobre Transportes Marítimos, UNCTAD, Genebra, 1975 (delegado).

I Sessão do Comitê de Transferência de Tecnologia da UNCTAD, Genebra, 1975 (delegado).

I Sessão do Conselho da Sela, Caracas, 1976 (delegado).

III Reunião Ministerial dos "77", Manilha, 1976 (delegado).

III Sessão do Grupo Intergovernamental da UNCTAD sobre Transporte Intermodal, Genebra, 1976 (delegado).

VII Sessão Extraordinária da Junta de Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1976 (delegado).

Grupo de Consultores sobre Orçamento-Programa da OMPI, Genebra, 1976 (membro).

III Sessão da Conferência de Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (delegado).

IV UNCTAD (coordenador do Grupo dos "77" na II Comissão de Tecnologia), Nairóbi, 1976 (delegado).

IV Sessão da Conferência de Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (delegado).

Grupo de Trabalho da OMPI sobre Contratos de Licença de Tecnologia e Patentes, Genebra, 1976 (delegado).

V Sessão da Conferência de Cooperação Econômica Internacional, Paris, 1976 (delegado).

Assembléia Geral da OMPI, Genebra, 1976/79 (presidente).

II e III Sessões do Grupo Intergovernamental de UNCTAD sobre Código de Conduta para Transferência de Tecnologia, Genebra, 1977 (chefe).

Seminário do European Management Forum, Montreux, 1977 (representante).

Negociações do Programa de Empréstimos com o Banco Mundial e com o BID, Washington, 1977 e 1978 (delegado).

Conferência Negociadora de um Código de Conduta Internacional sobre Transferência de Tecnologia, UNCTAD, Genebra, 1978 (subchefe).

V Reunião da Comissão Mista Brasil-Hungria, Brasília, 1978 (delegado).

II Reunião da Comissão Mista Brasil-República Democrática Alemã, Brasília, 1978 (delegado).

Reunião de Ministros do Planejamento da América Latina, Lima, 1978 (delegado).

Seminário Brasil-Japão sobre Cooperação Econômica e Comercial, Tóquio, 1978 (delegado).

Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD), Buenos Aires, 1978 (delegado).

XX Reunião da Junta de Governadores do BID, Montego Bay, 1979 (governador alterno substituto).

Negociação do lançamento de bônus da República na RFA, Frankfurt, 1979 (chefe).

Conferência Monetária Internacional, Londres, 1979 (assessor).

XXXV Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1979 (delegado).

Conferência das Nações Unidas sobre a Convenção de Transporte Internacional Multimodal, Genebra, 1979 (chefe).

I e II Sessões da Conferência das Nações Unidas sobre o Estanho, Genebra, 1980 (chefe).

II Sessão da Conferência das Nações Unidas para Convenção sobre Transporte Internacional Multimodal, Genebra, 1980 (chefe).

XI Assembléia Geral Especial das Nações Unidas para as Negociações Globais, Nova Iorque, 1980 (delegado).

XIV Sessão do Comitê de Coordenação da OMPI, Genebra, 1980 (presidente).

I Sessão do Grupo Intergovernamental de Países em Desenvolvimento sobre Sistema de Preferências (SGPC), Genebra, 1980 (presidente).

XXXVI Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1980 (delegado).

Conferências sobre "O Diálogo Norte-Sul", no Curso de Treinarント para Diplomatas Africanos Lusófonos", Centro de Altos Estudos Internacionais da Universidade de Genebra, 1980.

XXXVII Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1981 (delegado).

VII Sessão da Comissão de Empresas Transnacionais do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, Genebra, 1981 (chefe).

II Sessão do Grupo Intergovernamental de Países em Desenvolvimento sobre Sistema de Preferências – SGPC, Genebra, 1981 (presidente).

II Parte da Conferência Diplomática sobre a Revisão da Convenção de Paris para a Proteção da Propriedade Industrial, Nairobi, 1981 (chefe).

XXXVIII Sessão Anual das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1982 (delegado).

XXIV e XX Reuniões do Grupo Consultivo dos "18" – GATT, Genebra, 1982 (representante alterno).

XII Sessão dos Órgãos Administrativos da OMPI, Genebra, 1982 (chefe).

III Parte da Conferência Diplomática sobre Revisão da Convenção de Paris, Genebra, 1982 (chefe).

Grupo dos 30 sobre Cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento – CEPD, Genebra, 1982 e 1983 (presidente).

Reunião da Coordenação Latino-Americana para a VI UNCTAD, Cartagena, 1983 (delegado).

Reunião Ministerial dos "77" em preparação para a VI UNCTAD, Buenos Aires, 1983 (delegado).

Seminário sobre a temática da VI UNCTAD, Túnis, 1983 (representante).

XII Sessão Especial e XXVI e XXVII Sessões Regulares da Junta de Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1983 (delegado).

VI UNCTAD, Belgrado, 1983 (delegado).

XXI e XXII Reuniões do Grupo Consultivo dos "18" – GATT, Genebra, 1983 (representante alterno).

II Sessão do Comitê de Avaliação e Coordenação do CEPD, Túnis, 1983 (chefe).

III Sessão do Comitê de Cooperação entre Países em Desenvolvimento – UNCTAD, Genebra, 1983 (chefe).

XIV Sessão dos Órgãos Administrativos da OMPI, Genebra, 1983 (chefe).

Consulta plena da balanço de pagamentos – GATT, Genebra, 1983 (chefe).

XXIX Sessão Anual das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1983 (delegado).

II Sessão do Grupo Intergovernamental sobre Práticas Comerciais Restritivas, Genebra, 1983 (chefe).

XI Sessão das Partes Contratantes do GATT, Genebra, 1984, (delegado).

XV Sessão dos Órgãos Administrativos da OMPI, Genebra, 1984 (chefe).

XXVIII Sessão da Junta de Comércio e Desenvolvimento, Genebra, 1984 (delegado).

Visita oficial do Presidente eleito Tancredo Neves à Itália, Santa Sô, França, Portugal, Espanha, Estados Unidos, México e Argentina, 1985 (assessor).

Assembléia de Governadores do BID, Viena, 1985 (governador alterno substituto).

Assembléia de Governadores do FMI/BID, Seul, 1985 (governador alterno substituto).

Reunião do Conselho de Cartagena, Montevideu, 1985 (delegado).

Reunião do Consenso de Cartagena, Punta del Este, 1986 (representante do Ministro da Fazenda).

Visitas oficiais do Presidente José Sarney à Argentina e Estados Unidos, 1986 (assessor).

Visitas oficiais do Ministro da Fazenda aos Estados Unidos, Reino Unido, França, RFA, Japão, Suíça, Itália e Argentina, 1985/87 (assessor).

Reuniões bilaterais de preparação do processo de integração Brasil/Argentina, Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1986/87 (delegado).

Reuniões do Comitê Interino do FMI e do Comitê de Desenvolvimento FMI/BID, Washington, 1986/87 (governador alterno substituto).

Assembléia de Governadores do FMI/BID, Washington, 1986 (governador alemão substituto).

Negociações da dívida oficial brasileira – Clube de Paris, Paris, 1985/87 (chefe).

XLII Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1987 (delegado).

Conselho de Segurança das Nações Unidas, Nova York, 1988/89 (representante adjunto).

Conselho Econômico e Social (ECOSOC), II Sessão Regular, Genebra, 1988 (chefe).

XLIII Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1988 (delegado).

Grupo de Consultores do SELA sobre dívida externa, Caracas, 1988 (membro).

XIV e XV Sessões da Comissão de Companhias Transnacionais, Nova York, 1988/89 (chefe).

XXI Sessão da Comissão para o Direito Commercial Internacional (UNCITRAL), Nova York, 1988 (chefe).

XXII Período de Sessões da CEPAL, Rio de Janeiro, 1988 (representante).

XXXVI Sessão do Conselho de Administração do PNUD, Nova York, 1989 (chefe).

I a IV Sessões do Comitê Plenário da Assembléia Geral sobre a Estratégia Internacional de Desenvolvimento, Nova York, 1989/90 (vice-presidente).

XLIV Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1989 (representante).

XVI e XVII Sessões Extraordinárias da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1989 (representante).

VI Sessão do Comitê de Alto Nível sobre CTPD, Nova York, 1989 (chefe).

Assembléia Geral Extraordinária das Nações Unidas sobre Apartheid, Nova York, 1989 (delegado).

XLIV Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova York, 1989 (delegado).

Assembléia Geral Extraordinária das Nações Unidas sobre Entorpecentes, Nova York, 1990 (delegado).

Comitê Plenário da Assembléia Geral das Nações Unidas para a III Década Internacional de Desenvolvimento, 1989/90 (vice-presidente).

Publicações:

"A ONU e os interesses do Brasil no campo do desenvolvimento" em "Segurança e Desenvolvimento", Revista da ADESG, Ano XXII, nº 154.

"Transferência de Tecnologia", em "Revista Brasileira de Política Internacional", Vol. XVI, nº 63/64, 2º semestre de 1973.

"The conditions for technical cooperation among developing countries" em "World Interdependence and Economic Cooperation among Developing Countries", nº 3, Autumn 1981, Centre for Applied Studies in International Negotiations, Genebra.

"The debt crisis: how much longer?", em "Capítulos del SELA" nº 19, abril-junho, 1988, Caracas.

Ordem de Rio Branco, Comendador, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Grande Oficial, Brasil.

Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem de Mayo, Grã-Cruz, Argentina.

Stélio Marcos Amarante, Diretor-Geral do Departamento do Serviço Exterior.

REPUBLICA DE CUBA

I – Dados Básicos

O arquipélago cubano é formado pelas ilhas de Cuba e da Juventude e aproximadamente 1600 ilhas e ilhotes e escolhos. Cuba está situada no Mar das Antilhas, limitada ao Norte pelo Estreito da Flórida, ao sul pelo Estreito de Colombo, a oeste pelo Canal de Yucatán e a leste pelo passo de los Ventos. Topograficamente, cerca de sessenta por cento do território é plano, com várias planícies férteis. Destacam-se três acidentes montanhosos importantes: Sierra Maestra (ponto culminante: Pico del Turquino – 1974 metros), Sierra de Escambray e a Sierra de los Organos, As florestas tropicais que cobrem a maior parte da ilha situam-se atualmente, apenas nas regiões mais elevadas. As savanas cobrem a maior parte das planícies e consistem de árvores dispersas, arbustos e gramíneas.

Área: 114.525 km²

População: 10.937.635 habitantes

Presidente: Comandante-em-Chefe Fidel Castro Ruz

II – História

A ilha de Cuba foi descoberta por Cristóvão Colombo em 27 de outubro de 1492. Em 1519, foi fundada a cidade de São Cristóvão de La Havana, que viria a tornar-se porto e entreposto comercial das Índias Ocidentais na época colonial. Nos Séculos XVI e XVII, a base da economia cubana centrava-se na pecuária, na construção naval e na exportação de madeiras tropicais e tabaco. No início do século XIX, o cultivo de cana e a exportação de açúcar haviam-se tornado a base da economia cubana, fazendo da ilha uma próspera colônia espanhola. Em 1868, o advogado Carlos Manuel de Céspedes lidera a "República das Armas", dando início a uma guerra de independência de dez anos contra a Espanha, ao cabo da qual Cuba obtém equiparação às províncias espanholas. Em 1886, a escravidão é

abolida. A luta pela independência, entretanto, continua e, em 1895, inicia-se nova guerra contra a Espanha, liderada por Máximo Gómez, Antonio Mace- do, Guilhermón Moncada e José Martí. Os Estados Unidos, interessados em ampliar sua hegemonia sobre a ilha, intervêm no conflito, declarando guerra á Espanha e arvorando-se em "libertadores" de Cuba. Pelo Tratado de Paz, assinado em 1898 entre os Estados Unidos e Espanha, esta renuncia a Cuba e retira-se da ilha, em 20 de maio de 1902 declara-se a República.

De 1902 a 1959, Cuba foi governada por diversos presidentes – último dos quais foi o ditador Fulgêncio Batista – praticamente todos alinhados aos crescentes interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos na ilha. Fulgêncio Batista sobe ao poder em março de 1952 por um golpe militar e inaugura uma ditadura impopular pró-americana, que duraria até os últimos dias de 1958, quando um exército revolucionário, liderado por Fidel Castro e tendo como principais chefes Raúl Castro, Ernesto "Che" Guevara e Camilo Cinfuegos, ganha controle do país e da capital. Os dirigentes revolucionários assumem o poder em 1º de janeiro de 1959.

Instalado no Governo, Fidel Castro inicia profundas reformas de cunho econômico-social, valorizando o nacionalismo e a independência cubana das influências externas, inclinando-se posteriormente ao marxismo-leninismo como forma de governo. Em 1960, expropriam-se as firmas de capital americano no país. As relações com os Estados Unidos tornam-se cada vez mais tensas, até o rompimento diplomático, em 3 de janeiro de 1961, seguido do embargo econômico norte-americano – vigente até os dias atuais – e da tentativa fracassada de invasão da ilha por cubanos exilados nos Estados Unidos, apoiados pela CIA, em abril daquele ano, na Baía dos Porcos.

Em razão de seu sistema de governo, distinto dos demais países da região, de suas implicações políticas, além de forte pressão norte-americana, Cuba sofre, nos anos 60, isolamento diplomático latino-americano, que viria, paulatinamente, romper-se na década seguinte. Em fevereiro de 1976, após referendum nacional, passa a vigorar a Constituição da República Socialista de Cuba, cujas disposições determinam uma organização institucional semelhante á da União Soviética brejneviana, unipartidária e coletivista.

Atualmente, após a extinção do bloco soviético e consequente redução do apoio econômico de Moscou a Havana, Cuba ensaiá uma tímida reforma

político-econômica, conquanto permaneça firme em seus propósitos de manter e viabilizar um sistema socialista de governo, o qual se tem baseado, por necessidade e força das circunstâncias, em crescentes recursos por diversos segmentos da economia a virtuais regras de mercado.

III – Relações Bilaterais

As relações entre o Brasil e Cuba receberam grande impulso em 1994, quando se registraram visitas ao Brasil do Vice-Presidente do Conselho de Estado de Cuba, Carlos Lage, e do Ministro das Relações Exteriores cubano, Roberto Robaina, bem como viagem a Cuba do então Chanceler Celso Amorim.

No plano político, defendemos, na XXIV Assembléia Geral da OEA, realizada em Belém, em junho de 1994, a necessidade do reexame da situação de Cuba no contexto daquela Organização. Na IV Conferência Ibero-Americana, no mesmo mês, em Cartagena, o então Presidente Itamar Franco ressaltou que as incipientes reformas em Cuba deveriam ser apoiadas por uma política de mão estendida e não de isolamento político e econômico.

Em março deste ano, em resposta á aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos da Lei Helms Burton, o Grupo do Rio emitiu declaração, cujo texto foi proposto pelo Governo Brasileiro, na qual condena o caráter de extraterritorialidade do referido instrumento legal. Tal posição refletiu-se, durante XXVI Assembléia Geral da OEA no Panamá, em junho último, no apoio brasileiro a resolução aprovada no plenário da Comissão Geral da Organização, em repúdio á lei Helms-Burton. A esse respeito, mantém o Brasil posição tradicional de princípio contra a adoção extraterritorial de leis internas.

O Brasil acompanha com interesse o processo de reformas em curso em Cuba, o qual considera um passo importante no sentido de viabilizar a plena reinserção daquele país no convívio hemisférico. Nesse sentido, o Brasil votou, no âmbito da Assembléia Geral das Nações Unidas, a favor das resoluções 47/19, 48/18, 49/9 e A-50/L10, pedindo a suspensão do embargo norte-americano a Cuba, por considerar contrária ás normas do Direito Internacional a aplicação, com fins políticos, de sanções de caráter econômicos e comercial.

O Brasil tem-se abstido nas votações da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, quando da abordagem da situação em Cuba, por considerar que a questão vem sendo conduzida de maneira política. Em vários encontros entre autoridades brasileiras e cubanas, nos últimos anos, foi

apontada informalmente a conveniência de um gesto positivo do Governo cubano na área dos direitos humanos, como, por exemplo, a concessão de permissão ao Relator Especial sobre Cuba da CDH, Carl Hohan Groth, para que visitasse a ilha. Quando da visita do então Ministro das Relações Exteriores a Havana, de 8 a 10 de julho de 1994, foi-lhe antecipada a intenção cubana de receber o Alto Comissário para Direitos Humanos das Nações Unidas, José Ayala Lasso. A visita do Alto Comissário concretizou-se em novembro de 1994, tendo o Governo cubano antecipado, na ocasião, que ratificaria a Convenção sobre Tortura e que analisaria a possibilidade de aderir aos pactos internacionais sobre Direitos Civis e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O Governo brasileiro deseja intensificar o diálogo político bilateral e veria com agrado o retorno de Cuba à plena participação na comunidade hemisférica, sem pretender, com tal postura, assumir posição de mediação entre Cuba e terceiros países. Nesse sentido, o Governo brasileiro tem a disposição de explorar as possibilidades de diálogo com Havana, em benefício do relacionamento bilateral e de forma a contribuir para a gradual reinserção de Cuba no convívio regional.

No plano comercial, o intercâmbio bilateral, enquanto se tenha ressentido da crise econômica cubana, registrou, ao longo de 1995, exportações brasileiras da ordem de US\$42,4 milhões e importações no patamar de US\$ 36 milhões.

ANTIGUA E BARBUDA

I – Dados Básicos

O arquipélago antiguano é formado pelas ilhas de Antigua, Barbuda e Redonda, esta última desabitada. Antigua e Barbuda está situada ao leste da América Central, encontra-se a 463km ao sudoeste de Porto Rico e é limitada pelo Oceano Atlântico. O relevo antiguano apresenta regiões onduladas, sendo o ponto mais elevado o pico Boggy, com 402 metros de altitude.

A economia de Antigua e Barbuda é composta basicamente pela agricultura, indústria e turismo. Sua produção agrícola consiste, basicamente, de hortaliças e frutas tropicais. A pecuária inclui a criação de bovinos, ovinos e aves. A pequena atividade industrial é baseada na produção de rum, vestuário, eletrodomésticos e montagem de componentes eletrônicos. A pesca alcançou, em 1991, o volume de 2,3 mil toneladas. Em 1991, as exportações totalizaram 345,7 milhões de dólares (pepino, abóbora e componentes elétricos), ao passo que as importações

es somaram 403,1 milhões no mesmo período (alimentos, animais vivos, bebidas, combustíveis, produtos químicos, máquinas industriais, equipamentos de transporte).

Área: 441,6km²

População: 63,8 mil habitantes (1992)

Regime: Monarquia parlamentarista

Chefe de Estado: Rainha Elizabeth II, da Inglaterra, representada pelo Governador-Geral James Carlisle, desde junho de 1993.

Chefe de Governo: Primeiro-Ministro Lester Bryant Bird, desde março de 1994.

Legislativo bicameral: Senado, com 17 membros indicados e Câmara de Representantes com 17 membros eleitos por voto direto para mandatos de 5 anos.

II – História

As ilhas de Antigua e Barbuda foram descobertas por Cristóvão Colombo em 1493 e colonizadas pelos ingleses no início do século XVII.

Barbuda começa a ser ocupada em 1628, e, em 1680, é doada à família Codrington como entreposto de escravos. Antigua é cedida ao Lorde Willoughby em 1632, tendo como base o cultivo de tabaco e, depois, a cana-de-açúcar. Em 1680, Barbuda é anexada a Antigua. No século XIX, a emancipação dos escravos e desastres naturais abalam a economia das ilhas.

Em 1951, ainda sob a tutela britânica, Antigua e Barbuda têm as primeiras eleições livres. O Movimento Trabalhista Progressista (MTP) e o Partido Trabalhista de Antigua (PTA), inspirados no trabalhismo britânico e com poucas diferenças entre si, alternam-se no poder. Em 1975, Antigua e Barbuda concordam em buscar a independência em separado. Nas eleições de 1976, o MTP faz campanha pela independência imediata, a que se opõe o PTA. Mas, em 1978, o PTA, no governo, se declara a favor da independência. A união de Antigua e Barbuda como Estado soberano associado à Comunidade (Commonwealth) Britânica ocorre em 1981.

III – Relações Bilaterais

As relações Brasil-Antigua e Barbuda têm-se caracterizado pela cordialidade e pelo reconhecimento mútuo do potencial para seu estreitamento. O relacionamento bilateral tende a ganhar novo impulso com a perspectiva de maior aproximação brasileira com os países caribenhos, a partir da recente decisão do Brasil de solicitar a outorga do *status* de observador junto à Associação de Estado do Caribe-AEC. As ações de caráter cultural e comercial, numa progressão constante, sem grande dispêndio de re-

cursos, assegurariam ao Brasil uma presença maior em Antigua e Barbuda, e um grau de relacionamento que atenderia, também, aos nossos interesses nos foros multilaterais, tanto regionais quanto de alcance mundial. Ressente-se, entretanto, o relacionamento da ausência de qualquer projeto de cooperação bilateral. Diversos caminhos estão sendo explorados na área da assistência técnica, cooperação esportiva (técnicos de futebol e vôlei) e bolsas no âmbito do programa Estudante Convênio e o Instituto Rio Branco.

O Acordo de Cooperação, firmado em 1983, quando da visita ao Brasil do primeiro-ministro de Antigua e Barbuda, Vere C. Bird, não foi ratificado e não está em vigor. A Embaixada cumulativa em Havana tem envidado esforços no sentido de proceder, a curto prazo, à troca dos respectivos documentos de ratificação.

São praticamente inexistentes as relações comerciais, embora haja espaço considerável para venda de produtos e serviços brasileiros às ilhas. Entretanto, produtos brasileiros são comumente encontrados na ilha, importados por intermédio de *trading*s que operam nos portos livres do Panamá e de Porto Rico.

(A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Bezerra.

É lido o seguinte:

AVISO Nº 2.122 – MJ

Brasília, 20 de novembro de 1996

Senhor Presidente,

Em atenção ao Ofício nº 1.525 (SF), datado de 4 de novembro corrente, no qual essa Casa Legislativa comunica a aprovação do Requerimento nº 1.019, de 1996, de autoria dos Senadores Jader Barbalho, Gilvam Borges e Ernandes Amorim, convocando-me para prestar, perante o Plenário do Congresso Nacional, informações sobre esta Pasta, comunico a Vossa Excelência que estarei à disposição do Senado Federal no dia 11 de dezembro de 1996, às 15h00min.

Atenciosamente, Nelson Jobim, Ministro de Estado da Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos

da alínea e do art. 397 do Regimento Interno, a sessão do próximo dia 11 de dezembro será destinada exclusivamente ao cumprimento daquela finalidade.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – A Presidência recebeu Ofício nº 1.026/96, do Secretário de Turismo do Distrito Federal, através do qual agradece o empenho do Senado em abrir suas portas à visitação pública, contribuindo, assim, para o crescimento do turismo na Capital da República.

É o seguinte o ofício recebido:

OF. Nº 1.026/96 Gab/Setur

Brasília, 14 de novembro de 1996

Senhor Senador.

É com muito prazer que dirijo-me a Vossa Excelência para agradecer o empenho na abertura do Senado Federal aos finais de semana e feriados, sem o qual não teria sido possível atender este pleito da Secretaria de Turismo e do Governo do Distrito Federal.

Atitudes como essa demonstram o comprometimento de Vossa Excelência com a boa formação dos cidadãos brasilienses e brasileiros e a contribuição para construção de um país melhor para todos nós.

Me orgulho, neste momento, de poder dizer que eu e minha equipe integramos o primeiro grupo que participou do Senado Federal Tour, no dia 3 de novembro do corrente ano.

Nunca tive dúvida de que essa iniciativa seria um sucesso, como as estatísticas da visitação ao Senado vêm mostrando.

Solicito que transmita a seus pares os meus parabéns pela determinação e o pioneirismo dessa atitude.

Renovo meus agradecimentos e protestos de estima e consideração.

Atenciosamente, Rodrigo Rollemberg – Secretário de Turismo

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Sobre a mesa, expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Bezerra.

É lido o seguinte:

OF. PSDB/I/Nº 2.403/96

Brasília, 20 de novembro de 1996

Senhor Presidente,

Venho solicitar a Vossa Excelência a gentileza de determinar a substituição dos Deputados José Aníbal como membro titular, e Ubiratan Aguilar como membro suplente, pelos Deputados Ubiratan Aguilar e Alexandre Santos, respectivamente, para integra-

rem a Comissão Mista destinada a analisar a Medida Provisória nº 1.518-2/96.

Atenciosamente, – Deputado Ubiratan Aguiar, 1º Vice-Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Se-rão feitas as substituições solicitadas.

A Presidência comunica ao Plenário que, tendo sido aprovados, em 19 último, os Requerimentos nºs 1.071 e 1.072, de 1996, destinados a homenagear os 50 anos do jornal **O Liberal**, de Belém, Pará, completados no dia 15 último, concede a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge.

Convidado o Sr. Ossian Brito, Diretor e Jornalista do Jornal **O Liberal**, e as Jornalistas Sônia Vinha e Silvana Scossim para tomarem assento no plenário.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, Sr's e Srs. Deputados do meu Estado que participam deste evento, ilustre Senador Ademir Andrade, que comigo postulou esta homenagem do Senado Federal, ilustre Jornalista Ossian Brito, que, neste ato, representa o Grupo Liberal, ilustres jornalistas aqui presentes, em todo o mundo, os ideais democráticos encontram, na imprensa, um dos seus alicerces. É na sua liberdade e profissionalismo que ganhamos força. Nela, aspirações populares encontram ressonância e ganham corpo, trazendo à sociedade os benefícios de que necessita. No Pará e em toda a Região Norte somos testemunhas desse incontestável fenômeno social.

Na última sexta-feira o Jornal **O Liberal**, que é conhecido como o **Jornal da Amazônia**, dada a sua grande penetração em todos os rincões da grande planície, completou 50 anos de existência. O evento foi comemorado pela comunidade paraense, que há muito o elegeu como principal referencial de suas atividades econômicas, culturais, sociais e políticas.

É um jubileu que realmente enobrece o Pará, pois comemora o desenvolvimento do seu maior veículo de comunicação, que se firmou como instrumento de difusão que cultiva a seriedade de noticiar os fatos tal como eles ocorrem, sem apego ao sensacionalismo irresponsável de intuito meramente comercial.

Seu nome representa não apenas uma homenagem ao liberalismo de idéias, mas tem expressiva conotação histórica, diretamente relacionada aos fatos políticos e sociais que há meio século traçavam o destino da nossa sociedade paraense.

No ano passado, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, com justa razão, homenagearam

os 49 anos de **O Liberal**. Foram eventos significativos em que muitos Parlamentares, inclusive eu, deram o seu testemunho, demonstrando a importância que o jornal tem para a nossa região.

E hoje prestamos mais uma vez nossas homenagens a esse jornal que completa meio século de existência. Como autor de um dos requerimentos, ao lado do Senador Ademir Andrade, junto-me à família paraense para, neste plenário, apresentar minhas congratulações.

Quero lembrar que, na edição do último dia 15, que foi excepcional, o jornal publicou um resumo da sua história brilhante, com dados importantes da história do Pará, uma ríova visão da nossa grande revolução popular, a Cabanagem.

O Liberal circulou pela primeira vez em 15 de novembro de 1946, durante a festa comemorativa da Proclamação da República, exatamente no dia em que o País ganhava uma nova Constituição, revestida do espírito liberal. Nasceu, assim, em meio ao espírito da redemocratização que ampliava os horizontes brasileiros e coincidia com o ânimo renovador e libertário dos homens que se associaram para conduzir o projeto que poderia concretizar as promessas daquele momento histórico.

A força do trabalho solidário manifestou-se logo no primeiro momento, quando os companheiros do antigo Partido Liberal cotizaram-se para comprar as máquinas que iriam colocar no papel suas idéias e defender a candidatura ao Governo do Estado do então interventor, Major Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, neutralizando o bombardeio que o Jornal **A Folha do Norte** lhe impunha.

Mas, mesmo com o jornal a seu favor, Barata não conseguiu o seu intento. Foi derrotado nas eleições de 1950 por seu adversário, General Alexandre Zacharias de Assumpção. A derrota trouxe graves reflexos ao jornal que, mesmo colecionando muitos êxitos e enfrentando grandes desafios, teve sua situação financeira seriamente abalada e por pouco não foi decretada a sua falência. Em 1964, para fugir da crise, o então vespertino foi vendido ao Jornalista Ocyr Proença. Dois anos mais tarde, **O Liberal** foi vendido ao saudoso empresário e Jornalista Rômulo Malorana, do qual já havia sido chefe do departamento de publicidade e colunista social.

Dinâmico e empreendedor, Rômulo introduziu o sistema **off set**, o primeiro da Amazônia, dando início à arrancada para a consolidação de um potente complexo jornalístico, que acompanharia, a passos largos, a evolução das comunicações brasileiras. Filho de um casal de imigrantes italianos, o per-

nambucano Rômulo Maiorana foi um visionário empreendedor. Radicou-se em Belém em 1953, quando para lá levou uma filial de sua empresa de publicidade, a Duplex Ltda., a primeira de uma série de atividades empresariais vitoriosas. Arrojado em suas ações, Rômulo soube, como ninguém, investir na qualidade das informações que levava ao público, o que lhe garantiu um sucesso progressivo, hoje representado pelo Sistema Rômulo Maiorana de Comunicações, o maior pool de comunicação do Estado do Pará e da Região Amazônica, do qual o Jornal **O Liberal** é o principal veículo.

No entanto, em sua trajetória de sucessos, **O Liberal** deparou-se, em 1986, com o seu maior desafio: o falecimento de Rômulo Maiorana. Foi preciso muita perseverança e fé para superar a sua ausência. Coube à sua família, sob a tutela de sua esposa Lucidéa Maiorana, dar continuidade a esse grandioso trabalho. Ela teve e tem ao seu lado seus sete filhos, que são os seus auxiliares: Rômulo Maiorana Júnior, atual Vice-Presidente do jornal, Ronaldo, Rosana, Rosemary, Rosângela, Ângela e Roberta.

A herança do compromisso com a verdade, liberdade e modernidade deixada pelo pai não intimidou essa jovem equipe que, com o apoio de profissionais do mais alto gabarito, como é o caso do nosso Jornalista Ossian Brito e outros, soube superar todas as barreiras e consolidar, nessa última década, a liderança incontestada exercida pelo Sistema Rômulo Maiorana de Comunicações.

Hoje, **O Liberal** é um dos jornais mais modernos do País, com excelente corpo editorial e uma tiragem que, aos domingos, chega a 108 mil exemplares. A sua nova sede, idealizada pelo Vice-Presidente, Rômulo Maiorana Júnior, foi estruturada a partir de avançados métodos de administração empresarial e dispõe de equipamentos de informática capazes de tomar muito mais rápido e eficiente o acesso dos leitores às informações analisadas pelo corpo de editores. A evolução do padrão tecnológico vem complementar uma qualidade editorial que serve de referência às empresas jornalísticas em todo o País.

Um veículo de comunicação dessa estatura não se faz em um dia. Nesses 50 anos de existência houve muita luta para conquistar o respeito e a credibilidade dos leitores. O jornal tem o discernimento necessário para levar a notícia ao seio da sociedade com a preocupação de não agredir, não acirrar ânimos nem desfraldar falsas bandeiras e iniciar lutas inglórias. Ele se caracteriza por abrir espaços a to-

dos que desejam divulgar suas idéias, dando uma contribuição incomensurável à arte, cultura e política do Estado.

O Sr. Jader Barbalho - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE - Com todo prazer, nobre Senador.

O Sr. Jader Barbalho - Desejo cumprimentar V. Ex^a pela iniciativa de propor esta homenagem ao Jornal **O Liberal**, que acaba de completar 50 anos. Desejo, na condição de representante do Pará, como V. Ex^a e o Senador Ademir Andrade, no Senado, e também na condição de Líder do PMDB, nesta Casa, unir-me à manifestação que V. Ex^a faz, e também aqui tributar as nossas homenagens a um jornal que confunde a sua história, nos últimos 50 anos, com a história do Pará. Bem registrou V. Ex^a, este jornal nasceu como um jornal político, num momento de transformação da vida brasileira, num momento em que o País se redemocratizava, em 1946. Serviu, num largo espaço de tempo, como jornal político; chegou, inclusive, a ser editado como órgão de partido político. Retrata, nesse espaço de tempo, uma parte da história do Pará e da sua política, particularmente cheia de episódios que já fazem parte da história, mas que continuam na memória do povo paraense. V. Ex^a também ressaltou, e eu o cumprimento por isso, que este jornal, que nasceu como um jornal eminentemente político-partidário, viveu, a partir de um determinado momento – o momento em que o empresário Rômulo Maiorana o assumiu –, uma nova fase. Portanto, esse jornal tem várias histórias, histórias que retratam, na verdade, cada época, dentre as quais esta época de modernidade a que V. Ex^a se refere. Desejo, neste momento, unir a minha palavra de reconhecimento à memória do empresário Rômulo Maiorana pelo investimento que fez, pelo crédito que deu nesta área empresarial, fazendo com que no jornalismo pudéssemos ter um jornal moderno e que serve à opinião pública do Estado do Pará. Desejo, portanto, ao fazer essa manifestação, unir-me a esses 50 anos de história, história de todos aqueles que fizeram **O Liberal**, e cumprimentar os familiares de Rômulo Maiorana, que assumiram e deram prosseguimento à sua obra de fazer com que o Pará possa ter um jornal forte, um jornal que pode se igualar aos melhores jornais do Brasil. Portanto, na condição de representante do Estado do Pará, como V. Ex^a, e de Líder do PMDB nesta Casa, quero manifestar, nestas minhas rápidas palavras, o meu regozijo pelo fato de o **O Liberal** completar 50 anos, e 50 anos que, na verdade,

retratam não só a história de uma empresa vitoriosa, mas a história do Pará.

O SR. COUTINHO JORGE — Senador Jader Barbalho, V. Ex^a, de forma lúcida, inteligente e concisa, conseguiu ampliar o conteúdo do nosso singelo pronunciamento, enriquecendo e mostrando o seu conhecimento, o seu entendimento do papel deste grande veículo de comunicação que é *O Liberal*.

Agradeço a participação de V. Ex^a. Por certo, o meu pronunciamento fica enriquecido.

O Sr. Hugo Napoleão — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE — Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Hugo Napoleão — Agradeço a V. Ex^a, eminente Senador Coutinho Jorge. Associo-me, na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal, nesta Casa, às justas homenagens ao cinqüentenário do jornal *O Liberal*, de Belém do Pará. Tenho fortes vinculações com a terra de V. Ex^a, do Senador Jader Barbalho, do Senador Ademir Andrade, vínculações essas que levam a que a minha Cerdão de Nascimento seja originária do Belém do Pará, embora eu tenha nascido, como sabe V. Ex^a, nos Estados Unidos, e a minha Cerdão foi transcrita no Cartório de Napoleão Figueiredo, em Belém, onde nasceu o meu pai, onde meu avô advogou por longos anos. Dessa vinculação creio que V. Ex^a já tinha conhecimento. Mas este é um momento de grande significado para a história do Pará, como salientou o nobre Senador e Líder do PMDB, Jader Barbalho, para a democracia, para a liberdade, para o cívismo, para a cultura, enfim, para o humanismo. Tive a grata alegria de receber uma homenagem do jornal *O Liberal*, em Belém, quando era Ministro de Estado das Comunicações, no Governo do Presidente Itamar Franco. Lá, fui para o Clírio de Belém lançar o selo comemorativo dos 200 anos e, simultaneamente, a telefonia celular móvel. De modo que, tendo recebido essa homenagem, fiquei lisonjeado e impressionado com o estilo e com a organização ímpar do jornal. Portanto, quero também estender as minhas homenagens pessoais, e as do meu PFL, a esta Instituição, e aos familiares de Rômulo Maiorana os meus sinceros cumprimentos.

O SR. COUTINHO JORGE — Ilustre Líder Hugo Napoleão, fico feliz com a sua intervenção ao meu pronunciamento. V. Ex^a que é, de coração, um paraense, que tem uma história ligada àquele Estado. Lembro-me que V. Ex^a fazia questão de mostrar, quando estava na terra, a casa em que viveu em nossa Belém.

A homenagem que V. Ex^a recebeu, quando Ministro, foi uma homenagem absolutamente justa. Por isso, as suas observações, as suas lembranças, por certo, enriquecem este momento importante, o nosso pronunciamento, este evento em que todos nós, juntos, estamos homenageando esse grande veículo de comunicação que é *O Liberal*. Muito obrigado pela sua intervenção.

O Sr. Eclio Alvares — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE — Concedo aparte ao ilustre Líder do Governo, Senador Eclio Alvares.

O Sr. Eclio Alvares — A homenagem que é prestada hoje ao *O Liberal* pode ser até emblemática no sentido da imprensa brasileira, que, nos Estados, fomenta o desenvolvimento, o progresso e a cultura. Nesta semana ainda, juntamente com Senadores do Espírito Santo, com a Bancada Federal, comemoramos, em sessão solene da Câmara, o aniversário do Jornal *A Gazeta*, que também tem uma longa tradição em nosso Estado. E, na ocasião, todos os integrantes da Bancada do Espírito Santo foram unâimes em ressaltar a importância de *A Gazeta* na vida e no desenvolvimento político e cultural do nosso Estado. *O Liberal* tem uma tradição. Hoje, eu diria, apesar de ser um jornal do Pará, ele tem uma ressonância nacional. E todo jornal tem uma história, todo jornal, evidentemente, é feito com a abnegação daqueles que são os seus fundadores do curso da sua vida, com a participação intensa dos que mantêm a chama do primeiro momento. Hoje, essa homenagem é uma homenagem, eu diria, nacional. Estamos aqui reunidos — esta Casa é a Casa que representa todos os Estados brasileiros — para dizer aos atuais dirigentes de *O Liberal* que encaramos com muita proficiência a vocação democrática desse importante órgão da vida pública brasileira, que, no seu Estado, tem aqui a abrilhantá-lo a participação de dois grandes Líderes, os Senadores Ademir Andrade e Jader Barbalho. O Pará cada vez mais se exalta e cresce aos nossos olhos pela ação não só dos seus políticos, mas também da imprensa, que é marcada pela linha de um jornal como *O Liberal*. Como Líder do Governo no Senado, quero me associar a esta homenagem e dizer que seja *O Liberal* um exemplo de linha de conduta, de comportamento, de vocação de vida democrática para todos os demais órgãos do Brasil que nas capitais dos nossos Estados fomentam, inegavelmente, o desenvolvimento do processo democrático.

O SR. COUTINHO JORGE — Ilustre Líder, incorporamos suas considerações ao nosso pronun-

ciamento, pois elas o enriquecem e fazem justiça ao grande Jornal **O Liberal**.

Fica, assim, registrada a nossa homenagem ao Jornal **O Liberal**, que honra o Pará, a Amazônia e o Brasil, pelo seu passado histórico, pelo seu presente brilhante, moderno e eficiente e pelo seu futuro promissor. Homenageamos todos os que fazem desse veículo de comunicação o que ele é hoje; desde a mais alta administração, a cúpula que administra esse jornal, até o mais simples funcionário que realiza o seu papel. É da soma do esforço de todos que podemos nos beneficiar da qualidade, da eficiência, do grande veículo que é **O Liberal**.

Para concluir, quero lembrar, na pessoa do representante do grupo, o caro Jornalista Ossian Brito, que a sua história jornalística confunde-se com a história do próprio **O Liberal**. Muito V. S^a contribuiu no passado e ainda contribui no presente para que o Jornal **O Liberal** seja o que é e para o que será no futuro.

Na sua pessoa, nossa homenagem à família de Rômulo Matorana, que comanda o grupo com eficiência e grandeza, e a todos que fazem e farão de **O Liberal** o grande jornal que é e continuará sendo, honrando nosso Pará, nossa Amazônia e nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Valmir Campelo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, S^{rs} e Srs. Senadores, honra-me ocupar hoje esta tribuna para homenagear um dos segmentos mais importantes na sociedade brasileira, que é a imprensa escrita, registrando nesta ocasião a passagem dos cinqüenta anos de atividade do Jornal **O Liberal**.

Quero aqui registrar a presença do Jornalista Ossian Brito, diretor da sucursal de Brasília, de Silvana Scossim, gerente executiva, e da nossa brava companheira, Jornalista Sônia Vinhas; também quero registrar a presença dos Deputados Federais do meu Estado, Hilário Coimbra, Olávio Rocha, Vic Pires Franco, Anivaldo Vale, Elcione Barbalho e Raimundo Santos, todos somando-se nesta justa homenagem.

Como salientei no requerimento para a realização desta homenagem, a História do Estado do Pará está umericalmente ligada à trajetória de **O Liberal**, não podendo deixar de verificar algumas coincidências com a própria História do País.

Exatamente no dia 15 de novembro de 1946, quando a Nação lembrava mais uma passagem co-

memorativa da Proclamação da República, o Jornal **O Liberal** circulou, em sua primeira edição, pelas ruas de Belém. Naquele mesmo dia, o País ganhava uma nova Constituição, marcada pelo espírito liberal, que acabou por inspirar o nome do novo jornal.

Iniciando suas atividades com circulação vespertina, **O Liberal** foi fundado sob a égide política do Partido Social Democrata – PSD –, numa época em que a organização político-partidária brasileira admitia a organização de Partidos regionais, como era o caso do PSD, cuja principal liderança destacava a figura do então Interventor Joaquim de Magalhães Cardoso Barata. Constituía, portanto, um órgão panfletário, cujo principal objetivo era exatamente o de propagandear as idéias e as propostas políticas do PSD e de seu maior Líder, Magalhães Barata, diretamente envolvido na disputa das eleições para o Governo do Estado, conforme dispunha a nova ordem institucional originada no processo de redemocratização do País.

Mais do que simplesmente fazer campanha em favor da candidatura do Major Moura Carvalho, apontada pelo PSD de Magalhães Barata para sua sucessão, **O Liberal** deveria servir de trincheira contra os ataques desferidos pela **Folha do Norte**, outro importante jornal que, na época, circulava em Belém, traduzindo assim as paixões que aproximavam a imprensa escrita da política partidária.

Já em sua primeira edição, **O Liberal** antecipava uma atuação marcante na vida paraense, esclarecendo em seu editorial que entrava "para a luta cotidiana com o espírito adulto e o coração tranquilo. Nossa patrimônio é cívico e moral... Somos fortes, portanto, generosos... Nossa conduta é serena e elevada..."

É de se notar que esses princípios, defendidos desde a primeira hora, não envelheceram nos últimos 50 anos. Muito pelo contrário, testemunham o que se pode considerar como uma grande conquista do povo paraense, que hoje se orgulha de possuir um dos maiores e mais modernos jornais do País.

Voltando um pouco à história de **O Liberal**, convém mencionar que um longo caminho foi percorrido até que a primeira edição pudesse chegar às ruas. Em 1945, Magalhães Barata, antevendo a necessidade de um veículo de propaganda de seu partido político, reuniu alguns correligionários para discutir a fundação de um jornal que cumprisse este objetivo. Estava lançada, assim, a idéia de formar uma sociedade anônima que seria a mantenedora do empreendimento.

Barata e seus seguidores acreditavam que um partido político que se pretendia forte não poderia

existir sem um jornal que se dedicasse à sua propaganda.

Formado o capital do empreendimento com o primeiro grupo de acionistas, **O Liberal** instalou-se em prédio próprio à rua Santo Antônio, esquina com a Praça Dom Macedo Costa, fazendo frente para a rua Gaspar Viana, em imóvel que na época custou Cr\$100 mil. Menos de um ano depois de instalado, **O Liberal** punha para circular sua primeira edição.

A primeira diretoria do jornal foi constituída pelo redator-chefe, Lindolfo Mesquita; pelo secretário, Paulo Eleutério Filho, que veio a ser assassinado por motivos políticos na própria redação do jornal; e pelo gerente, José Camargo.

Apesar de ter a seu favor o peso de um jornal que já nascera grande, Magalhães Barata não conseguiu seu principal intento e foi derrotado nas eleições de 1950 pelo então candidato adversário, o General Zacharias de Assumpção.

A derrota, fruto de uma onda de insatisfação popular com os grupos políticos que naquele momento histórico detinham o poder e persistiam em mantê-lo, calou fundo entre os chamados "baratistas" e trouxe graves reflexos para a vida empresarial de **O Liberal**, uma vez que naquele período eram comuns as perseguições e retaliações políticas dos vencedores sobre os vencidos.

Desde então, o jornal passou a enfrentar sérias dificuldades, ficando, por diversas ocasiões, à beira da falência, situação essa que não foi nem mesmo possível equacionar de todo com a volta de Magalhães Barata ao poder.

Para evitar a derrocada total, o jornal foi vendido, em pleno fervilhar do ano de 1964, ao Jornalista Ocyr Proença, que apesar de todo o esforço não conseguia recompor a vitalidade do empreendimento.

O destino, porém, senhor de todas as circunstâncias, não poderia permitir que uma iniciativa originada na vontade de fazer com que o Pará e seu povo ocupassem lugar de merecido destaque na vida brasileira pudesse sucumbir.

Corria o ano de 1966, quando **O Liberal** passou às mãos de Rômulo Maiorana. Estava iniciada uma nova fase na vida do jornal e da imprensa em nossa terra.

Filho do casal de imigrantes italianos, Francisco Maiorana e Angelina Chiappeta Maiorana, Rômulo nasceu aos 20 dias de outubro do ano de 1922, na cidade de Recife/PE. Dinâmico e inquieto desde cedo, logo Rômulo partiu para o enfrentamento de grandes desafios, indo para a Itália para continuidade

aos estudos iniciados em dois colégios religiosos do Recife.

De volta ao Brasil, Rômulo chega à Belém do Pará em 1953, acompanhado de seu sócio Nelsindo Valença. Jovens e empreendedores, os dois perseguiram novas oportunidades de negócios para a empresa Duplex Publicidades, que foi o primeiro empreendimento de uma série de tantos outros na carreira vitoriosa de Rômulo Maiorana.

O primeiro negócio de sucesso da dupla Rômulo e Nelsindo, em Belém, foi a instalação de placas indicativas nas paradas de ônibus, uma novidade necessária que deu certo.

Com o retorno de Nelsindo Valença para o Nordeste, Rômulo decidiu permanecer em Belém. Ficou, porque aprendeu a amar o solo e a gente daquela terra, da qual dizia ser "uma terra e um povo que não se definem. A gente os sente. E gosta de senti-los..."

Várias foram as incursões de Rômulo Maiorana no meio empresarial paraense, alguns até de destaque tão relevante que acabaram por se tornar referência no meio empresarial, como a cadeia de lojas RM Magazine, que implantaram uma nova concepção na vida comercial da cidade, além de outros empreendimentos como a Pan Publicidade, Confecções Strassi, Poliboliche e a Transamazon, empresas que, apesar de pequenas, traziam sempre a marca visionária do grande empreendedor que foi Rômulo Maiorana, cuja visão de futuro permitiu, entre outras coisas, tornar-se um dos fundadores do Clube de Diretores Lojistas de Belém.

A visão do homem de negócios não se desvia, no entanto, da vocação do homem de imprensa.

Em 1958, servindo aos jornais **O Liberal** e **Folha do Norte** como contato comercial através da Duplex Publicidades, o empresário teve seu tino jornalístico reconhecido através de um convite para ser colunista social de **O Liberal**, ocupando, mais tarde, a chefia do departamento de publicidade do jornal. Além de a coluna social "Flagrantes Sociais", Rômulo passou a escrever também uma página semanal denominada "Sempre aos Domingos".

A cumplicidade entre Rômulo Maiorana e **O Liberal** registra fatos pitorescos, como a estratégia para o crescimento do volume de anúncios, cujo objetivo era consolidar em nome do jornal, mediante iniciativas como, por exemplo, a campanha para a venda de apartamentos no Edifício Manoel Pinto da Silva, então o maior edifício construído no Norte do Brasil.

Neste mesmo ano de 1958, **O Liberal** não se dizia mais "órgão informativo do PSD". Hélio Guei-

ros, atual Prefeito de Belém, ocupava a chefia de redação do vespertino, que passou a caracterizar-se por uma linguagem mais dinâmica de jornalismo, acompanhando assim as mudanças e evoluções observadas na imprensa mundial, cujo **boom** se deu exatamente naquele período em que triplicou o número de emissoras de rádio, surgiram novas agências de notícias, e consolidou-se uma revolução nos meios de comunicação de massa com o advento da televisão.

Embora voltando-se para assuntos de interesse geral como esportes, cultura, segurança pública, dentre outros, **O Liberal** não conseguia, contudo, manter-se afastado do cenário político. E foi exatamente nesse ambiente que se deu o maior desafio da carreira de Rômulo Maiorana, com a proposta que lhe foi feita para a compra do Jornal **O Liberal**.

A exemplo de outras tantas investidas audaciosas, Rômulo comprou o jornal sem nenhum centavo no bolso, apenas com a palavra empenhada e sua assinatura em dez notas promissórias, todas posteriormente resgatadas nos prazos previstos.

O jornal passou, então, por profundas mudanças, a começar pela circulação que foi antecipada para o horário de meio-dia. Assim, à hora do almoço, os belenenses passaram a ter nas mãos todas as informações do dia. O jornal circulava, naquela época, com um número não superior a 500 exemplares por edição.

Desde então, **O Liberal**, agora caracterizado como "vespertino independente", desvincilhou-se por completo de suas conotações políticas. O novo diretor e proprietário passou a assinar a coluna "Rômulo Maiorana informa", que era dividida em duas partes. A primeira, com notas avulsas das personalidades e fatos da vida paraense, e a segunda, que existe até hoje na coluna "Repórter 70", denominada "Em poucas linhas". Essa ainda é, até hoje, a coluna mais lida e comentada, dentre todos os jornais, nos meios políticos e é elaborada pelo sempre bem-informado Jornalista Edson Salame.

Nessa nova concepção editorial, destacaram-se o colunismo social, com Vera Cardoso, e a crônica política, assinada pelo Jornalista Odacyl Catette.

Entusiasmado com a receptividade do público para as mudanças promovidas no jornal, Rômulo criou estratégias ousadas visando ganhar o mercado jornalístico do Estado. Aumentando a comissão dos jornaleiros de 20 para 40% sobre o valor da venda; a circulação subiu vertiginosamente, pois era mais vantajoso vender **O Liberal** do que qualquer outro dos jornais então existentes. Além de aumentar a

circulação do jornal, essa medida obrigou as demais empresas do ramo a reverem toda a sua atuação, tanto jornalística quanto comercial.

O passo seguinte foi aposentar a velha rotativa rotoplana, que impedia uma tiragem maior, já então exigida pelo aumento das vendas, passando a operar uma rotativa mais moderna, adquirida de um jornal carioca.

Acompanhando a evolução tecnológica, **O Liberal** iniciou no norte do País a era da impressão no sistema **off set**.

Dado o impulso inicial, a trajetória de sucesso não poderia ter mais retorno... Em 1969, Rômulo Maiorana adquire a **Rádio Liberal AM**, colocando-a no ar, naquele mesmo ano, com o dobro de sua potência. Quatro anos depois, em 1973, o empresário incorpora um de seus principais concorrentes, adquirindo a empresa **Folha do Norte Ltda.**, mediante a qual teria sob seu comando os jornais **Folha do Norte** e **Folha Vespertina**. Essa aquisição simbolizou um marco na história de **O Liberal**, que passou a ocupar, desde então, o tradicional prédio do Boulevard Castilhos França, no Bairro do Comércio, antiga sede da **Folha do Norte**, cuja arquitetura de linhas neoclássicas fez do edifício um dos símbolos da cidade de Belém.

Os jornais **O Imparcial** e **Flash** são as aquisições posteriores daquele que, pouco a pouco, vinha se consolidando como um dos maiores empreendimentos do setor de comunicações no norte do Brasil.

Em aproximadamente dez anos, uma verdadeira revolução tinha se dado na imprensa paraense.

Corria o ano de 1976, quando Rômulo Maiorana presenteia o povo paraense com a **TV Liberal – Canal 7**, que passa a ser a primeira e única televisão em todo o Norte, Nordeste e Brasil Central a transmitir, em cores, a programação da **Rede Globo de Televisão**.

Demonstrava-se novamente o poder de realização personificado por Rômulo Maiorana, que não precisou de mais do que oito meses para percorrer o caminho desde a aquisição do terreno onde seria montada a emissora de TV até a ida das primeiras imagens ao ar.

Com a implantação, em 1982, da **Rádio Liberal FM** e da empresa **Liberalt Vídeo Produções**, às quais veio a somar-se, em 1984, o primeiro jornal eletrônico do Norte, estava finalmente consolidado o **Sistema Rômulo Maiorana de Comunicações**.

Fácil entender, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a ansiedade e a rapidez imprimidas pelos empresários Rômulo Maiorana às suas iniciativas.

Tanta obstinação e garra pareciam demonstrar que o tempo era por demais escasso para quem tinha muito a fazer, surpreendendo às vezes aqueles que com ele partilhavam os seus sonhos e foram também responsáveis por tantas realizações.

No dia 23 de abril de 1986, Rômulo Maiorana falecia, aos 63 anos de idade, mais da metade dos quais dedicados ao nosso Estado do Pará...

Seu desaparecimento precoce, todavia, longe de desnortear a trajetória por ele mesmo traçada para seus empreendimentos, transformou-se numa força inspiradora que permitiu à família Maiorana dar continuidade à tarefa iniciada.

A solidariedade e sensibilidade para com os problemas sociais foram sempre marcantes na personalidade de Rômulo Maiorana e esses valores do homem, empresário, pai de família, e amigo permanecem orientando as ações da Fundação Rômulo Maiorana, que se dedica a continuar vencendo desafios como fez em vida aquele que lhe emprestou o nome.

Passaram-se os anos. **O Liberal** cresceu e se transformou num dos maiores jornais do Brasil, fazendo parte de um conglomerado de outras 14 empresas que compõem o **Sistema Rômulo Maiorana de Comunicações**.

Atualmente, a diretoria de **O Liberal** é formada pela Srª Lucidéa Maiorana – Presidente: Rômulo Maiorana Jr. – Vice-Presidente; Rosângela Maiorana Kzan – Diretora Administrativa; Rosemary Maiorana Monteiro – Diretora Comercial; Ronaldo Maiorana – Diretor-Editor Corporativo; João Pojucan de Moraes – Diretor Industrial; Walmir Botelho D'Oliveira – Diretor Redator-Chefe; Ossian Brito – presente no plenário, Diretor da Sucursal Brasília e ainda os diretores José Edson Salame, Carlos Alcantarino e José Luiz Sá Pereira.

Muitos sonhos foram perseguidos e hoje são realidade, dentre os quais destaca-se a construção da nova sede de **O Liberal**. Inaugurada em outubro de 1995, as novas instalações do jornal da Amazônia, como é conhecido **O Liberal**, funcionam hoje em um moderno e suntuoso prédio com estruturas de alumínio e vidro, ocupando cerca de 60% de uma área de 16 mil metros quadrados na Av. 25 de setembro, às proximidades do Bosque Rodrigues Alves, cujo projeto é assinado pelo Escritório de Arquitetura Aurélio Meira & Edson Meira.

Embora marcadamente peculiar a essa nova fase do jornal, a modernidade não se limita apenas ao aspecto físico. É de se destacar que **O Liberal** possui hoje o que existe de mais moderno em ter-

mos de parque gráfico no País, como a rotativa Uniman, equipamento raro no Brasil, que permite a impressão de 70 mil exemplares por hora; além de um complexo jornalístico de última geração, dotado de uma rede de computação toda interligada para a elaboração de textos, tratamento de fotos, editoração e paginação, a partir do sistema Novel 4.1, implantado em rede como programa Network.

Todo o vigor e energia de **O Liberal**, Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, cujo ímpulo dado por Rômulo Maiorana hoje tem a continuidade da sua família, são fruto de um trabalho de equipe, tendo à frente o dinamismo da Srª Lucidéa Maiorana, Presidente do Sistema Rômulo Maiorana de Comunicação e, repito, os seus filhos Rômulo Maiorana Júnior, Rosana, Ângela, Rosemary, Rosângela, Roberta e Ronaldo Maiorana.

Convém lembrar, ainda, os inúmeros colaboradores que fazem, dia a dia, com que o jornal **O Liberal** chegue aos mais recônditos cantos do Pará e às principais capitais do Brasil.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Com muita alegria, Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Em primeiro lugar, quero pedir desculpas por interromper o seu discurso denso, histórico, não repetitivo, para trazer o meu testemunho, já que vizinho do Pará, da figura que foi Rômulo Maiorana. Eu o conheci por intermédio de um velho amigo seu, meu companheiro de jornal, o saudoso, como ele também, Humberto Calderaro Filho. Já se vai muito tempo que fomos apresentados. Quando alguém caminha na fantasia acaba tropeçando na realidade. Rômulo sempre foi um homem que caminhou na realidade. Os seus sonhos foram transformados em tudo aquilo que ele idealizara. Agora, quando V. Exª lembra o passado, que deve ser tomado como ponto de partida para o futuro, está aí concretizada a sua obra. A Srª Lucidéa Maiorana e os seus filhos dão seqüência àquilo que é mais importante no jornal. O que caracteriza um bom jornal? A sua independência, a sua ética jornalística, o seu respeito para com os leitores, o que foi, pouco a pouco, sendo desenvolvido por **O Liberal**. Não é a primeira vez que ouço V. Exª fazer a defesa de **O Liberal**. Quando fomos Constituintes – e já se vão quase dez anos –, acompanhei o trabalho de V. Exª relatando a figura dos que continuavam a obra de Rômulo Maiorana. No instante em que a sua figura é lembrada, em que o seu jornal está aí firme, quero cumprimentar V. Exª pelo seu discurso. Quero

levar a minha solidariedade à família Maiorana, na pessoa da Srª Lucidéa Maiorana, e dar o meu abraço a um velho amigo, o Jornalista Ossian Brito, que aqui se encontra. Conte com essas pálidas palavras na solidariedade que seu discurso encerra.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço a V. Ex^a, Senador Bernardo Cabral e aproveito para mostrar o caráter do homem Rômulo Maiorana, contando um fato do passado. Fui Deputado, hoje sou Senador, e V. Ex^as conhecem as minhas posições, sempre duras, radicais. Já eleito Deputado e, apesar de estar há oito anos na política, não tinha nenhum conhecimento com Rômulo Maiorana. Aquele era ainda um tempo de bastante rigor. Um dia, houve uma reunião da Bancada Federal do Pará com os três donos dos jornais do Pará, **O Diário do Pará**, **A Província do Pará** e **O Liberal**. Lá estava Rômulo Maiorana. No momento em que ele me conheceu, perguntou ao Brabo de Carvalho, que era um outro Deputado colega nosso, se eu era seu filho. O que quero mostrar com isso é que eu sempre fui um Deputado de esquerda, um Deputado combativo, um Deputado duro nas suas posições contra o Governo, mas sempre cresci tendo espaço dentro do jornal e sem ter nenhuma intimidade com ele, o que demonstra a abertura do jornal às pessoas que realmente faziam política, porque as minhas posições políticas, as minhas manifestações eram divulgadas no jornal como fatos políticos. Isso mostra a abertura que o jornal tinha a todas as forças políticas do Estado do Pará, e o espaço que ocupávamos. E é graças à imprensa, sabe muito bem V. Ex^a, que crescemos na política, pois se a imprensa não noticiar o que produzimos, o que fazemos, a população fica sem o conhecimento do nosso trabalho e das nossas idéias. Então, essa é uma demonstração clara do que foi o homem Rômulo Maiorana.

O Sr. Jefferson Péres - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Ouço, com satisfação, o Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres – Senador Ademir Andrade, nós, do Amazonas, não podemos ser alheios ao que ocorre no Pará, dada a contigüidade geográfica e a identidade regional. Agora mesmo, ao ouvir o relato de V. Ex^a, com minúcias que eu desconhecia, lembrava-me das trajetórias semelhantes seguidas por **O Liberal** e o Jornalista Rômulo Maiorana, e pelo jornal **A Crítica** e o Jornalista Humberto Calderaro Filho. O Jornal **A Crítica**, de Manaus, está prestes a completar 50 anos; surgiu, portanto, à mesma época de **O Liberal**. Começou a circular ao final da

manhã e por isso mesmo ficou conhecida pelo neologismo de "onzeorino", porque circulava às 11 horas para evitar a concorrência com os grandes jornais da época. O jornal cresceu, e, hoje, a família de Humberto Calderaro detém também um império de comunicação, com o Jornal **A Crítica**, que é o maior do meu Estado, uma estação de televisão e uma emissora de rádio. **O Liberal**, além de ser hoje um grande jornal, firmado em sólidas bases empresariais, segue, como V. Ex^a salientou, a tradição de independência da imprensa do Pará. Para dar um exemplo, **A Folha do Norte**, do saudoso Paulo Maranhão, que sofreu na carne prisões, agressões físicas e humilhações, nunca se curvou à prepotência dos donos do poder. O Jornalista Rômulo Maiorana não sofreu as mesmas vicissitudes porque os tempos são outros, mas manteve essa linha de independência inerente a tantos jornais da sua terra. Por tudo isso, Senador Ademir Andrade, congratulo-me com V. Ex^a e com o Senador Coutinho Jorge pela iniciativa da homenagem ao Jornal **O Liberal**. Tenho certeza de que interpreto o sentimento do povo de minha terra ao me solidarizar com V. Ex^a nesta homenagem.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Agradeço a V. Ex^a e ao Senador Bernardo Cabral pelos apartes; V. Ex^as são dois bravos Senadores do maior Estado do Brasil, o nosso Amazonas. É uma alegria ter o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Romeu Tuma - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE - Ouço, com satisfação, o Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma - Senador Ademir Andrade, peço permissão para interferir no pronunciamento de V. Ex^a. Em razão do discurso que V. Ex^a profere e dos apartes que recebe, bem como do discurso do Senador Coutinho Jorge e dos Representantes da Região Norte do País, eu me permito, como Representante de São Paulo, cumprimentar V. Ex^a não para me referir ao Jornal **O Liberal** – com o qual já tive contatos quando na direção da Polícia Federal, e ao qual concedi entrevistas claras, sinceras, em que sempre repercutiu a palavra do entrevistado –, mas principalmente pelo teor do discurso de V. Ex^a e do Senador Coutinho Jorge, e pela independência na linha editorial e na liberdade que a imprensa impõe mediante a conduta dos dirigentes de **O Liberal**. Essa é a demonstração da força da democracia: quanto mais independente a imprensa se sentir, mais o cidadão terá meios de saber o que se passa

pelo País. E esta Casa tem a obrigação, que V. Ex^a e o Senador Coutinho Jorge fazem cumprir, de enaltecer a figura dos grandes jornalistas da Nação brasileira. Meus cumprimentos a V. Ex^a e ao Senador Coutinho Jorge, como Representante de São Paulo.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

Esqueci de citar a presença do também Senador pelo Estado do Amazonas, Gilberto Miranda.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – Apenas para dar um apoio total ao discurso de V. Ex^a e dizer que o aniversário de 50 anos de um jornal é motivo de festa, sobretudo de um jornal da coerência e do valor de **O Liberal**, que não pode se restringir apenas à imprensa do Pará; é motivo de festa para a imprensa brasileira. Daí por que esta homenagem é extremamente justa. Quero dizer também – quero dar um testemunho como Ministro das Comunicações que fui – que tive contato e pude fazer algo em benefício do Pará. Não do Complexo de Rômulo Maiorana, porque ele foi um empresário criador, um empresário de muito valor, de quem tive a honra de desfrutar da sua amizade – por pouco tempo, é verdade –, mas senti que estava diante de um empresário sério, competente. Daí o êxito de sua empresa e o valor maior ainda do seu jornal. O pronunciamento de V. Ex^a e dos Representantes do Pará merecem o respeito, a admiração e o apoio de toda a Casa.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço a manifestação de V. Ex^a e a incorporo com muita alegria ao meu pronunciamento.

O Sr. Gilberto Miranda – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ademir Andrade?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Gilberto Miranda.

O Sr. Gilberto Miranda – Senador Ademir Andrade, em primeiro lugar, queria cumprimentar V. Ex^a, dar-lhe os parabéns por ter proposto esta sessão. Os Senadores Bernardo Cabral e Jefferson Péres já falaram pelo Amazonas, e falaram muito mais do que eu conseguia dizer. Falar de **O Liberal**, que diretamente também está ligado ao Jornal **A Crítica**, é estar falando do Norte, é estar falando da Amazônia. O trabalho de Rômulo Maiorana é conhecido no Brasil inteiro. V. Ex^a, como o Senador mais jovem desta Casa, que compõe a Bancada do Pará juntamente com Jader Barbalho e Coutinho Jorge, brilhantes Senadores, tem conseguido demonstrar e

falar, durante todo este período de dois anos em que está aqui, sobre o que o jornal faz: pelo Estado, pela democracia e pelo País. Fazer um jornal é o mesmo que fazer e criar um filho todos os dias. A imprensa escrita sofre hoje com o custo do papel, com a falta de recursos, com todas as dificuldades por que passa toda a imprensa, de um modo geral, no Brasil. Colocar um jornal todos os dias nas ruas é só para homens bravos. Quero parabenizar V. Ex^a, a direção do jornal e fazer votos de que continue, porque é uma voz de alerta na Amazônia, principalmente no Pará. Muito obrigado, Senador.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Eu que agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Gilberto Miranda, pelo aparte. É uma satisfação para nós.

A Sr^a Marluce Pinto – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Ademir Andrade?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Ouço, com prazer, o aparte da Senadora Marluce Pinto.

O Sr. Nabor Júnior – Senador Ademir Andrade também me coloco na fila para apartear V. Ex^a e homenagear o Jornal **O Liberal** pelo transcurso dos 50 anos.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Será uma alegria.

A Sr^a Marluce Pinto – Meu nobre Senador Ademir Andrade, não poderia, como Representante de um Estado do Norte, o Estado de Roraima, deixar de me congratular, nos 50 anos do Jornal **O Liberal**, com V. Ex^a, pela homenagem que presta, e com todo o Grupo Rômulo Maiorana. Além de representar o Estado de Roraima, morei durante muitos anos em Belém, acompanhando diariamente a publicidade do jornal **O Liberal**, da televisão, enfim, de todo aquele grupo, um grupo bastante conceituado. Podemos dizer que, além do desempenho dos representantes, dos Parlamentares e das autoridades políticas estaduais, o Grupo Rômulo Maiorana prestou e presta grande contribuição àquele Estado. Por meio de divulgações sérias, do trabalho sério daquele grupo é que o desempenho das autoridades políticas tem sido visto não só na própria Região como em todo o Brasil. É uma cooperação bastante produtiva. Conheço pessoalmente alguns dos representantes daquele grupo e por isso quero me congratular com V. S^{es}s que estão aqui presentes porque realmente a contribuição ao Estado tem sido muito grande. Tenho certeza de que, assim como a morte de Rômulo Maiorana não desfez esse grupo – seus filhos e esposa deram continuidade ao trabalho honesto que foi implantado por seu pai e esposo – não serão apenas esses 50 anos que serão comemora-

dos, outros tantos haverão de vir na vida desse jornal do Pará. Tenho certeza de que o exemplo implantado por Rômulo Maiorana, a quem tive o prazer de conhecer pessoalmente por ser grande amigo do meu esposo, haverá de perdurar naquele Estado, através de seus descendentes. Quero congratular-me com V. Ex^a, com o Senador Coutinho Jorge, do seu Estado, e, mesmo na ausência do Senador Jader Barbalho, congratular-me também com S. Ex^a, pois sei do seu desempenho, como Parlamentar e como Governador daquele Estado, com vistas ao progresso e desenvolvimento do Pará.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Agradeço a V. Ex^a e aproveito para registrar a presença do Deputado Federal pelo Pará, Messias Ribeiro, que também participa desta homenagem.

Ouço, com alegria, o nobre Senador Nabor Júnior.

O Sr. Nabor Júnior – Senador Ademir Andrade, desejo manifestar a minha solidariedade e apresentar os mais efusivos cumprimentos ao jornal **O Liberal**, que, no dia 15 deste mês, completou 50 anos de existência. Cumprimento também V. Ex^a e o Senador Coutinho Jorge pela iniciativa de proporem a realização desta sessão especial, em homenagem ao importante arauto dos interesses amazônicos, cuja atuação transcende às divisas do grande Estado do Pará.

Essa comemoração cresce em alegria para quem, como eu, teve o privilégio de privar da amizade pessoal de Rômulo Maiorana, o impulsionador do jornal **O Liberal**, que, como V. Ex^a disse e o Senador Jader Barbalho teve oportunidade de ressaltar em aparte, foi fundado para divulgar o programa e as atividades do antigo Partido Social Democrático, PSD; depois, foi vendido para um outro grupo e, finalmente, adquirido por Rômulo Maiorana, que eu conheci desde os primeiros tempos, em que ele tinha a cadeia de lojas RM, em Belém.

Comandado por Rômulo Maiorana, o jornal tomou novo impulso, padrão de modernidade que não fica a dever a nenhum dos grandes órgãos da imprensa nacional, como **O Globo**, **Jornal do Brasil**, **Folha de S. Paulo**, **O Estado de S. Paulo**, **Estado de Minas**, **O Diário de Pernambuco**, **O Povo**, de Fortaleza, etc. **O Liberal** é hoje um paradigma não apenas da imprensa do Pará – faria sucesso em qualquer outra parte do País, por ser um jornal moderno e com excelente apresentação, além de contar com a colaboração de grandes jornalistas de seu Estado e uma equipe de articulistas e comentaristas nacionais e do Exterior. É, realmente, notável a con-

tribuição de grandes vultos da imprensa nacional e internacional no "Liberal"!

Também quero apresentar cumprimentos ao meu conterrâneo e amigo Ossian Brito, diretor da sucursal de **O Liberal**, em Brasília, pelo trabalho que tem feito, divulgando as atividades do Congresso Nacional nas páginas do jornal.

Sinto-me muito à vontade, feliz, mesmo, em falar da trajetória da família Maiorana, também por causa da amizade fraterna que me unia ao saudoso Francisco Maiorana, irmão de Rômulo Maiorana, que faleceu recentemente, aqui em Brasília. As nossas famílias têm muitas afinidades.

De modo que me integro à legião de leitores e de amigos que festejam, com a direção e os profissionais que fazem o sucesso de **O Liberal**, o transcurso dos 50 anos do grande órgão da imprensa nacional – e cumprimento V. Ex^a pelo excelente e emocionado discurso com que registra esse meio século de sucesso. Muito obrigado.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Iris Rezende – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Ouço com muita alegria o aparte do Senador Iris Rezende.

O Sr. Iris Rezende - Muito obrigado, Senador Ademir Andrade, pela concessão do aparte, oportunidade em que tenho a satisfação de cumprimentar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, como também o Sr. Senador Coutinho Jorge, enfim, a Bancada do Pará nesta Casa, pela iniciativa de prestar esta homenagem a um jornal, a uma empresa, a uma família que, realmente, ao longo de décadas, tem prestado relevantes serviços à cultura e à informação, principalmente do Norte, mas de todo o País. Sinto-me no dever, como Representante do Estado de Goiás, de trazer as nossas homenagens e os nossos reconhecimentos, porque **O Liberal**, durante muito tempo, exerceu uma forte influência sobre o Estado de Goiás, contribuindo para o desenvolvimento da nossa cultura, nos informando. Quando ainda não existia a Belém-Brasília, quando o contato de Goiás com São Paulo e Rio de Janeiro era um tanto difícil, através das águas do Tocantins e do Araguaia, chegava **O Liberal** permanentemente, representando um instrumento de informação forte e válido para a população de Goiás, principalmente do norte do Estado, que hoje compõe o Estado do Tocantins. De forma que ficam as nossas homenagens ao Jornal **O Liberal**, à sua equipe e os nossos cumprimentos aos dignos Representantes do Estado do Pará por essa ini-

ciativa, porque é admirável o reconhecimento de representantes do povo a um jornal que tem prestado grandes serviços, grandes benefícios ao Estado de V. Ex^a e ao nosso País.

O Sr. Francelino Pereira – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço a V. Ex^a, Senador Iris Rezende. Ouço com alegria o Senador Francelino Pereira, de Minas Gerais.

O Sr. Francelino Pereira – Senador Ademir Andrade, farei uma rápida participação no seu pronunciamento, representando aqui a voz de Minas, exatamente para transmitir à direção e aos jornalistas de **O Liberal** a nossa admiração, o nosso respeito pelo sucesso, pela independência e pela própria lucidez do jornal de conduzir-se, nestes tempos ásperos, sempre com galhardia e defendendo os interesses do Pará, à semelhança de outros órgãos, como é o caso do Jornal **Estado de Minas**, do meu Estado. Quero, portanto, transmitir a toda a equipe, de ponta a ponta, de **O Liberal**, inclusive aos seus dirigentes que estão aqui conosco, o abraço sincero de felicitações pelo sucesso, conduta e desprendimento que os seus diretores têm em defender os interesses de um Estado tão importante da Federação, assemelhando-se muito ao papel da imprensa no Brasil. Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço a V. Ex^a, Senador Francelino Pereira.

Ouço o nosso brilhante Senador pelo Rio Grande do Sul, Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon – Prezado Ilder, não havia como justificar, no momento em que todo o Brasil está se manifestando, pelos seus Estados – e nós representamos a Federação –, que o Rio Grande do Sul também não trouxesse, através de V. Ex^a e do Senador Coutinho Jorge, o seu abraço ao povo do Pará, ao povo de Belém pelo cinqüentenário de **O Liberal**. Não há dúvida alguma de que num país com as dificuldades por que passa o Brasil, com os atrasos culturais que temos, festejar o cinqüentenário de um jornal é um acontecimento realmente nacional. A história que V. Ex^a está apresentando, a biografia de luta e de garra desse jornal é uma demonstração muito positiva e grande do seu desempenho e da sua competência. Vejo uma certa ligação, quando V. Ex^a fala no desenvolvimento de **O Liberal**, da família que o dirige, com o que acontece no Rio Grande do Sul com a **RBS**, com a **Zero Hora**. Seu grande Ilder e chefe também faleceu,

mas a família Sirotsky, sob a coordenação da viúva, tendo o Nelson como Presidente-Executivo e o Jayme como Presidente do Conselho, estão desenvolvendo no Sul, também com grande competência, um complexo de rádio, jornal e televisão. Para nós, Senado da República e Congresso Nacional, não há como deixar de reconhecer a grande vinculação que existe entre nós e a imprensa. É verdade que ambas as partes têm de se aprimorar; é verdade que imprensa e Congresso Nacional têm um caminho a percorrer. Somos aliados, somos irmãos; portanto, não pode haver uma grande imprensa se não houver um grande Congresso – e o contrário é verdadeiro. Temos de percorrer esse caminho. O fato de um jornal como **O Liberal** atingir o prestígio, a garra, a biografia, o cinqüentenário, é marcante. Repare V. Ex^a que são 50 anos! O Partido mais antigo que temos no Brasil, de vida permanente e constante, é o PMDB, com 30 anos. O Partido de V. Ex^a, o Partido Comunista, tem uma longa atividade e algumas interrogações. Não temos no Brasil vida permanente de partidos políticos. O nosso Congresso é uma instituição de interrogações permanentes; já foi fechado e já viveu, como na época do Regime Militar, uma vida meio fictícia de aparências, e não de realidade. A imprensa brasileira também sofreu e sofreu muito a falta da liberdade, quando não podia andar, viver e respirar. Foi muito bem lembrada a dificuldade de se manter o jornal, de mantê-lo diariamente, porque ele é uma obrigação. A um jornal que se preze, deve-se dizer: "ele nunca faltou nas bancas, ele nunca deixou de circular". Não é como uma empresa, onde, de repente, falta a matéria-prima; pode-se até dizer que vai parar por 15 ou 30 dias, que haverá férias coletivas. Mas um jornal não pode se dar a esse luxo, pois ele tem a obrigação de circular. Não há dúvida nenhuma de que o jornal também viveu as suas dificuldades. Como disse V. Ex^a em seu pronunciamento, naquela época, um jornal com este nome, com a preocupação de se tornar independente, pagava um preço elevado. Esta é uma festa de **O Liberal**, sim; esta é uma festa do Estado do Pará, sim; esta é uma festa da imprensa, sim; mas é também de todos nós. E, paralelamente à festa, devemos fazer uma profunda reflexão, pois não temos muitos grupos como **O Liberal**, com essa força, com esse peso, com essa tradição, com essa biografia. V. Ex^a é um homem combativo – às vezes, alguns entendem que de forma até exagerada – e enfatizou bem que nunca deixou de haver, nas páginas dos jornais, o destaque necessário do seu pensamento, ainda que com restrições do jornal, mas

que permitisse à sociedade conhecer as suas idéias. Esse conceito é muito importante e muito difícil, nobre Senador. Estou sendo muito sincero, pois tenho muito apreço por dirigentes como esse a que V. Ex^a se refere. Empresas como as que temos no Rio Grande do Sul e como essa a que V. Ex^a se refere, que têm um complexo jornalístico e que, de certa forma, têm um poder tão fantástico nas suas mãos, o poder de controlar, de ver, de dirigir e, de certa forma, de mostrar os fatos à opinião pública, devem ser incentivadas. Isso dá a essas pessoas uma responsabilidade tão grande quanto o poder. Por isso, é importante que pessoas como V. Ex^a e como o Senador Coutinho Jorge compareçam à tribuna para enaltecer um trabalho de 50 anos, cuja direção, ao longo desse período, usou o seu extremado poder com dignidade, com correção e com credibilidade. Isso é muito importante, isso é tremendamente importante. Felicito V. Ex^a. E lá, no outro canto, no nosso extremo Sul, participamos da alegria com o ilustre Diretor, que nos honra com a sua presença, e com os ilustres Representantes do Pará. Que bom sentir a alegria e a emoção dos senhores por terem um jornal tão importante quanto **O Liberal**! Meus cumprimentos ao querido amigo.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Muito obrigado, Senador. Eu é que cumprimento V. Ex^a pelo brilhante aparte.

O Sr. Artur da Távola – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Ouço, com alegria, o Senador Artur da Távola.

O Sr. Artur da Távola – Nobre Senador Ademir Andrade, Sr^ss e Srs. Senadores, Srs. Representantes do Jornal **O Liberal**, não poderia um jornalista, momentaneamente Senador, deixar de trazer uma palavra, numa data de homenagem tão importante, a um jornal do significado de **O Liberal**. Pessoalmente, sou daqueles que gostam muito dos jornais que têm esses nomes bem definidos e bem claros: **O Liberal**, **O Imparcial**, que é um outro nome interessante. São jornais que nascem de modo oracular, ou seja, eles já propõem nos seu título uma atitude de vida. Essa proposta de atitude de vida, no caso da idéia de um jornal liberal, parece-me muito importante. As pessoas podem não ser liberais, mas os meios de comunicações devem ser. O liberal é uma posição, é um espaço livre entre as paixões; um liberal, ou o liberal, é alguém que milita também no espaço livre entre os interesses; o liberal é aquele também capaz de viver num espaço livre entre preferências de natureza político-partidária, es-

tética, etc. De maneira que a proposta de uma postura liberal, diante desse ofício tão complexo quanto informar, é profunda, é séria. Não creio que os jornais, na contemporaneidade, sejam, na maioria dos casos, liberais; hoje em dia, os jornais são partes de negócios muito maiores do que eles mesmos e, portanto, perdem a condição da posição liberal. Os jornais hoje são grandes organizações, grandes empresas – refiro-me aos grandes –, com implicações de toda ordem, imbricadas em outras linhas que não exclusivamente as jornalísticas, o que dificulta enormemente a postura liberal. Há também, por causa da concorrência infrene do rádio e da televisão, uma tendência da corrida para a notícia como espetáculo, em lugar da notícia como informação. Os jornais, portanto, vivem hoje essa disjuntiva trágica: eles são os órgãos de consulta da população, devem ser o recanto de resistência de pensamentos independentes; no entanto, são bombardeados, pela sua própria sobrevivência, pela velocidade do rádio e da televisão, dando a notícia antes, e pela sua própria necessidade do que se chama em jornalismo "um aquecimento do noticiário", no sentido de fazer com que ele possa competir de maneira mais eficaz. Aquecimento esse que é até exigência da própria população eleitora, que acaba por preferir jornais que, de certa forma, reproduzam um clima realista-ficcionista ou ficcio-realista, que é o clima da própria televisão. Se V. Ex^a observar os noticiários de televisão hoje em dia, verificará que, pelo conteúdo da matéria, nada mais são do que a continuação da mecânica emotiva presente na ficção, na rádio-novela. A notícia, portanto, está hoje em dia cercada por todos os lados. Daí por que é exemplar, é heróico, é merecedor de todo o apoio e esforço dos jornais brasileiros no sentido de informar devidamente, no sentido de manterem-se eqüidistantes das paixões políticas, como é a proposta de **O Liberal**. Tive a oportunidade de, como jornalista, ter um artigo reproduzido durante muitos anos em **O Liberal**. Nessa época, minha crônica saía no referido jornal, distribuída pela agência do jornal onde eu trabalhava à época. Quando dei xe de trabalhar no jornal, evidentemente a agência deixou de distribuir a minha matéria. Perdi então a chance de fazer parte do corpo de escol dos colunistas de **O Liberal**. Desse período guardo uma recordação formidável do ponto de vista da repercussão do trabalho, do volume de cartas recebidas e do contato que conseguia manter com um Estado distante do meu, mas que se unia através de uma identificação de natureza, como diria, afetiva, espiritual, empática, de afinidade. Foi um período extre-

mamente brilhante, durante o qual ocorreram episódios até muito curiosos, que não cabe – ou cabe? – aqui lembrar. Recordo que, certa vez, fiz uma crônica sobre a tragédia das frutas na contemporaneidade. Não se podia comprar uma fruta no Rio de Janeiro. A crônica se chamava "Uma manga, pelo amor de Deus!" e mostrava como as frutas são vendidas verdes, estragadas, caras e como esses processos modernos de frigorificação acabaram com o simples prazer de se comer uma fruta. Pois bem, essa crônica, transcrita em **O Liberal**, fez baixar, na redação do jornal onde eu trabalhava, caixas de manga do Pará, da melhor qualidade – aliás, o Pará é conhecido pela qualidade das suas mangas. Eu não sabia o que fazer com tanta manga. Muitas vezes, até aí recebi diretamente, graças ao tempo em que tive a honra de pertencer aos quadros, ainda que indiretamente, do jornal **O Liberal**. Por essa razão, pelo fato da proposta de ser eqüidistante entre as paixões, a proposta liberal, e pelo fato de que ele representa a resistência do jornal escrito, que quer dizer a resistência da palavra escrita, e a resistência da palavra escrita quer dizer a resistência do pensamento diante de um mundo avassalador, no qual o pensamento vai perdendo lugar diante das imagens que se sucedem, da sedução das imagens. Por tudo isso, temos que saudar a iniciativa de V. Ex^a, Senador Coutinho Jorge, e dos Senadores do Pará, e trazer também a palavra de um profissional da matéria que se identifica com esse aniversário, desejando mais 50 anos de atitude liberal, de qualidade gráfica, de qualidade editorial e de tudo aquilo que transformou **O Liberal** no grande jornal que é. Agradeço a V. Ex^a pela gentileza do aparte.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sou eu quem agradeço, Senador Artur da Távola, pelo seu testemunho. O seu brilhante aparte mostra a justeza da homenagem que estamos fazendo no dia de hoje.

Eis, portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o registro que faço de uma das mais brilhantes trajetórias verificadas na vida da imprensa nacional.

Encerro este pronunciamento, Sr. Presidente, affirmando que homenagear os 50 anos do Jornal **O Liberal**, através da lembrança inesquecível de Rômulo Maiorana, artífice dessa obra grandiosa que permite hoje ao Estado do Pará ocupar lugar de merecido destaque na imprensa brasileira, antes de ser uma honra, é, na verdade, um dever de reconhecimento para com todos aqueles que, desde o início da trajetória de **O Liberal**, jamais permitiram esmorecer ou quebrantar-se a grandeza do Pará e de seu povo. .

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Valmir Campelo deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa Diretora do Senado Federal junta-se ao povo do Pará para festejar os 50 anos do maior jornal da Amazônia, **O Liberal**, que há meio século vem sendo o referencial das atividades econômicas, sociais e políticas do Estado, trazendo diariamente as informações necessárias ao nosso desenvolvimento.

Desse trabalho incansável, na procura de melhor informar, fortalecido pelo dinamismo do obstinado e saudoso Rômulo Maiorana, continuado por sua mulher e filhos, destacamos o profissionalismo de uma equipe que diuturnamente persegue a verdade dos fatos, desnudando-os aos nossos olhos. Principal expoente de um pool de comunicação, prima por sua qualidade gráfica editorial, disponibilizando a seus leitores informações claras e substanciais, honrando o jornalismo profissional do nosso País, responsável maior pelo fortalecimento da democracia e desenvolvimento do País.

Neste instante, congratulo-me com a presença também neste plenário dos dirigentes deste grande jornal, dizendo que o Brasil deve muito à presença de **O Liberal** na sua imprensa.

Queremos agradecer, em nome da Presidência do Senado Federal, a presença do Doutor e Jornalista Ossian Brito, Diretor do Jornal **O Liberal** e das Jornalistas Sônia Vinha e Silvana Scossim, aqui presentes, representando a Direção daquele órgão.

Aos Senadores Ademir Andrade e Coutinho Jorge, que foram os autores deste requerimento, os nossos cumprimentos, bem como ao outro Representante do Pará, o eminente Líder Jader Barbalho, pela grande festa do povo do Pará nesta data em que se comemora os 50 anos do jornal **O Liberal**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Convocamos os Srs. Senadores que estão em seus gabinetes e nas salas de reuniões que venham ao plenário, pois haverá votação nominal.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N^º 107, DE 1996
(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.077, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 107, de 1996 (apresentado

pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 584, de 1996), que autoriza o Município de Juiz de Fora a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pela Companhia de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente – CESAMA, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com interveniência do Banco do Brasil S.A., no valor de dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235, inciso II, alínea f, do Regimento Interno.

Passa-se à discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final. (Pausa.)

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 598, DE 1996

Da Comissão Diretora

Redação final do Projeto de Resolução nº 107, de 1996

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 107, de 1996, que autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pela Cia. de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente – CESAMA, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com intermediação do Banco do Brasil S. A., no valor de R\$2.948.172,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais).

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de novembro de 1996. – **Júlio Campos**, Presidente – **Renan Calheiros**, Relator – **Antônio Carlos Valadares** – **Emilia Fernandes**.

ANEXO AO PARECER Nº 598, DE 1996

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, , Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1996

Autoriza o Município de Juiz de Fora – MG a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pela Cia. de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente – CESAMA, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com Intermediação do Banco do Brasil S. A., no valor de R\$2.948.172,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Juiz de Fora – MG autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a conceder garantia à operação de crédito a ser contratada pela Cia. de Saneamento e Pesquisa do Meio Ambiente – CESAMA, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com intermediação do Banco do Brasil S. A., no valor de R\$2.948.172,00 (dois milhões, novecentos e quarenta e oito mil, cento e setenta e dois reais).

Parágrafo único. Os recursos referidos neste artigo serão destinados ao custeio de parte das obras de construção da subadutora que atenderá a zona sul e parte alta do Município.

Art. 2º A operação de crédito referida no artigo anterior terá as seguintes características e condições financeiras:

a) *valor pretendido*: R\$2.948.172,00;

b) *encargos*:

– *taxa de juros*: de 6% a.a. (seis por cento ao ano);

– *indexador*: taxa de juros de longo prazo TJLP;

c) *destinação dos recursos*: custeio de parte das obras de construção da subadutora que atenderá a zona sul e parte alta do Município;

d) *condições de pagamento*:

– *do principal*: em sessenta parcelas mensais, incluídos quinze meses de carência;

– *dos juros*: exigíveis trimestralmente no período de carência e mensalmente no período de amortização;

e) *garantia*: cotas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM;

f) contragarantia: direitos creditórios do produto da tarifa cobrada pela Cesama.

Art. 3º: Esta autorização deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – **Item 2:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do

Requerimento nº 1.078, de 1996)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1996 (nº 1.409/96, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a contratar com a ITAIPU pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, no valor correspondente a até cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, tendo

Pareceres favoráveis, sob nºs 579 e 580, de 1996, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, vencidos os Senadores Antonio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, com voto em separado, contrário, do Senador Roberto Requião; e

- de Assuntos Econômicos, vencidos os Senadores Gerson Camata, Lauro Campos, Eduardo Suplicy, Júnia Marise, com voto em separado, vencido, do Senador Roberto Requião.

Ao projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235, letra d, do Regimento Interno.

Discussão do projeto, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 33, DE 1996

(Nº 1.409/96, na Casa de origem)

(De iniciativa do Presidente da República)

Autoriza o Poder Executivo a contratar com a Itaipu pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, no valor correspondente a até U\$140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar contrato com a Itaipu para pagamento de dívidas vincendas junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira no valor global de até U\$140,000,000.00 (cento e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. As dívidas a que se refere este artigo decorrem do refinanciamento de dívidas externas que, de responsabilidade da Itaipu, foram assumidas pela União no contexto dos acordos de reestruturação da dívida do setor público junto aos credores privados e cujas condições financeiras foram repassadas à Itaipu por força das Resoluções nº 20, de 20 de junho de 1991, nº 90, de 4 de novembro de 1993, e nº 96, de 11 de novembro de 1993, todas do Senado Federal.

Art. 2º Os títulos serão entregues à Itaipu pela Administración Nacional de Eletricidad – ANDE, empresa estatal paraguaia, como pagamento de faturas de energia elétrica vencíveis no período de 1995 a 1996.

Art. 3º O contrato entre a Itaipu e a União, com interveniência da Ande, terá as seguintes condições financeiras:

I – os títulos recebidos da Ande pela Itaipu, pelo seu valor nominal, serão integralmente repassados ao Tesouro Nacional;

II – a liquidação dos débitos da Ande pela Itaipu e dos desta para com o Tesouro Nacional, dar-se-á da forma seguinte:

a) o deságio obtido pela Ande no mercado secundário, em decorrência da aquisição dos títulos, será rateado com o Tesouro Nacional e por este

apropriado na proporção de cinqüenta por cento de seu montante;

b) os custos financeiros em que, comprovadamente, incorrer a Ande para aquisição dos títulos, até o limite de quatro por cento do preço de sua aquisição no mercado secundário, serão rateados na proporção de cinqüenta por cento entre a Ande e o Tesouro Nacional;

III – os diferentes tipos de títulos da dívida externa a serem entregues pela Ande à Itaipu terão por limite, cada um deles, o montante da Itaipu para com o Tesouro Nacional, refinanciado em condições idênticas.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA) – Sr. Presidente, peço constar da Ata que me abstive de votar.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) – Sr. Presidente, quero registrar a rejeição pelo Partido dos Trabalhadores.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA) – O Partido Socialista Brasileiro também vota contrariamente à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Ata registrará os pedidos de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 3:

MENSAGEM Nº 236, DE 1996

Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.082, de 1996)

Mensagem nº 236, de 1996 (nº 1.126/96, na origem), do Senhor Presidente da República, através da qual solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até cento e setenta e um milhões de dólares norte-americanos, de principal, entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e o Banco Francês Société Générale, destinado ao financiamento parcial do Programa de Reequipamento da Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Estado de São Paulo.

Nos termos do art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador José Serra para proferir parecer, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. JOSÉ SERRA (PSDB – SP, para emitir parecer) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

O Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, por intermédio da Mensagem nº 236, de

1996 (Mensagem nº 1.126, de 4 de novembro de 1996, na origem), encaminha solicitação de autorização para contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$171,000,000.00 (cento e setenta e um milhões de dólares norte-americanos), de principal, entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM e um consórcio de bancos liderados pelo Société Générale, com as seguintes características:

a) **Valor:** equivalente a até US\$171,000,000.00 (cento e setenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sendo:

US\$157,617,881.00 referentes a 85% do valor dos bens e serviços de origem espanhola e assimilada;

US\$11,882,119.00 referentes a 85% do prêmio de seguro de crédito Cesce;

US\$1,500,000.00 referentes a **Cost Overruns** (custos pagáveis ao Exportador em relação a bens ou serviços relativos ao Contrato de Fornecimento cujo valor esteja além do valor previsto naquele Contrato).

b) **Juros:** de acordo com a OCDE (Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico) e a ICO (Instituto de Crédito Oficial), baseados na **CIRR (Commercial Interest Reference Rate)** fixados na data da assinatura do Contrato de Financiamento, incidentes sobre o saldo devedor do principal, a partir de cada desembolso.

c) **Prêmio de Seguro de Crédito:** 8,76% flat sobre o valor desembolsado, incluídos no valor do principal financiado.

d) **"Commitment Fee"** (Comissão de Comprimento): 0,40% a.a. sobre o saldo não desembolsado, contado a partir do 30º dia após a assinatura do Contrato de Financiamento.

e) **"Management Fee"** (Comissão de Administração): 0,40% flat sobre o valor total do financiamento.

f) **Despesas Gerais:** as razoáveis, limitadas a US\$ 85,000.00.

g) **Período de Desembolso:** 35 meses contados da data de entrada em eficácia do Contrato de Fornecimento.

h) **Condições de Pagamento:**

– **"down payment"**: em percentual de 15%, após a emissão das Guias de Importação para aquisição de bens ou após a emissão do Certificado de Autorização, no caso de importação de serviços;

– **principal**: em 20 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira 6 meses após

o 30º mês da data de inicio de eficácia do Contrato de Fornecimento:

– juros: semestralmente vencidos;

– Prêmio de seguro de crédito: 15% após a emissão do Certificado de Autorização e 85% incluídos no valor do principal financiado;

– commitment fee: semestralmente vencida, sendo a primeira parcela após a emissão do Certificado de Autorização;

– management fee: em uma única parcela, na data da assinatura do Contrato de Financiamento, porém após a emissão do Certificado de Autorização;

– Despesas gerais: após a emissão do Certificado de Autorização, mediante comprovação, devendo ser pagas em Reais, exceto aquelas incorridas no exterior que só possam ser pagas em moeda estrangeira.

O presente processo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pelas Resoluções nº 96, de 1989 e nº 69 de 1995, do Senado Federal.

Cumpri-nos frisar que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se favoravelmente quanto a legalidade da operação pretendida, conforme parecer PGFN/COF/nº 1.815/96, e que a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu o Parecer STN/Corf/Diref Nº 426, de 18 de outubro de 1996, no qual foi constatado que a operação pretendida encontra-se enquadrada nos limites de endividamento fixados pela legislação vigente.

É o relatório.

II – Voto do Relator

Compete efetivamente a este Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VIII, da Constituição Federal, a autorização de operações externas de natureza financeira de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como a concessão de aval pela União, como no caso da operação ora relatada.

Face à relevância da destinação dos recursos a serem obtidos com a operação de crédito em questão, e considerando que foram cumpridas as exigências legais pertinentes à matéria, manifestamo-nos, assim, favoravelmente a que se autorize à Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM contratar a presente operação de crédito com contragarantia do Governo do Estado de São Paulo e garantia da República Federativa do Brasil, na forma do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 114, DE 1996

Autoriza a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM a contratar operação de crédito externo junto a um consórcio de bancos liderados pelo Société Générale, com contragarantia do Governo do Estado de São Paulo, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Requerimento da Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Estado de São Paulo; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, autorizada a contratar operação de crédito externo, com contragarantia do Governo do Estado de São Paulo, com as seguintes características:

a) *Valor: equivalente a até US\$171,000,000.00 (cento e setenta e um milhões de dólares dos Estados Unidos da América), sendo:*

US\$157,617,881.00 referentes a 85% do valor dos bens e serviços de origem espanhola e assimilada;

US\$11,882,119.00 referentes a 85% do prêmio de seguro de crédito CESCE;

US\$1,500,000.00 referentes a "Cost Overruns" (custos pagáveis ao Exportador em relação a bens ou serviços relativos ao Contrato de Fornecimento cujo valor esteja além do valor previsto naquele Contrato).

b) *Juros: de acordo com o OCDE (Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico) e a ICO (Instituto de Crédito Oficial), baseados na CIRR ("Commercial Interest Reference Rate"), fixados na data da assinatura do Contrato de Financiamento, incidentes sobre o saldo devedor do principal, a partir de cada desembolso.*

c) *Prêmio de Seguro de Crédito: 8,76% "flat" sobre o valor desembolsado, incluídos no valor do principal financiado.*

d) *Commitment Fee (Comissão de Compromisso): 0,40% a.a. sobre o saldo não desembolsado, contado a partir do 30º dia após a assinatura do Contrato de Financiamento.*

e) *Management Fee (Comissão de Administração): 0,40% flat sobre o valor total do financiamento.*

f) *Despesas Gerais: as razáveis, limitadas a US\$85,000,00*

g) *Período de Desembolso: 35 meses contados da data de entrada em eficácia do Contrato de Fornecimento.*

h) Condições de Pagamento:

down payment: em percentual de 15%, após a emissão das Guias de Importação para aquisição de bens ou após a emissão do Certificado de Autorização, no caso de importação de serviços;

– *principal*: 20 parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira 6 meses após o 30º mês da data de início de eficácia do Contrato de Fornecimento;

– *Juros*: semestralmente vencidos;

– *prêmio de seguro de crédito*: 15% após a emissão do Certificado de Autorização e 85% incluídos no valor do principal financiado;

– *commitment fee*: semestralmente vencida, sendo a primeira parcela após a emissão do Certificado de Autorização;

– *management fee*: em uma única parcela, na data da assinatura do Contrato de Financiamento, porém após a emissão do Certificado de Autorização;

– *despesas gerais*: após a emissão do Certificado de Autorização, mediante comprovação, devendo ser pagas em Reais, exceto aquelas incorridas no exterior que só possam ser pagas em moedas estrangeira.

Art. 2º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo de que trata o Art. 1º desta resolução.

Art. 3º A contratação da operação de crédito a que se refere o art. 1º deverá efetivar-se no prazo máximo de 540 (quinhentos e quarenta dias), contados da data da publicação desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Parecer conclui pela apresentação do Projeto de Resolução nº 114, de 1996, que autoriza a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM – a contratar operação de crédito externo junto a um consórcio de bancos, liderados pelo Banco Francês Société Générale, com contra-garantia do Governo do Estado de São Paulo, destinado ao financiamento parcial do Programa de Reequipamento da Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Estado de São Paulo e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantias referentes à mesma operação.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à proposição até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto, em turno único.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O nobre Senador Carlos Bezerra tem a palavra, para discutir.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, esta matéria não passou pela Comissão de Assuntos Econômicos. Pelo que entendi, o Senador José Serra está proferindo parecer em nome da Comissão de Assuntos Econômicos. Não concordo com esta posição.

Para não prejudicar os trabalhos da Casa – acho que a matéria não tem nada a ver com São Paulo, não é questão do mérito, mas entendo que deve passar pela Comissão de Assuntos Econômicos – poderíamos retirar esta matéria da pauta e continuarmos votando os demais itens da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa esclarece ao nobre Senador Carlos Bezerra que esta matéria foi incluída na Ordem do Dia desta sessão em virtude do requerimento de urgência-urgentíssima, nos termos do Requerimento nº 1.082, de 1996, dos Líderes Partidários. Só um requerimento dos Srs. Líderes que assinaram a urgência poderá extinguir a urgência.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, faço então um apelo aos Líderes para que retirem a urgência, retirem a matéria, porque eu vou pedir verificação de *quorum*. Se tiver *quorum*, a matéria passa. Para não prejudicar a Ordem do Dia, que os Líderes peçam a retirada da matéria, porque ela não passou pela Comissão e não encontra fundamento para que esta matéria seja votada deste modo, sem passar pela Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A matéria já tem parecer, neste caso apenas para reexame do assunto.

O SR. GERSON CAMATA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gerson Camata, para discutir.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB-ES. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, Ilustre Senador Carlos Bezerra, é comum, é normal, é um procedimento previsto no Regimento da Casa que as matérias não apreciadas na Comissão e que têm requerimento de urgência sejam relatadas em plenário. O relatório é feito com todos os cuidados, com todo o entendimento, com todas as pesquisas, e vemos que o processo está bem instruído, todos os documentos rela-

tivos às informações que o Banco Central presta estão no processo à disposição de qualquer um.

A partir do momento em que, por uma dificuldade dessa, se tenta obstaculizar a votação de uma matéria que tem a assinatura de todos os Líderes para lhe dar a tramitação de urgência, nós ameaçamos até o funcionamento da Casa. Porque a partir daquele momento qualquer um outro Senador vai tentar evitar que tramite uma matéria porque não passou em determinada comissão.

A matéria passou na Comissão, o Senador José Serra acabou de ler o relatório que está sendo submetido à nossa aprovação.

O que vemos, e é uma boa notícia para os outros Estados brasileiros, é que a União, que vinha recusando-se a oferecer garantias de aval de empréstimos externos, começa a fazer esse processo de aval. Nós estamos autorizando a República Federativa do Brasil a fornecer o aval e dar as garantias para que a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos de São Paulo, que precisa do empréstimo, – estamos vendo na imprensa o que está acontecendo, e o Senado, o Poder Público tem que ser rápido na ação – para resolver esse problema, que não é só o Governador que enfrenta, é a população de São Paulo, os trabalhadores que usam o trem.

O que estamos querendo? Estamos recebendo a bellíssima notícia de que a União começa a emitir avisos, e espero que seja um dia para o Estado do Espírito Santo, para o Estado da Bahia, para os outros Estados, da mesma maneira como está sendo feito agora com relação ao Estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Continua em discussão.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, eu faria um pedido à compreensão do Senador Carlos Bezerra, para que a matéria tramitasse em regime de urgência, como foi solicitado.

O problema de trens em São Paulo está um caos. Todos temos assistido pela televisão, visto na imprensa os trens serem queimados. Há uma falta de locomotivas. O contrato dessas locomotivas foi renegociado nos últimos quatro anos, passando por todas as instâncias. Quando chegou na Comissão de Assuntos Econômicos, deveria ter entrado na

pauta das duas reuniões anteriores, mas tivemos o problema do Movimento dos Sem-Terra, proposto pelo Senador Suplicy, e depois a sabatina do Banco Central, prejudicando a sua não votação na Comissão.

Esta semana, na cidade de São Paulo, está havendo uma feira, e uma missão espanhola assinará esse contrato. O contrato foi aprovado pela Assembléia Legislativa, por nós analisado e discutido com o Banco Central. O Senador José Serra fez o acompanhamento em São Paulo e teve a oportunidade de discutir também comigo o parecer.

Então, pediria a compreensão dos Srs. Senadores, para que votássemos a matéria a fim de não prejudicar São Paulo, que trabalha nesse projeto há mais de quatro anos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Continua em discussão.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Com a palavra o Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB-MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero um abuso tramitar aqui uma matéria sem que passe pela Comissão. Penso que a Comissão de Assuntos Econômicos deveria ter-se pronunciado sobre esta matéria.

Esse ato não deve se repetir, tornando-se costumeiro nesta Casa, porque, com esse espírito, vamos desvirtuando o Regimento e promovendo aprovações atabalhoadas.

Porém, em função do alcance social da medida, que versa sobre transporte urbano, fundamentalmente para os trabalhadores da Grande São Paulo, vou abdicar do pedido de verificação de quorum – o correto seria fazê-lo agora –, para não prejudicar o andamento da sessão.

Mas faço um apelo no sentido de que isso não se torne habitual aqui: passarmos por clima das Comissões Permanentes da Casa para aprovarmos matérias no plenário.

Era essa a minha colocação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Apenas para mais uma vez esclarecer ao Plenário da Ilustra da Mesa Diretora, informo que este projeto está em votação de acordo com o Requerimento nº 1.082, de 1996, de urgência, dos Srs. Líderes partidários, aprovado por esta Casa.

Portanto, a Mesa cumpre a decisão do Plenário. Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

À Comissão Diretora para redação final (Pausa.)

Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 599, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de resolução nº 114, de 1996.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de resolução nº 114, de 1996, que autoriza a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM a contratar operação de crédito externo junto a um consórcio de bancos liberados pelo Société Générale, com contragarantia do Estado de São Paulo, destinada ao financiamento parcial, do Programa de Reequipamento da Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Estado de São Paulo; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de novembro de 1996. – **Júlio Campos**, Presidente – **Renan Calheiros**, Relator – **Antônio Carlos Valadares**, **Emilia Fernandes**.

ANEXO AO PARECER Nº 599, DE 1996

Faço saber que o Senado Federal, aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº, DE 1996

Autoriza a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM a contratar operação de crédito externo junto a um consórcio de bancos liberados pelo Société Générale, com contragarantia do Estado de São Paulo, destinada ao financiamento, parcial, do Programa de Reequipamento da Malha Ferroviária da Região Metropolitana do Estado de São Paulo; e autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia referente à mesma operação.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM autorizada a contratar operação de crédito externo, com contragarantia do Estado de São Paulo, com as seguintes características:

a) **valor**: equivalente a até US\$171,000,000.00 (cento e setenta e um milhões de dólares norte-americanos), sendo:

– US\$157,617,881.00 (cento e cinqüenta e sete milhões, seiscentos e dezessete mil, oitocentos e oitenta e um dólares norte-americanos) referentes a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor dos bens e serviços de origem espanhola e assimilada;

– US\$11,882,119.00 (onze milhões, oitocentos e oitenta e dois mil, cento e dezenove dólares norte-americanos) referentes a 85% (oitenta e cinco por cento) do prêmio de seguro de crédito Cesce;

– US\$1,500,000.00 (um milhão e quinhentos mil dólares norte-americanos) referentes a **Cost Overruns** (custos pagáveis ao exportador em relação a bens ou serviços relativos ao contrato de fornecimento cujo valor esteja além do valor previsto naquele contrato);

b) **juros**: de acordo com a Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico-OCDE e o Instituto de Crédito Oficial-ICO, baseados na **Commercial Interest Reference Rate** – CIRR, fixados na data da assinatura com contrato de financiamento, incidentes sobre o saldo devedor do principal, a partir de cada desembolso;

c) **prêmio de seguro de crédito**: 8,76% (oito vírgula setenta e seis por cento) flat sobre o valor desembolsado, incluídos no valor do principal financiando;

d) **Comissão de Compromisso (commitment fee)**: 0,40% a.a. (zero vírgula quarenta por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado, contado a partir do trigésimo dia após a assinatura do contrato de financiamento;

e) **Comissão de Administração (management fee)**: 0,40% (zero vírgula quarenta por cento) flat sobre o valor total do financiamento;

f) **Despesas Gerais**: as razoáveis, limitadas a US\$85,000.00 (oitenta e cinco mil dólares norte-americanos).

g) **período de desembolso**: trinta e cinco meses contados da data de entrada em eficácia do contrato de fornecimento;

h) **condições de pagamento**:

– **down payment**: em percentual de 15% (quinze por cento), após a emissão das guias de importação para aquisição de bens ou após a emissão do

certificado de autorização, no caso de importação de serviços;

– *principal*: em vinte parcelas semestrais, iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira seis meses após o trigésimo mês da data de início de eficácia do contrato de fornecimento;

– *juros*: semestralmente vencidos;

– *prêmio de seguro de crédito*: 15% (quinze por cento) após a emissão do certificado de autorização e 85% (oitenta e cinco por cento) incluídos no valor do principal financiado;

– *commitment fee*: semestralmente vencida, sendo a primeira parcela após a emissão do certificado de autorização;

– *management fee*: em uma única parcela, na data da assinatura do contrato de financiamento, após a emissão do certificado de autorização;

– *despesas gerais*: após a emissão do certificado de autorização, mediante comprovação, devendo ser pagas em reais, exceto aquelas incorridas no exterior que só possam ser pagas em moeda estrangeira.

Art. 2º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo de que trata o art. 1º desta resolução.

Art. 3º A contratação da operação de crédito a que se refere o art. 1º deverá efetivar-se no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias contados da data da publicação desta resolução.

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 4:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 127, DE 1994

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.083, de 1996)

Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1994 (nº 3.231/92, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre absorção pela União dos custos excedentes decorrentes da construção e

operação usinas nucleoelétricas pela empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., tendo

Parecer favorável sob nº 581, de 1996, da Comissão de Assuntos Econômicos.

(Dependendo de Parecer sobre a emenda de Plenário)

Nos termos do art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Valmir Campelo para proferir parecer sobre as emendas de plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, após a aprovação, pela esta Comissão de Assuntos Econômicos, de parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 1994 (nº 3.231-A, de 1992, na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, foram apresentadas, em Plenário, duas emendas, ambas de autoria da ilustre Senadora Marina Silva.

A emenda nº 1 propõe nova redação para o art. 1º, substituindo "custo de geração de energia hidrelétrica por usina de semelhante capacidade" por "custo médio de geração de energia elétrica pelas usinas em operação de semelhante capacidade".

A emenda nº 2 sugere a supressão do art. 4º.

II – Voto

O propósito do presente projeto de lei é, apenas, o de autorizar o reembolso à Furnas Centrais Elétricas S.A., via Centrais Elétricas Brasileiras-Eletrobras, de valores que lhe são devidos pela União, conforme estabelecido em decorrência da revisão institucional ocorrida no setor nuclear, por meio do Decreto-Lei nº 1.810, de 23 de outubro de 1980, que concedeu a exclusividade para construção de usinas nucleares à Empresas Nucleares Brasileiras S.A. Nuclebrás.

De acordo com o Decreto nº 86.250, de 30 de julho de 1981, foi definida como sendo da Nuclebrás a responsabilidade de financiar, integralmente, a construção de cada unidade nucleoelétrica, entregando-a pronta para operar à concessionária de energia elétrica, mediante sua venda ao preço de uma usina hidrelétrica alternativa com capacidade equivalente.

Ficou definido também que os consumidores de energia elétrica não seriam penalizados pelos altos custos decorrentes da opção nuclear que foi uma decisão governamental, não empresarial.

A partir de 1986, o Tesouro Nacional, devido à escassez de recursos, negociou com a Eletrobras o escalonamento desse resarcimento no tempo, me-

diante a vinculação ao vencimento do serviço da dívida referente a um conjunto de contratos de financiamento de valor equivalente.

Foram registradas em separado, na contabilidade de Furnas, todas as movimentações dessa dívida, acrescentando-se os investimentos complementares em Angra I e deduzindo-se as dotações recebidas do Tesouro Nacional, constando das demonstrações financeiras auditadas, ano a ano, a posição do saldo a reembolsar.

No período de 1986 a 1989, a União destinou a Furnas um total equivalente a US\$1.953 milhões. A Lei nº 7.800, de 10 de julho de 1989, referente às Diretrizes Orçamentárias de 1990, contemplou, expressamente, a consignação de dotações orçamentárias para os citados reembolsos que, em função de dificuldades financeiras da União, foram interrompidos.

O compromisso da União, constante do balanço de Furnas de 31 de dezembro de 1990, registra importância equivalente a US\$1.311 milhões.

Conforme exposto, trata-se de valor já calculado, de acordo com o critério adotado pelo setor elétrico para a escolha de usina a construir, em dado momento, que é o chamado *least cost solution*, ou seja baseia-se no menor custo incremental, considerando-se as disponibilidades hidráulicas existentes. O grupo Eletrobrás, composto pela empresa **holding** e suas subsidiárias regionais, entre as quais Furnas, dispõe de técnicos altamente capazes para o levantamento do custo de uma usina equivalente e o seu trabalho é rigorosamente auditado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica que fiscaliza, sobretudo, o estrito cumprimento do Plano Nacional de Contas do setor elétrico brasileiro.

Conseqüentemente, voto pela rejeição da Emenda nº 1.

Também em relação ao questionamento levantado na justificativa da emenda nº 2, cumpre esclarecer que, de acordo com o estipulado no parágrafo único do art. 4º, o reembolso será feito mediante o cancelamento do crédito da União contra FURNAS, conforme registrado em seus balanços patrimoniais auditados, na conta "Obrigações Especiais – Participação da União" cujo montante atingia, em 31 de dezembro de 1990, o valor de Cr\$374.120.979.000,00 (trezentos e setenta quatro bilhões, cento e vinte milhões e novecentos e setenta e nove mil cruzeiros), equivalentes, na época, a US\$2 bilhões e 200 milhões. Tal crédito é originário da assunção de direitos e obrigações, pela União, da Nuclebrás – transformada em Indústrias Nucleares Brasileiras- determinada pelo Decreto-Lei nº 2.464, de 31 de agosto de 1988,

posteriormente ratificada pela Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989.

Trata-se, portanto, de matéria puramente contábil, com valor já definido, que não onera o orçamento da União.

Por via de conseqüência, sou pela rejeição da Emenda nº 2.

Sr. Presidente, somos de parecer favorável ao projeto de lei já aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, rejeitando, portanto, as duas emendas apresentadas pela nobre Senadora Marina Silva.

O Sr. Josaphat Marinho – Senador Valmir Campelo, concluído o seu parecer, V. Exª pode me prestar uma informação?

O SR. VALMIR CAMPELO – Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Josaphat Marinho – Pelo que leio no Avulso, a União absorve custos excedentes decorrentes da construção e operação de usinas. Apesar disso, não há criação de despesas?

O SR. VALMIR CAMPELO – Nobre Senador, não há aumento de despesa. Ela apenas absorve aquilo que já era da responsabilidade de outro. É apenas um repasse para a União, mas sem que haja uma absorção de despesas com relação a esse repasse.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Está tudo esclarecido, nobre Senador Josaphat Marinho?

O Sr. Josaphat Marinho – Ao votar, deixarei expresso o meu pensamento.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O parecer conclui pela rejeição das emendas.

Passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e das emendas, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo das emendas.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 127, DE 1994

(Nº 3.231-A, de 1992, na casa de origem)

(De Iniciativa do Presidente da República)

Dispõe sobre a absorção, pela União, dos custos excedentes decorrentes da construção e operação de usinas nucleoelétricas pela empresa FURNAS – Centrais Elétricas S.A.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica a União autorizada a reembolsar à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, empresa controladora de Furnas – Centrais Elétricas S.A., valores correspondentes ao custo excedente de geração de energia nucleoelétrica pela usina de Angra I, determinado com relação ao custo de geração de energia hidrelétrica por usina de semelhante capacidade, bem como valores relativos aos investimentos complementares efetuados na usina Angra I, a partir de 1º de janeiro de 1985.

Art. 2º Fica a União igualmente autorizada a reembolsar à Eletrobras valores correspondentes aos gastos efetuados por Furnas com recursos próprios, na construção das usinas nucleoelétricas de Angra II e III, até 31 de dezembro de 1980.

Art. 3º A União efetuará os reembolsos autorizados nos arts. 1º e 2º à Eletrobras por meio da assunção dos saldos devedores de operações de créditos externos da Eletrobras e de Furnas, vinculados àquelas usinas, com aval da União.

§ 1º O Ministério da Fazenda procederá à verificação dos critérios dos investimentos complementares e reembolsos, com base no balanço patrimonial de Furnas, aprovado pela última assembléia geral ordinária dos acionistas da empresa, bem como a seleção dos contratos a serem assumidos.

§ 2º Na data da assunção dos saldos devedores, a Eletrobras promoverá o cancelamento dos créditos que possuir junto a Furnas, vinculados às usinas nucleares.

§ 3º Os saldos devedores a serem assumidos pela União na forma deste artigo incorporarão a variação cambial, bem como os demais encargos financeiros incorridos entre a data do balanço patrimonial a que se refere o § 1º e a data da efetiva transferência para a União.

Art. 4º Fica a União autorizada a reembolsar a Furnas valores correspondentes ao excedente de custo de construção da usina Angra II, excedente este determinado com relação ao custo de uma usina hidrelétrica de igual capacidade de geração.

Parágrafo único. A União procederá ao reembolso de que trata este artigo mediante o cancelamento do crédito que detém junto a Furnas, na qualidade de sucessora da Empresas Nucleares Brasileiras S.A. – Nuclebras, nos termos do art. 1º da Lei nº 7.862, de 30 de outubro de 1989.

Art. 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações consignadas no Orçamento Fiscal da União.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Presidente, peço a palavra para uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, declaro que votei a favor. Mas quero consignar a minha estranheza que assuma o Governo a responsabilidade de absorção dos custos excedentes da construção e operação dessas usinas precisamente no momento em que começa a executar o Programa de Demissão Voluntária de servidores públicos sob o fundamento de falta de dinheiro.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra para ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero manifestar que rejeitamos a matéria, mesmo que não prejudique as emendas. Como elas só serão votadas depois da aprovação do projeto, quero manifestar a rejeição da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência esclarece que o Regimento Interno, no seu art. 316, diz o seguinte:

"Proclamado o resultado da votação, é lícito ao Senador encaminhar à Mesa para publicação declaração de voto."

Portanto, todas as declarações de voto têm que ser feitas por escrito.

Faço este registro apenas para que o Plenário dele tome conhecimento.

Em votação as emendas de parecer contrário.

Os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitadas.

O projeto vai à sanção.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 1-PLEN

Dê-se ao art. 1º a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a União autorizada a reembolsar à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS, empresa controladora de FURNAS – Centrais Elétricas S.A., valores correspondentes ao custo excedente de geração de energia nucleoelétrica pela usina de Angra I, determinando com relação ao custo médio de geração de energia hidre-

létrica pelas usina em operação de semelhante capacidade, bem como valores relativos aos investimentos complementares efetuados na usina Angra I, a partir de 1º de janeiro de 1985."

EMENDA Nº 2-PLEN

Suprime-se o art. 4º

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem V. Exª a palavra.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ) – Sr. Presidente, o PT vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 5:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 108, DE 1996

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.086, de 1996)

Projeto de Resolução nº 108, de 1996 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 585, de 1996), que autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até trezentos milhões de dólares norte-americanos de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multissetorial.

(Dependendo de parecer sobre a Emenda nº 1, de Plenário)

Nos termos do art. 140, letra a, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Gilberto Miranda para proferir parecer sobre a emenda de plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PMDB-AM. Para proferir parecer.) – Srºs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, sou pela rejeição da emenda de plenário.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concluída a instrução da matéria, passa-se à discussão, em conjunto, do projeto e da emenda, em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Rejeitada.

À Comissão Diretora para a redação final.

É a seguinte a emenda rejeitada:

EMENDA Nº 1 – PLEN

A alínea d, do Art. 2º do PRS 108/96 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

.....

d) contragarantia: lote de 2.732.821.622 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões oitocentos e vinte e um mil, seiscentos e vinte e duas) ações das Centrais Elétricas Brasileira S/A – Eletrobras, da classe ON, a serem custodiadas, podendo a contragarantia oferecida pelo BNDES ser substituída, a critério da Secretaria do Tesouro Nacional – STN".

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 600, DE 1996

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 108, de 1996.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 108, de 1996, que autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos) de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multissetorial.

Sala de Reuniões da Comissão, 21 de novembro de 1996. – **Júlio Campos**, Presidente – **Renan Calheiros**, Relator – **Antonio Carlos Valadares** – **Emilia Fernandes**.

ANEXO AO PARECER Nº 600, DE 1996

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos ter-

mos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO N° , DE 1996

Autoriza a União a prestar garantia em operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos) de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multisetorial.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada, nos termos da Resolução nº 96, de 1989, a prestar garantia na operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$ 300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos) de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa de Crédito Global Multisetorial.

Art. 2º A operação de crédito externo tem as seguintes características:

- a) mutuário: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES;
- b) mutuante: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;
- c) garantidor: República Federativa do Brasil;
- d) contragarantia: lote de 2.732.821.622 (dois bilhões, setecentos e trinta e dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, e vinte e duas) ações da Centrais Elétricas Brasileiras S.A., – ELETROBRÁS, da Classe ON, a serem custodiadas no Banco do Brasil S.A.;
- e) natureza da operação: empréstimo externo;
- f) valor: equivalente a até US\$300,000,000.00 (trezentos milhões de dólares norte-americanos) de principal;
- g) finalidade: financiar parcialmente o Programa de Crédito Global Multisetorial;
- h) juros: incidentes sobre os saldos devedores diários do empréstimo a uma taxa anual determinada, para cada semestre, pelo custo de empréstimos qualificados tomados pelo BID durante o semestre anterior, acrescida de margem razoável, expressa em termos de percentagem anual, que o BID fixará periodicamente, de acordo com sua política de taxa de juros;

I) comissão de crédito: 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contada a partir de sessenta dias da data da assinatura do contrato;

II) condições de pagamento:

– do principal: o empréstimo deverá ser amortizado pelo mutuário mediante o pagamento de prestações semestrais consecutivas e, tanto quanto possível, iguais; a primeira prestação deverá ser paga na primeira data em que deve ser efetuado o pagamento dos juros, uma vez transcorridos seis meses contados da data prevista para o desembolso final do empréstimo e, a última, em 12 de dezembro de 2015;

– dos juros: semestralmente, em 12 de junho e 12 de dezembro de cada ano, a partir da data da assinatura do contrato;

– da comissão de crédito: semestralmente, nas mesmas datas estipuladas para o pagamento dos juros;

III) taxa de inspeção e vigilância: do valor do financiamento destinar-se-á a quantia de US\$ 3,000,000.00 (três milhões de dólares norte-americanos) para atender despesas de inspeção e supervisão geral do credor; essa quantia será desembolsada em prestações trimestrais, tanto quanto possível iguais, ingressando nas contas do credor independentemente de solicitação do mutuário.

Art. 3º A prestação de garantia pela União deverá efetivar-se no prazo máximo de quinhentos e quarenta dias contado da data da publicação desta Resolução.

Art. 4º Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam permanecem sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 6:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 102, DE 1995
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 993, de 1996)

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 1995 (nº 1.323/91, na Casa de origem), que institui a Residência Odontológica, cria a Comissão Nacional de Residência Odontológica e determina outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 36, de 1996, da Comissão

- de Assuntos Sociais.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação, nos termos do Requerimento nº 285/96)

Nos termos do art. 140, letra b, do Regimento Interno, designo o nobre Líder do PTB, Senador Valmir Campelo, para proferir parecer em substituição à Comissão de Educação.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Para proferir parecer) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores,

I – Relatório

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Renan Cordeiro, havia sido originalmente apresentado em 1991, sob o nº 1.323, e aprovado, na Câmara, por voto unânime. Posteriormente, veio a ser arquivado no Senado Federal, por razões regimentais, como o encerramento da 49ª Legislatura.

Reconhecendo sua indiscutível importância e elevado mérito, o Deputado Álvaro Valle reapresentou-o, em 1995, preservando o texto original.

Em 7 de dezembro de 1995, a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, através do Senador Bello Parga, manifestou-se pela sua aprovação sob a forma apresentada, em Parecer de nº 36/95.

O presente projeto vem, sem dúvida, preencher uma antiga lacuna normativa no embasamento dos processos de formação dos odontólogos no Brasil. Afinal, a Odontologia nada mais é do que uma vertente de especialização da própria Medicina. Em realidade, em diversos países do mundo, a Odontologia é praticada por médicos especializados nessa área, como, de resto, o são em outras áreas, como, por exemplo, a Oftalmologia. Além disso, de longa data, os médicos sentiam a necessidade de oficializar seu treinamento pós-graduado – a chamada Residência Médica (Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981). Essa formação, em nível de pós-graduação, detém um número de horas (mínimo de 1800 horas) quase seis vezes superiores às especializações ditas de *lato sensu* (mínimo de 360 horas), uma vez que a complexidade da atuação sobre o Homem assim o exige. Sua adoção na formação médica tornou-se, portanto, um imperativo, especialmente a partir de uma progressiva conscientização acorrida nas décadas de setenta e oitenta, quando o cenário treinamento profissional de acadêmicos, classicamente adotado no Brasil, foi, à guisa dos padrões americanos, julgado anti-ético e legalmente questionável. O motivo aludido foi o de que o aluno de Medicina, ao realizar atos médicos em seres humanos, não teria o adestramento suficiente e a titulação necessária para uma eventual imputação legal.

Considerando-se, nesse contexto, que os odontólogos atuam igualmente sobre seres humanos, realizando atos médicos, nada mais justo que a sociedade tenha salvaguardados seus interesses, mediante a adoção de mecanismos normativos que forneçam a estruturação das condições para um treinamento condigno dos odontólogos, em nível de pós-graduação, tal como já ocorre com os médicos.

Quantos aos aspectos e ações matizes típicos da profissão, como, por exemplo, a carga horária do curso ou o currículo mínimo, registre-se que foram apropriadamente remetidos à regulamentação pelo Poder Executivo. As peculiaridades técnicas devem ser aí respeitadas. Adicionalmente, propomos a supressão do art. 3º do Projeto de Lei, no qual ficará autorizado o Poder Executivo a criar a chamada Comissão Nacional de Residência Odontológica, em realidade, uma atribuição exclusiva daquele Poder.

II – Voto

Destarte, pelos aspectos discutidos, dada a sua indiscutível relevância, votamos pela aprovação deste Projeto de Lei, suprimindo-se o seu artigo 3º, nos termos da seguinte Emenda Supressiva.

EMENDA Nº 1-PLEN

Suprime-se o artigo 3º e renumeram-se os demais.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O parecer é favorável com emenda que apresenta.

A matéria sai da Ordem do Dia, a fim de cumprir o interstício regimental.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Itens 7:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 1993

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1993)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 988, de 1996)

Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993 (nº 1.439/88, na Casa de origem), que dá prioridade à concessão de canais de emissoras às entidades educacionais, tendo

Parecer sob nº 211, de 1993, da Comissão

– de Educação, favorável, nos termos de substitutivo que oferece ao Projeto de Lei da Câmara.

(Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, nos termos do Requerimento nº 247/94, de reexame)

Nos termos do art. 140, letra b, do Regimento Interno, designo a nobre Senadora Benedita da Silva, para proferir parecer em substituição à Comissão de Educação, em reexame.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT – RJ, para emitir parecer) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores:

I – Relatório

Foi aprovado pelo Plenário desta Casa requerimento de reexame pela Comissão de Educação dos Projetos de Lei da Câmara nº 20, de 1993 (nº 1.439, de 1988, na Câmara dos Deputados), que "dá prioridade à concessão de canais de emissoras às entidades educacionais", e nº 109, de 1995, que "dispõe sobre outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens", tramitando em conjunto, por força da aprovação do Requerimento nº 1.051, de 1995.

Trata a matéria de dois projetos de lei, identificados acima, que buscam aperfeiçoar os procedimentos e critérios para a concessão e renovação de canais de radiodifusão sonora e de sons e imagens (televisão). O primeiro, da lavra do nobre Deputado Sólon Borges dos Reis, com emenda do eminente Deputado Artur da Távola, pretende incentivar o uso de canais de rádio e televisão por entidades educacionais e facilitar as concessões a essas entidades.

Esse projeto, tramitando no Senado, teve parecer favorável de seu relator, senador Valmir Campelo, na forma de substitutivo, sob a alegação de que a forma utilizada para apresentar intenção irrefutável seria constitucional. Entendeu o Relator que ela pecava "ao estabelecer uma discriminação que não encontra respaldo na Carta Magna. Ao conceder preferência a entidades educacionais e de exclusiva finalidade cultural em geral, sem especificar se de direito público ou privado, a proposição enseja o privilegiamento de um setor da iniciativa privada na exploração de um serviço público, o que contraria o ordenamento jurídico brasileiro". Entende o Relator que "no setor público, sim, deve ser concedida prioridade sempre com vistas à proteção e preservação do interesse nacional".

Assim, o substitutivo apresentado pelo Senado restringe o conteúdo da proposta original à idéia de que o rádio e a televisão educativos se destinem à divulgação de programas educacionais.

Foi apresentado, na seqüência da tramitação, o Requerimento nº 1.051, de 1995, subscrito por mim, solicitando tramitação em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995.

Esse Projeto, o segundo, de autoria do Senador Pedro Simon, já mais completo, apresenta diversos núcleos normativos, gravitando todos em torno do tema do processo de renovação de concessões e

permissões de canais de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Entre esses núcleos normativos, destacam-se:

1 – o estabelecimento dos princípios preconizados no art. 221 da Carta Magna como critérios de avaliação do desempenho da entidade, para efeitos da concessão ou renovação;

2 – a atribuição de papel ativo ao Conselho de Comunicação Social, previsto no art. 224 da Constituição Federal, na avaliação do desempenho das entidades concessionárias;

3 – a criação e normalização do sistema público de radiodifusão, nos termos do caput do art. 223 da Constituição Federal;

4 – a atribuição ao Congresso Nacional da responsabilidade de apreciar todos os atos de outorga e renovação de concessões ou permissões de emissoras de rádio e televisão, nos termos do art. 223 da Carta Maior, inclusive os referentes aos serviços de televisão por assinatura e televisão por cabo; e,

5 – o condicionamento da validade das transferências de concessões e permissões aprovadas pelo Poder Executivo à aprovação do Congresso Nacional.

Ambos os projetos, acima descritos, estiveram à disposição dos senhores Senadores, na secretaria da Comissão, para recebimento de contribuições, não tendo sido emendados no período regimental.

II – Voto do Relator

Uma lei e três decretos vieram à luz do cenário jurídico nacional, no período de tramitação do primeiro dos projetos aqui analisados, o PLC nº 20, de 1993, com a intenção de disciplinar o processo de concessão de canais de radiodifusão sonora e de sons e imagens. A lei, de nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, "dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo, e dá outras providências". Os decretos, de números 1.718, 1.719 e 1.720, todos de 28 de novembro de 1995, regulamentam, alteram e disciplinam os serviços de radiodifusão, aprovados pelo Decreto nº 52.795, de 1963, os serviços de TV por cabo e os de telecomunicações em base comercial.

Essas normas em nada prejudicaram o PLS nº 109, de 1995. Ao contrário, entende-se que este, por trabalhar em surpreendente consonância com aqueles, terá a propriedade de lhes aperfeiçoar em muito o conteúdo. Já o mesmo não se pode dizer do primeiro dos projetos aqui analisados. Seu conteúdo, no entanto, por pertinente, fica atendido na forma do § 2º do art. 13 do Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, que reza o seguinte:

"§ 2º Não dependerá de edital a outorga para execução de serviço de radiodifusão por pessoas jurídicas de direito público interno e por entidades da Administração Indireta, instituídas pelos Governos Estaduais e Municipais, nem a outorga para a execução de serviços com fins exclusivamente educativos".

Fica evidente, diante do texto acima, que o art. 13, do Decreto nº 52.795/63, que "aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão" teve seu conteúdo ampliado, exatamente no sentido pretendido, qual seja, o de facilitar o processo de concessão às entidades educacionais. Para clareza, reproduz-se abaixo o artigo modificado:

"Art. 13. Não dependerá da publicação de Edital a outorga de concessões ou permissões solicitadas por pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades."

Diante do exposto, considerando estar plenamente atendido pela nova legislação o pretendido pelo PLC nº 20, de 1993 e o inegável mérito do PLS nº 109 de 1995, opinamos pela aprovação deste último, considerando prejudicado o primeiro.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O parecer é pela prejudicialidade da matéria e favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 109/95, que tramita em conjunto.

O Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, ficará perante à Mesa, durante 5 dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

É o seguinte o intern que ficará sobre a mesa aguardando recebimento de emendas:

– 8 –

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 109, DE 1995

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei da Câmara nº 20, de 1993)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 988, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB-RJ. Para um esclarecimento. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicitada a prejudicialidade, permanece o parecer do Senado. Nesse caso, o parecer deverá voltar à votação, certo, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência esclarece que o que retornará à votação será o Projeto nº 109/95, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre a outorga e renovação de concessão ou permissão para exploração do serviço de radiodifusão sonora, de sons e imagens.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, desculpe-me, mas não entendi o que aconteceu com o meu projeto.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O projeto de V. Ex^a retornará à Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PEDRO SIMON – Mas o que aconteceu? O item 7 foi considerado prejudicado?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O parecer foi pela prejudicialidade.

O SR. PEDRO SIMON – E o item 8?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Voltará à Ordem do dia oportunamente.

O SR. PEDRO SIMON – Mas por que ele saiu da Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A fim de ser publicado o parecer e receber emendas.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 9:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 195, DE 1995

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 12, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que concede anistia de multas cometidas pelo Tribunal Superior do Trabalho a entidades sindicais em virtude de sentença judicial, tendo

Parecer sob nº 828, de 1995, da Comissão

– de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que oferece.

Aos projetos não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235, II, letra d, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.087, DE 1996

Sr. Presidente,

Nos termos do art. 279, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 195, de 1995, a fim de ser feita na sessão de 28 de novembro próximo.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1996. – **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia no próximo dia 28 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 10:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 196, DE 1995**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 13, de 1995)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1995, de autoria do Senador José Eduardo Dutra, que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório, tendo

Parecer sob nº 829, de 1995, da Comissão

– de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que oferece.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas, nos termos do art. 235, II, letra d, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.088, DE 1996

Nos termos do art. 279, alínea c, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1995, a fim de ser feita na sessão de 28 de novembro próximo.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1996. – **José Eduardo Dutra**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queriam permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retornará à Ordem do Dia na sessão de 28 de novembro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 11:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 107, DE 1994

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 991, de 1996)

Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1994 (nº 1.807/91, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação do Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos e dá outras providências.

(Dependendo de parecer da Comissão de Educação)

Nos termos do art. 140, letra b, do Regimento Interno, designo a nobre Senadora Benedita da Silva para proferir parecer em substituição à Comissão de Educação.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Para proferir parecer.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, vem ao exame desta Casa o Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1994, que determina que as empresas e órgãos públicos com mais de 100 (cem) empregados deverão desenvolver o Programa Empresarial de Alfabetização de Adultos. As atividades relativas ao programa ocorrerão no próprio local de trabalho, em salas de aula montadas pelas entidades em questão, que deverão, também, arcar com os gastos relativos a equipamentos, material escolar e pessoal docente especializado. Dispõe, ainda, o projeto que a responsabilidade quanto à seleção e treinamento de monitores e acompanhamento do processo pedagógico caberá ao poder público.

Sabemos que entre os mais graves problemas atravessados pelo Brasil, hoje, encontram-se aqueles ligados à área educacional. Se, por um lado, temos consciência das limitações do efeito das ações no setor educacional frente à gravidade da crise no plano econômico, por outro não podemos abrir mão da utopia de uma sociedade em que todo indivíduo tenha direito, pelo menos, a um ensino básico de boa qualidade. Este é um dos pressupostos para o exercício pleno da cidadania. No entanto, não obstante os incontáveis estudos e exaustivos diagnósticos, historicamente as ações do poder público no setor têm sido amplamente insuficientes.

Além de ser elevada a taxa de evasão do sistema educacional brasileiro, os índices de retenção na série fazem com que, embora as crianças permaneçam na escola, em média, por um período que seria suficiente para a conclusão do ensino fundamental, venham a obter apenas a metade da escolaridade ou deixem a escola sem ser alfabetizadas. Os dados disponíveis mostram que apenas cerca de 50% dos alunos matriculados conseguem concluir a oitava série.

Este quadro contribui, então, para reproduzir a grave realidade do analfabetismo no País: segundo o Censo de 1991, o Brasil possui 3,461 milhões de analfabetos com idade entre 15 e 24 anos. Em alguns municípios o índice de analfabetismo atinge a assombrosa marca de 85% na faixa etária entre 11 e 14 anos. Há aproximadamente 15 milhões de analfabetos adultos no Brasil. Assim, a escolaridade média da força de trabalho no País não ultrapassa os 3,5 anos e cerca de 40% dos trabalhadores da indústria possuem, no máximo, o curso primário completo e menos de 20% concluíram o segundo grau.

Neste quadro, portanto, torna-se fundamental a articulação do Estado com o setor produtivo, conforme as tendências internacionais, que se voltam, sobretudo, para o desenvolvimento do ensino técnico. No caso brasileiro faz-se necessário, também, enfrentar o problema das deficiências do trabalhador no tocante aos conhecimentos típicos do ensino regular, a partir mesmo da alfabetização.

Neste sentido, o projeto em exame representa uma importante iniciativa no enfrentamento do problema do analfabetismo entre os trabalhadores no Brasil. Embora atinja apenas uma parcela do conjunto dos cidadãos brasileiros vítimas das limitações de nosso sistema educacional, terá certamente efeitos relevantes principalmente ao contribuir para o desenvolvimento de uma nova mentalidade, voltada para a criação de novas formas de articulação entre o sistema produtivo e o sistema educacional.

Pelos motivos acima expostos votamos favoravelmente ao Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 1995.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A matéria não está em discussão. Ela voltará à discussão oportunamente. É apenas para receber parecer.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS). Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que a nobre relatora vai concordar comigo sobre a importância e a seriedade desta matéria: "estabelecimentos empresariais com mais de cem operários terão a responsabilidade de oferecerem cursos de alfabetização."

Uma matéria dessa natureza está vindo a plenário, com a brilhante participação da relatora, sem que tenhamos estudado, debatido, analisado. E afi o Senador Roberto Requião tem razão quando diz que convoca a reunião mas ela não acontece. Af, a matéria vem a plenário.

Uma matéria dessa natureza e desse significado, com toda sinceridade, deveria merecer uma análise e uma discussão para que pudéssemos ver o que há por detrás, se há uma ligação com o serviço civil obrigatório, assunto de um projeto de minha autoria que já tramita, em que iremos determinar que os jovens possam prestar serviço de colaboração em trabalhos comunitários. Sobre um projeto dessa natureza, a Casa revisora vai apresentar um brilhante parecer da Senadora Benedita da Silva, mas nós não teremos discutido, debatido ou analisado a matéria.

Esse projeto entra e sai com o mérito da Senadora Benedita. Mas, cá entre nós, com uma posição muito ruim para o Senado da República. Podemos até aprová-lo como está ou apresentar emenda, mas não sei o que acontecerá. Esse projeto não tem tom partidário, eleitoral, não tem discussão ideológica; tem um cunho da maior profundidade e significado.

Claro que é importante que empresas com mais de cem operários participem, encontrem um local para promover a alfabetização. Isso é importantíssimo! Mas como vamos transformar isso em realidade?

Imagino que a Câmara dos Deputados já fez o seu papel, estudando o projeto. Mas nós somos a Casa revisora, temos que votar conhecendo a matéria. E aqui só quem a conhece é a Senadora Benedita da Silva, porque S. Ex^a leu, estudou, analisou e pode votar tranquilamente. Mas será que nós vamos votá-la com tranquilidade?

O Projeto entra em discussão no meio de uma sessão, já com o horário bem adiantado, depois de uma homenagem ao Jornal O Liberal; daqui a pouco começa uma outra sessão. E daqui a cinco ou dez dias, a matéria retorna, talvez com uma ou outra emenda, mas não teremos o conteúdo. Perdoe-me a sinceridade, mas esta é uma das matérias que mereceriam reunião de lideranças, para que fosse debatida, pois é séria demais, Sr. Presidente.

Era apenas esse o meu comentário.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O parecer é favorável à matéria. A proposição ficará sobre a mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Julio Campos) - Item 12:

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 44, DE 1996**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 990, de 1996)

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 1996 (nº 4.622/94, na Casa de origem), que dispõe sobre a veiculação de mensagem voltada à educação para o trânsito.

Dependendo de parecer da Comissão de Educação.

A Presidência retira a matéria da Ordem do Dia nos termos do art. 175, letra e, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) - Item 13:

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 304, DE 1995**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 989, de 1996.)

Projeto de Lei do Senado nº 304, de 1995, de autoria do Senador Ermândes Amorim, que dispõe sobre o regime da bolsa de estudo em estabelecimento público de ensino superior e dá outras providências.

Dependendo de parecer da Comissão de Educação.

Nos termos do art. 140, letra b, do Regimento Interno, designo o nobre Líder do Estado do Espírito Santo, Senador Gerson Camata, para proferir parecer, em substituição à Comissão de Educação.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Para emitir parecer) – Sr. Presidente, Sr.ºs e Srs. Senadores:

Relatório

É submetido a esta Casa o Projeto de Lei do Senado nº 304, de 1995, de autoria do Senador Ermândes Amorim com o objetivo de implantar "o regime de bolsa de estudo em estabelecimento de ensino superior".

O artigo primeiro da proposição determina que "o ensino superior realizado em estabelecimento público" não será gratuito e que o Poder Executivo fixará a anuidade escolar a ser cobrada.

Os artigos subseqüentes estabelecem as normas para que os alunos menos favorecidos, em termos de renda familiar, recebam bolsas de estudos e o destino dos recursos provenientes das anuidades cobradas.

Em sua justificação, o nobre Senador ressalta a "perda gradativa da qualidade do ensino superior no Brasil" e a "natureza excludente" do modelo em que se estrutura esse nível de ensino. Afirma ainda, que o objetivo da iniciativa é "proteger alunos menos favorecidos".

Na Comissão de Educação, o projeto de lei acima relatado não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise e Voto

A proposição em análise contém duas propostas principais:

1º. Acaba com o ensino superior gratuito nos estabelecimentos públicos;

2º. Implantar uma sistemática de concessão de bolsas de estudo, usando como critério a renda familiar do candidato.

Preocupa-se o nobre Senador com a desigualdade existente no acesso ao ensino superior, que favorece sobremaneira a parcela mais favorecida de nossa sociedade, ao mesmo tempo que pretende melhorar a qualidade da oferta desse nível de ensino. Não resta dúvida de que é uma preocupação procedente e demonstra uma consciência de cidadania com a qual nos identificamos. Todavia, pensamos que o caminho especificado no Projeto de Lei nº 304/95 não é o mais adequado, tendo em vista, principalmente, os vícios de constitucionalidade que contém.

A Constituição Federal determina no art. 206, inciso IV que o ensino público será gratuito nos estabelecimentos oficiais. Este é um princípio constitucional que não pode ser abolido por meio de lei ordinária.

Implantar um sistema de bolsas de estudo também é problemático, na medida em que não se determina de modo claro a origem dos recursos que serão utilizados para tanto. Atender a todos os pretendentes, economicamente carentes, implicará a criação de uma grande demanda e, consequentemente, de vultosa despesa que, certamente, não terá como ser coberta apenas com os recursos das mensalidades cobradas. Existem estudos que demonstram ser esta receita muito pequena, quando comparada com o gasto total de uma universidade. Para que a União participe destes custos faz-se ne-

cessário uma previsão orçamentária que não está referida no projeto.

Com relação ao mérito, entendemos que a iniciativa, se transformada em norma legal, não resolverá o problema da "qualidade do ensino superior no Brasil", assim como não será garantia de democratização no acesso a esse nível de ensino.

Estes grandes problemas do ensino superior brasileiro têm múltiplas causas e algumas delas se situam, com certeza, no modo como foi estruturada e organizada a educação básica. Temos excelentes instituições privadas que atendem àqueles alunos que podem pagar e um sistema público de ensino de péssima qualidade para a grande parcela da população economicamente desfavorecida.

A escola pública de primeiro grau no Brasil está agonizando. As estatísticas mostram alarmantes índices de repetência e evasão já nas primeiras séries do ensino fundamental. Os sistemas de ensino não dispõem dos recursos para equipar as escolas com o material mínimo necessário para garantir um aproveitamento adequado por parte dos alunos. Grande parte dos professores não tem qualificação apropriada, etc.

Enfim, nossa escola pública de primeiro grau não apresenta condições de conduzir seus alunos ao segundo grau e, muito menos de prepará-los para enfrentar a concorrência com os colegas egredidos das escolas particulares no momento de um concurso vestibular. Esta é uma das nascentes do caráter "excludente" do ensino superior no Brasil.

Para superar essa situação, acreditamos ser necessária, antes de tudo, que se fomentem políticas para melhorar a qualidade do ensino fundamental e médio. Aliás, é importante ressaltarmos que essa necessidade já é consenso em nossa sociedade. Movimentos de reforma podem ser observados em todo o território nacional.

Diante do exposto, consideramos que o Projeto de Lei nº 304/95 não é oportuno razão pela qual opinamos por sua rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O parecer é contrário ao projeto.

A matéria ficará sobre a mesa durante dois dias úteis para a interposição de recursos prevista no artigo 254 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 14:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, DE 1996

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Requerimento nº 992, de 1996)

Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos,

que torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho.

Dependendo de parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Nos termos do art. 140, letra b, do Regimento Interno, designo o nobre Senador Romeu Tuma para proferir parecer em substituição à Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. ROMEU TUMA (PSL – SP. Para emitir parecer) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores:

I – Relatório

É submetido ao exame do Plenário desta Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1996, que tem por finalidade tornar obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão do contrato de trabalho.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposta, Senador Júlio Campos, argumenta:

"Estima-se que parcela ponderável dos saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, por dispensa sem justa causa, sejam fraudulentos.

Isto ocorre, primordialmente, como resultado dos acordos estabelecidos entre trabalhadores e empregadores para que os primeiros saquem seu FGTS. Tais acordos se dão a partir da simulação tanto da demissão do empregado quanto do pagamento dos custos vinculados à rescisão do contrato de trabalho".

Como se vê, o projeto tem por objetivo desestimular os acordos entre trabalhadores e empregadores que levem a saques fraudulentos dos recursos do FGTS.

Segundo o autor da proposição, na medida em que se obrigue o empregador a depositar a multa devida na conta vinculada do trabalhador, diminui-se a possibilidade de simular seu pagamento.

Ao projeto foi apresentada uma emenda, de iniciativa do Senador Waldeck Ornelas, que dá nova redação ao § 3º do art. 18, bem como altera o inciso I do art. 20 da Lei nº 8.036/90. Pretende o ilustre Parlamentar, primeiramente, excluir os valores referentes à multa do recibo de quitação de rescisão de contrato de trabalho e, ao modificar o inciso I do art. 20, estabelecer a obrigatoriedade de comprovação do depósito da multa, para que o

trabalhador possa movimentar a sua conta vinculada na hipótese de despedida sem justa causa, inclusive a indireta, de culpa recíproca e de força maior.

É o relatório.

II – Voto

Não há dúvida que o problema de simulação de despedida sem justa causa e de pagamento da multa rescisória para viabilizar o saque dos valores depositados na conta vinculada do FGTS é uma realidade que não se pode negar. Até mesmo o Ministério do Trabalho vem desenvolvendo esforço, por intermédio de uma fiscalização mais intensiva, para coibir essas irregularidades. Todavia, isto não ocorre em relação ao todo. O próprio autor refere-se a uma "parcela ponderável dos saques do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS", e ainda assim como estimativa. Portanto, universalizando a medida estar-se-ia punindo os empresários que não praticam esse delito.

Assim, em que pese ao mérito da iniciativa, entendemos que, ao se determinar que a multa sobre o saldo do FGTS, devida pelo empregador em caso de despedida sem justa causa, por culpa recíproca ou por força maior, seja depositada na conta vinculada do FGTS do empregado, poderíamos estar infringindo o preceituado na Constituição Federal.

Na verdade, na hipótese de despedimento sem justa causa, quer nos parecer que a Constituição Federal estabeleceu que o empregador, pagará diretamente ao empregado 40% de todos os depósitos efetuados, corrigidos ou 20%, quando houver culpa recíproca ou força maior.

Ademais, ao transformarmos a multa, que foi criada provisoriamente até que se regulamente o art. 7º, I da Constituição, em depósito no FGTS, poderia ensejar uma descaracterização do próprio FGTS, que foi constituído para receber depósitos referentes ao salário do trabalho. Não se cogita na lei que o criou, que este fundo possa vir a ser depositário de multas.

Enfim, a multa criada pelos Constituintes nada tem a ver com o FGTS, pois este é apenas uma referência para o seu cálculo.

Tendo em vista estes aspectos duvidosos, opinamos pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que esta se manifeste sobre a juridicidade e constitucionalidade da matéria, nos termos do requerimento em anexo.

REQUERIMENTO Nº , DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão de contrato de trabalho, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1996. – Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O parecer conclui pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Nesse sentido há, sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 1.089, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno, requeiro que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 97, de 1996, de autoria do Senador Júlio Campos, que torna obrigatório o depósito da multa de 40% sobre o valor do saldo do FGTS na conta vinculada do trabalhador, no momento da rescisão de contrato de trabalho, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1996. – Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O parecer conclui pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

A Presidência convoca sessão do Congresso Nacional a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva..

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o tema analisado na Cúpula Mundial sobre Alimentação, que se realizou em Roma, de 13 a 17 de novembro, é de grande interesse e preocupação para a humanidade, e a prova disso está no alto nível político dos representantes e das delegações participantes; pelo conteúdo dos temas apresentados, pela transcendência dos pontos de resolução acordado e do Plano de Ação proposto.

A segurança alimentar do povo brasileiro é motivo de minha constante preocupação. Tendo presente a realidade em que vive milhões de brasileiros (sem saber "o que" e "se" poderão comer no dia de hoje) considero que as propostas da cúpula dão os parâmetros gerais para que os países em desenvolvimento adotem políticas e implementem programas e projetos que venham garantir a segurança alimentar de seus habitantes, especialmente daqueles mais vulneráveis como as crianças. O futuro da humanidade depende, então, da maneira como os países farão seus compromissos globais assumidos na Cúpula, e para isso é necessário um esforço coletivo.

Quero aproveitar esta ocasião para expressar minhas felicitações ao Dr. Jacques Diouf, Diretor Geral da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), pela feliz iniciativa de promover a Cúpula, e para assegurar-lhe que estou e estarei atenta a tudo o que se refere à segurança alimentar do Brasil, como Nação, e do Estado do Rio de Janeiro em particular – Estado que tenho a responsabilidade e o privilégio de representar no Senado Federal. Estou preocupada com a problemática da pobreza e da subnutrição que afeta grande parte de nossa gente e vejo com tristeza que ainda existe insensibilidade no coração de alguns. Assim, quero assegurar que, dentro do espírito dos debates da Cúpula, estarei à frente da luta para encontrar as soluções mais adequadas e duradouras que venham garantir a segurança alimentar para todos.

Eu gostaria muito de ter assistido à Cúpula e de ter podido intercambiar idéias e experiências com as várias delegações que estiveram presentes, mas, de longe, acompanhei com interesse o desenvolvimento dos debates, já que o problema do crescimento da pobreza, tanto no Brasil como em outros países da América Latina, tem sido motivo de grande preocupação.

Estou comprometida em encontrar soluções duradouras para um desenvolvimento sustentável para os milhões de brasileiros carentes que vivem sem acesso a uma alimentação adequada. Assim,

vou estudar detidamente as recomendações da Cúpula e os aportes feitos pelos representantes dos países, das Organizações Não-Governamentais, do setor privado e das organizações internacionais participantes, para lograrmos nosso propósito em projeto que fala de segurança alimentar* e para o qual espero, sem dúvida nenhuma, receber o apoio do Congresso Nacional.

Procura de Soluções

Nós não estamos de braços cruzados esperando por milagres e, assim, mesmo antes do final da Cúpula, minha equipe de assessores, que inclui especialistas que trabalham tanto na FAO como no Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), já está analisando a viabilidade dessa proposta.

O que vejo nas minhas visitas pelo interior do Estado do Rio de Janeiro e de outros Estados do Brasil aumenta a minha preocupação com a segurança alimentar em que vive um grande número de famílias – as estatísticas da fome no Brasil são alarmantes. É triste saber que de acordo com estimativas oficiais 16 milhões de nossos irmãos brasileiros estão passando fome agora. Segundo estimativas de organizações não-governamentais, esse número chegaria a 30 milhões de pessoas. Por outro lado, é doloroso e lamentável saber que o Brasil está perdendo, anualmente, uns 30% de sua produção agrícola.

Procurando analisar os logros alcançados e as experiências e as ações adotadas por outros países, nas minhas viagens pela América Latina, pude apreciar como os grupos que vivem em condições de extrema pobreza, mediante programas de auto-ajuda, estão encontrando soluções para os seus problemas. Um denominador comum foi o apoio que eles receberam de projetos que garantiam a segurança alimentar da família dos grupos beneficiários.

Quero garantir que a segurança alimentar para as famílias carentes não significa uma simples questão de distribuir ou doar alimentos. Portanto, é necessário dar a oportunidade de trabalhar a quem não tem trabalho; dar acesso à educação a todas as crianças; promover a alfabetização dos que não sabem ler e escrever; garantir a atenção preventiva de saúde e o tratamento médico aos que necessitam; e dar possibilidade de moradia decente aos que não têm teto. Consideramos que para ter um impacto duradouro, qualquer proposta de ação não pode ser unilateral e exigirá um compromisso social de todas as forças vivas do País.

Por onde começar? A resposta não é simples e não há uma receita uniforme. No Brasil, muita coisa foi tentada no passado e assim não vamos partir do

ponto zero – queremos e temos que examinar as lições tiradas de experiências anteriores e aproveitar os aspectos positivos, evitando repetir ou cair em velhos problemas – não os quero chamar de erros. Por outro lado, para ampliar nosso universo de trabalho, queremos também manter contato com especialistas e instituições de outros países que, como Costa Rica e Panamá, compartilham a mesma preocupação e estão procurando a segurança alimentar com a execução de programas orientados à produção de alimentos com pequenos agricultores, moradia básica e melhoramento da infra-estrutura comunitária; e atenção nutricional aos grupos vulneráveis. Considero que esse tipo de intercâmbio será importante para todos nós.

O Programa brasileiro de Segurança Alimentar

Um ambiente econômico e político estável e propício à segurança alimentar é a base fundamental para alcançar os objetivos de desenvolvimento social sustentável contidos na Declaração de Copenhague, da Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (1995). Nós queremos isso para o Brasil, cremos que é possível, estaremos trabalhando com afinco e queremos dar nosso aporte. Entendemos, também, que sem uma verdadeira participação popular não lograremos a materialização de nossos esforços no sentido de alcançar o objetivo final, que é a segurança alimentar.

Como instrumento de apoio inicial para se lograr uma estratégia de desenvolvimento auto-participativo, dentro de uma situação de segurança alimentar, estamos analisando mecanismos que possibilitem o estabelecimento do que poderia vir a ser chamado *Programa Brasileiro de Segurança Alimentar*.

Como uma iniciativa já dentro deste propósito, que entendo ser importante, estamos procurando garantir o reconhecimento da tarefa que está sendo destinada às mulheres nessa trajetória.

Reconhecimento do Papel da Mulher

A nossa proposta pretende contemplar a necessidade também de reconhecer e facilitar o papel decisivo que desempenha a mulher (tanto a trabalhadora rural quanto a urbana) na luta pela segurança alimentar de seu lar e de sua comunidade, usualmente em condições muito desfavoráveis. Eu, que estive participando da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (em Pequim, China, 1995), manifesto novamente a minha determinação de apoiar o cumprimento dos compromissos formulados naquela Conferência, para propiciar a participação das mu-

lheres na agricultura e na economia rural, e com esse fim assegurar o acesso das mulheres à terra, à água, ao crédito, à educação e treinamento agrícola, e à comercialização de alimentos. Todos sabemos o importante papel que desempenha a mulher na economia doméstica. O Programa promoverá o seu reconhecimento em todos os níveis, do lar à comunidade.

Consolidando essa iniciativa, estou apresentando um projeto de lei que dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados, porque entendo que é importante o investimento nessa área.

Convivemos com a desnutrição neste País. Sabemos que temos que investir consideravelmente nas mulheres. Sabemos que não há uma outra alimentação melhor para os nossos bebês senão verdadeiramente o leite materno. Entendemos que é importante investir nesse setor, porque estaremos garantindo a vida do povo brasileiro e não podemos ter um projeto onde não haja definitivamente uma prioridade.

Apesar de toda a nossa boa vontade e interesse, necessitamos, pediremos e esperamos o apoio da comunidade internacional e de organizações especializadas, especialmente da FAO, para que as nossas propostas possam ser discutidas, analisadas e beneficiadas por outras experiências e assim sejam postas em funcionamento com alicerces sólidos. Com a cooperação da comunidade internacional e a participação das forças vivas do nosso Brasil, espero que o Programa Brasileiro de Segurança Alimentar venha a ser o instrumento que tornará realidade o nosso "mutirão de sonhos e de trabalho".

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. BENEDITA DA SILVA EM SEU PRONUNCIAMENTO:

PROJETO DE LEI DO SENADO N° , DE 1996

Dispõe sobre a comercialização de substitutos do leite materno e artigos de puericultura correlacionados e dá outras providências.

Art. 1º A comercialização de substitutos do leite materno e demais artigos de puericultura relacionados à alimentação infantil, fabricados no País ou Importados, bem como as práticas a ela relacionadas, a qualidade desses produtos e as informações de uso, são regulamentadas por esta lei.

§ 1º Para as finalidades desta lei, são considerados substitutos do leite materno os seguintes produtos, quando comercializados ou de outra forma apresentados para uso de crianças menores de dois anos, como um substituto parcial ou total do leite materno:

I – leites infantis modificados, inclusive fórmulas de seguimento;

II – leite em pó, leite pasteurizado e leite esterilizado;

III – alimentos complementares e bebidas, à base de leite ou não.

§ 2º Para as finalidades desta lei, são considerados artigos de puericultura correlacionados à alimentação de crianças menores de dois anos:

I – as mameadeiras e os bicos, comercializados ou indicados para o uso como recipientes para produtos líquidos relacionados no § 1º deste artigo;

II – as chupetas e os mordedores comercializados ou indicados para uso infantil.

Art. 2º Os alimentos para lactentes devem atender os padrões de qualidade e as especificações do *Codex Alimentarius* do Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Art. 3º As mameadeiras, bicos, chupetas e mordedores não podem conter mais de dez partes por bilhão de nitrosaminas e devem atender os padrões de qualidade exigidos por norma específica, expedida pelo Poder Público.

Art. 4º É vedada a promoção comercial dos produtos a que se referem o inciso I do § 1º e o § 2º do art. 1º, por qualquer de suas formas e meios, incluindo estratégias promocionais para induzir vendas ao consumidor no varejo, tais como:

a) exposições especiais;

b) cupons de desconto;

c) prêmios ou bonificações;

d) vendas com descontos ou preço abaixo do custo;

e) vendas vinculadas a produtos não cobertos por esta lei;

f) embalagens ou apresentações especiais.

Parágrafo único. Este dispositivo não deve restringir políticas de preços visando a venda de produtos a preços mais baixos.

Art. 5º A promoção comercial de alimentos infantis que possam ser utilizados como alimentos substitutos ou complementares, a que se referem os Incisos II e III do § 1º do art. 1º, deverá incluir, em caráter obrigatório e com destaque, uma advertência visual e/ou auditiva, de acordo com o meio de divulgação, de que não devem ser utilizados na alimentação do lactente nos primeiros seis meses de vida, salvo sob orientação de médico ou nutricionista.

Art. 6º É vedada a utilização, nas embalagens e rótulos dos produtos relacionados no § 1º do art. 1º de:

a) ilustrações, fotos ou imagens de bebê ou de outras formas que possam sugerir a utilização do produto como sendo o ideal para a alimentação de crianças menores de dois anos;

b) frases ou expressões que possam por em dúvida a capacidade das mães de amamentarem seus filhos.

Art. 7º Os rótulos dos leites infantis modificados, além de atenderem os dispositivos previstos no Capítulo III do Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, e na Resolução nº 10, de 31 de Julho de 1984, da Comissão Interministerial de Indústria, Saúde e Agricultura, devem exibir, em lugar de destaque, de forma legível e de fácil visualização:

a) as seguintes mensagens:

I – "O aleitamento materno evita infecções e alergias e fortalece o vínculo mãe-filho";

II – "Este produto só deve ser utilizado para lactentes quando orientado por médico ou nutricionista".

b) instruções para a correta preparação do produto e a dosagem para a diluição, quando for o caso, incluindo medidas de higiene a serem observadas.

Parágrafo único. É vedada a utilização de expressões tais como "leite humanizado", "leite maternizado", "substituto do leite

materno" ou similares, com o intuito de sugerir semelhança do produto com o leite materno.

Art. 8º Os rótulos de leites em pó, pasteurizados e esterilizados devem conter as seguintes mensagens:

I – os leites desnatados – "Este produto não deve ser usado como fonte de alimentação do lactente";

II – os leites semi-desnatados e padronizados tipo C e "reconstituídos" – "Este produto não deve ser usado como única fonte de alimentação do lactente";

III – os leites integrais, tipos A e B – "Este produto não deve ser usado como única fonte de alimentação do lactente, salvo sob orientação de médico ou nutricionista".

Art. 9º Os rótulos de alimentos complementares e bebidas, à base de leite ou não, devem conter as seguintes mensagens:

I – "O aleitamento materno deve ser mantido após a introdução de novos alimentos na dieta da criança, até completar dois anos de idade, pelo menos";

II – "Este produto não deve ser utilizado na alimentação dos lactentes nos primeiros meses de vida, salvo sob orientação de médico ou nutricionista".

Art. 10. Os rótulos de alimentos elaborados para atender as necessidades especiais de lactentes devem conter informações sobre as características específicas do produto, sem indicar as condições de saúde nas quais o produto é indicado ou pode ser utilizado.

Art. 11. É obrigatório o uso de embalagens e/ou rótulos em mameadeiras, bicos, chupetas e mordedores.

§ 1º As embalagens e/ou rótulos desses produtos, além de atenderem a legislação específica, devem conter a seguinte mensagem: "A criança amamentada ao seio não necessita de mameadeira e de bico".

§ 2º É vedada a utilização de expressões ou frases que possam sugerir semelhança desses produtos com a mama e o mamilo.

§ 3º É vedada a utilização de ilustrações, fotos ou imagens de bebê ou de outras formas que possam sugerir a utilização do produto como sendo ideal para uso infantil.

Art. 12. Unidades ou pequenas quantidades dos produtos abrangendo por esta lei podem ser distribuídos gratuitamente para fins de:

a) avaliação profissional, apenas para médicos e nutricionistas, quando do lançamento do produto;

b) pesquisa, para qualquer profissional de saúde, mediante pedido formal do pesquisador ou da instituição a que estiver vinculado.

§ 1º Os rótulos dessas amostras grátis devem conter a seguinte expressão: "Amostra grátis para avaliação profissional".

§ 2º É proibido a distribuição de amostras grátis de produtos de que trata a lei a gestantes, a nutrizes ou a seus familiares, por estabelecimentos e serviços de saúde e de assistência social e por trabalhadores de saúde e de serviço social.

Art. 13. Os fabricantes e distribuidores dos produtos de que trata esta lei só poderão conceder apoio ou estímulo financeiro ou material a entidades científicas e associativas de médicos e nutricionistas que sejam reconhecidas nacionalmente, sendo vedada toda e qualquer forma de concessão de apoio ou estímulo financeiro a pessoas físicas.

§ 1º As entidades contempladas com apoio ou estímulo financeiro ou material terão a responsabilidade de zelar para que fabricantes e distribuidores não façam promoção comercial de seus produtos nos eventos por elas patrocinados ou organizados, ficando autorizada somente a distribuição de material científico.

§ 2º As instituições de ensino e pesquisa, bem como os estabelecimentos e serviços de saúde de qualquer natureza, não

podem ser usados com a finalidade de promover produtos de que trata esta lei.

Art. 14. São proibidas as doações e a venda a preços reduzidos dos produtos de que trata esta lei a maternidades e outras instituições que prestam assistência a crianças, quer para uso da própria instituição, quer para distribuição à clientela.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo não se aplica a doações ou vendas a preços reduzidos em situações de excepcional necessidade individual ou coletiva, a critério da autoridade sanitária, sendo permitida a impressão do nome e do logotipo do doador, mas vedada qualquer propaganda dos produtos.

Art. 15. É proibida a atuação de pessoal de promoção e de comercialização dos produtos de que trata esta lei nos estabelecimentos e serviços de saúde, exceto para contatos com médicos e nutricionistas, devendo, neste caso, restringirem-se aos aspectos científicos e aterem-se ao disposto no art. 12.

Parágrafo único. É responsabilidade do fabricante informar a todo o pessoal de promoção e comercialização de seus produtos sobre o disposto nesta lei e pelo seu cumprimento.

Art. 16. Todo material educativo que trate de alimentação de lactentes deve se ater aos dispositivos da Norma Brasileira para a Comercialização de Alimentos para Lactentes.

Art. 17. Constituem Infrações sanitárias, como previsto na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977:

I – Embalar ou reembalar, importar, exportar, comprar, vender, ceder ou usar produtos de que trata esta lei em desacordo com o aqui disposto e contrariando a legislação sanitária pertinente.

Pena: advertência, apreensão e inutilização do produto; cancelamento do registro e/ou multa.

II – Fazer propaganda de produtos de que trata esta lei, em desacordo com o aqui disposto.

Pena: advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda e/ou multa.

Art. 18. Aplica-se, ainda, no que couber, as disposições preconizadas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, alterada pela Lei nº 8.656, de 21 de maio de 1993, e no regulamento aprovado pelo Decreto nº 861, de 9 de julho de 1993.

Art. 19. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O reconhecimento do impacto negativo do desmame precoce, como um problema de saúde pública, aparece na literatura médica em meados da década de 60, tendo sido denunciada, em 1968, pelo Dr. Derrick Jelliffe, o que ele chamou de "desnutrição comeciongênica", referindo-se ao desmame precoce provocado pela promoção e pelo comércio de substitutos do leite materno.

Uma mobilização mundial em prol do resgate da amamentação ocorreu durante a década de 70, com o apoio de dois organismos das Nações Unidas: o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). Um fator importante de impulso desse movimento foi a publicação, em março de 1974, do livro *The Baby Killer*, de Mike Muller, resultado de uma investigação realizada por uma organização não-governamental sobre a promoção e a venda de leite em pó para bebês no Terceiro Mundo.

A Indústria de alimentos infantis foi, então, acusada de promover seus produtos em comunidades que não podem usá-los adequadamente, de usar estratégias agressivas de marketing e em serviços de saúde para promover seus produtos, além de distribuir amostras e donativos...

Em fins de 1979, em reunião conjunta da OMS (Organização Mundial de Saúde) e do UNICEF – da qual participaram rep-

resentantes de 150 países, entre eles o Brasil, representantes da Indústria de alimentos infantis e várias organizações governamentais e não-governamentais – foi reconhecida a necessidade e decidida a criação de normas para a comercialização e a distribuição de alimentos para lactentes.

Em maio de 1981, na 34ª Assembleia Mundial da Saúde, foi então aprovado o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, assinado por 117 países, inclusive o Brasil.

Apesar de todos esses avanços, dirigentes da OMS informaram, durante a comemoração da Semana Mundial da Amamentação, em agosto do presente ano, que, a cada ano, morrem no mundo mais de um milhão de crianças e outras milhões de crianças diarréicas ou desnutridas porque não foram adequadamente amamentadas.

Em nosso País, ações de incentivo ao aleitamento materno já eram incluídas no II Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, de 1976, ao que se seguiu a realização de pesquisa com o objetivo de fazer um diagnóstico do aleitamento materno no País. Este estudo revelou uma baixa prevalência da amamentação e que 50% das nossas crianças eram desmamadas em torno do segundo mês de vida. Dentre as causas desta situação foi apontada a publicidade indiscriminada de alimentos infantis industrializados.

Com os resultados da pesquisa e, novamente com o apoio da Organização Panamericana da Saúde (OPAS) e do Unicef, foi promovido um amplo debate nacional sobre o tema do aleitamento materno e criado, em 1981, o Grupo Técnico Executivo Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, junto ao Ministério da Saúde.

A elaboração e adoção de uma norma brasileira para comercialização de alimentos para lactantes, no entanto, só ocorreu em 1988, espelhada no Código Internacional, sendo adotada como Resolução pelo Conselho Nacional de Saúde, em dezembro daquele ano, e atualizada, por nova Resolução do Conselho, em outubro de 1992 (Resolução nº 31, de 12 de outubro de 1992, do Conselho Nacional de Saúde).

No ano de 1990, o Brasil esteve presente em dois eventos internacionais importantes, assumindo compromissos de promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, exclusivo até quatro a seis meses de vida, e complementado com outros alimentos, até dois anos.

O primeiro foi a assinatura da Declaração de Innocenti, elaborada e adotada por um grupo de alto nível de formuladores de políticas de saúde de governos, agências bilaterais e das Nações Unidas, reunidos em *Spedale degli Innocenti*, em Florença, Itália, de 30 de julho a 1º de agosto daquele ano. Uma das metas assumidas pelos governos – inclusive o nosso – foi a de implementar totalmente o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno e as subsequentes resoluções da Assembleia da OMS.

O segundo evento foi o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado em Nova York, Estados Unidos da América do Norte, em 30 de setembro de 1990, no qual nosso País ratificou aquela meta de "ampliação das condições para que todas as mulheres possam amamentar seus filhos exclusivamente no seio, durante quatro a seis meses, e continuar a amamentação, acrescida de alimentação complementar, também durante o segundo ano de vida".

A partir de 1991, começaram a ser publicados artigos científicos chamando a atenção para a ação ontogênica e mutagênica das nitrosamina, detectadas em bicos de mamadeiras e chupetas. Alguns países passaram a estabelecer limites e a trabalhar com suas indústrias, para minimizar os níveis dessas substâncias.

Em nosso País, já dispomos de alguns laboratórios com capacidade técnica para análises e dosagem de nitrosamina naqueles produtos, razão pela qual esta matéria passou a fazer parte da Norma Brasileira.

A partir do início de ano de 1994, organizações nacionais e internacionais denunciaram violações à Norma Brasileira por parte de fabricantes e meios de comunicação, tendo o Ministério da Saúde passado a atuar, realizando reuniões com os setores envolvidos, responsáveis pelo cumprimento e fiscalização daquela Resolução, incluindo a efetivação de advertência às indústrias, por parte de sua Secretaria de Vigilância Sanitária.

No entanto, essas ações não tiveram os resultados esperados, tendo as indústrias de alimentos infantis e mamadeiras respondido, em meados de 1995, com a veiculação maciça de merchandising e publicidade direta em novelas de televisão e revistas de grande circulação, inclusive as dirigidas a gestantes, pais e crianças.

O Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, tendo à frente o próprio Ministro da Saúde, mobilizou-se novamente na tentativa de desestimular tais práticas e buscar entendimento com as indústrias, durante o mês de agosto do ano passado (1995).

Da mesma forma, os novos acordos foram descumpridos pelas indústrias de alimentos infantis e de artigos de puericultura e pelos meios de comunicação, tendo sido denunciadas novas e freqüentes violações à Norma entre outubro de 1995 e maio de 1996.

Na última década em parte como resultado da existência de um Programa Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno em nosso País, a produção de leite em pó modificado, produto típico da alimentação de lactentes, reduziu-se quase à metade, segundo dados da Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Ministério da Agricultura.

O mercado brasileiro desses produtos é, segundo um estudo do Centro de Lactação de Santos, da ordem de 600 milhões de reais ao ano. Não estão incluídos nesses cálculos as potencialidades dos mercados de outros alimentos infantis e de produtos de puericultura, tais como mamadeiras, bicos e chupetas, nem os ganhos de empresas de publicidade e comunicação social.

Pode-se perceber, assim, que os interessados nesse filão de recursos coloquem seus interesses acima da ética, da saúde e da própria vida de milhares de crianças brasileiras.

A experiência desses últimos anos – acima relatada – nos mostra que, em nosso País, a existência de um Código Internacional – do qual o Brasil foi signatário – e de uma Norma Brasileira – elaborada com a participação dos vários segmentos interessados – não é suficiente para coibir aquelas ações anti-éticas.

Da mesma forma não têm sido eficaz nem as advertências da autoridade sanitária nem os acordos feitos entre as indústrias, os meios de comunicação e o Ministério da Saúde.

A proposição que ofereço à apreciação dos nobres colegas visa a criar uma base legal que confira eficácia à ação reguladora e fiscalizadora das autoridades sanitárias do nosso País, reprimindo ações para promover o desmame precoce, proporcionando um melhor crescimento e desenvolvimento de nossas crianças, além de prevenir a mortalidade infantil.

Espero o acolhimento de meus pares e o aprimoramento desta proposição.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1996. – Senadora Benedita da Silva.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senador Carlos Bezerra enviou à Mesa discurso para ser publicado, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB/MT) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, as tragédias recentes ligadas à área de saúde (episódio de Caruaru e das clínicas geriátricas do Rio de Janeiro) têm sido objeto de ampla discussão e de denúncias pela imprensa. É lamentável que as questões de saúde só ocupem o noticiário nessas situações extremas. Contudo, mais do que lamentável, é preocupante que alguns editoriais e declarações de parlamentares e técnicos imputem a culpa por tamanho descalabro ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Preocupante porque atrela os fatos a uma insidiosa "campanha", atualmente em curso, contra o SUS, capitaneada por grupos que se tornaram bilionários graças à exploração mercantilizada da medicina. Afinal, a quem interessa o descrédito do nosso sistema de saúde, senão àqueles setores desejosos de retomar o poder de decisão e o controle absoluto das ações políticas de saúde, para melhor negociais no plano da pequena política e do fisiologismo?

A fundamentação dessa tese exige que tenhamos uma visão do papel histórico do SUS e da sua função na atual conjuntura brasileira. Para tanto, encareço a benevolência das Senhoras e Senhores ao acompanhar-me por um breve itinerário, que, acredito, poderá subsidiar a tomada de posição em relação ao tema.

O processo que resultou na criação do SUS foi longo, meditado, discutido e representa uma solução positiva e consequente, em consonância com o momento sócio-econômico vivido pela sociedade brasileira. Na verdade, o sistema adotou e deu configuração a tendências que já se vinham manifestando, em diferentes instâncias. Pode-se citar, a título de ilustração, a nossa própria iniciativa por ocasião do exercício do mandato de prefeito de Rondonópolis MT (1983/86). Naquela oportunidade, implantamos um modelo de atendimento à saúde, premiado por autoridades de saúde pública e até organismos internacionais da área, que, embrionariamente, apresentava muitas das diretrizes posteriormente adotadas na configuração do SUS.

Instituído pela Constituição Federal de 1988, o SUS insere-se, pois, no processo de descentralização das ações e serviços de saúde, iniciado na década de 70 com a abertura política, por meio do Programa de Extensão de Cobertura (PEC). Esse processo de descentralização tem continuidade na década de 80, com as Ações Integradas de Saúde (AIS) e, em seguida, com o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS), já no governo da Nova República.

Além do contexto político de transição para a democracia, a descentralização do sistema de saúde tem, ainda, como fator condicionante a crise econômica iniciada nos anos 80, que impõe restrições à capacidade de transferência de recursos do setor público para o privado na compra de serviços de saúde.

As iniciativas precursoras do SUS caracterizaram-se pela descentralização das ações e serviços de saúde por meio de delegação de atribuições e responsabilidades aos estados. A principal instância de descentralização eram os estados federativos, contrariamente ao SUS, cuja descentralização tem como principal vetor o nível local, isto é, o município.

A orientação jurídica básica do SUS encontra-se na determinação constitucional:

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação." (art. 196 da Constituição)

Acrescenta, ainda, a Constituição, em seu art. 198:

"As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade;"

Os princípios que orientaram a concepção do sistema, desenvolvidos de acordo com as diretrizes constitucionais mencionadas, estão explicitados no artigo 7º da Lei Orgânica de Saúde (Lei nº 8.080, de 19.07.91) e assinalam: universalidade de acesso; integralidade de assistência; preservação da autonomia das pessoas; igualdade da assistência à saúde; direito à informação; divulgação de informações; participação da comunidade; descentralização político/administrativa; conjugação de recursos financeiros.

Para que se possa dimensionar o verdadeiro impacto dessa orientação, é preciso levar em conta as características do modelo anterior. Até o advento do SUS, o sistema público de saúde era gerenciado tanto pelo Ministério da Saúde, que cuidava dos aspectos preventivos, como pelo Ministério da Previ-

dência e Assistência Social (MPAS), por intermédio do Inamps, que cuidava, de modo centralizado, das ações curativas, envolvendo diagnóstico, tratamento e reabilitação. Cabiam às secretarias estaduais de saúde as ações de saúde pública de tipo higienista e o atendimento primário, desenvolvido conjuntamente com órgãos municipais.

Por meio de uma excessiva centralização de recursos e de poder decisório na estrutura do Inamps, a política de saúde, até meados dos anos 80, apoiou-se numa estreita parceria entre o Estado e os segmentos privados. A política implementada pelo Estado, com recursos públicos, fortaleceu o complexo médico-empresarial privado por meio da contratação de serviços hospitalares, clínicos e laboratoriais. Com esse estímulo, o setor logo passou a ser responsável por cerca de setenta por cento da oferta de serviços no País. Porém, com a implantação do novo modelo assistencial proposto pelo SUS, de corte descentralizado e municipalizado, não apenas se alteram os mecanismos decisórios e a forma de gestão da política, como, também, se observa a tendência à inversão do modelo curativo hospitalocêntrico e à perda de importância do setor privado.

Não se pense, contudo, que a reforma do sistema de saúde implantada pelo SUS cumpriu apenas o papel de desencadeadora da ruptura com o modelo anterior. Na verdade, a reforma, impulsionada pelo desempenho de uma elite profissional e por uma conjuntura internacional favorável, obteve resultados significativos na alteração do cenário da saúde no Brasil. Para se ter uma idéia das coisas boas que o SUS faz e que não têm espaço no noticiário da imprensa basta citar alguns números, como o de quatorze milhões e quatrocentas mil internações hospitalares e o de um bilhão e meio de procedimentos ambulatoriais ao longo deste ano. Ou os seiscentos e cinqüenta milhões de dólares que serão aplicados, no corrente exercício, para a recuperação, o reequipamento e a readequação das unidades prestadoras de serviço. Serão integrados à condição de gestão integral do sistema, hoje chamada gestão semi-plena, em 96, pelo menos cento e doze municípios, o que representa um incremento de cem por cento em relação ao ano passado.

Há muito ainda para se falar, mas um discurso não é um relatório de realizações. Contudo, Senhoras e Senhores, não é possível ficar calado e assistir, sem indignação, à sórdida investida que vem sendo feita contra o sistema. Sabe-se, entretanto, o que motiva o furor dessa investida. O modelo anterior à reforma do SUS sofreu o impacto devastador da ampliação da cobertura implícita na universalização da demanda e da consequente necessidade de

um padrão de gasto mais elevado que o habitual, isso num período de escassez de recursos públicos, ou seja, de déficits públicos crescentes. Por isso, a reforma visou a privilegiar o setor público e a assistência primária, em detrimento do modelo baseado no predomínio da medicina privada, hegemônico nos anos 70.

Sabemos, Senhoras e Senhores Senadores, que a reforma não se reproduziu igualmente pelo território nacional, nem estimulou relações mais solidárias e competentes entre o setor público e o privado. Sabemos, também, da incapacidade do sistema, até o momento, para integrar as diversas instituições de saúde, mesmo as públicas, num todo coerente, seja no nível municipal, seja no nível regional, considerando a hierarquia tecnológica dos serviços envolvidos.

Acreditamos, no entanto, que o SUS ainda não está pronto e perfeito. Há problemas técnicos e estratégicos a serem superados. Afinal, essa superação faz parte de um processo de luta contínua e permanente, como a própria conquista coletiva da saúde. Todavia, não se pode desconhecer as inegáveis conquistas no que diz respeito à descentralização e à municipalização dos serviços de saúde.

Por fim, Senhoras e Senhores Senadores, quero dizer que a defesa do Sistema Único de Saúde corresponde, de fato, à defesa de uma determinada visão de mundo e de sociedade, comprometida com os mais altos valores humanitários e de cidadania. Se acreditamos na solidariedade como valor, se consideramos como objetivos das instituições públicas acabar com a exclusão e diminuir as diferenças sociais, é essencial que juntemos nossos esforços para a viabilização de condições plenas para implantação definitiva do Sistema Único de Saúde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13h40min.)

ATA DA 202ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 21 DE NOVEMBRO DE 1996

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Júlio Campos,
Mauro Miranda, Romeu Tuma e da
Sra. Marlúcia Pinto.*

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência recebeu a Mensagem nº 247, de 1996 (nº 1.181/96, na origem), de 19 do corrente, pela qual o Senhor Presidente da República, nos termos do § 1º, inciso II, art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, encaminha a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 1996, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e justificativas pertinentes.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – A Presidência designa também o nobre Senador Roberto Freire para compor a Delegação do Senado Federal que visitará o Conselho da Federação da Assembléia Federal da Rússia, no período de 2 a 6 de dezembro próximo.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da presente sessão será dedicado a homenagear o Dia de Zumbi dos Palmares, nos termos do Requerimento nº 1.051, de 1996, da Senadora Benedita da Silva.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, "um povo sem uma história positiva é como um veículo sem motor", afirmou Steve Biko, mártir da luta contra o apartheid na África do Sul.

O conhecimento e o resgate do passado, bem como a constante visão crítica do presente e a perspectiva de um futuro sempre melhor, constituem a essência da identidade cultural de um povo.

Em 20 de novembro de 1995, Tricentenário de Zumbi dos Palmares, o Brasil esteve presente em Brasília, na Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida, movimento histórico contra a exclusão social do povo negro brasileiro, que contou com a participação de amplos setores da sociedade, negros e brancos. Foi um momento precioso de imortalidade de Zumbi, comemorado em solenidades, discursos, palestras, seminários, selos, mensagens em contracheques, em poemas, canções e boas intenções, resgatando Zumbi como legítimo herói nacional.

A partir de então, Zumbi deixou de ser um personagem distante da historiografia oficial para tornar-se popular e referência de luta e dignidade. A temática racial destacou-se no cenário nacional como fruto da luta contra o racismo.

Hoje, 21 de novembro, poderia ter sido ontem, 20 de novembro de 1996, voltamos a reverenciar este que foi, sem dúvida, um dos maiores nomes da História brasileira. A palavra de ordem, hoje como sempre, é: vamos reescrever nossa História, reconstruindo a História do cidadão negro a partir do legado de Zumbi, pois não pode haver comemoração mais digna de Zumbi dos Palmares do que o compromisso com o resgate da cidadania e com as transformações das condições de vida de nosso povo. Palmares é inegavelmente uma das principais contribuições do povo negro para a formulação dos ideais de democracia e da capacidade de superar as desigualdades.

Zumbi é considerado herói nacional pelos grandes historiadores, pelo movimento negro, mas precisa ser reconhecido e conhecido pela maioria dos brasileiros.

Agora, Zumbi dos Palmares, herói negro, herói popular, herói que não era militar, já faz parte da galeria de heróis nacionais, pois foi alçado a essa condição através da sanção de lei, nesse sentido, pelo Presidente da República. Nesta oportunidade, cumprimento o Presidente Fernando Henrique Cardoso por ter demonstrado identidade com essa causa. E a prova mais concreta é o Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado em 13 de maio passado, que inclui o combate ao racismo como uma das prioridades.

Além da criação do Grupo de Trabalho Interministerial, o GTI, para Valorização da População Negra e o fortalecimento da Fundação Cultural Palmares, cumprimento Sua Excelência também pela contribuição que deu à Semana da Consciência Negra, pois, atendendo às reivindicações dos movimentos negros e comunidades negras de todo o País, adotou as seguintes medidas:

- assinatura do título de reconhecimento da posse das terras de remanescentes de quilombos às comunidades negras de Pacoval e Água Fria, no Município de Alenquer, Estado do Pará, que irá beneficiar cerca de 129 famílias;

- sanção do projeto de lei que inscreve o nome de Zumbi dos Palmares no livro dos heróis da Pátria;

- lançamento do selo comemorativo aos 301 anos da morte de Zumbi;

- divulgação do 10º Relatório Periódico relativo à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, documento de fundamental importância para a transposição da barreira do racismo, prêmio de contribuições, avanços e conquistas da sociedade civil e do Governo.

O Presidente reconheceu a importância de Zumbi como figura negra que lutou pela liberdade do

povo brasileiro. Nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, nunca antes pronunciadas por governantes brasileiros, e que, por isso, reflete a importância de Sua Excelência para o processo de implantação no Brasil de um Plano de Direitos Humanos, "o Brasil está construindo uma nação multiracial. A devolução de terras a descendentes dos negros que se organizavam em quilombos é uma forma de reparar injustiças sociais históricas".

Cumprimento também o Congresso Nacional, especialmente o Senado Federal, nossa Casa, por ter dado o passo inicial, no ano passado, aprovando o Projeto de Lei de minha autoria que transforma o Zumbi dos Palmares em herói nacional. Meus parabéns aos colegas, Senadores, por terem contribuído para essa importante decisão histórica.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex^a, nobre Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral – Nobre Senadora Benedita da Silva, sei que V. Ex^a não vai cumprimentar a si própria, após esse registro que faz da tribuna. E, como não vai cumprimentar-se, quero fazê-lo. Quero fazê-lo, dizendo que o seu trabalho, hercúleo e árduo, na Assembléia Nacional Constituinte resultou num dos incisos que demonstra o que uma Parlamentar eficiente pode fazer. O inciso XLII do art. 5º, que tem o texto que V. Ex^a bem conhece, faço questão de ler: XLII – "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei". Quando V. Ex^a lembra Zumbi na data de ontem, esse herói que não tinha cor – porque os heróis não têm cor na epiderme, têm sentido evangelizador na alma –, quando V. Ex^a faz essa lembrança num discurso tão denso, eu não poderia deixar de homenageá-la com a leitura do inciso, um dos vários, com que V. Ex^a contribuiu na elaboração da nossa Constituição. Meus cumprimentos, Senadora.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, mas quero atribuir essa conquista também ao Congresso Nacional. E V. Ex^a, Relator na Assembléia Nacional Constituinte, não deixou por menos: conciliou vários artigos, independentemente das posições políticas para que pudéssemos dar à Constituição Brasileira o nome de Cidadã.

Agradeço, desta tribuna, ao Presidente da República, porque sei que poderia, apenas por um ato de governo, ter feito de Zumbi um herói, colocando-o entre Tiradentes e Caxias; mas Sua Excelência sou-

be esperar este Congresso votar a matéria, que é oriunda do desejo não só da comunidade negra, mas dos brasileiros democratas que reconhecem em Zumbi um grande líder. O Presidente quis que a proposta fosse votada no Senado, na Câmara e chegassem às suas mãos para sanção, razão pela qual mereceu, de minha parte, não só o respeito, mas os agradecimentos. Da mesma forma, agradeço ao Congresso Nacional, em particular ao Senado, que ora ocupamos e que sabemos que dará, sem dúvida alguma, outros grandes passos necessários à complementação dessa iniciativa do Congresso Nacional, do povo brasileiro e do Governo Federal.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, com as comemorações do tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1995, encerramos uma importante fase, que foi a denúncia da existência do racismo no Brasil. Ainda continuaremos, mas agora precisamos recuperar a imagem e a visibilidade do negro. A nosso contribuição, neste 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, é também uma homenagem à mulher negra brasileira, resgatando um pouco da sua história na figura de Xica da Silva, esta importante personagem da história brasileira, no ano em que se comemora o bicentenário de sua morte, que ocorreu em 15 de fevereiro de 1796.

É importante destacar as dificuldades para o resgate da contribuição da população negra para a história brasileira, que vai além do aspecto cultural. Isto nós constatamos em relação ao resgate de Zumbi dos Palmares, no tricentenário de sua morte, que, afinal, teve um saldo bastante positivo. Mas, no caso de Xica da Silva, as dificuldades são ainda maiores, porque, para a historiografia oficial, para a maioria dos brasileiros, Xica tem sua imagem ligada à escravidão e como símbolo sexual, diferente de Zumbi, cuja referência é o homem guerreiro, íntegro e corajoso, que lutou até a morte pela libertação de seu povo. E isto é altamente positivo para a visibilidade e para a cidadania do povo negro.

Um depolamento ouvido da atriz Zezé Mota, que interpretou Xica da Silva no cinema, afirma que durante as gravações foi desestimulada a fazer pesquisas para compor a personagem, porque não existia registro histórico sobre a trajetória de Xica da Silva, o que não deixa de ser uma inverdade, pois conhecemos pelo menos dois historiadores mineiros que estudam profundamente a biografia de Xica da Silva, inclusive com livros publicados: Paulo Amador, autor de "Rei Branco, Rainha Negra", e Erlido Nascimento.

Imagino que poucas pessoas saibam que neste ano de 1996 comemoramos o bicentenário de

Xica da Silva, ou que conheçam a sua verdadeira trajetória, sua biografia, sua contribuição como a mulher negra que teve fundamental influência política na cidade de Diamantina, no século XVIII. A maioria conhece a escrava que conseguiu liberdade graças à sua sensualidade e sexualidade, sua capacidade de sedução dos senhores da época, imagem esta transmitida pela historiografia oficial e pelas produções tanto do cinema quanto da televisão.

Xica da Silva, em pleno século XVIII, foi uma das precursoras da mulher na atuação política e no poder, numa época em que as mulheres sequer sabiam ler e escrever. E Xica sabia ler e escrever. Mas isto a história não registra por causa da sua condição de mulher negra e escrava.

A verdadeira Xica da Silva foi protetora das artes e libertadora de inúmeros escravos e se tornou famosa pelo poder que exerceu no Arraial do Tijuco (hoje Diamantina). Foi importante figura política que teve papel de destaque na transformação de Diamantina numa das cidades socialmente mais liberais do Brasil de seu tempo, além de ter, pessoalmente, subvencionado a Inconfidência Mineira. Segundo Paulo Amador, historiador de Xica da Silva: "É uma mulher que, no escravagista e preconceituoso século XVIII, manteve uma capacidade de liderança que nenhum homem teve".

A biografia de Xica da Silva não é significativa apenas por ser um símbolo da dignidade da raça negra. Em termos históricos, ela sintetiza a prova de que a influência negra na cultura letrada do País já era marcante muito antes de Machado de Assis existir. Tudo isso passa longe de como Xica da Silva vem sendo retratada na história do Brasil.

Foi célebre esta mulher de caráter e personalidade forte. A sua história é parte integrante da história do ciclo do diamante, do processo de aforria de escravos e da Inconfidência Mineira. E, certamente, não é por acaso que a historiografia oficial ignora a sua importância ou reduz a personagem extravagante, caricata e folclórica.

Ao contrário da lenda, que transforma Xica da Silva quase em uma prostituta, ela foi casada somente com dois homens. Mas foi com o segundo marido, João Fernandes da Silva, contratador responsável pela administração da mineração de ouro e diamante, monopólio da coroa portuguesa, que Xica virou a rainha no imaginário popular, tendo com ele nada menos do que doze filhos. São evidências que demonstram que Xica da Silva mantinha com João Fernandes uma relação maior de que sua amante ou empregada.

Induzido por Xica da Silva, João Fernandes libertou todo escravo que encontrasse um diamante com mais de 60 quilates. Em 1888, quando foi assinada a Lei Áurea, mais da metade dos escravos de Diamantina já eram libertos. E, mais do que isso, tinham participação na vida social da cidade.

Xica da Silva não poderia gozar de bom conceito moral por parte da sociedade mineira do século XVIII, na medida em que era "amásia" de um fidalgo português que gozava de prestígio e poder político-econômico, decorrente de sua fortuna pessoal e do cargo que ocupava no auge do ciclo do diamante. A união de Xica da Silva e João Fernandes de Oliveira era, no mínimo, uma agressão à moral e aos bons costumes.

Como não era possível desconsiderar ou ignorar a sua importância política e social nas Minas Gerais de então, a história ofereceu registro de algumas passagens pitorescas, folclóricas, geralmente norteadas pelas extravagâncias praticadas por Xica da Silva, deixando de levantar dados concretos e documentais, dificultando o trabalho de pesquisadores que buscam o resgate de sua influência no processo político da época.

Embora os dados disponíveis sobre Xica da Silva sejam escassos, é possível visualizar a sua participação no desenvolvimento cultural de Minas Gerais. Foi uma das mais ativas protetoras das artes, construindo salas de espetáculos onde apresentavam-se conceituados artistas da época. Fundou uma escola de pintores, cuja produção pode ainda hoje ser admirada nas igrejas locais. Ajudou na consolidação do Convento de Macaúbas, onde educou nove (9) filhas. De sua família, fez um padre, uma freira, um desembargador e um conceituado naturalista. Financiava alforria de inúmeros escravos. Investiu recursos financeiros na organização da Inconfidência Mineira.

A bibliografia consultada informa que Francisca da Silva era filha da escrava Maria da Costa com o Coronel Rolim. Foi escrava de Francisco da Silva Oliveira e da família Rolim, tendo adquirido o **status** de alforriada através de João Francisco de Oliveira.

Apesar de bastante fragmentada, a biografia de Xica da Silva registra que quando da volta de João Fernandes para Portugal este levou consigo os filhos homens, deixando em Diamantina, em companhia da mãe, as filhas mulheres. Simão Pires Sardinha, filho do primeiro casamento de Xica, foi para a Europa com João Fernandes, onde recebeu educação esmerada, freqüentando as melhores universidades do velho Continente, chegando a ocupar importantes cargos na Corte portuguesa.

Francisca da Silva morreu em 15 de fevereiro de 1796, aos 70 anos, como uma respeitada matriarca de Diamantina. Deixou 14 filhos, muitos deles personalidades marcantes na vida social e cultural das Minas Gerais do século passado. Segundo historiadores, apenas este desfecho de sua vida já seria suficiente para contradizer a caricatura cruel que se fez dela. Foi uma personalidade totalmente diferente da mulher leviana que se valeu do corpo para subir na vida.

A vida de Xica da Silva, transfigurada pela lenda, inspirou Antônio Callado a produzir a peça *O Tesouro de Xica da Silva*, em 1959, e foi tema de uma filme brasileiro, *Xica da Silva*, direção de Carlos Diegues, com Zezé Mota no papel principal.

O resgate de Xica da Silva no ano em que se registra o bicentenário de sua morte justifica-se não só pelo valor histórico que representa, mas também para nortear o questionamento que se coloca na sociedade brasileira hoje quanto à visibilidade dos afro-descendentes. Já é hora dos livros didáticos superarem os capítulos sobre a contribuição do negro e do índio, avançando para registrar a verdadeira contribuição dos afro-brasileiros.

Quando resgatamos Xica da Silva estamos, na verdade, resgatando um sem-número de mulheres e homens excluídos. Portanto, o resgate de Xica da Silva está longe de constituir fato isolado em torno da personalidade histórica. O resgate de Xica da Silva está longe de uma proposta restrita ao universo e à problemática da mulher negra. O resgate de Xica da Silva é muito mais do que isto. É a busca da visibilidade e da transparência da nossa existência enquanto seres humanos, cidadãos, profissionais, pais e mães, mulheres e homens inegavelmente inseridos no contexto nacional, nos seus mais diversos segmentos.

É o respeito aos nossos valores. É o direito à dignidade. É o respeito à diversidade e à diferença que nos une.

Portanto, fica aqui o registro e nossa homenagem a Xica da Silva, uma mulher brasileira que lutou arduamente pela conquista de seu espaço, tanto na política quanto na sociedade de seu tempo.

Esta data é altamente significativa para todos nós. Lembrar e comemorar os 301 anos da morte de Zumbi dos Palmares e os 200 anos da morte de Xica da Silva é importante.

Também não podemos nos esquecer de que a população negra no mundo está sofrendo muito, como na disputa do poder em Ruanda pelas tribos Tutsis e Hutus, que causou o genocídio de 800 mil

pessoas, em 1994, e a evasão de mais de 1 milhão de pessoas para o país vizinho – Zaire.

Radicalis hutus são acusados pelo genocídio de mais de 1 milhão de tutsis e hutus moderados durante os conflitos em Ruanda.

No momento, segundo a ONU, cerca de 100 mil hutus, em sua maioria, mulheres e crianças, estão regressando para Ruanda.

O envio de tropas da ONU para o Zaire será decidido amanhã em Stuttgart, na Alemanha. O Presidente Bill Clinton disse que os Estados Unidos ainda não opinaram sobre o envio de tropas para a região.

O Brasil disse que encara a reunião de amanhã na Alemanha como um encontro militar e será representado por um militar.

O Vice-Presidente de Ruanda disse ter sérias suspeitas de que o envio de tropas internacionais cause uma intervenção em Ruanda. Entretanto, o envio de forças internacionais é defendido pelo Zaire.

Líderes das forças tutsis que controlam o leste do Zaire fizeram manifestações ontem, na cidade de Goma.

André Cassessed, líder rebelde, prometeu derrubar o Presidente Mobutu Sese Seko, no poder desde 1965, e levar o país à democracia.

Médicos Sem Fronteiras afirmam que nas últimas semanas morreram mais de 13 mil refugiados.

A Cruz Vermelha prevê que cerca de 100 mil a 150 mil podem morrer na próxima semana vítimas de cólera e outras doenças.

Boutros Ghali, Secretário-Geral da ONU, defendeu uma posição imediata para que milhares de pessoas sejam salvas do genocídio do momento, provocado pela fome, pela falta de medicamentos e pela falta de água potável.

São essas notícias que neste momento fazem com que eu não esteja totalmente feliz, apesar das importantes iniciativas do Brasil em relação a Zumbi dos Palmares e do resgate que faço desta tribuna da contribuição que Xica da Silva deu à Nação brasileira.

Para mim, enquanto houver a discriminação racial, os conflitos raciais, não é possível ser feliz. Isso vai além da questão da raça; é uma questão da Humanidade. Não podemos nos calar diante de tantos conflitos, de gente destruindo gente. Devemos promover uma ação mais eficaz e radical no sentido de acabar de vez com a fome, com a miséria, com os conflitos mundiais.

Fica também aqui não um protesto, mas uma preocupação, pedindo ao Governo Federal, ao Senhor Fernando Henrique Cardoso – ousado em fazer com

que se cumprisse o que determinou o Congresso Nacional, colocando Zumbi como herói nacional –, que tenha um ato mais ousado no que diz respeito ao nosso apoio, para que possamos ajudar sem interferir, não aceitando, de forma nenhuma, o que está acontecendo hoje com a África, com o povo do Zaire.

O Sr. Romeu Tuma – Permite-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma – Senadora Benedita da Silva, vim a este plenário para ouvir o pronunciamento de V. Ex^a a respeito das homenagens que propôs prestar no recinto do Senado no dia de Zumbi dos Palmares. Hoje pela manhã, perguntei sobre Xica da Silva, que está sendo tema de novela. V. Ex^a, como estudiosa do assunto, poderá nos dizer, no futuro, se os capítulos apresentados estão distorcidos ou representam a verdadeira história de Xica da Silva. Não entrarei no mérito, porque V. Ex^a é profunda conhecedora da história em relação ao que a raça negra prestou de serviço ao Brasil. Na exposição feita por V. Ex^a com tanta inteligência e brihantismo, verifica-se uma mescla que a raça negra tem em contribuição com a História do Brasil. A História do Brasil está mesclada, em várias fases, com a participação de cidadãos da raça negra. Ainda ontem, o Jornal Nacional apresentou um texto – afi a importância de V. Ex^a nessa tribuna enaltecedo e rememorando fatos históricos – sobre Antônio Conselheiro. A reportagem foi a Arraial dos Canudos – como bem lembra o Senador Jefferson Péres – e lá verificou que nenhuma das crianças do grupo escolar lembrava quem era Antônio Conselheiro e desconhecia a Guerra dos Canudos, onde foram sacrificados 25 mil cidadãos brasileiros no combate final. E V. Ex^a liga a parte histórica ao sentimento que atinge hoje toda humanidade em relação aos conflitos que ocorrem na África negra. É muito triste para nós, com formação cristã e espiritual, assistir a esse tipo de morticínio, crianças sem comer, sem poder sobreviver, sem saber se amanhã estará viva ou morta, consumida por micróbios e até por animais que também caminham por aquelas estradas, sem opção de alimento a não ser os cadáveres daqueles que morrem pelo caminho ou são assassinados sem explicação. Creio que, ao invés de reunião militar, deveria haver uma reunião humanitária. Há poucos dias, o Senador Osmar Dias, falando sobre segurança alimentar – que é uma iniciativa da ONU – dizia que temos mais de dez anos de projeção para tentar

evitar que mais pessoas morram por falta de alimento. Que Deus a ajude a continuar nessa jornada, que V. Ex^a vem trilhando nesses dois anos em que convivemos nesta Casa.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a. Entendi ser necessário aproveitar a homenagem ao Dia de Zumbi para fazer também uma homenagem a Xica da Silva, até por sabermos que ela é retratada de um lado altamente negativo. Vimos tentando resgatar verdadeiramente o seu lugar na história oficial brasileira: uma mulher que se portou com dignidade na defesa dos interesses de sua raça, da minha raça.

O Sr. Romeu Tuma – De nossa raça.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Exatamente, de nossa raça. É preciso que a sociedade brasileira comece a assumir essa raça, que não é apenas daqueles que têm a pele mais escura. Não é possível que o Brasil miscigenado não reconheça verdadeiramente que a nossa raiz está na África, na África negra. E é importante quando conseguimos resgatar isso aqui.

Na sessão de hoje pela manhã também tive oportunidade de falar a respeito da reunião de cúpula sobre a questão da fome, que apresentou uma carta de intenção do meu Projeto Segurança Alimentar.

Não temos tido tempo para tratar de certos assuntos daqui da tribuna. Vejo o Senador Pedro Simon sempre se queixando – e com razão – de que determinados temas não são debatidos por não darmos a importância necessária. Tratamos apenas temas que são registrados no cotidiano da imprensa nacional, não vamos a fundo. E é preciso ter uma data especial para que chamamos a atenção para determinados temas. Foi necessária a data de hoje para resgatar esse tema – e há muito eu gostaria de abordá-lo –, mas estava temerosa de que ele não recebesse a atenção devida pelo fato de tratar de um homem e uma mulher negros.

Mas, graças a Deus, durante esta semana, recebemos apoio com a vinda do Jesse Jackson, com a iniciativa do Presidente da República em titular terras, em considerar Zumbi como herói. Então, encorajei-me a fazer este discurso em homenagem a Xica da Silva. Ainda mais quando encontrei com o Senador Romeu Tuma pela manhã e S. Ex^a perguntou-me o que achava sobre o enfoque dado a Xica da Silva na novela. Respondi-lhe que viesse ao plenário hoje à tarde quando falaria a respeito.

O Senado também é uma escola; onde estou aprendendo e aprimorando os meus conhecimentos. Acredito que tem razão o Senador Pedro Simon

quando insiste em dizer que precisamos fazer desta tribuna um local de constantes debates de assuntos de interesse da Nação brasileira.

O Sr. Pedro Simon – Nesta escola do Senado, V. Ex^a é muito mais professora do que aluna. Normalmente é V. Ex^a quem está dando aula para nós e nós é que somos seus alunos.

A SRA. Marluce Pinto – Concede-me V. Ex^a um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Ex^a.

A Sra Marluce Pinto – Minha nobre colega Senadora Benedita da Silva, é com muito orgulho que ouço seu brilhante pronunciamento. Não nos surpreende, porque conhecemos sua garra desde a época em que fomos colegas na Câmara dos Deputados. Hoje fazemos uma homenagem a Zumbi e uma retratação à imagem de Xica da Silva. E V. Ex^a fala que precisou que o Presidente da República considerasse Zumbi como herói para que V. Ex^a subisse a esta tribuna e falasse sobre Xica da Silva, mas eu, que a conheço há mais de 10 anos, sei que V. Ex^a não precisa se esforçar em qualquer pronunciamento ou atitude para tomar as suas decisões. Tenho certeza de que, independentemente de tudo isso que V. Ex^a enumerou, a novela não chegaria ao seu final sem que V. Ex^a subisse a essa tribuna para falar ao Brasil e para todos os brasileiros sobre a realidade da mulher que foi Xica da Silva. Eu mesma, Senadora Benedita, mesmo sem saber de tantos detalhes, nas poucas vezes que tive a oportunidade de assistir a alguns capítulos da novela, já sentia – e falava para minha filha – que a história não retratava a realidade da Xica da Silva. Hoje, mais do que nunca, estou convicta de que estava com razão e repito o que V. Ex^a falou: esta Casa é uma escola para todos nós. E, embora haja aqueles verdadeiros professores, alguns alunos mais instruídos e mais disciplinados, todos nós fazemos o maior esforço para, no dia-a-dia, aprender um pouco mais. E, com certeza, devemos muito a nobre e ilustre Senadora Benedita da Silva. Não digo isso para agradar, muito pelo contrário, feliz é a raça negra que tem como representante nesta Casa Alta do nosso País uma pessoa da envergadura de V. Ex^a. Não por V. Ex^a ter a pele escura, mas porque, realmente, tem uma brilhante atuação como Senadora da República e defende com muita altivez, e muito orgulho até, a raça negra do nosso País e do mundo. V. Ex^a também se refere aos descalabros que hoje ocorrem na África. Tem razão V. Ex^a, todos nós, além de sermos brasileiros, somos seres humanos e devemos olhar todos como seres humanos que precisam da nossa assistência, não importa

onde vivam, o cargo que ocupam ou a cor da pele que trazem ao nascer. O importante de tudo é o caráter, a dignidade e a honradez do ser humano. E todas essas qualidades, graças a Deus, V. Ex^a porta com muita dignidade. Era o aparte que gostaria de fazer ao seu pronunciamento, nobre colega Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Ex^a, nobre Senadora, que, assim como o Senador Bernardo Cabral, também contribuiu para este momento. V. Ex^a, na Assembléia Nacional Constituinte, também defendeu esses mesmos interesses, que parecem particulares de Benedita da Silva mas são da sociedade brasileira. E como um ser social, como uma mulher comprometida com a causa da justiça e com os direitos humanos, não poderia deixar de dizer que V. Ex^a contribui sem dúvida nenhuma para este grande momento.

Juntemos nesta data os ideais de Zumbi dos Palmares à grandeza de Xica da Silva, ambos símbolos de resistência e luta por dignidade, para darmos continuidade à luta contra a exclusão social do povo brasileiro.

Zumbi dos Palmares, seu nome é liberdade! Xica da Silva, seu nome é coragem!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

Durante o discurso da Sra. Benedita da Silva, o Sr. Mauro Miranda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Dando continuidade às homenagens a Zumbi dos Palmares, concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, minha querida Senadora Benedita da Silva, sabe V. Ex^a da admiração e do apreço que tenho pelo seu trabalho.

Bastaria a sua presença. Não precisaria nem falar, pois pelo seu andar, sua origem e sua competência, V. Ex^a veio dar um ar diferente a esta Casa, trazer a nós a responsabilidade de conhecermos o Brasil no seu todo. V. Ex^a tem um grande mérito, pois não vem de família política, seu pai não foi governador nem senador, V. Ex^a subiu degrau por degrau e hoje é Senadora da República, é um grande nome nacional, no seu partido e na política brasileira.

E mesmo pelo fato de ter chegado ao Senado, não se acomodou ao ambiente existente aqui e aos

temas que tradicionalmente envolvem os nossos debates. V. Ex^a tem permanentemente chamado a nossa atenção para as dificuldades e os dramas da vida daquele outro Brasil, que é o Brasil que normalmente não chega aos nossos gabinetes, não chega ao gabinete do Governador, do Senador, do Deputado, do Presidente, do Ministro. O Brasil composto de 30 ou 40 milhões de pessoas que passam fome. E me recuso a acreditar, Senador Romeu Tuma, que este dado possa estar certo – V. Ex^a tem que responder à Nação, com a sua autoridade: o número de brasileiros que não têm nome, que não existem perante a sociedade brasileira atinge a casa dos 60 milhões. É a primeira vez que ouço esse número e essa referência e não consigo acreditar que nosso Brasil tem cerca de 60 milhões de brasileiros sem identidade, que não são reconhecidos, nem no nascimento nem durante a vida.

Senadora, V. Ex^a tem trazido permanentemente este Brasil para nosso debate. E agora, V. Ex^a, mulher, mulher negra, a primeira no Senado, traz as questões da raça negra para nossa reflexão.

Sou Senador há muito tempo, há mais ou menos 14 anos, e não me lembro de ter ouvido, com relação a raça negra, os pronunciamentos que V. Ex^a vem fazendo.

Porque o brasileiro olhava para a África e para os Estados Unidos e, de certa forma, sentia orgulho por não ver aqui coisas do tipo **apartheid**, negro de um lado, branco do outro; escola para negro, escola para branco; restaurante para negro, restaurante para branco; ônibus para negro, ônibus para branco. Coisas que aconteciam nos Estados Unidos até ontem. No Brasil não havia essas coisas. O Brasil era um país aberto, democrático, onde não havia nenhum tipo de preconceito racial.

A verdade é que os Estados Unidos foram mais rápidos do que imaginávamos. Ainda me lembro das primeiras leis assinadas pelo Presidente Kennedy, determinando que no sul os ônibus tinham que pegar crianças negras e levar para os colégios de brancos e pegar crianças brancas e levar para os colégios de negros. Eu era Deputado estadual e estive lá. E não nego, Senadora, que tenho inveja dos Estados Unidos, um país que cresce e que, com sua agricultura, é dono do mundo. Sinto uma certa inveja, não sei se pecaminosa, mas me lembro muito bem que quando estive lá nos Estados Unidos e vi aquilo virei-me para minha mulher e disse: "Isso não acontece no Brasil." Mas, na verdade, os Estados Unidos se adaptaram mais rápido do que imaginávamos.

E lá na África do Sul, está o Sr. Mandela presidindo o país. Talvez a figura lendária mais linda e mais positiva que temos hoje no mundo é a do Presidente da África do Sul.

E aqui no Brasil, infelizmente, as coisas não são como imaginávamos. Há a célebre piada do brasileiro que ao ver o preconceito racial nos Estados Unidos dizia: "Não, no Brasil não tem nada disso. No Brasil o negro sabe qual é o seu lugar". Na verdade, quando se vêem os números relativos aos percentuais de negros e brancos na universidade, os percentuais de negros e de brancos na cadeia, o percentual de negros e brancos pedindo esmolas, nos asilos, sentimos, dramaticamente, que há sim cruel injustiça social com relação à raça negra. Não há dúvida nenhuma de que isso é uma triste realidade.

Foi preciso V. Ex^a chegar aqui para atingirmos o âmago da questão e para começarmos a alterá-la. Zumbi hoje é herói nacional. V. Ex^a tem esse mérito. Quanto V. Ex^a apresentou o projeto, muita gente ironizou, debochou, dizendo: "Só faltava esta: Zumbi ao lado do Duque de Caxias, Zumbi ao lado de Tiradentes". Mas V. Ex^a conseguiu. Pela unanimidade do Senado, pela unanimidade da Câmara, um grande gesto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, e escrevemos hoje o nome de Zumbi no livro dos heróis nacionais.

Quero apenas dizer que olhando para a frente e vendo o significado de uma figura como Zumbi dos Palmares, entendemos que se fala em Zumbi como se fala nos inconfidentes ou como se fala em Xica da Silva. A história, minha querida Senadora, só escreve a versão dos vencedores. Até na biografia, no dia em que se estudar a história de muitos países, de muitas guerras se haverá de verificar que nem sempre os vilões foram tão vilões, nem sempre os heróis foram tão heróis.

Eu era estudante da Faculdade de Direito, presidente do centro acadêmico, quando me convidaram para uma excursão da faculdade a Assunção, Capital do Paraguai, a convite da Faculdade de Direito daquele país. Lá pelas tantas, Sr. Presidente, estava prevista uma homenagem ao túmulo de Solano López, um mausoléu, um panteão. Quando cheguei ali, todo encabulado, porque eu estava no primeiro ano do curso de Direito e ainda havia aquela história que dava conta de Solano López como tirano, percebi que havia uma corbelha de flores para ser colocada no túmulo. Eu não queria colocá-la, porque eu tinha falado muito mal dele. O Embaixador do Brasil me advertiu que eu não criaria um atrito entre Brasil e Paraguai e por isso deveria colocar a coroa. Quando entrei lá e coloquei a coroa, vi uma placa enorme da Marinha do Brasil ao maior herói da América Latina, que se chamava Solano López.

Verificamos depois que, na verdade, foi uma crueldade o que se fez ao povo do Paraguai, quando, a serviço dos ingleses, Brasil, Argentina e Uruguai enviaram tropas; e muitos negros, muito negros tiveram que ir; ganhavam a liberdade em troca de morrer na guerra. Por isso digo que agora se está começando a esclarecer essa história; agora se está começando a conhecer um lado da história que faz parte da nossa raça.

Digo que aprendemos a amar o índio, e é justo isso. Foi cruel o que o mundo fez com os indígenas. Foi cruel o que os portugueses e os que vieram aqui fizeram com os nossos índios. Eles estavam aqui e em muito lugares como sabemos. Tive ocasião de conhecer sobre os astecas, no México; a cultura deles era superior à dos espanhóis que estavam chegando; a civilização deles, o grau de capacidade, de competência e de conhecimento era muito superior à dos aventureiros espanhóis que estavam chegando.

Os indígenas lutaram no Brasil; perderam, é verdade, mas a Igreja Católica deu uma ajuda para eles. Conheço a história, uma experiência talvez das mais lindas que se conhece, que é a dos Sete Povos das Missões, no Rio Grande do Sul: os jesuítas reuniram os indígenas e criaram uma espécie de solidarismo, comunismo, socialismo, seja o que for, onde todos moravam juntos, todos trabalhavam juntos, todos viviam juntos, e todos avançavam. Uma forma fantástica de organização daquela sociedade que os espanhóis e os portugueses se uniram para destruir. Assim os indígenas tiveram a presença da Igreja. Os negros, não; o negro era escravo e era considerado natural para toda a sociedade que o negro fosse escravo.

Zumbi, herói nacional, De certa forma, o projeto de V. Ex^a é um marco novo na nossa história. Quero dizer a V. Ex^a que, quando V. Ex^a diz "a minha raça é a raça negra", penso que o Brasil, para continuar, para chegar ao lugar em que deverá chegar, temos de falar em raça brasileira e sua miscigenação. Lá no Rio Grande do Sul temos muito disto: índio, português, alemão, italiano e negro se miscigenaram. Um deles chegou a Governador do Estado, o extraordinário Governador que foi Alceu Collares, descendente de negro. Acho que é real, acho que existe essa perspectiva de somarmos em nossa nomenclatura, nossa vida, nossa origem o branco mais o negro, mais o indígena. Essa miscigenação dará um tipo de raça brasileira que, não tenho dúvida, tem grandes aspectos positivos.

Durante muito tempo espalhou-se no Brasil a idéia de que o branco é que era competente e que o negro era indolente, não tinha capacidade, nem von-

tade para o trabalho. Triste残酷e injusta. Todos precisam da chance para verificar o que está acontecendo. No Nordeste, durante muito tempo se falou que a mão-de-obra não tinha capacidade, porque o nordestino, negro, era incapaz para o trabalho. As fábricas do Sul que estão indo para o Nordeste, para Ceará e Bahia, estão se surpreendendo com a competência e a capacidade de sua mão-de-obra. Pessoas como os nordestinos, que nunca trabalharam em calçados, por exemplo, que é artesanal, até artístico, estão aprendendo com rapidez espantosa e levando a questão adiante.

Acho, Sr. Presidente, que o Brasil deve caminhar para essa integração, e o papel da Senadora tem sido da maior importância. Penso que V. Ex^a foi muito feliz ao provocar a Senadora, porque, na verdade, foi uma provocação de V. Ex^a. A novela está aí e não é a primeira, já é a segunda ou terceira. E foram feitos vários filmes. E pelo que sei é a primeira vez que temos uma defesa, uma interpretação de Xica da Silva como a que fez V. Ex^a.

Baseado nisso é que digo que tenho um projeto para irmos até o Presidente da República, que agora está dando dinheiro – dinheiro grosso – para o cinema nacional. E temos que fazer com que o Presidente dê dinheiro basicamente para que o Brasil conheça o Brasil.

Como foi dito aqui por V. Ex^a, Sr. Presidente, não sei se em um aparte, em relação a Antônio Conselheiro, que ali não conhecem Antônio Conselheiro, porque não tiveram chance. E não tiveram chance porque não se contou a história do vencido.

Se o Governo está dando apoio ao cinema nacional, se está dando dinheiro para as filmagens, que faça com que filmes sejam feitos contando a história do Brasil, contando versões e fatos da história brasileira, para que conheçamos a nossa Pátria.

Sou um otimista com relação ao cinema nacional. Ele já foi bom! Fracassou, porque não teve apoio. A França e a Itália, durante muito tempo, foram dois grandes produtores de filmes. E a França baixou um projeto, tem uma lei, determinando o número de dias que os cinemas têm que exibir filmes franceses ou europeus, porque a lavagem cerebral, o avanço do cinema americano não acontece sómente no Brasil, está lá também. Por isto não podíamos concorrer.

O Governo brasileiro, a partir da revolução, não deu nenhum dinheiro para auxiliar o cinema brasileiro, que tinha que concorrer com uma montanha de filmes americanos que chegavam aqui.

Hoje isso vai mudar. Uma das grandes questões que merecem respeito no Governo do Senhor Fernando Henrique Cardoso, na gestão do atual Ministro da

Cultura, é essa destinação de verbas e de auxílio para a cultura, teatro e cinema, principalmente.

Volto a repetir, no cinema e na televisão, o Governo deve apoiar filmes que retratem nossa história, que tenham um conteúdo de veracidade, que digam ao povo brasileiro quem foram os seus heróis, quem foram as pessoas e o significado que têm.

Repto para V. Ex^a: respeito-a por subir a esta tribuna e falar em defesa da sua raça, a raça negra. Que bom, querida Senadora, se os nossos filhos puderem começar a falar; se no terceiro milênio, que começa ali adiante, estivermos iniciando o milênio em que aparecerá a raça brasileira, em que a miscigenação será real, em que não tenhamos dois Brasis: o de 60 milhões que não existem, o dos 40 milhões que passam fome; o daqueles que tudo têm e o daqueles que nada têm. Para mudar isto, nós temos que ter miscigenação, temos que ter entendimento e oportunidades iguais para todos.

Que bom o pronunciamento que V. Ex^a fez, hoje, aqui. Que bom esta quinta-feira em que estamos aqui e V. Ex^a traz esta matéria para debate. Que bom que nós estejamos atentos à responsabilidade que existe com relação a isso. Afinal, nós somos representantes da Federação, do povo brasileiro, da nossa gente.

E se esperamos 300 anos para que se fizesse de Zumbi o herói nacional, nós não podemos esperar muito tempo para fazer do povo brasileiro o dono da nossa Pátria, o herói da nossa cidadania. V. Ex^a merece o nosso apoio, o nosso carinho e o nosso respeito. V. Ex^a luta pela raça negra. V. Ex^a luta pelos favelados e pelos injustiçados do Rio de Janeiro. V. Ex^a luta pelas causas dos injustiçados, das minorias oprimidas. V. Ex^a nos alerta.

Eu sou católico. Na missa de domingo passado, o padre leu, no sermão, o Evangelho de São Mateus que se referia à distribuição dos talentos entre os empregados de um determinado senhor. Ele foi viajar, a um deixou 10 talentos; a outro, 5, e a outro deixou 1. Quando voltou, exigiu que prestassem contas. O que tinha 10 talentos trabalhou e devolveu os 10 e mais 10. O que tinha 5, trabalhou e deu 5 e mais 5; o que tinha recebido um, escondeu esse um e depois disse para o chefe que o tinha guardado, porque ele era muito duro, muito difícil, muito enérgico e ele tinha ficado com medo. E devolveu um. E Cristo disse que esse era um servo mau, porque a cada um será cobrado de acordo com o que recebe. Quem recebeu mais terá que prestar mais contas e quem recebeu menos terá que prestar menos contas.

Senadora, quando tivermos que prestar contas a alguém, quantos talentos nós diremos que recebe-

mos? Quantos talentos recebemos nós, que estamos no Senado da República representando o povo brasileiro? Quantos talentos recebemos nós que podemos mudar a Constituição, mudar o orçamento, mudar a sociedade e alterar tudo o que está aí? O que fizemos, Senadora? Qual é a parte que fizemos? Qual é a prestação de contas, nobre Senadora? Cada um tem que fazer a sua parte: o operário da favela tem que trabalhar, tem obrigação de ajudar a sua família. Às vezes, o operário da favela do Rio de Janeiro não sabe onde está o pai, a mãe, que foram mortos em alguma investida policial. Na busca de um bandido mataram um homem de bem, e ele é criado na rua.

O que se poderá cobrar dessa gente? O que se poderá cobrar dos 30 milhões de brasileiros que passam fome? Agora, de nós, de um nobre Senador do Mato Grosso, de mim, podem cobrar muito. Fizemos faculdade, estudamos, nossos filhos não sabem o que é passar fome. Estamos aqui, no Senado da República, temos um belo apartamento, um bom salário, boas oportunidades – estamos muito melhor. Vão cobrar, nobre Senadora, muito mais de nós do que dos Deputados.

Um Deputado – são mais de 500 – para falar 3 minutos tem que acordar de madrugada e se inscrever no pinga-fogo. Conheço Deputados com vontade, com garra, disposição e competência, mas que não têm condição de falar. Quando cobrarem de um Deputado o que ele fez, ele poderá até responder que não teve chance.

Mas nós, Srs. Senadores, minha querida Senadora, estamos aqui em uma quinta-feira – ainda não é sexta-feira hoje –, e é a segunda vez que isso ocorre, pois ocorreu na quinta-feira passada. Espero que não se esteja querendo começar a mudar a sessão de quinta-feira para o período da manhã, passando a sessão de quinta-feira à tarde a ser não-deliberativa.

Espero, Presidente José Sarney, que não se esteja criando um precedente. Nós vamos embora. Mas a quinta-feira continua, com tempo à disposição. Tanto que o Presidente está sendo tolerante, porque são poucos os inscritos. Amanhã, até marquem, é uma sexta-feira. Nós, Senadora Benedita, somos mais responsáveis e culpados do que os Deputados, porque o Deputado pode pronunciarse. Para eu falar no horário do pinga-fogo, eu gastava de dois a três minutos e já apertava a campanha, porque havia uma fila atrás de mim esperando para falar. Nós, aqui, estamos calados, quietos.

Não nego; eu nem sabia que iria ter a reunião de hoje, Senadora Benedita da Silva, quando, de repente, tomei conhecimento de que V. Ex^a vinha para a tribuna. Fiquei para ouvir o assunto que V. Ex^a abordaria e resolvi inscrever-me. Improvisado? Sim, improvisado; despreparado? Sim, despreparado. Mas falo do fundo do coração, porque entendo que esse é um grande momento do Senado. É um grande momento porque Zumbi é um herói nacional; é um grande momento pelos projetos que V. Ex^a salientou, de sua autoria e da do Presidente da República, no sentido do estabelecimento da igualdade racial. Mas é um grande momento, porque V. Ex^a fez com que, nesta data, esse assunto chamassem a atenção do Senado Federal.

Quando fui à Mesa, perguntei quem estava inscrito. Responderam-me que era apenas a Senadora Benedita da Silva. Pedi, então, que incluíssem o meu nome.

Estou aqui para prestar, em nome do Senado, a minha homenagem muito carinhosa a V. Ex^a.

O Sr. Bernardo Cabral – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não.

O Sr. Bernardo Cabral – Eu gostaria que a Senadora Benedita da Silva esclarecesse ao Plenário que S. Ex^a está inscrita sozinha, porque, ainda hoje, pela manhã, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães e eu dissemos a S. Ex^a que ela falaria por todos nós. Essa é a razão de não nos havermos inscrito. Era o que eu queria esclarecer a V. Ex^a, nobre Senador, para não fazer injustiça com os demais.

O SR. PEDRO SIMON – Em primeiro lugar, não me passou pela cabeça fazer injustiças. A injustiça é contra mim, pois eu nem sabia da reunião de hoje. V. Ex^a está dizendo que tinha conhecimento da reunião e que tomou providências nesse sentido. Fui um lapso total.

A Sr^a Benedita da Silva – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON – Concedo o aparte à nobre Senadora Benedita da Silva com muito prazer.

A Sr^a Benedita da Silva – Nobre Senador Pedro Simon, V. Ex^a, sem dúvida nenhuma, tem sido, somado aos demais Pares, um dos grandes Senadores. Preparado e competente, V. Ex^a tem abordado, dessa tribuna, qualquer tema com muita propriedade. V. Ex^a está sendo humilde neste momento, mas quero ressaltar que todos nós nos orgulhamos da sua presença nessa tribuna, ainda que seja, em determinados momentos, para criticar. É muito bom

ouvi-lo. V. Ex^a, com brilhantismo, está prestando uma homenagem a Zumbi dos Palmares – e por que não dizer, à Xica da Silva – com um conhecimento profundo da matéria. V. Ex^a, há muito, vem solicitando que haja esse momento de debate na vida nacional. Esse é um tema que verdadeiramente merece e está merecendo a atenção deste Plenário. V. Ex^a, então, achou por bem inscrever-se e falar a respeito do assunto. Quero dizer-lhe, complementando um dos argumentos levantados, que é preciso mais compromisso com a comunidade afro-brasileira. Penso exatamente como V. Ex^a: oxalá chegue o dia em que não se tenha que ocupar a tribuna nem para falar das questões raciais, nem das questões sociais, mas para falar da natureza e da beleza das pessoas, dada a sabedoria que Deus distribuiu entre nós. Lamentavelmente, existe a desigualdade social, e V. Ex^a tem de ir à tribuna para falar sobre a matéria; existe a discriminação racial, e V. Ex^a está na tribuna para manifestar-se a respeito. Da mesma forma que V. Ex^a, aguardo o dia em que o tema seja restrito à raça brasileira. Para isso, é preciso mais uma iniciativa, que irá contribuir para a formação de uma sociedade pluralista, igualitária: é a presença visível do negro. A ausência do negro faz com que ele perca verdadeiramente a sua identidade. Por exemplo, não existem generais negros; não existem negros na gerência de bancos; não existem diplomatas negros, nem um embaixador sequer! Como poderemos chamar a atenção para determinadas situações, se nem temos condições de dar visibilidade a essas pessoas que contribuem com a sociedade brasileira? Por isso, V. Ex^a, com muita propriedade, está abordando desta tribuna um tema que considero importante para a Nação brasileira. Tenho certeza de que, enquanto houver pessoas como V. Ex^a, como o Senador Bernardo Cabral e como o Senador Antonio Carlos Magalhães, que também mostraram interesse pela matéria, certamente estaremos contribuindo para a chegada do grande dia da raça brasileira. Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON – Agradeço muito o aparte de V. Ex^a.

V. Ex^a traçou um quadro realmente duro, quando diz que não há generais negros, nem Ministros de Tribunais ou qualquer outra alta autoridade. Mas estamos começando a mudar essa realidade.

No meu Estado, fizemos um prefeito da capital e um governador negro. Em São Paulo, temos um prefeito negro e, no Espírito Santo, tivemos um governador. Aqui, no Senado, temos a brilhante presença de V. Ex^a. Estamos começando de cima para baixo. Mas, na verdade, V. Ex^a tem razão.

O mesmo ocorre com a questão da mulher. Quando apresentei aquela emenda da qual as mulheres riram, eu estava falando sério. Quando o nobre Senador Bernardo Cabral, que além de Senador é o nosso grande jurista, verificou a emenda que exigia a presença feminina em 20% das vagas dos partidos, S. Ex^a disse que era totalmente favorável. Mas pensava que essa decisão seria inconstitucional, porque feria o espírito da Constituição, que diz que todos são iguais perante a lei. Eu disse, então, que iria apresentar a minha emenda: ambos os sexos deveriam preencher no mínimo 20% das vagas. Apresentamos a emenda e ela foi considerada inconstitucional – ficamos com a garantia de que, daqui a 20 anos, não poderiam apresentar uma emenda excluindo os homens, porque as mulheres iriam tomar conta! Dessa forma, estaríamos fazendo a emenda para vocês e garantindo o nosso futuro.

Não sou tão velho! Na faculdade de Direito em que estudei, fins da década de 50 e início da de 60, havia três mulheres. Recentemente, fui paraninfo na formatura do meu filho e verifiquei que três quintos dos formandos eram mulheres. A média de mulheres na Universidade do Rio Grande do Sul é de 60% ou 65%. No último concurso para a Magistratura do Rio Grande do Sul, os quatro primeiros lugares foram das mulheres. No Rio Grande do Sul, hoje, mais ou menos 35% dos promotores e magistrados são mulheres. As mulheres estão avançando. Nunca tivemos – nós, os gaúchos – uma representante federal nem no Senado, nem na Câmara. De repente, temos uma Senadora, a brilhante Senadora pelo Rio Grande do Sul, Emilia Fernandes, e duas mulheres Deputadas Federais.

Isso tem que se estender à raça negra. Qual é o percentual de negros na universidade brasileira? Qual é o percentual de negros que fazem concurso para o Banco do Brasil e que têm chance de chegar lá? Qual o percentual de negros que têm chance de fazer concurso para o Itamaraty? Qual o percentual de negros que têm chance de avançar na sociedade nacional? Isso é motivo de vergonha nacional. Por outro lado, os negros são maioria nos cárceres, os negros são maioria nos casos de crianças abandonadas que depois morrem, os negros são maioria nas favelas. Os negros praticamente não existem em certos setores da sociedade brasileira. Estamos enganados se imaginamos que vamos avançar, que o Brasil será um grande país, se todos não avançarmos juntos, se todos não crescemos juntos.

Peço desculpas pelo tom em que o fiz, mas encerro este pronunciamento, dizendo que me sinto

muito feliz em estar nesta sessão, Senador Romeu Tuma, presidida por V. Ex^a e solicitada pela Senadora Benedita da Silva, autora do requerimento, que hoje proferiu o grande pronunciamento, o oficial.

Sinto-me bem por ter deixado vir à tona alguns sentimentos que tenho dentro d'alma e que refletem o que vejo e sinto quando ando pelas ruas e estradas do meu Estado. Penso que às vezes seria bom que não ficássemos apenas na luz indireta, no tapete vermelho e azul, na beleza do ambiente, Sr. Presidente; seria bom que fechássemos os olhos e lembrássemos das caminhadas que fizemos pelas nossas cidades, encontrando as pessoas que nos deram seu voto, que nos receberam, que nos olharam nos olhos, sorrindo, na expectativa de que ajudaríamos a mudar seu destino.

Quem de nós pode dizer que realmente tem tentado ou tem feito isso? V. Ex^a, Senadora Benedita da Silva, pode dizer que não só tem tentado, mas tem conseguido. Meus cumprimentos, Sr^a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Senador Pedro Simon, apenas comunique que a preocupação de V. Ex^a em relação aos 50 milhões de brasileiros que não têm identidade – foi publicado no jornal **Folha de S. Paulo** inclusive um mapa do Brasil que mostra que 62% das pessoas não são registradas – também me atingiu e me assustou. Nesse sentido, solicitei ao IBGE que nos envie cópia urgente dessa pesquisa, porque, se verdadeira, a decepção será total.

O SR. PEDRO SIMON – V. Ex^a não sabia?

O SR PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Mesmo circulando nesse meio – trabalhei nesse segmento –, eu não sabia desse número. Fiquei assustado, razão pela qual quero, assim como V. Ex^a, conferir. Vou trazer cópia do documento que receber como resposta para que possamos estudar juntos.

Comunico que a Senadora Emilia Fernandes encaminhou à Mesa discurso em homenagem ao Dia de Zumbi dos Palmares, que será publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores,

DIA NACIONAL DA CONSCIÊNCIA NEGRA

A iniciativa de homenagear o Dia de Zumbi dos Palmares nesta sessão assinala mais um importante momento da luta não apenas dos negros, mas dos brasileiros pela conquista da independência e da igualdade em todos os campos da sociedade nacional.

Agora, oficialmente reconhecido "herói nacional", através da Lei sancionada ontem, pelo Presi-

dente da República. Zumbi, o Rei dos Palmares, assassinado covardemente em 20 de novembro de 1695, na Serra da Barriga, na então Capitania de Pernambuco, hoje interior do sertão de Alagoas, é um dos maiores líderes da história do país em defesa da liberdade.

Nascido em 1665, seqüestrado ainda criança por soldados na Coroa, e educado por padres, Zumbi afirmou-se como líder da República dos Palmares ao negar-se a trair seu povo e a submeter-se aos ditames do Império, assim abrindo caminho para a construção de um dos espaços mais importantes e decisivos contra a escravidão.

Colocando o sistema escravagista em cheque, a República de Palmares ameaçava toda a estrutura colonial do país, e, ainda hoje, é um símbolo da luta pela conquista da Terra Prometida, da independência econômica e política, da liberdade racial, do respeito à condição humana e do direito à felicidade coletiva.

Depois de derrotar expedições imperiais por 15 vezes, de resistir por 22 dias às tropas do mercenário Domingos Jorge Velho, que terminou por destruir a República dos Palmares, e de tentar reorganizar seu exército, Zumbi acabou assassinado em uma emboscada, que eliminou a sua vida, mas não apagou o mito e o exemplo de coragem e de rebeldia.

Após 301 anos da morte de Zumbi, e apesar dos avanços conquistados, nos campos social, econômico e, mesmo político, é preciso reconhecer que ainda muito está por ser feito, para tornar realidade os ideais defendidos pelo líder dos Palmares, e fazer plena justiça para com os negros brasileiros.

Dados divulgados recentemente pelo "Relatório Sobre o Desenvolvimento Humano no Brasil – 1996", do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, mostram que, às portas do Século XXI, ainda persistem novas formas de escravidão, que se expressam no racismo, na discriminação econômica e na diferença de oportunidade, entre outras formas de agressão racial.

A pesquisa mostra, por exemplo, que os rendimentos da população negra – incluindo os pardos, em torno de 44% – são significativamente inferiores aos da população branca, chegando, no caso das mulheres negras e pardas, a percentuais que variam de 63% a 68% do total dos salários percebidos pelos homens de cor branca.

No caso das mulheres negras, esta diferença para menos também se registra, correspondendo a 68% do rendimento das mulheres brancas, situação que se agrava pelo fato dessa inferioridade ocorrer

em um terreno de discriminação que desvaloriza a mulher em geral, diante do mercado de trabalho e dos níveis salariais.

Apesar da existência de realidades regionais distintas, e da concentração de negros nas regiões mais pobres do país, a discriminação econômica, embora mais reduzida, persiste associada à cor, aumentando o nível de rendimentos dos negros e pardos para percentuais que variam entre 74% e 79%, nos casos dos homens, e 86% e 82%, no caso das mulheres.

No plano de educação, o mesmo relatório também identifica a discriminação racial, com os negros enfrentando maiores dificuldades de acesso e permanência na escola e freqüência em estabelecimentos de ensino de pior qualidade, o que resultam em maior índice de reprovação e atraso escolar que o observado entre os brancos.

Dados relativos ao atraso escolar dos estudantes indicam que os negros apresentam, em todas as faixas etárias, uma maior proporção de pessoas com atraso escolar: aos 14 anos, 35% dos brancos, 73 dos negros e 65% dos pardos apresentam mais de dois anos de atraso escolar; inversamente, 28% dos brancos e apenas 6% dos pretos e 8% dos pardos não apresentam atraso escolar.

Essas dificuldades, também de acordo com o relatório da ONU, oriundas não apenas da desvantagem originada na pobreza, mas também da baixa qualidade de oportunidades educacionais oferecidas às crianças negras, se acentuam nos níveis mais avançados de ensino, especialmente no nível superior, onde a chance de uma criança negra que chegou ao segundo grau atingir à universidade é 25% menor do que uma criança branca.

Diante desta situação, extremamente injusta e, infelizmente, atual, o exemplo de Zumbi torna-se ainda mais importante quando, de acordo com a história, a República dos Palmares, que resistiu por 100 anos, reunia não apenas os escravos rebelados, mas também índios e brancos excluídos de todo o território brasileiro, que ali tinha abrigo, consciência e organização para lutar pelos seus direitos.

O combate à discriminação em todos os campos da vida humana é uma obrigação do Estado, que deve exercer seu poder de regulador das relações sociais, reprimindo as manifestações discriminatórias, mas também oferecendo melhores oportunidades de participação para os negros e todos os demais setores oprimidos.

É nesse sentido que, espelha no exemplo de Zumbi, e diante do desemprego, da concentração de

renda e da exclusão social crescente, que defendemos a união de todos os setores discriminados, excluídos e marginalizados do país na busca de um modelo que integre plenamente a sociedade brasileira, em todas as suas manifestações raciais, na vida polícia, econômica e social.

A Nação que Zumbi sonhava, e o Brasil que queremos, com independência econômica e política, valorização a todos os seus filhos indistintamente, deve resultar deste processo de busca comum, para o qual devemos estar todos unidos.

O SR. HENRIQUE LOYOLA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, o Senador Henrique Loyola tem a palavra por 5 minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. HENRIQUE LOYOLA (PMDB-SC) – Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, anuncio, neste tempo que me foi concedido, que estou entregando à Mesa projeto de lei que trata das restrições impostas à Mata Atlântica pelo Decreto 950. Trata-se de um decreto de grande amplitude. Não pretendemos propor a sua revisão; pretendemos apenas inserir, de modo prático, um dispositivo que viabilize o aproveitamento de certas áreas. Essa medida fará com que se viabilizem algumas medidas. Citando um exemplo concreto, há uma indústria que pretende instalar-se no meu Estado, com tecnologia de Primeiro Mundo, com mercado assegurado, com alta tecnologia, com a criação de 400 empregos. No entanto, não lhe foi assegurada a instalação na minha cidade, na medida em que não autorizaram a preparação do terreno na área industrial. E aí está o incrível: o distrito era destinado a ela, mas não lhe permitiram a instalação. Ora, quando se fala que o maior problema nacional é o desemprego, imagina-se que nada é mais importante do que fazer uma tentativa para modificar pelo menos parcialmente a aplicabilidade desse Decreto 950, que está inviabilizando algumas soluções, especialmente no meu Estado.

Por essa razão, encaminho à Mesa projeto de lei em que o art. 1º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º – As normas sobre preservação e uso dos recursos naturais concernentes à Mata Atlântica que devam ser editadas segundo o art. 225, § 4º, da Constituição não se aplicarão aos enclaves formados pelos "perímetros urbanos" dos municípios contidos nessa área e que tenham sido definidos em leis municipais já em vigor na data

da promulgação da referida Constituição Federal."

Trata, portanto, esse texto do encerramento de uma limitação àquelas áreas constituídas antes da reforma da Constituição, que introduziu esse novo dispositivo relacionado com a Mata Atlântica.

Era essa a comunicação que eu queria fazer, Sr. Presidente. Há aqui uma justificativa mais ampla, que passo à Mesa para que, tanto quanto possível, o projeto tramite em regime de urgência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Agradeço a V. Ex^a por ter cumprido o Regimento.

A SRA. SANDRA GUIDI – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação urgente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concedo a palavra à Senadora Sandra Guidi para uma comunicação inadiável.

A SRA. SANDRA GUIDI (PPB-SC. Para uma comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, quero registrar aqui o feito memorável que foi a conquista da prefeitura da cidade de Florianópolis pela Deputada Ângela Amin, do PPB, no último dia 15 de novembro. Trata-se da primeira mulher a ser eleita para governar a capital dos catarinenses, fato inédito que demonstra não só o avanço das mulheres na atividade política como também a confiança crescente que os cidadãos brasileiros vêm depositando nas mulheres que abraçam a vida pública. A Deputada Ângela Amin teve 87.856 votos, que corresponderam a 53,84% dos votos válidos.

A eleição da Deputada Ângela Amin demonstra a força do PPB em Santa Catarina e, na minha opinião, é uma antecipação da vitória que certamente obteremos em 1998, quando estiver em disputa o Governo do Estado. Temos inúmeros nomes que podem pleitear essa missão, e entre eles eu destacaria a do Senador Esperidião Amin, político de projeção nacional e nosso maior líder no Estado, homem com reconhecida capacidade de administração e de articulação.

Creio que a escolha de Ângela Amin pelos eleitores de Florianópolis representa, acima de tudo, a confiança naquela candidata que apresentou o melhor programa de governo. E o que seria um bom programa de governo? Seria aquele que mais se compromete com o social. Ninguém desconhece que um dos maiores problemas deste País é a nossa imensa e dramática dívida social.

A estabilização da moeda e o fim da inflação elevada deixaram ver com mais clareza a exclusão

social neste País. E a Deputada Ângela Amin soube apresentar no seu programa de governo metas e objetivos que visam à efetiva melhoria das condições de vida das pessoas que têm mais dificuldades.

Eu acrescentaria que Ângela Amin foi muito feliz quando escolheu, como metas básicas de seu governo, os programas Bom Abrigo e Papa-Fila. O projeto Bom Abrigo – que leva o nome de um bairro de Florianópolis – visa à redução do déficit habitacional e à construção de residências mais dignas para todos. Já o Papa-Fila é um sistema de transporte coletivo que, usando os ônibus articulados, pretende resolver na origem o problema de sobrecarga do sistema de transportes coletivos de Florianópolis.

Como em muitas outras cidades brasileiras – grandes, médias ou pequenas –, habitação e transporte são as principais carências das parcelas menos privilegiadas da população de Florianópolis. E isso Ângela Amin soube captar muito bem, o que mostra a sua afinação com os anseios dos mais necessitados. Eu destacaria ainda, do programa de governo de Ângela Amin, seu interesse em incentivar as atividades relativas ao turismo – que é a grande fonte de receita catarinense – e os projetos para contenção de encostas.

A Prefeita eleita de Florianópolis já vai assumir o cargo com um ônus bastante pesado, que é o de pôr em dia os salários dos servidores municipais. Segundo a administração que está encerrando agora o seu mandato, a culpa pelo atraso dos vencimentos deve ser atribuída às enchentes do ano passado. Não acreditamos nisso. A Capital enfrentou outras enchentes anteriormente e não houve atraso de salários. Numa mostra da grandeza de seus sentimentos, a Deputada Ângela Amin prometeu que, antes de mais nada, vai resolver esse angustiante problema no menor prazo possível.

A Deputado Ângela Amin ganhou, como é do conhecimento público, também a eleição no primeiro turno. Quando se observa com bastante atenção os mapas eleitorais do primeiro turno, nas 46 comunidades da Cidade de Florianópolis, percebe-se que ali já estava traçada a vitória do PPB. Ângela Amin foi a mais votada em 20 das 46 comunidades florianopolitanas, entre elas o centro – a mais populosa.

Em seus primeiros pronunciamentos, logo depois de eleita, Ângela Amin fez um chamamento aos 75 mil eleitores de seu adversário, porque quer governar com todos e para todos. Eleições polarizadas, como as de um segundo turno, mexem com a paixão política das pessoas, mas, fechadas as urnas, é hora de começar a trabalhar em harmonia. Os

Interesses da cidade devem ser então colocados acima de todos os outros.

A eleição da Deputada Ângela Amin para a Prefeitura de Florianópolis é mais um degrau galgado em sua carreira política vitoriosa. Já na eleição de 1988, ela foi a Vereadora mais votada da Capital catarinense. Seria também a Deputada Federal da Bancada de Santa Catarina mais votada na eleição de 1990. Dois anos atrás, candidatou-se ao Governo do Estado e obteve a expressiva votação de um milhão e duzentos mil votos. Ela é formada em Matemática pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, ao concluir este breve registro, eu gostaria de expressar meus votos de amplo sucesso à Prefeita eleita de Florianópolis. A belíssima capital dos catarinenses certamente terá em Ângela Amin uma administradora eficiente, firme, corajosa e ousada. Mas terá, sobretudo, uma Prefeita com grande sensibilidade para os problemas dos mais humildes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Senador Mauro Miranda, que dispõe de 20 minutos.

O SR. MAURO MIRANDA (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem um compromisso inadiável com a sociedade. Sua Excelência deve escolher e nomear imediatamente o novo Ministro da Saúde, deixando de lado os interesses políticos que estão influenciando a substituição do Ministro Adib Jatene. A falência da saúde pública é a maior de nossas doenças sociais, e colocar na geladeira um assunto de tamanha gravidade é como retirar a assistência de um paciente terminal. Este é um drama que não pode esperar os ventos ou os momentos favoráveis da política para ser resolvido, porque saúde não deve ser assunto partidário.

O quadro crítico da assistência médico-hospitalar no País parece ter criado, em toda a Nação, a convicção unânime de que o Ministério da Saúde exige o comando de um gerente, com os mais amplos poderes de verdadeiro interventor. Ele não será o milagreiro de plantão, mas vai precisar de muita energia e muito apoio para administrar um sem-número de emergências, reciclar políticas, rediscutir a eficiência do SUS, diminuir a humilhação das filas hospitalares e tirar do cidadão humilde o maior de todos os medos, que é o medo de ficar doente.

A grande maioria das 2.600 Santas Casas de Misericórdia, as mais antigas e as mais confiáveis

instituições de atendimento hospitalar neste País, estão enfrentando a maior crise de sua história. Nos hospitais públicos, a falta de recursos está matando como nunca, e o maior número de vítimas vem das famílias pobres, que não podem pagar os serviços privados dos seguros de saúde. Os jornais de hoje falam na morte recente de 49 bebês numa maternidade de Fortaleza, a mesma cidade que já foi premiada pela Unesco como exemplo mundial na redução da mortalidade infantil. Outras quatro crianças morreram nos últimos dias num hospital de Vitória, onde a superlotação é apontada como causa principal dos óbitos. Os casos de hemodiálise de Pernambuco e do hospital Santa Genoveva, no Rio, estão vivos na memória dos brasileiros, como escândalos de tragédia coletiva que enluta milhares de famílias em todo o País.

O novo Ministro da Saúde terá um enorme desafio pela frente, e vai depender de muita criatividade para restabelecer o equilíbrio do binômio que orienta as políticas de saúde, que são a medicina preventiva e a medicina curativa.

Nos últimos tempos, as políticas de prevenção andaram em baixa, os altos níveis de desemprego concorreram para aumentar as pressões, e a soma dessas influências com outros fatores levaram à prevalência de um modelo sanitário curativo. O choque entre as duas realidades foi fatal. Enquanto a demanda pelos serviços aumentou dramaticamente, por um lado, a rede de atendimento entrou em ritmo progressivo de colapso, de outro. Desestimulos salariais, carência de quadros profissionais, obsolescência de equipamentos, atrasos nos pagamentos dos hospitais, baixa remuneração do SUS, superlotação, falta de medicamentos. Parece que tudo isso veio junto. E a municipalização prevista pelo SUS ainda caminha a passo de tartaruga.

A partir de janeiro, começam a entrar nos cofres do governo os novos recursos da CPMF, o Imposto do Cheque. Se o sistema de gerenciamento do Ministério da Saúde mantiver os vícios que são apontados consistentemente pela imprensa, vamos correr o risco de colocar todo esse dinheiro num saco sem fundo. Para cobrir o buraco, boa parte dos brasileiros estará pagando mensalmente muito mais do que pagaria por um bom plano particular de saúde, sem qualquer segurança de que esse sacrifício terá retorno. A grande responsabilidade do novo Ministro será a de dizer para a sociedade, com todas as letras, para onde vamos. O que está acontecendo hoje com a saúde é o mesmo que aconteceu com a educação, numa esfera social mais ampla, e com a

segurança pública, em setores mais restritos da sociedade. Quem quer um ensino de qualidade para os filhos está buscando as escolas particulares. E quem quer segurança vai para os condomínios fechados. São privilégios que o pobre não pode pagar. E, quando falo nos pobres, por extensão, estou falando também na classe média, cada vez mais empobrecida.

Sugiro aos nobres colegas que leiam com atenção a última edição da revista da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência, que chegou hoje ao meu gabinete. Em reportagem especial, ela traz uma radiografia do quadro de calamidade que está atingindo as Santas Casas de Misericórdia. A abertura da matéria diz o seguinte:

"Detentoras do maior complexo hospitalar brasileiro e base de sustentação do Sistema Único de Saúde, as 2.600 Santas Casas brasileiras, em sua maioria, agoni-
zam diante da falta de recursos, sucateamento dos equipamentos, insolvência de grandes dívidas e descaso governamental. Mas a comunidade ainda luta para preservar as instituições mais antigas do país, anteriores à própria organização do Estado".

Como todos os companheiros deste plenário, que conhecem os grandes serviços filantrópicos prestados pelas Santas Casas, acompanho as dificuldades da Santa Casa de Goiânia. Na mesma revista, é comovedor o depoimento do Dr. João Batista Neto, diretor da nossa Santa Casa. Fundada há 60 anos, ela está chegando a todos os limites de enxugamento de despesas para continuar sobrevivendo. Vale a pena tomar conhecimento do que está acontecendo com as Santas Casas, porque a sua crise é um retrato fiel da crise de todo o sistema médico-hospitalar do País. Espero que o Presidente Fernando Henrique Cardoso use rapidamente a sua caneta para nomear o novo Ministro da Saúde, e quero antecipar desde já que pretendo convocar o escolhido para vir ao Senado e definir os seus compromissos.

Ele será nomeado pelo Presidente, mas terá que ser convocado por toda a Nação para fazer uma revolução na combalida política de saúde, que nos preocupa a todos. Lanço daqui um apelo ao nosso Presidente: nomeie logo esse homem. O senhor sabe que interino não manda nada. Ele apenas guarda a cadeira para o titular. A máquina não obedece, as políticas não caminham, ele fala em condições de desigualdade com os outros ministros. O Presidente não precisa consultar os partidos, a Câmara e o Senado para colocar o homem certo no lu-

gar. Se o Dr. Seixas for um bom nome, que seja ele o novo Ministro. Mas não demore mais, caro Presidente.

Nossas preocupações devem conduzir-se prioritariamente para os 120 milhões de brasileiros que estão fora do alcance dos planos de saúde, que cobrem apenas os 30 milhões que podem pagar. É para eles que devemos buscar respostas imediatas. Os que estão morrendo à míngua estão fora do universo da medicina lucrativa, que deve coexistir com os serviços prestados pelo Estado num regime democrático. O que importa é cumprir a Constituição, que determina como dos mais sagrados direitos do cidadão o direito à saúde. E, a prevalecer o caos atual, o único direito garantido é o de morrer, neste quadro de indigência que envergonha e que tem de ser revertido, em nome de padrões mínimos de dignidade de cada cidadão brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – De acordo com o art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, tem V. Ex^a a palavra por 5 minutos.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Para uma comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta tarde, para comunicar a visita que fiz ontem, juntamente com outros parlamentares – dentre eles, o Senador Ney Suassuna e alguns Deputados –, ao Banco Central dos Estados Unidos.

No início desta semana, estivemos em Washington, nos Estados Unidos, onde participamos de um seminário de análise e debate sobre o sistema financeiro no Brasil e nos Estados Unidos. O seminário foi realizado pelo Centro de Estudos Estratégicos Americanos, do qual o *chairman*, ou um dos mais importantes integrantes, é o Sr. Henry Kissinger.

Esse grupo de trabalho atuou, decisivamente, no sentido de buscar uma troca, um intercâmbio de depoimentos, de informações, de análises, de referências, elementos que pudessem dar suporte aos dois países em fundamentar as suas políticas de aproximação.

Basicamente para nós, do Brasil, esse seminário, essas quase 18 horas de debate que tivemos, em apenas três dias, serviu-nos para ainda mais alicerçar as convicções que alimentamos em torno da necessidade de uma reforma da legislação do sistema financeiro no Brasil.

O grupo que lá esteve tem se dedicado a estudar, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Se-

nado, a lei complementar que é exigida e definida pelo art. 192 da Constituição: a Lei do Sistema Financeiro.

Como esta Casa sabe, este grupo de trabalho já se reuniu e produziu um resultado: um relatório do qual somos o autor, pelo qual temos a responsabilidade, mas que é produto da vontade e participação coletiva de todos os componentes da Comissão.

Esse relatório propõe alterações profundas na estruturação do sistema financeiro no Brasil, a começar pela instituição básica do sistema, o Banco Central do Brasil.

Verificamos, nos debates com vários diretores e membros do Banco Central, a enorme importância que tem, do ponto de vista da estratégia de preservação do valor da moeda, o papel independente do Banco Central americano junto ao sistema financeiro e à comunidade econômica, à comunidade produtiva americana.

O Banco Central tem um presidente nomeado pelo Presidente da República, aprovado pelo Senado, com mandato de sete anos, que pode ser estendido por mais sete anos; portanto, o presidente do Banco Central pode exercer o seu mandato como membro do Conselho Deliberativo ou como presidente do Banco Central ao longo de 14 anos.

O Presidente Clinton acaba de nomear, para continuar no cargo por mais sete anos, ou seja, para reproduzir o mandato que já desempenhou, de sete anos, o Sr. Allan Greenspun, que foi nomeado originalmente por um Presidente do Partido Republicano, o Sr. George Bush.

Isso significa basicamente que o Presidente Clinton, como democrata, como vencedor das eleições, como um homem que tem convicções ideológicas afinadas com o seu partido e que derrotou não só o republicano Robert Dole, mas a ideologia que ele pretendia levar ao Governo americano, mantém um presidente republicano do banco central. E o faz só por uma razão: porque a tarefa a que o Sr. Allan Greenspun se propôs foi cumprida fiel e corretamente, desempenhou-se da forma mais airosa possível. A moeda vem tendo seu valor preservado, e a inflação nos Estados Unidos apesar dos níveis de crescimento econômico, de expansão da economia, tem-se mantido baixa.

Portanto, esse papel de guardião da moeda está diretamente associado à independência do Banco Central.

É desse fato, Sr. Presidente, que queremos fazer aqui o relato. Esse grupo de trabalho conseguiu, mais uma vez, colher informações extremamente

preciosas, que vão dar mais alimento e base mais ampla ao trabalho que essa comissão vem fazendo no sentido de estruturar o Banco Central brasileiro também como banco central independente. Uma das diretoras do Banco, a Srª Susan Phillips, em um debate conosco, dizia claramente que há pessoas que não compreendem o papel de um banco central independente. Pensam que um banco central independente é um banco isolado e insubordinado, mas não é assim. Os dirigentes de um banco central são parte do governo, mas têm independência no sentido da preservação dos seus mandatos, tal como tem independência um deputado ou um senador, e para agir e decidir de acordo com a sua consciência e de acordo com os objetivos básicos da instituição, que são, acima de tudo, preservar o valor da moeda. Preservar o valor da moeda, dizia a Srª Susan Phillips, é garantir que o poder aquisitivo do salário seja mantido, é garantir que os pobres não serão expatriados pelo processo inflacionário. Fazia ela referência a um fenômeno que nós brasileiros conhecemos bem. Dizia que nos regimes inflacionários, os ricos, os poderosos e a classe média intelectualizada e bem-informada são capazes de usar todos os instrumentos mais sofisticados do sistema financeiro para proteger o valor do seu dinheiro. As pessoas da classe média para cima conhecem tudo dentro do sistema financeiro, dos CDBs aos fundos de renda fixa. Não há hoje produto oferecido pelos bancos comerciais ou pelos bancos de investimento que não sejam inteiramente do conhecimento das pessoas que operam com bancos e que têm nível de conhecimento suficiente para isso. Todavia, aqueles pobres cidadãos desinformados, incapazes de reconhecer a importância, o valor, a eficiência desse tipo de mercado, mantêm-se alheios aos mercados financeiros e, portanto, em um período inflacionário, vêem os seus salários cair drástica e duramente sem nada poderem fazer.

Então, ela mostrava que um banco central independente tem uma enorme função, um enorme objetivo social, qual seja, a defesa dos salários daqueles que menos ganham: os assalariados de baixa renda.

Esse, o fato; essa, a informação.

O SR. BERNARDO CABRAL — V. Exª permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ FOGAÇA - Com prazer, ouço V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) — Senador Bernardo Cabral, antes de V. Exª usar da palavra, apenas gostaria de informar que o Senador José Fogaça solicitou a palavra, por 5 minutos, para

uma comunicação inadiável. No entanto, já excede em seis minutos o tempo previsto.

Todavia, em respeito a V. Ex^{as} e dada a relevância do tema, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Sr. Presidente, agradeço a condescendência de V. Ex^a e, para encerrar, concedo o aparte ao Sr. Senador Bernardo Cabral, que é merecedor desse tipo de consideração.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador José Fogaça, o assunto que V. Ex^a traz ao debate, além do relato da sua visita pessoal, é altamente oportuno. No Brasil sempre se diz que o sistema presidencialista de governo é ótimo porque nos Estados Unidos também o regime é presidencialista. Fico absolutamente boquiaberto porque se desconhece o que V. Ex^a acaba de dizer. A política econômica do governo norte-americano é esteada no chamado **Federal Reserve Bank**, cujo Presidente, conforme V. Ex^a disse, tem um mandato que ultrapassa o do Presidente da República e, depois, pode ser reconduzido. Tanto isso é verdadeiro que cada um dos nossos candidatos a Presidente da República tem um programa de governo no âmbito das finanças, cada um tem o seu Presidente do Banco Central e os seus diretores. Já nos Estados Unidos – é o exemplo que V. Ex^a trouxe –, seja o Presidente do Partido Democrata, seja do Partido Republicano, quem conduz a política econômica é o **Federal Reserve Bank**. É muito oportuno, Senador José Fogaça, o seu depoimento. Espero que ele tenha repercussão na Imprensa, para que haja consciência da diferença entre o nosso Banco Central, que de vez em quando sofre as críticas que V. Ex^a conhece mais do que eu, e o dos Estados Unidos, que tem uma rigorosa vigilância sobre o equilíbrio da moeda. Eu não poderia deixar de fazer essa interrupção para congratular-me com V. Ex^a e dizer que vale a pena dedicar, como sempre dedico, atenção àquilo que V. Ex^a traz ao conhecimento da Casa.

O SR. JOSÉ FOGAÇA – Agradeço ao Senador Bernardo Cabral, cujas palavras são sempre generosas – não sei se merecidas – em relação a nós. Devo dizer que isso se deve muito à amizade que temos.

Sr. Presidente, para encerrar, agradecendo as palavras do Senador Bernardo Cabral, quero também enfatizar, como S. Ex^a o fez, a importância dessas considerações no que tange, principalmente, ao trabalho que vem sendo feito no Senado para a mudança substantiva na regulamentação do sistema financeiro no Brasil.

O Senado se affigiu, o Senado sofreu, o Senado foi duramente atingido quando houve a crise bancária no Brasil. A quebra do Banco Econômico e, de-

pois, a do Banco Nacional aconteceram diante de nós; vimos que estávamos podados, desprovidos de instrumentos para agir no sentido de fiscalizar e controlar, ou seja, de exercer o papel que a Constituição nos confere, exatamente porque nunca nos demos à tarefa de trabalhar com base no art. 192.

Agora, parece que esse é um assunto que sensibiliza o Senado, é um assunto que nos toca, é um assunto que nos chama a atenção. E a razão é muito simples, no meu modo de entender: a crise financeira que o Brasil viveu passou ao largo do Senado, ou melhor, o Senado passou quase em branco em relação a ela, porque o Congresso Nacional, a que pertencemos, não construiu a legislação que a Constituição exigia. Portanto, estamos nesta empreitada, neste caminho, nesta senda de elaborar a legislação do art. 192, cujo texto é da lavra do grande jurista Bernardo Cabral.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Esta era a comunicação inadiável que precisava fazer.

Durante o discurso do Sr. José Fogaça, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Sebastião Rocha. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. (Pausa)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marlúce Pinto, por 20 minutos.

A SRA. MARLUCE PINTO (PMDB-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recentemente, com muita atenção, ouvi as palavras do eminentíssimo Senador Romeu Tuma, que, neste plenário, discorreu sobre a viagem da Comissão Parlamentar que visitou os postos avançados do Programa Calha Norte. Devo dizer que, relatora daquela Comissão, infelizmente não pude participar da viagem. Questão relacionada ao meu Estado de Roraima na Comissão de Orçamento obrigou minha permanência em Brasília. Em tempo, felizmente, pude comunicar o fato ao nobre colega Senador Romeu Tuma, que, na ocasião, na qualidade de Presidente, designou o Senador Carlos Patrocínio como relator *ad hoc*. Também, de minha parte, designei um assessor que acompanhou todos os trabalhos e fez minucioso relatório da viagem, registrando os fatos havidos, as palestras e testemunhos prestados, enfim, um relato pormenorizado de toda a viagem, inclusive acompanhado de fotografias e gravações.

Hoje ocupo esta tribuna para falar sobre o Programa Calha Norte. Um programa que, a rigor, nasceu da necessidade de se promover a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia de modo harmônico e adequado às características da região e de acordo com os interesses nacionais.

O Sr. Romeu Tuma – Senadora Marlúce Pinto, sei que V. Ex^a ainda está no início de seu discurso, mas, como tenho uma audiência importante, não poderia deixar de solicitar este aparte.

A SRA. MARLUCE PINTO – Concedo o aparte a V. Ex^a, com muita honra, lamentando que não possa ouvir o meu modesto discurso.

O Sr. Romeu Tuma – Nobre Senadora, os Anais do Senado vão registrar o pronunciamento de V. Ex^a, e amanhã, sem dúvida, dele tomarei conhecimento. V. Ex^a, que em boa hora requereu esta Comissão Parlamentar, como Relatora, apresentará os dados tão importantes relativos ao Projeto Calha Norte, cuja criação foi estimulada pelo então Presidente da República, José Sarney. Lamentamos a impossibilidade de V. Ex^a acompanhar a comissão que lá foi, pois V. Ex^a conhece profundamente a região Norte do País, seus problemas, a questão indígena, a questão garimpeira e tantos outros fatos. À época, eu, como Diretor da Policia Federal, e o nosso querido amigo Senador Bernardo Cabral, Ministro da Justiça, quando tivemos que resolver uma situação dramática naquela região, pudemos contar com V. Ex^a e com o então Governador, Brigadeiro Ottomar Pinto, que nos auxiliaram. Aliás, nessa viagem, tive a oportunidade de ver nos olhos do Brigadeiro Ottomar Pinto a presença de V. Ex^a.

A SRA. MARLUCE PINTO – Obrigada, Senador.

O Sr. Romeu Tuma – É importante que V. Ex^a venha a esta tribuna, porque, apesar de ter feito aquele registro, V. Ex^a fala agora com muito mais conhecimento. Mas eu não poderia deixar de registrar nossa viagem, principalmente porque sou apaixonado pela Região Amazônica. Eu dizia ao nobre Senador Jefferson Péres que sempre penso numa viagem para a Região Norte do País. Gostaria realmente que V. Ex^a, não só hoje, mas em todas as oportunidades, viesse à tribuna para sensibilizar o Governo. Alguns deputados que nos acompanharam, que não conheciam a região nem o Projeto, voltaram convencidos da sua importância, até porque passaram por momentos de emoção com a presença de pequenas unidades do exército, pelotões de fronteira, pelo trabalho que desenvolvem não só

com sua presença física, promovendo a segurança da área, mas também prestando assistência aos moradores da região e às comunidades indígenas. Meus parabéns. Espero que V. Ex^a continue com sua vibrante presença em favor da região Amazônica no Senado Federal.

A SRA. MARLUCE PINTO – Agradeço ao meu nobre colega o aparte. Mesmo sendo um representante legítimo do Estado de São Paulo, defendo também, de coração, tenho certeza, a nossa região Norte. Por essa região, V. Ex^a tem batalhado muito desde a época em que era Diretor-Geral da Policia Federal, quando, muitas vezes, esteve no nosso Estado, prestando, em todas as oportunidades, a sua honrosa cooperação para resolver os problemas da nossa região.

O Calha Norte, antes de tudo, é um programa voltado para consolidar uma antiga aspiração de todos nós brasileiros, que é a definitiva conquista desse extraordinário pedaço de chão, sobre o qual olhares do mundo inteiro arregalam a cobrir suas incalculáveis riquezas.

A região abrangida pelo Programa Calha Norte está localizada ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas. Corresponde a 14% do território brasileiro e abriga apenas 1,2% da população nacional. É uma região praticamente inexplorada, com extensa área de fronteira habitada por indígenas e tem se constituído, ao longo dos anos, num desafio e preocupações constantes quanto à sua efetiva integração ao contexto nacional, principalmente devido às grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente.

Os primeiros estudos nesse sentido foram iniciados em maio de 1985, sob a orientação direta do então Presidente José Sarney e contando com a participação de representantes dos ministérios do Planejamento, Relações Exteriores, Interior, Fazenda e dos Ministérios Militares. O resultado desses estudos foi a criação, em dezembro de 1985, do "Programa Calha Norte", composto de projetos distintos que, em síntese, procuram atender as carências mais sérias da área, além de assegurar garantia da soberania e da integridade territorial da região.

Dentre as muitas ações e diretrizes priorizadas nestes dez anos de existência do Programa, alguns itens merecem destaque por sua relevância e jamais desatualizados:

- o aumento da presença brasileira na área;
- a ampliação das relações com os países vizinhos;
- a expansão da infra-estrutura viária;

- o fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de Justiça, Polícia Federal, Receita Federal e Previdência Social;
- a intensificação das campanhas de demarcações de fronteira e
- a promoção de assistência e proteção às populações indígenas.

Este, Sr. Presidente, o elenco de objetivos desse Programa que, é preciso que se diga, poucos mas corajosos patriotas não desanimam em ver consolidados. E digo não desanimam não pela dimensão e natureza das atividades, tampouco pelas dificuldades de enfrentar a selva e os perigos naturais da região. Não desanimam, Sr. Presidente, diante da escassez de recursos que um Projeto desse vulto exige e cujo orçamento não satisfaz o mínimo necessário nem para uma sobrevivência digna nas condições a que são submetidos esses abnegados brasileiros. Aliás, marcos vivos a defender nosso território e a demarcar fronteiras inóspitas.

Felizmente essa viagem foi realizada. Conheço a região e tive, em outras oportunidades, a satisfação de visitar aqueles mesmos locais por onde andaram os colegas Senadores e Deputados. Vi e senti o quanto fortes e orgulhosas são as pessoas que lá habitam. Fortes para sobreviver às intempéries peculiares da região e orgulhosas pelo dever que cumprim em defender o solo pátrio e por sua efetiva contribuição às causas dos povos da Amazônia. Vi, também, o quanto é significativo esse programa para o País e o quanto, infelizmente, não é verdadeira a reciprocidade por parte dos poderes constituídos da Nação. Se assim o fosse, em situação melhor estariam todos os Estados que compõem a macrorregião amazônica. Não teríamos os três brasis que sabemos existir num só solo pátrio e onde o Brasil mais pobre, aquele que menos se beneficia dos recursos do Tesouro Nacional, é exatamente o Brasil Amazônico.

Como dizia, felizmente essa viagem foi realizada. In loco, visitando a 1ª Brigada de Infantaria de Selva em Boa Vista, o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Surucucu, o 1º Batalhão de Engenharia em São Gabriel da Cachoeira, o Pelotão de Fronteira em Iauareté, o 8º Batalhão de Infantaria de Selva em Tabatinga e o Centro de Instrução de Guerra na Selva em Manaus, estiveram os Senadores Romeu Tuma, Carlos Patrocínio e João França, os Deputados Federais Giovanni Queiroz e Jair Bolsonaro, o General de Exército Uchoa de Moura, o Major-Brigadeiro Archimedes Faria, Os Coronéis Burgos e João Santos, além de jornalistas, assessores, secretários e consultores parlamentares, aos quais homenageio e parabenizo pelo brilhante trabalho realizado.

Pelo relatório elaborado pelo meu assessor, pelas palestras e depoimentos gravados e pelas palavras do Senador Romeu Tuma, bem podemos avaliar as dificuldades e o estado de abandono em que se encontram esses pelotões de fronteira. Por extensão, e consequentemente, também abandonadas ficam as comunidades lá existentes. Aliás, é importante enfocar a dependência dessas comunidades em relação aos pelotões de fronteira, o que torna maior ainda nossa responsabilidade para com ambos: os povos da Amazônia e os militares lá estabelecidos.

Formadas por índios, seringueiros e caboclos, aquelas comunidades se firmaram e cresceram após as instalações dos pelotões, primeiro, pela segurança que a presença militar auferiu; segundo, pela facilidade de locomoção propiciada pelas estradas abertas. Depois, e principalmente, devido aos benefícios de assistência social jamais dada, como as campanhas de vacinação, o acesso à educação e as vantagens de uma assistência médico-sanitário-odontológico. Tudo isso consolidou-se graças à vontade, persistência e garra daqueles verdadeiros e anônimos heróis fardados ou não, que voluntariamente ou pelo dever a cumprir, se embrenham na selva levando na alma, antes de tudo, o desejo de servir.

A alocação de recursos ao Programa Calha Norte, portanto, se faz urgente e necessária, não apenas para continuidade desses trabalhos, mas também e sobretudo para sua abrangência e definitiva consolidação de nossas fronteiras.

Um sentimento há muito manifestado por brasileiros, do mais humilde ao mais letrado, é o de que a Amazônia se transformou em caso de soberania nacional. Concordo, como acredito concordarem todos aqui presentes, que a soberania nacional só se faz pela efetivação protetora e agregadora do Poder Público. Soberania nacional só se consegue pela integração econômica e social de seu povo e na participação equitativa dos benefícios do progresso. Então, que façamos isso. E que o façamos de acordo com os interesses da sociedade brasileira e com as práticas internacionais de convivência ordenada com a natureza.

Nas palavras do Comandante da Primeira Brigada de Infantaria de Selva, em Boa Vista, o General Tibau, a par do destaque que fez das ações conjuntas entre o Exército e a Polícia Federal no combate ao narcotráfico e ao contrabando e da efetiva participação do Exército brasileiro na prestação de assistência médico-sanitária e no ensino de primeiro grau às comunidades, afirmou: "Mercê das infinitas

dificuldades enfrentadas, é urgente a necessidade do Poder Público em Pari-Cachoeira, hoje em completo estado de abandono, cujo hospital está fechado por falta de profissionais; a população indígena está-se dirigindo para a Colômbia, onde elementos colombianos têm vacinado nossos índios". Disse ainda o General Tibau sobre "a completa falta de infra-estrutura na região, onde a navegação é bastante difícil, apenas possível por intermédio de embarcações de pequeno porte, com reduzida capacidade de transporte de equipamentos, provisões e elementos humanos e mesmo assim apenas em determinadas épocas do ano. O transporte via terrestre praticamente inexiste e o acesso às comunidades só é possível por via aérea". Felizmente, segundo o General, "já foi determinado pelo Estado Maior, a partir do próximo ano, a presença do Exército naquela área para a recuperação de unidades de saúde e de escolas que estão abandonadas em Pari-Cachoeira e Iauareté".

É doloroso, Sr. Presidente, ouvir tais verdades. Mais dolorosos ainda, quando sabemos que a situação chegou a este ponto por exclusiva falta de recursos. Conheço o General Tibau e sei de sua competência, zelo, honradez e disposição para o trabalho. Sei o quanto lhe foi difícil expor que se chegou a cogitar, numa emergência, a utilização de soldados para transportar, nos ombros, 500 sacos de cimento, num percurso de aproximadamente 10 quilômetros em plena selva, para a recuperação de uma microusina que ruiu em São Joaquim.

Enfim, são de toda ordem os problemas enfrentados por aqueles que sobrevivem na selva e aguardam do Poder Público os recursos que diminuam suas angústias: hospitais fechados, microusinas freqüentemente inoperantes, obras paralisadas, inexistência de moradias para oficiais e praças, pavilhões praticamente inabitáveis para abrigo dos pelotões etc.

Ao resumir aqui as apreensões de um comandante que, a bem da verdade, expôs com franqueza uma situação, relevante é contar a resposta do General a uma indagação do Senador Carlos Patrocínio, que quis saber sua impressão sobre o Programa Calha Norte, se valia a pena e sobre a conveniência ou não de sua continuidade. Respondeu aquela autoridade que "apesar das dificuldades, é gratificante deparar com escolinhas funcionando em plena selva, tendo ao lado a bandeira nacional hasteada; é motivo de orgulho a confirmação da presença de brasileiros na fronteira, forma de assegurar a soberania do País e, mais ainda, justifica sua continuidade pelo mínimo de alento e condições mais dignas que o Programa proporciona àquelas comunidades".

Todavia, se em Surucucu, Auari, São Joaquim, Pari-Cachoeira e Iauareté as necessidades são grandes, outros depoimentos nos dão conta de que existem regiões onde a situação é melhor. Tenho em mãos o depoimento do General Uchoa, que em 1967 conheceu Cucuí, à época uma região inóspita. Afirma o General Uchoa que "hoje, nesta região, os pelotões de fronteira suprem as comunidades com energia elétrica e mantém unidades médicas e odontológicas permanentes, como por exemplo em São Gabriel e Tabatinga, onde os hospitais são custeados e mantidos pelo Exército brasileiro, com o inestimável apoio do Ministério da Saúde".

Muito ainda precisa ser feito. O Programa Calha Norte foi a princípio dividido em três áreas distintas de atuação, onde projetos integrados deveriam ser implantados. O primeiro compreendendo uma faixa de fronteira com 150 Km de largura, entre Tabatinga/AM e Oiapoque/AP; o segundo, definido como orla ribeirinha dos Rios Solimões e Amazonas e o terceiro, denominado Hinterlândia, compreendendo os espaços vazios interiores limitados pelos dois primeiros. A falta de recursos, entretanto, fez com que se elegesse a faixa de fronteira como prioritária para fins de ação imediata do Governo.

Nesse particular, Sr. Presidente, devemos e precisamos dar especial atenção ao Programa pelo bem de nossa soberania e nenhum arrependimento futuro. Não é possível o que hoje se vê destinado, em termos reais de orçamento, para um programa da envergadura e alcance do Programa Calha Norte.

Allás, como bem disse o Brigadeiro Archimedes, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, que acompanhou a Comissão naquela recente viagem:

"O Programa Calha Norte, que tinha um orçamento em torno de R\$18 a 20 milhões há dez anos, hoje conta com um aporte de menos de R\$4 milhões, dos quais, apenas uma parte sendo liberada agora. Quanto à finalidade, embora o Programa tenha sido previsto para se tornar auto-sustentável a partir de determinado tempo, não tem condições de se manter sozinho com esses recursos. Vejo a hora em que terá que se apelar para os Ministérios e outros órgãos da Administração Federal e Estadual para que assumam seus postos na Amazônia e considerem a região tão importante como Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e ou-

etros Estados desenvolvidos, repassando para lá parte de suas verbas."

Tem razão o Brigadeiro. Considerando que milagres não acontecem facilmente, como acreditar que escolas, hospitais, postos de saúde, eletrificação rural, implantação de redes de comunicação, implementação de aeródromos, manutenção de pessoal, etc. possam ser feitos com um orçamento de parcos e exatos R\$4.506.777,00? Podem crer, meus nobres Pares, é esse o valor irrisório previsto no Orçamento do ano que vem para todas as atividades do Programa Calha Norte.

Parece existir quem não queira nossas fronteiras ao norte ocupadas.

Há muito que parte de minhas preocupações são voltadas para essa triste realidade vivida por todos aqueles que realmente querem ver o desenvolvimento da Região Amazônica.

Procurei as autoridades que hoje cuidam para que haja um bom andamento do Programa Calha Norte e deles ouvi suas reais necessidades. Falei com o Ministro da Aeronáutica, Lélio Lobo, e autoridades da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o órgão gerenciador do Programa. Confesso que fiquei surpreendida pelo pouco, diante da grandeza do Projeto Calha Norte, do montante de recursos solicitados: apenas R\$11 milhões.

Considerando que já se encontram previstos no Orçamento de 97 pouco mais de R\$4,5 milhões, na verdade, o pleito é de apenas uma complementação na ordem de R\$6,5 milhões.

Anexo a este meu pronunciamento um quadro em que constam as atividades e valores inseridos no Orçamento de 1997 e as necessidades mínimas para as mesmas causas.

Para o conhecimento de V. Ex's, fui informada pelas autoridades competentes e responsáveis pelo Programa de que o maior óbice para o desenvolvimento das ações é a constante falta de verbas, piorada nos últimos anos devido à decrescente alocação de recursos aliada às irregularidades nas liberações.

Prova disso é a drástica redução orçamentária que, mantida numa média anual superior a 20 milhões durante os anos de 1986 a 1990, caiu para 9 milhões nos anos de 1991 e 1992; para 5 milhões em 1993; 6 milhões em 1994 e apenas 4,7 milhões em 1995. Juntando aí que esses recursos são sempre inferiores aos considerados ideais, variando entre 7% e 9% daquilo que foi originalmente solicitado e ainda ocorrendo os contingenciamentos, cabe a pergunta:— Como vamos realmente consolidar nossas fronteiras e promover o bem-estar social na região?

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, conclamo V. Ex's no sentido de juntarmos nossas forças para restabelecer o pleno desenvolvimento das ações desse Programa de que o País tanto necessita e que é de crucial importância para os brasileiros que lá residem.

Breve, no encerramento dos trabalhos da Comissão criada especialmente para a reavaliação do Calha Norte, teremos o relatório final. E esse documento, que deverá ser encaminhado a cada um de V. Ex's e demais autoridades constituídas deste País, de uma vez por todas, mostrará o alcance e a realidade desse Programa e servirá como elemento reflectivo para que deságüe em ações concretas que, definitivamente, escriturem como brasileiro esse pedaço de chão que pretendem internacionalizar.

De minha parte, apresentei e consegui aprovar, na Comissão de Relações Exteriores, com o inestimável apoio dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Bernardo Cabral, Pedro Simon, Humberto Lucena, Hugo Napoleão, José Agripino, Geraldo Melo, Lúdio Coelho, Benedita da Silva, Emilia Fernandes, Gerson Camata, Henrique Loyola e Nabor Júnior, duas emendas destinadas, respectivamente, à implantação de unidades militares e apoio à infra-estrutura viária na faixa de fronteira. Essas duas emendas integrarão este meu pronunciamento.

Vencida essa primeira etapa, espero contar novamente com o apoio de V. Ex's, independentemente de seus ideais político-partidários, para que os recursos ali registrados sejam integralmente aprovados na Comissão de Orçamento e no plenário do Congresso. Isso feito, voltaremos a manter o nível de recursos de 10 anos atrás. Só assim estaremos propiciando aos executores desse belíssimo Programa os meios para a plena realização de metas há muito abandonadas e que, na verdade, representam a essência, a alma desse extraordinário Programa.

A materialização do sonho já se fez. Faltam estender essa realidade para a vigilância naval, através da construção de capitanias em Caracaraí/RR e São Gabriel da Cachoeira, no Estado do Amazonas.

É necessária a aquisição de embarcações para os serviços de patrulhas naval e fluvial, como também a ampliação do cais flutuante da Estação Naval do Rio Negro. Faltam também recursos para a aquisição de equipamentos de comunicação.

Na vigilância terrestre, é necessária a conclusão das obras na 1ª Brigada de Infantaria da Selva, em Boa Vista, a construção de mais cinco pelotões especiais de fronteira e a conclusão do pelotão de Auaris.

Na vigilância aérea, são necessários recursos, entre outras urgências, para a pavimentação dos aeródromos de Pacaraima/RR, Bonfim/RR, Normandia/RR e Querari/AM.

Mais ainda, não podem faltar verbas para a implantação de pequenas centrais de energia elétrica, principalmente para a conclusão de pequena central hidrelétrica em Auaris/RR e a implantação de outras duas em Iauareté/AM e Ericó/RR. Além disso, é imprescindível a implantação de centros de telecomunicações e investimento na assistência às comunidades caboclas e indígenas, na educação, na saúde e, finalmente, para o adensamento de marcos demarcatórios de fronteira.

Essas, meus nobres Pares, dentre outras de igual importância, são as atividades a requerer aportes financeiros que lhes dêem condições de realização.

Confio no espírito de justiça desta Casa e acredito na união de todos no sentido de prestar irrestrita solidariedade à causa, que na verdade, interessa de perto a todos os brasileiros, principalmente por tratar-se de uma região que, se ontem não despertava maiores interesses, hoje é sinônimo de cobiça internacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SENADORA MARLUCE PINTO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

R\$1,00

Atividades	Proposta Orçamento/97	Necessidades Mínimas
Transporte aéreo/Implantação de aeródromo	1.100.000,00	4.994.006,00
Vigilância Terrestre	1.921.152,00	2.095.000,00
Vigilância Naval	1.091.696,00	1.500.000,00
Marcos Demarcatórios	0,00	115.000,00
Educação na faixa de fronteira	60.00,00	80.000,00
Proteção e Assistência às Comunidades Indígenas	34.229,00	472.000,00
Infra-Estrutura Viária	166.700,00	1.660.000,00
Implantação de Centrais de Telecomunicações	33.000,00	115.500,00
Implantação de Centrais de Energia Elétrica	100.000,00	340.000,00
Total	4.605.777,00	11.371.506,00

Durante o discurso da Senhora Marluce Pinto, o Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Concordo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos. S. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. JÚLIO CAMPOS (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{os}s e Srs. Senadores, meu objetivo hoje, ao assomar à tribuna, é fazer um apelo ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste para que reveja a política de juros que está sendo aplicada ao gerenciamento dos recursos do fundo, a qual tem provocado o efeito perverso de afastar-lhes os tomadores, em razão do alto custo envolvido na contratação dos empréstimos.

Cabe ao Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste definir os juros cobrados por empréstimos de recursos que compõem esse fundo. Com a finalidade de fixar os juros para o ano de 1997, os membros desse Conselho reunir-se-ão em dezembro. Vale mencionar que o Conselho Deliberativo do FCO é formado pelos quatro governadores da região – Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal –, por técnicos do Ministério da Agricultura, do Planejamento e da Fazenda, além de representantes de algumas prefeituras, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

Como sabemos, o FCO foi criado, juntamente com outros dois fundos – destinados ao Norte, em que V. Ex^a muito bem representa o Estado de Roraima, e ao Nordeste –, pela Constituição de 1988, que V. Ex^a também participou.

O Art. 159, inciso I, alínea "c", da Lei Magna estabelece:

"Art. 159. A união entregará:

I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e provenientes de qualquer natureza e sobre produtos industrializados

.....

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento ..."

Não resta dúvida de que a intenção do legislador constituinte, ao alocar recursos específicos aos fundos de desenvolvimento regional, foi justamente permitir que as regiões mais pobres pudessem impulsionar o seu crescimento e a diversificação do seu parque produtivo mediante empréstimos aos

empreendedores da região em condições favoráveis. Pois tal objetivo, Sr. Presidente, não tem sido satisfeito no caso dos empréstimos com recursos do FCO. Os financiamentos do FCO têm cobrado taxas de juros que chegam a mais de 20% ao ano! As condições desses financiamentos, em geral, resultam da soma de 6%, referentes à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com a variação da Taxa de Referência (TR). Ora, empréstimos em tais condições podem ser obtidos nos bancos privados, deixando de ser atraentes aos empreendedores, por conta do seu alto custo.

O resultado disso é uma taxa elevada de não-utilização dos recursos do FCO disponíveis para empréstimos.

No Estado de Mato Grosso, por exemplo, dos 126 milhões de reais provenientes do FCO que neste ano lhe couberam apenas 18.799 milhões de reais, – isto é, cerca de 15% do total, – encontraram efetivamente tomadores, ou seja, pessoas que querem utilizar esse fundo para tocar algum projeto na agricultura, na indústria e na prestação de serviços.

Nos últimos dois anos, a parte de Mato Grosso no FCO já acumula 178 milhões de reais em recursos não utilizados, o que é um desperdício! Não é possível com tanta carência de recursos neste País, com tanta dificuldade de financiamento, somente o FCO, no Estado de Mato Grosso, tenha acumulado 178 milhões de reais que ninguém ocupa porque não tem como pagar o juro se esse financiamento for tomado por algum cidadão ou empresa, pois os juros são muito elevados para a capacidade de retorno de qualquer um projeto industrial, agrícola ou de prestação de serviços.

As áreas prioritárias para serem financiadas com o dinheiro do FCO são: evolução tecnológica, expansão da criação do novilho precoce, fruticultura, implantação da agroindústria e recuperação de pastagens degradadas com correção química do solo. Entretanto, em razão do medo da inadimplência causado nos empresários pelos juros altos do financiamento, esses preciosos haveres continuam sem render os frutos esperados.

Ora, um fundo constitucional de desenvolvimento é instituído com o objetivo de criar meios para diminuir as desigualdades entre, de um lado, as regiões mais pobres do País e, de outro lado, o Sul e o Sudeste. Nesse sentido, os empréstimos com o dinheiro desses fundos devem ser subsidiados. É um disparate que, por eles, sejam cobradas taxas de juros iguais às vigentes no mercado, como fazem os bancos privados.

No caso de Mato Grosso, o agente financeiro do FCO é o Banco do Brasil, uma instituição de prestígio nacional, mas que, lamentavelmente, pela taxa de juros instituída, está com todo o dinheiro parado em seus cofres, sem poder ser utilizado pelos empresários para o desenvolvimento do nosso Estado.

Tal prática retira toda a atratividade desses empréstimos, além de acabar com o grande trunfo que deveria estar presente num fundo de desenvolvimento regional: o crédito barato. Porque é o crédito barato, direcionado para certas áreas definidas como prioridades, que há de compensar – um pouco apenas – as enormes vantagens comparativas desfrutadas pelos empreendimentos localizados nas regiões mais desenvolvidas.

Tenho certeza que a Região Norte, que tem o FNO, também deve estar vivendo o mesmo drama, pois os juros são muito altos para os pequenos empresários daquela Região e do Nordeste brasileiro.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, desde o começo da operacionalização do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, em 1989, mais de 49 mil projetos já foram beneficiados com empréstimos. Somente em Mato Grosso, eles foram quase quinze mil. Não devemos nem podemos permitir que um instrumento tão importante para impulsionar o desenvolvimento da nossa região torne-se ineficaz por conta de decisões equivocadas que têm presidido o seu funcionamento.

Repto: somente no Estado de Mato Grosso, o FCO acumulou, em dois anos, R\$178 milhões em recursos não utilizados. Isso não pode continuar assim. Assim, conclamo os ministérios da área econômica, o Ministério da Agricultura, os representantes dos governos estaduais, que compõem o Conselho Deliberativo do FCO, que vai se reunir em dezembro próximo, a estudar um meio de subsidiar os juros desse fundo, permitindo que os empresários da região possam gerar mais empregos, mais riqueza e mais desenvolvimento no Mato Grosso.

Finalizando esta intervenção, reitero o meu apelo ao Conselho Deliberativo do FCO para que tenha mais compreensão no que diz respeito às finalidades do fundo e que estabeleça condições mais favoráveis para os tomadores de empréstimos, de forma a não desprover a Região Centro-Oeste desse relevante instrumento financeiro para o seu desenvolvimento.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) – Esgotada a lista de oradores.

Sobre a mesa, projeto que será lido pela Sr^a 1^a Secretaria em exercício, Senadora Marlúce Pinto.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 1996.

Exclui das Restrições Impostas à Utilização da Mata Atlântica, o Perímetro Urbano dos Municípios situados nas áreas por ela abrangidas.

Art. 1º As normas sobre preservação e uso dos recursos concernente à Mata Atlântica, que devam ser editadas segundo o art. 225, § 4º da Constituição, não se aplicarão aos enclaves formados pelos "perímetros urbanos" dos municípios contidos nessa área e que tenham sido definidos em leis municipais já em vigor na data da promulgação da referida Constituição Federal.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Como até este momento o Poder Legislativo não editou regulamentação das regras básicas acolhidas pelo § 4º do art. 225 da Constituição Federal, isto é normas sobre preservação do meio ambiente e sobre o uso dos recursos naturais, no que se refere, especificamente, à Mata Atlântica, o Poder Executivo, adiantando-se, fez baixar o Decreto nº 750 de 10 de fevereiro de 1993 que, em seu art. 1º determina: "Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançados e médios de regeneração da mata Atlântica".

É fácil observar a gama inumerável de problemas que advieram dessa norma tão ampla e geral, sobretudo ao Estado de Santa Catarina, em cujo território está contida a maior parte da chamada Mata Atlântica.

A questão requer estudo aprofundado para que se encontre o necessário e inteligente equilíbrio entre os interesses elevados da defesa dessa riqueza ambiental e aqueles não menos elevados do desenvolvimento econômico e da eliminação da pobreza.

No entanto, urge, que desde logo uma parcela dos problemas criados, possa ser desde logo eliminada, pois, em apreciável número de cidades contidas no território compreendido pela Mata Atlântica, ocorreram e estão ocorrendo proibições de se construir escolas, ou fábricas, ou logradouros públicos ou edifícios e residências, etc, mesmo dentro do próprio perímetro urbano dos municípios, eis que a proibi-

ção baixada por Decreto, impediu que se toque em qualquer exemplar vegetal sem prévia autorização dos órgãos ambientais, autorizações essas que muitas vezes não são concedidas e outras, embora deferidas, foram e podem vir a ser suspensas por ordens judiciais a pedido dos exacerbados defensores da Mata Atlântica.

Assim, este projeto tem por escopo liberar, desde logo, apenas os perímetros urbanos dos municípios e, para maior segurança e respeito à norma constitucional, restritas, tais áreas urbanas aos enclaves definidos em leis municipais já em vigor na data da promulgação da Constituição Federal, valendo, por último, acrescentar que esta mesma Constituição (e bem assim as que a antecederam) preserva e defende o direito adquirido (art. 5º, XXXVI) e, confere aos municípios a competência para disciplinar o uso do solo urbano (art. 30, I e VIII).

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1996.

– Senador **Henrique Loyola**

LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VI

Do Meio Ambiente

Art. 225. Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

DECRETO Nº 750 – DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993

Dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a supressão da vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica poderá ser autorizada, mediante decisão motivada do órgão estadual competente, com anuência prévia do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, informando-se ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, quando necessária à execução de obras, planos atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental.

(A Comissão de Assuntos Sociais-Decisione Terminativa)

O Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Marlúce Pinto.

É lido o seguinte:

DIVERSOS Nº 102, DE 1996

Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado Secretaria de Articulação Institucional

Of. Nº 235/SAI/MARE

Brasília, 20 de novembro de 1996

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional
Brasília – DF

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Em nome do Presidente do Conselho de Reforma do Estado, Senhor Mailson da Nóbrega, encaminhamos a Vossa Excelência cópia da Resolução nº 1 do Conselho, de 18 de outubro de 1996, contendo recomendações objetivando o descongestionamento de demandas no Poder Judiciário e à ampliação do acesso à Justiça, entregue em 14-11-96 aos excelentíssimos senhores Clóvis Carvalho, Chefe da

Casa Civil, e Sepúlveda Pertence, Presidente do Supremo Tribunal Federal.

2. Infelizmente, por incompatibilidade de agendas, não foi possível a entrega pessoalmente a Vossa Excelência na mesma data.

Respeitosamente, – **Carlos César Pimenta**, Secretário de Articulação Institucional.

CONSELHO DA REFORMA DO ESTADO
Decreto nº 1.738, de 8-12-96

Brasília, 14 de novembro de 1996

Excelentíssimo Senhor
Senador José Sarney
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

Senhor Presidente,

Temos a honra de submeter a V. Exª cópia da Resolução nº 1, de 18 de outubro de 1996, do Conselho da Reforma do Estado, que contém recomendações destinadas ao descongestionamento de demandas no Poder Judiciário e à ampliação do acesso à Justiça.

Atenciosamente, – **Mailson Ferreira da Nóbrega**, Presidente.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE REFORMA DO ESTADO, Nº 1/96

O Conselho de Reforma do Estado (CRE), criado pelo Decreto nº 1.738, de 8 de dezembro de 1995, em sessão realizada no dia 20 de setembro de 1996, adotou a seguinte resolução concernente à reforma do Poder Judiciário.

Introdução

O congestionamento de demandas no Poder Judiciário é, atualmente, o principal fator de negação de acesso à Justiça para a grande maioria dos cidadãos, em especial para aqueles que não têm condições econômicas de arcar com o custo do litígio e os efeitos da demora das decisões judiciais. O congestionamento de processos e a lentidão do Judiciário implicam a negação de direitos essenciais da cidadania e, como tal, devem ser combatidos com urgência.

Por sua gravidade, os problemas que afetam a eficácia e rapidez da prestação jurisdicional deixaram de ser matéria que diga respeito exclusivamente à magistratura, aos advogados e aos membros do Ministério Público. É assunto que interessa a toda a sociedade brasileira, tendo esta o direito indeclinável de formular sugestões e de se posicionar diante de propostas para a solução desses problemas.

A variedade e a complexidade das causas que dificultam o acesso ao Judiciário não recomendam a adoção de soluções globais, ou seja, que tenham a pretensão de resolver, ao mesmo tempo, todos os problemas. A melhor estratégia – e possivelmente a única viável – é atacar, segundo critério de prioridade, as causas mais evidentes.

Recomendações

Diante do exposto, o Conselho de Reforma do Estado deliberou:

I – Apoiar a proposição de Emenda Constitucional, ora em tramitação na Comissão Especial do Congresso Nacional, destinada à reforma do Judiciário, especialmente no que se refere à adoção de súmulas com efeito vinculante pelos Tribunais superiores e do incidente de constitucionalidade, como faculdade do Supremo Tribunal Federal. Ambos os instrumentos, no entender do Conselho, teriam efeito imediato sobre o congestionamento das instâncias superiores do Judiciário, fortalecendo a segurança das expectativas jurídicas, a diminuição de custos para as partes e o incremento da aplicação de capitais produtivos no país (diminuição do chamado "Custo-Brasil").

II – Defender a extensão a todos os Tribunais do País das normas moralizadoras, em matéria de contratação de pessoal, já adotadas pelo Supremo Tribunal Federal.

III – Defender a necessidade de elaboração de dados estatísticos consistentes sobre a atividade jurisdicional e administrativa dos Tribunais, com o propósito de diminuir a opacidade do Judiciário, permitir análises e diagnósticos confiáveis sobre o seu desempenho e suas necessidades e assegurar uma maior transparência e controle social sobre a ação desse Poder.

IV – Defender a dinamização da solução administrativa de conflitos, por entender que o fortalecimento da via administrativa na solução de controvérsias entre a Administração e os administrados importará desestímulo à propositura precipitada de demandas judiciais, sempre onerosas para ambas as partes. Além disso, estará-se a liberando o Judiciário de demandas repetitivas, ao mesmo tempo em que permitirá à Administração construir uma melhor fundamentação técnico-jurídica das decisões administrativas.

V – Apoiar o estabelecimento de mecanismos de controle social do Poder Judiciário, limitado tal controle à apreciação de matéria administrativa, por meio de um Conselho Nacional de Justiça, nos moldes previstos na Emenda Constitucional acima refe-

rida. Nesse Conselho, a participação de membros da sociedade civil, ainda que minoritária, deverá ser ampliada.

VI – Na esfera da Justiça do Trabalho, apoiar a adoção das seguintes providências, em nível constitucional ou infra-constitucional, conforme o caso:

a) eliminação da figura do Juiz classista, considerada um anacronismo no sistema judiciário e um fator não só de congestionamento mas também de corporativismo pernicioso para o país e para as relações de trabalho;

b) enquanto não eliminada a figura do Juiz classista, todas as remunerações e demais benefícios indiretos passem a ser custeados exclusivamente com recursos da própria organização sindical;

c) supressão da aposentadoria especial de Juízes classistas (cinco anos de serviço e salário integral), os quais passarão para o regime de aposentadoria comum, como já previsto em Medida Provisória editada pelo Presidente da República;

d) eliminação da contribuição sindical obrigatória, que se constitui em fator de indução à proliferação de sindicatos e ao enfraquecimento da legitimidade da representação sindical;

e) homologação, com força de quitação definitiva, de acordos de rescisão de contratos de trabalho, quando realizada perante o sindicato da categoria, a delegacia do Ministério do Trabalho ou o Ministério Público;

f) eliminação da unicidade sindical, também considerada um fator de enfraquecimento da representação de empregados e empregadores;

g) estabelecimento de prazo prescricional para a reclamação de direitos do trabalhador rural, uma vez que a ausência de prescrição estimula o emprego informal com graves consequências sociais.

VII – Promover estímulos à mediação e à arbitragem, como forma de solução extra-judicial de conflitos e, portanto, de descongestionamento do Judiciário. Neste particular, é recomendável:

a) a imediata implementação da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, que dispõe sobre a arbitragem;

b) o apoio do Poder Executivo a campanhas de divulgação da arbitragem;

c) o apoio técnico a iniciativas que visem dotar os Tribunais de Justiça dos Estados de órgãos de arbitragem sob sua supervisão;

d) a promoção de cursos de formação de árbitros e de mediadores, inclusive mediante sua inclusão no currículo universitário, assim como o estímulo à criação de entidades de arbitragem, como forma

de estimular a adoção desse instrumento, em todos os níveis, e de aumentar a confiança da sociedade no arbitramento e na mediação, como formas de solução de conflitos.

Em 18 de outubro de 1996. – **Mailson Ferrela da Nóbrega**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O expediente que acaba de ser lido foi autuado como Processos Diversos nº 102, de 1996, e vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda à Constituição que será lida pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Marluce Pinto.

É lida a seguinte:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 54, DE 1996**

Acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo único. Fica acrescentado o seguinte parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal:

"Art. 17.

§ 5º Perderá o mandato o membro do Poder Legislativo que, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o Partido sob cuja legenda tiver sido eleito, salvo se para participar, como fundador, da constituição de novo Partido."

Justificação

As instituições políticas brasileiras, momentaneamente os partidos políticos, não adquiriram a fortaleza necessária para garantir a consolidação de nossa democracia.

Entre as causas que contribuem para essa situação destaca-se a falta de uma definição do quadro partidário nacional que permita aos eleitores distinguir com clareza quais são os objetivos políticos permanentes dos diversos partidos políticos que povoaam a vida política nacional.

Atualmente, salvo exceções, os partidos políticos são vistos como mero instrumento para o lançamento de candidaturas, predominando o interesse pessoal sobre o partidário. A consequência mais visível desse processo é a dificuldade de o País esta-

belecer suas diretrizes governamentais de médio e longo prazo, daí originando-se uma tensão permanente no relacionamento entre os Poderes Legislativo e Executivo acarretada também pela negociação, caso a caso, de matérias de interesse do Governo, negociação que, na maioria das vezes, é feita individualmente com os membros das Casas Legislativas.

A consequência disso é a perda da credibilidade do Poder Legislativo diante da opinião pública e o total desprestígio dos partidos políticos que são, inequivocavelmente, o sustentáculo de qualquer democracia representativa.

A situação brasileira de troca de partidos atinge atualmente níveis intoleráveis. Somente nesta legislatura do Congresso Nacional, que ainda não alcançou a metade do período de sua duração, houve 127 mudanças de partido, tendo 10 ocorridas no Senado.

Tal situação é uma afronta ao eleitor e um grave desvirtuamento da representatividade política por ele estabelecida por ocasião das eleições. A fiel observância da proporção da representação política fixada pelas urnas é fator de estabilidade política e de educação cívica, permitindo que as diversas correntes ideológicas possam ter avaliadas, com nitidez, sua atuação política, submetendo-se às regras democráticas de disputa pelo poder político nacional.

Acredito que a aprovação desta PEC promoverá um enorme salto qualitativo na vida política nacional, confirmado, definitivamente, nossa vocação de ser uma das principais democracias políticas do ocidente, além de propiciar aos partidos políticos e a seus integrantes o indispensável reconhecimento dos eleitores.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1996 – Odacir Soares – Edison Lobão – João França – José Ignácio Ferreira – Nabor Júnior – Regina Assumpção – Lúcio Alcântara – Gilvam Borges – Pedro Simon – José Bianco – Emanoel Amorim – Mauro Miranda – Guilherme Palmeira – Romeu Tuma – Jefferson Péres – Jonas Pinheiro – Francisco Escórcio – Bernardo Cabral – Carlos Wilson – Júlio Campos – Hugo Napoleão – Freitas Neto – Romero Jucá – Valmir Campelo – Levy Dias – Lucídio Portela – Francelino Pereira – Ademir Andrade – Lúdio Coelho – Humberto Lucena.

**LEGISLAÇÃO CITADA
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL**

**CAPÍTULO V
Dos Partidos Políticos**

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições específicas constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à publicação e será despachada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Marlúce Pinto.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.090, DE 1996

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 172, inciso I do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1996, de minha autoria, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural e dá outras provisões.

Sala das Sessões, 21 de novembro de 1996. – Senador José Eduardo Vieira.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, após as manifestações do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, em obediência ao disposto no art. 255 do Regimento Interno.

O Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marlúce Pinto.

A SRA. PRESIDENTE (Marlúce Pinto) – O Sr. Odacir Soares enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a forma como vêm sendo conduzidas as negociações que buscam uma saída para a grave crise do Banco do Estado de São Paulo, até agora não resolvida, lembra-nos muito a queda de braço entre dois contendores inflexíveis.

Punhos rijos e entrelaçados, o governo Federal de um lado, de outro o Executivo Paulista, vinhamos passando a impressão de recusa radical ao

afrouxamento dos braços e à distensão em favor de uma solução conciliatória.

Isso explica porque a intervenção do Banco Central no Banespa venha-se arrastando, há quase dois anos.

Agora, porém, vencidos os contendores, não sei se pelo cansaço, não sei se pela rápida aproximação da data estabelecida para o encerramento do regime de Administração Especial Temporária do Banespa, começam a aflorar os indícios de que as partes, finalmente, chegaram a um acordo.

Isso, pelo menos, é o que faz crer a matéria assinada pela jornalista Vera Brandimarte intitulada "UNIÃO VAI ASSUMIR O BANESPA" e publicada no "Jornal do Brasil", de 18 do corrente.

Segundo a repórter, "as ações do Banespa em mãos do seu controlador, o governo paulista, serão transferidas para a União".

Outros acertos que cercam o desfecho da intervenção do BC no Banespa, são-nos, também, repassados pela citada fonte.

Assim é que:

O valor do Banco, neste contrato de compra e venda, só será definido futuramente;

Perdido o Banespa, o governador Mário Covas preservaria, contudo, um banco estatal, já que seria-lhe-ia poupada a Nossa Caixa;

O Banespa seria federalizado para viabilizar seu saneamento e posterior privatização;

Os débitos do Governo do Estado com o Banespa somariam R\$ 43 bilhões, e a dívida total do Estado superaria os R\$ 70 bilhões;

Ao abrir mão do controle do banco, o governo paulista assegurar-se-ia o direito de refinanciar 100% de sua dívida junto ao Banespa, a taxas de juros mais compensadoras do que as previstas no acordo anterior;

Ao passar para o controle do governo federal, o banco teria uma gestão privada, pelo período de um ano, tempo estimado para o seu saneamento, ocorrendo o qual de forma atrativa, definir-se-á o valor do banco, que seria então privatizado, e não liquidado.

Essas são, em resumo, as informações veiculadas pelo Jornal do Brasil, bem mais otimistas, de resto, do que a versão oferecida pelo "O Estado de São Paulo" em editorial datado, também, de 18 do corrente.

Segundo essa fonte, a coisa "não é bem assim", pois:

"Não se está cogitando de uma solução para as dificuldades do banco, e sim de

uma solução política para o problema em que se meteu o governador Mário Covas, com a teimosia inicial de conservar o Banespa sob o controle do Estado, e o governo federal, por não ter querido contrariar o governador desde o início".

Aduz ainda o editorialista que o que se estuda agora, não é, ainda, a solução definitiva para as aperturas do Banespa, configuradas num rombo de R\$ 21 bilhões.

Na verdade, o que se pretende, conclui, "é jogar o problema para a frente, na esperança de que o tempo tudo resolva".

Noutras palavras, a União e o Estado estariam apenas discutindo a rolagem da dívida estadual, na qual o Banespa estaria sendo incluído.

Dentro dessa perspectiva, as condições para a renegociação oferecidas a São Paulo, seriam as mesmas estabelecidas para os demais Estados, vale dizer:

Liquidação de 20% da dívida mobiliária; financiamento do restante a taxas generosas; oferta de ativos estaduais para a venda em regime de privatização.

Vê-se claramente que as versões aparentemente divergentes apresentadas pelo "Jornal do Brasil" e pelo "O Estado de São Paulo", na verdade, só apresentam discrepâncias nas interpretações que acrescentam aos fatos.

Estes são substancialmente confirmados pelas declarações feitas em Lisboa pelo presidente do Banco Central e divulgadas em **O Globo**, de 19 do corrente.

Segundo esta terceira fonte, Loyola nega que o Banespa será dividido em dois para facilitar a sua privatização, mas confirma as negociações "bastante avançadas" entre o governo federal e o paulista.

— "O banco será privatizado, dependendo dessa negociação", teria afirmado Loyola. E os termos dessa negociação são assim resumidos nos despachos de **O Globo**:

"O Governo do Estado de São Paulo está fazendo um acordo com o Governo federal para pagar 20% do total de várias de suas dívidas. A dívida do governo estadual para com o Banespa está incluída nesse acordo, junto com a dívida estadual em títulos e outra junto ao segundo banco do estado, a Nossa Caixa Nossa Banco. A Nossa Caixa permanecerá com o estado de São Paulo e o pagamento de parte da dívida

deve melhorar a situação dos dois bancos paulistas".

Sr. Presidente, pelo que até aqui foi exposto, tudo faz crer que a queda de braços entre Presidente Fernando Henrique e o governador Mário Covas aproxima-se de seu desfecho.

Ora, todo embate do gênero atrai numerosa assistência, cujo interesse é tanto mais crescente quanto mais prolongada for a duração da luta, mais vigorosos os contendores e mais elevados os ganhos e perdas de vencedores e vencidos.

No embate que vimos analisando, a grande assistência é constituída, em primeiro lugar, pelos governadores diretamente envolvidos na negociação das dívidas de seus Estados; em segundo lugar, pelos cidadãos de cada uma das unidades da Federação, todos muito empenhados em saber se o desfecho que vai pôr termo à luta, pode ser considerado justo em seus acertos, definitivo em suas consequências e isento de quaisquer cambalachos, conluios ou favorecimentos inconfessáveis.

Quero sublinhar, Sr. Presidente, que como representante do Estado de Rondônia neste Senado da República, coloco-me entre os expectadores mais exigentes desta grandiosa contenda. Convencido de que o episódio submete a Federação a decisivo teste de autenticidade, serei o primeiro a erguer meu clamor exigindo que o Banco do Estado de Rondônia (BERON) não venha a ter tratamento outro que não dispensado ao Banco do Estado de São Paulo.

Afinal, numa Federação autêntica, privilégio algum pode desequilibrar ou romper a harmonia da qual resulta a UNIÃO que congrega, em plano de igualdade, todos os Estados.

Numa Federação autêntica, portanto, e genuinamente democrática, todas as unidades federadas, desfrutando dos mesmos direitos e vinculadas aos mesmos compromissos, nenhum Estado, assim como nenhum cidadão é "mais igual" do que os outros.

É o que penso, Senhor Presidente

O SR. PRESIDENTE (Marluce Pinto) — Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h22min)

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

35ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura, realizada em 19 de Novembro de 1996, às 10:39 horas.

Às Dez horas e trinta e nove minutos do dia dezenove de novembro de mil novecentos e noventa e seis, no plenário do Senado Federal, sob a presidência do Senador Gilberto Miranda e com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Valmir Campelo, Jonas Pinheiro, Jefferson Peres, Epitácio Cafeteira, Beni Veras, Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Lauro Campos, Jáder Barbalho, Francisco Escórcio, Lúcio Alcântara, Ademir Andrade, Mauro Miranda, Romeu Tuma, José Eduardo Vieira, Ernandes Amorin, Pedro Simon, Antônio Carlos Magalhães, Francelino Pereira, Roberto Freire, Benedita da Silva, Antônio Carlos Valadares, José Eduardo Dutra, Gilvan Borges e Regina Assumpção, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos. Deixam de comparecer os Senadores Ney Suassuna, Onofre Quinan, José Fogaça, João Rocha, Geraldo Melo, Vilson Kleinübing, Freitas Neto, João Rocha, Hugo Napoleão, José Serra, Geraldo Melo, Osmar Dias, Leomar Quintanilha e Júnia Marise. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada, declarando que a presente reunião destina-se a um simpósio sobre A Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária com a presença dos Ministros Arlindo Porto da Agricultura e Raul Jungmann da reforma agrária; e dos senhores Francisco Urbano, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG ; Antônio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura -CNA; João Pedro Stedile e Gilmar Mauro da Coordenação do Movimento dos Sem Terra; Francisco Dal Chiavon, Presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil- CONCRAB e Luiz Marcos Suplicy Hafers, Presidente da Sociedade Rural Brasileira. No decorrer dos debates usam da palavra os senadores Eduardo Suplicy, Jonas Pinheiro, Ramez Tebet, Carlos Bezerra, Jáder Barbalho, Ademir Andrade, Francisco Escórcio, Romeu Tuma, Pedro Simon, Roberto Freire e José Eduardo Dutra. Encerrados os debates a Presidência agradece a presença dos senhores palestrantes e declara cumprida a finalidade da presente reunião às quatorze horas e vinte minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal em conjunto com suas nota taquigráficas.

Senador Gilberto Miranda – Presidente

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Srs e Srs. Senadores, em nome da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado da República, dou boas-

vindas aos convidados e autoridades presentes, de modo especial ao Ministro da Agricultura, meu amigo e Senador Arlindo Porto, que foi membro desta Comissão.

A democracia proporciona, ainda mais nesta Casa que representa o povo, a oportunidade de um debate e exposição clara e objetiva das diversas questões que envolvem os temas deste simpósio que trata da *Estrutura Fundiária e a Reforma Agrária*.

A Comissão de Assuntos Econômicos envidou todos os esforços para que este simpósio tivesse lugar nesta Casa.

Espero que os temas a serem tratados possam, com a magnitude que os envolve, direcionar rumos objetivos e ajustes necessários para que este País possa levar com sucesso sua política fundiária.

Pela delicadeza dos temas, espero que a emoção na defesa das posições possa transcorrer no maior respeito às autoridades constituídas.

Declaro aberta a reunião.

Gostaria de informar a todos os palestrantes que terão dez minutos cada um para sua exposição. Terminada a fase de exposições, todos poderão fazer perguntas.

Convido para fazer parte da Mesa o Ministro da Reforma Agrária, Dr. Raul Jungmann.

Em primeiro lugar, vamos ouvir o Dr. Francisco Sales de Oliveira, Diretor de Política Agrária da Contag.

O SR. FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda, Srs. Senadores, Sr. Ministro da Agricultura, Dr. Arlindo Porto, Luiz Marcos, Presidente da SRG, companheiros João Pedro, Gilmar Mauro e Chicão, Sr. Representante da Sociedade Rural Brasileira, em primeiro lugar, em nome da Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura -, gostaríamos de agradecer esta oportunidade. Como já afirmou o Presidente, a democracia permitiu que nós, trabalhadores, viessemos a esta Casa para tratar de um assunto tão importante, a matéria do dia, a questão da reforma agrária em nosso País.

Gostaria de enfatizar que neste plenário está o Senador Jonas Pinheiro, que, lembro muito bem, no ano de 1992, como Relator da CPI da Violência no Campo, em seu relatório concluiu que a principal causa dessa violência é exatamente a concentração fundiária; como solução, apontou a reforma agrária. Foi, portanto, esta Casa, que historicamente tem-se posicionado, na maioria das vezes, contra aos avanços da reforma agrária da forma como os trabalha-

dores a reivindicam, que apontou a reforma agrária como importante para o desenvolvimento democrático de nosso País, uma vez que permite aos trabalhadores o acesso à terra.

Esta é uma luta histórica da nossa entidade e observamos uma incoerência muito grande por parte do Governo, que tem uma posição favorável à reforma agrária - fala muito em fazê-la - e não apresenta uma proposta clara nesse sentido. Não existe um projeto, o Governo está desapropriando terra onde os trabalhadores estão ocupando ou resistindo na posse, ou seja, onde há conflitos. Mesmo desapropriando algumas áreas importantes neste País, reivindicadas pelos trabalhadores, não tem havido a mesma velocidade no momento das imissões de posse, quando a demora é muito grande. Mesmo assim, onde foi feita a imissão de posse, os créditos, importantes para o trabalhador desenvolver a propriedade, não chegam imediatamente. O resultado é que há vários assentamentos onde a situação é muito difícil.

É verdade que o Poder Judiciário também tem dificultado as ações da reforma agrária: tem sido muito rápido quando se trata de despachar liminar de despejo - por isso tem havido também muita violência, conflitos enormes - e, quando se trata de matérias que são de interesse para o avanço da reforma agrária, coloca dificuldade. Uma lei que facilite ou melhore esse espaço de tempo para a imissão de posse está tramitando nesta Casa. Por isso, entendo que é uma incoerência, porque nesta Casa, que conhece essa realidade, que conhece a fragilidade das leis, estão três projetos importantes, sendo que um deles, o das liminares, o rito sumário que acelera a reforma agrária, está há mais de três meses sem andamento. Portanto, é importante esta matéria no debate de hoje.

Por outro lado, os trabalhadores são muitas vezes acusados pela violência no campo, porque fazem a ocupação de terras. Entendemos, Srs. Senadores, enquanto trabalhadores, que a violência não é causada por nós, é causada pelo próprio Estado, no momento em que permitiu a concentração da terra. O Estado até estimulou a concentração da terra, com os incentivos fiscais, para se formarem os grandes latifúndios, para que hoje os próprios dados cadastrais demonstrem que 2% dos proprietários rurais detêm mais de 50% dos imóveis rurais cadastrados em nosso País. Portanto, aí está a concentração da terra. Entendemos que só a reforma agrária resgatará a cidadania para milhões de trabalhadores que foram expulsos dessas terras pelos grandes latifúndios improdutivos.

Portanto, a reforma agrária é essencial, não para resolver apenas os problemas dos trabalhadores sem terra, mas para a geração de empregos, para melhor distribuição de renda neste País. Se acusam a ocupação de ilegal, entendemos que é um direito legítimo, assim como o direito dos trabalhadores operários que fazem greve para pressionar, para ter um salário melhor ou melhores condições de trabalho. Entendemos que, assim, os trabalhadores sem terra também têm as ocupações como instrumento importante, instrumento legal para as desapropriações de terra. Tanto é que, mesmo com as ocupações, os trabalhadores estão abertos ao diálogo, têm procurado sempre os responsáveis para dialogar e tentar resolver o problema.

Entendemos que, para acelerar a reforma agrária, é necessário, sim, uma proposta do Governo, mas uma proposta não apenas para resolver os conflitos, mas um projeto de reforma agrária. Entendendo que a reforma agrária - e aqui o meu entendimento tem que ser por todos - não pode ser vista como uma questão ideológica, mas como algo essencial para o desenvolvimento da agricultura do nosso País.

Todos são responsáveis. O Congresso Nacional tem uma responsabilidade nesta causa, porque há leis que precisam ser aprovadas, há o orçamento da reforma agrária que precisa ser aprovado. Não se faz reforma agrária sem dinheiro, Srs. Senadores. Precisamos de um orçamento capaz de dar todas as condições para o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária. É necessário que o Governo, o Poder Executivo tenha um órgão mais eficiente e ágil, porque está havendo muita burocracia no Incra: do momento da vistoria numa propriedade até a imissão de posse, gasta-se um tempo enorme, muitas vezes levando dois ou até três anos.

O Poder Judiciário, como já falei, também precisa compreender e deixar de ser imparcial, tomar posição na hora certa em benefício da democracia, defendendo a reforma agrária como importante na geração de empregos, na geração de renda para o País.

Portanto, Srs. Senadores, aqui fica o nosso posicionamento, esperando que compreendam a importância da reforma agrária para resolver os problemas relativos aos conflitos de terra, à violência no campo, à geração de empregos e à melhor distribuição de renda no meio rural e nas pequenas cidades do interior. Isso tem uma enorme influência nas grandes cidades, que, em função do êxodo rural, já estão cheias e insuportáveis, gerando problemas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Dr. Antonio Ernesto Werna de Salvo, Presidente da CNA.

O SR. ANTONIO ERNESTO WERNA DE SALVO – Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda; Srs. Ministros Arlindo Porto e Raul Jungmann; Srs. Senadores; senhoras e senhores: o meu depoimento parte da premissa inicial de que a razão de sermos honrosamente convidados para aqui prestar informações e esclarecimentos é a busca de soluções, e não um mero discurso retórico, onde posições antagônicas, ideológicas ou não, sejam objeto de um prazeroso debate, mas que, em realidade, conduza a pouco resultado.

A História está aí e é nossa mestra; aqueles que estiverem afinados com os momentos sócio-econômicos da humanidade terão sucesso; os demais amargarão atrasos e dificuldades maiores do que as naturais.

O que trazemos aqui são propostas.

Primeiro, entendemos a questão social no campo como um conjunto, onde a reforma agrária, o emprego e o pequeno proprietário já existente são, igualmente, pemas de um importante tripé.

É preciso não nos esquecermos de que, dos 6 milhões de proprietários rurais que o Brasil tem – versus 1,9 milhão que, na mesma área agrícola, os Estados Unidos da América têm –, pouco mais de 3 milhões já são proprietários e pequenos proprietários. Talvez nesse tipo de proprietário rural resida uma das maiores ilhas de pobreza, de miséria e de falta de perspectivas neste País. Já são proprietários, já têm a sua terra, têm alguma tecnologia e algum conhecimento de compra e venda, sabem gerir o seu negócio, mas não têm nenhuma perspectiva.

Estão aquinhoados com um projeto de financiamento, este ano, da ordem de R\$1 bilhão para 3 milhões de pessoas, enquanto se anuncia que o orçamento para a reforma agrária, no Governo atual, será da ordem de R\$7 bilhões para atingir-se algo em torno de 300 mil assentamentos.

Parece-me que nisso há alguma coisa desequilibrada: R\$1 bilhão de financiamento para 3 milhões de pessoas e R\$7 bilhões, a fundo perdido, para 300 mil pessoas.

Entendemos que esse pequeno proprietário rural está a exigir, imediatamente, um programa de renda mínima. Não é possível deixar de reconhecer que eles não têm competência e nem capacidade para migrar; vivem, na maior parte das vezes, principalmente no Nordeste, em desesperador estado de abandono e pobreza. Também num programa de re-conversão de atividades deficitárias cada vez mais

se comprova que o pequeno proprietário, que trabalha em termos de alimentos que incorporam pouco valor, tem baixíssima possibilidade econômica de sobrevivência.

A tecnologia e os modernos métodos de formação profissional indicam que esses homens têm que ser dirigidos através de programas adequados para a produção de bens que incorporem tecnologia e mão-de-obra capaz de torná-los, ao mesmo tempo, competitivos e auto-suficientes economicamente.

No Brasil, ainda nada se faz em relação à necessidade desses 3 milhões de pessoas. É preciso o fortalecimento das ações de formação profissional. Estamos na iminência de mudanças substanciais na economia mundial. Parece-nos que aquelas pessoas com patrimônio cultural ligado à cultura indígena ou perto disso têm pouca capacidade de sobreviver numa sociedade moderna, competitiva, onde a qualidade é fundamental para o produto de sua preferência.

Também não é mais possível imaginar-se, no limiar do ano 2000, que permaneça a maneira como se forma o homem do campo em matéria de educação formal. V. Ex's conhecem as nossas deficiências nesse campo; a maioria sabe, talvez não com a necessária profundidade, como hoje é difícil, no interior do Brasil, dar-se educação formal a uma criança.

Por outro lado, a política de geração de empregos, se se quer resolver o problema social no campo, não pode ser esquecida. Por mais radical que seja o pensamento de qualquer pessoa em relação a esse assunto, acredito que todos imaginem que a possibilidade de um emprego bem remunerado, que se constitui numa profissão para alguém, seja um dos nossos desafios.

Todos sabemos das dificuldades sofridas pela agricultura, em seu conjunto, neste momento. Mantemos os mesmos preços do início do Plano Real, perdemos alguma coisa como 20% da nossa capacidade de gerar renda, e os preços dos insumos subiram em torno de três vezes mais do que os dos produtos agrícolas. Alguns produtos, como o frango, mantiveram-se estáveis; outros, como a carne bovina, caíram 30%. Tudo isso aconteceu nos últimos 28 ou 30 meses. Não é possível continuar competindo com produtos subsidiados que chegam do exterior. Só no algodão, pela falta de uma tarifação adequada, perdemos mais de 600 mil empregos. O algodão compete conosco em situação privilegiada; ele é subsidiado na origem e vem cá retirar os empregos dos nossos homens do campo.

É importante que a Lei das Tarifas Compensatórias, como defensora dos empregos rurais no Brasil, seja acionada dentro da sua limitação legal. Ela

existe e pode nos defender, mas não está sendo aplicada.

Também na parte tributária não é possível continuarmos a conviver com essa mentira do ICMS. Recentemente, o Governo retirou o ICMS dos produtos de exportação primários. Poucos sabiam que só a agricultura pagava ICMS para exportar, e pagava caro: 12%. O produto industrial era competitivo porque não tinha imposto, e o nosso tem. Pois retiraram essa tributação e não adotaram o sistema do crédito presumido nas operações internas. Hoje, qualquer agricultor deste Brasil, a menos que seja muito tecnificado e tenha contabilidade regular, não se apropria do ICMS que paga nos seus insumos. Ele lhe é cobrado uma vez quando compra o insumo e, outra vez, quando vende o seu produto.

Não há contabilidade no meio rural. Não havendo contabilidade, o Governo teria outros instrumentos em mãos. Os anteprojetos que estavam nas Câmaras Legislativas previam essa hipótese, mas não foram considerados.

Quanto à política de assentamentos, em si, enquanto as metas forem inadequadas aos recursos, reforma agrária será frustração. Não adianta falarmos em trezentas, quatrocentas, quinhentas, um milhão de pessoas, se não há recursos disponíveis para isso. Por mais que se assente, ou não se assente, sempre há aquela sensação de impotência, de não se conseguir o que foi anunciado. Propositadamente ou não, há um descompasso entre os recursos que são alocados e os discursos do que se pretende.

Há outras maneiras de se fazer reforma agrária, que não estão sendo usadas. Seria preciso meditar sobre elas. Talvez, terceirizar a formação dos lotes e entregá-los prontos, através de convênios adequados com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; talvez, fornecer créditos fundiários para aquelas pessoas que comprassem terra, com vinte e cinco anos de prazo para pagar, dez anos de carência e juros negativos. São outros instrumentos que podem ajudar o escopo principal: dar terra a quem dela precisa, sabe e quer trabalhá-la.

O recadastramento das propriedades rurais é fundamental. As estatísticas brasileiras são mentirosas; não refletem a realidade, não têm seriedade; as pessoas que as fazem nem sempre têm os recursos necessários para tanto, e espelham uma realidade monstruosa e não real. Vamos melhorar os nossos cadastros, se quisermos caminhar na direção correta.

O ITR é uma vergonha nacional. Ele é muito mais uma vergonha para quem cobra do que para

quem é cobrado. Alguns dos Senhores que se aprofundarem no assunto vão ver que, ao longo dos anos, os governos sucessivamente foram postergando a cobrança desse imposto do mês de fevereiro para março, de março para abril, até que em 1993 foi cobrado em novembro, sem correção monetária, com uma inflação de dois mil por cento. Se quem cobra esse imposto tem tão pouco cuidado em lançá-lo, o que será do contribuinte que o paga?

Agora estou informado de que ele vai ser declaratório. Talvez seja. Não sei. Não conheço o projeto na sua íntegra. Alerto ao Senado, no dia de hoje, com tranqüilidade e serenidade, que se o Imposto Territorial Rural for declaratório será necessária uma ampla campanha de mídia; caso contrário, os produtores rurais não vão declarar, não por qualquer tipo de repulsa a esse sistema, mas por desinformação, por falta de tempo, por falta de respeito por um tributo que não impõe respeito a si mesmo.

Se assim for, temo que a enorme inadimplência que hoje existe e que em parte é causada pelos maus pagadores – que devem ser levados às barra dos tribunais para pagar o que devem e, se for necessário, perder as suas terras para pagá-los – comprometa um sem-número de bons pagadores que são arrastados nessa mesma enxurrada por falta de respeito de quem emite o imposto.

É preciso viabilizar a aquisição de áreas nas regiões mais quentes de conflitos, nos acampamentos, porque não é possível conviver com essa chaga. O Governo tem que achar recursos para comprar, de que maneira for, e acabar com essa mancha que, além de tudo, tem um altíssimo poder explosivo e de reação, que convém para quem tem bom senso e prudência pagar a tempo.

É preciso recadastrar as pessoas que estão interessadas em terra. Senão vai virar um saco sem fundo! Admitimos que alguém recebe a terra com a cesta básica e algumas vantagens – pequenissimas, é verdade –, num momento de dificuldade da economia brasileira, é chamar multidões para engrossar essas fileiras. Se não tivermos cadastro de quem tem vocação, de quem realmente precisa e quer a terra, isso será, outra vez, uma quimera, um sonho, que vai nos levar à frustração. Se os governos estaduais e municipais não se envolverem nesses assentamentos, na solução dessas questões, a tarefa que repousa nos órgãos federais será pesada demais.

A reforma agrária é gerada aqui por lei, mas acontece no município. Enquanto ele for um observador, indiferente ao que está acontecendo, dificilmente teremos progresso nesse caminho.

Por fim, gostaria de dizer que não questiono leis, procuro cumpri-las. Represento uma Casa que procura se nortear por esse princípio. E nós vamos continuar a exigir isto: que as leis brasileiras sejam cumpridas; que, ao se fazer uma vistoria de um imóvel nosso, não se minta, que as pessoas que lá vão para saber quantos hectares de milho existem, ou de reserva legal ou de cabeças de gado, não produzam um tipo de laudo falso que, na maior parte das vezes, é o maior empecilho para que o processo de desapropriação caminhe direito. Porque o proprietário, sentindo-se ludibriado, apela para a Justiça e vai até onde for preciso. É preciso que os processos sejam corretos, que não se pratiquem erros crassos de não avisar ao produtor sobre a vistoria e inúmeros outros que acontecem, porque, no fim, é atribuído a nós, proprietários rurais, um ônus pelo aumento do tempo necessário, quando, em verdade, os processos é que são mal feitos, com pouco cuidado, contendo imperfeições que a Justiça corrige lá na frente.

Não é possível convivermos com invasões. A Constituição diz – eu moro numa fazenda e lá criei os meus filhos, lá o meu filho cria os meus netos – que o lar é inviolável e nele não se pode penetrar, a não ser em caso de flagrante delito, para prestar socorro ou com ordem do juiz, durante o dia.

Não é possível que, para se conseguir que a lei brasileira seja cumprida, alguém tenha de descumprí-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Sr. João Pedro Stedile, do Movimento dos Sem-Terra. Depois, ouviremos o Sr. Gilmar Mauro.

O SR. JOÃO PEDRO STEDILE – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Ministros, nossos amigos da CNA e SRG, companheiros de luta pela reforma agrária, gostaria de agradecer a oportunidade que estão nos dando de refletir com os senhores o que o nosso movimento pensa sobre a reforma agrária no Brasil.

A minha reflexão é trazer aos Senhores basicamente dois pontos: primeiramente, para discutirmos a necessidade de uma reforma agrária, é preciso avaliarmos se existe ou não problema agrário na nossa sociedade. Nós, do Movimento dos Sem-Terra, consideramos que a sociedade brasileira vive uma grave crise neste momento da sua história, e essa crise tem como base fundamental a existência ainda de um grave problema agrário, que afeta não só os sem-terra e produz famílias

pobres do campo, mas que afeta toda a sociedade brasileira.

Por que dizemos que ainda há problema agrário? Quais são as características do nosso meio rural, que nos leva a defender esse posicionamento? Primeiro, o Brasil é o segundo país do mundo em concentração da propriedade da terra: 1% dos proprietários são donos da metade das terras. Evidentemente que uma situação como essa só cria injustiça social. Nenhum outro país do mundo tem uma tão grande concentração da propriedade, segundo a ONU. Esse é um foco permanente de injustiça social.

A segunda característica é a má utilização das nossas terras. Dos 600 milhões de hectares que estão cadastrados no Incra, só 10% se dedicam à lavoura temporária e permanente, embora os agrônomos da Embrapa digam que há 360 milhões de hectares agricultáveis no País. Nenhuma outro país do mundo utiliza tão mal seus recursos naturais, que são tão abundantes no Brasil.

A terceira característica é o que se produz. Praticamente as nossas melhores terras trabalham em monocultura para exportação, produtos que o nosso povo, a rigor, não precisa para se alimentar bem, como a cana-de-açúcar, o café, o cacau, a laranja e o fumo. Como consequência, aparece o problema da fome. A nossa sociedade não pode continuar convivendo, dizendo que não tem problema e os dados oficiais revelando que 32 milhões de pessoas passam fome todos os dias; outros 33 milhões de pessoas se alimentam aquém das suas necessidades; totalizando 65 milhões de pessoas. A consequência disso é o êxodo rural, pessoas engrossando os problemas na cidade.

Por último, temos o problema agrário caracterizado pela concentração do monopólio de empresas no comércio agrícola e na agroindústria. Os senhores sabem melhor do que eu que 85% da indústria brasileira está no triângulo Rio, Belo Horizonte e São Paulo. Como vamos desenvolver meio rural se toda a indústria está concentrada geograficamente na mão de três ou quatro empresas? Veja o caso do leite, por exemplo, que poderia ser pulverizado por todo o País, mas está na mão de três grandes empresas: a Nestlé, a Parmalat e o Leite Glória, que controlam praticamente todo o comércio do leite no País.

Pois bem, então, há um problema grave, sério, que precisa ser enfrentado. E qual é a nossa diferença para o Governo? Por mais que os Ministros da Agricultura e da Política Fundiária digam que não, que querem resolver o problema agrário – está certo, vamos considerá-los como aliados –, alguém tem

dúvida de que o plano econômico deste Governo desconsidera completamente a agricultura?

Dia desses, tivemos uma audiência com o Presidente, quando os sindicalistas reclamaram que o êxodo rural vem aumentando. O Presidente respondeu: "Quem me dera se o Brasil terminasse o século com apenas 8% da população no meio rural, pois assim seria classificado como um país moderno. Todos os países modernos têm 5 ou 8% da população no meio rural!"

Só que o Brasil não é a Europa, não é os Estados Unidos, aqui existem outras realidades que precisam ser levadas em conta.

Com isso, o que quero dizer é que a nossa diferença básica de concepção com o Governo é que o Governo diz que não há problema agrário, que a agricultura está indo bem; parece que o Governo torce para que haja êxodo rural e por isso não aplica um plano de reforma agrária amplo e geral que afete a economia, a produção e deixe de ser apenas bombeiro, correndo a desapropriar onde há conflitos.

Enquanto não for resolvido esse problema de concepção, vamos ficar eternamente sendo tema de novela, sendo notícia das páginas policiais, mas não resolveremos o problema agrário, que afeta não só os sem-terra. Reconheço que o problema que relatei afeta mais ainda a população das cidades, porque é impossível resolver o problema do desemprego, da marginalidade social, do êxodo rural, da fome, sem reorganizar a nossa produção agrícola.

Por último, um aspecto conjuntural: a política agrícola do Governo. Por mais que o Ministro Arlindo Porto vá defender depois, algum dos senhores têm dúvida que essa política agrícola do Governo é para acabar com a agricultura? O Presidente Fernando Henrique Cardoso disse, em Buenos Aires, em uma reunião do Mercosul: "Para que se preocupar com a agricultura se ela só pesa 12% no PIB?" Esqueceu de dizer que, somado com a agroindústria, chegamos a 46%.

Mas esta é a visão: a agricultura é minoritária e, portanto, com ela não precisamos nos preocupar. Com isso, quais são os principais elementos da política agrícola do Governo? Primeiro, uma taxa de câmbio irreal, que a única coisa que favorece é a entrada de quinquilharias no nosso mercado interno, disputando conosco. É moderno ter batata frita da Bélgica? Leite da Holanda? Água mineral de Paris? Para nós não é moderno. Moderno é todo o povo brasileiro poder comer arroz, feijão, leite e carne de frango. E isso nós produzimos. Mas, com essa política de câmbio, não há agricultura que sobreviva no Brasil.

Segundo, a política de juros: 56% ao ano é só para favorecer o capital financeiro e atrair capital estrangeiro para o nosso País. Falam que agora o moderno é globalizar. Por que não se aplica no Brasil a taxa média da Bolsa de Londres, que na semana passada estava em 5,24% ao ano? Quer dizer que quando se trata de taxa de juros não se pode globalizar. Por que não se globaliza a mesma taxa de juros que existe em Nova Iorque, em Londres, em Tóquio? Por que tem que ser diferente?

Terceiro, congelaram os preços dos produtos agrícolas para o mercado interno, para manter a cesta básica lá embaixo, o que aparentemente é uma coisa boa. O preço da cesta básica está baixo, R\$111,00. Mas por quê? Para se manter um salário mínimo de fome, senão ninguém consegue sobreviver.

Agora, quem está pagando o pato é quem está produzindo. De novo, volto com a globalização. É muito bonito dizer que os preços estão todos equiparados. Podem estar equiparados para as multinacionais, mas para nós não. A Parmalat paga para nós R\$0,16 pelo litro do leite. Moderna, multinacional, traz um caminhão novo todo ano; mas, para o produtor italiano, em Parma, ela está pagando R\$0,55. Por que não paga R\$0,55 para nós? Aí vão alegar que o preço para o consumidor vai-se alterar. Não. O leite tipo longa vida lá na Itália tem o mesmo preço do longa vida da Parmalat aqui no Brasil. Então, onde está a diferença? A diferença está na taxa de lucro. Nunca enriqueceram tanto no Brasil como estão enriquecendo agora, dando-se ao luxo até de financiar time de futebol, time de vôlei e outras coisas.

Mas nós queremos é comer. Futebol nós jogamos mesmo sem o financiamento deles.

Por último, companheiros, o que está em jogo agora, mais do que a reforma agrária – é este o apelo que faço aos senhores -, é o fato de a Nação brasileira estar de olho nos Senadores. Os Senhores têm a responsabilidade de discutir um novo projeto para este Brasil. Há dúvida de que esse plano do Governo só vai aumentar a miséria entre a população? Andem por aí, pelo interior, e vejam o que está acontecendo. O que adianta ter taxa de inflação igual a zero? A Bolívia também tem inflação zero e é uma das nações mais pobres do mundo. O que adianta ter inflação zero se o povo continua passando fome?

Então, precisamos discutir um novo modelo de desenvolvimento. Esse modelo do Fernando Henrique, que só beneficia capital estrangeiro e capital financeiro, não serve para o nosso povo. Pode servir

para meia dúzia de pessoas, mas não serve para o povo em geral. Nós precisamos, repito, discutir um novo modelo de desenvolvimento. Nós, os sem-terra, estamos convencidos disso. Sem um novo modelo de desenvolvimento, a reforma agrária não sai. Vão ocorrer sempre essas brigas nossas com o Raul. Isso não leva a nada. Nós queremos mudar a questão da agricultura, pensar um Brasil diferente, que organize o sistema de produção de modo que ele seja voltado para as necessidades do povo, que acabe com a fome e distribua a renda.

Está aí o Projeto de Garantia de Renda Mínima, de autoria do Senador Suplicy, que vai na direção de se reconstruir um novo modelo de desenvolvimento, para que o nosso povo tenha dinheiro para comer. É isso que nós queremos.

Nós, do Movimento, temos dois inimigos claros e lutaremos até a morte contra eles. Um deles é o latifúndio improdutivo. E pode ficar calmo o Antonio Salvo, porque se a sua terra for produtiva nós não vamos entrar; mas, se for improdutiva... O povo está pedindo para nós acabarmos com as terras improdutivas, porque isso é uma injustiça social. Está até na Bíblia, para quem não quiser ler outra coisa. Não podemos admitir latifúndio improdutivo em nosso País. O outro ponto é o Plano Econômico do Presidente Fernando Henrique. Somos contra porque entendemos que está aumentando a miséria do nosso povo. E tudo que for nessa direção nos colocamos contra.

Por isso vamos nos engajar na campanha contra a privatização da Vale do Rio Doce. Por quê? Porque representa mais um passo nesse plano para entregar todas nossas riquezas aos estrangeiros. Nós, cidadãos sem terra, vamos lutar para defender a Vale, pois ela é nossa e não do Governo! (Palmas nas galerias.)

E também vamos lutar contra a reeleição do Presidente Fernando Henrique. Não porque não gostamos dele, é uma pessoa agradável, um intelectual...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Sr. João Pedro, seu tempo está esgotado, ultrapassou dez minutos. Há ainda três representantes do Movimento dos Sem-Terra inscritos para falar.

Solicitamos a V. S^a que conclua o seu pronunciamento, dispondo de um minuto para fazê-lo.

O SR. JOÃO PEDRO STEDILE – Está bem, Sr. Presidente.

Para encerrar, eu diria que somos contra a reeleição do Presidente da República, não porque não gostamos dele, pois é uma agradável pessoa, mas somos contra o Plano Econômico do seu governo.

Deixarmos que esse Plano fique por mais seis anos, como o Governo quer, é, sem dúvida, aumentar a miséria e o sofrimento do nosso povo.

Na verdade, queremos mudar o modelo de desenvolvimento do nosso Brasil, fazendo-o um país para os brasileiros e não para as multinacionais e para o capital financeiro.

Muito obrigado e peço desculpas por ter avançado no tempo. (Palmas nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Sr. Gilmar Mauro, por dez minutos.

O SR. GILMAR MAURO – Bom dia a todos, companheiros e companheiras de luta pela reforma agrária, Senadores e convidados, quero começar dizendo que também na Constituição há um parágrafo que diz que a terra deve cumprir a função social, e há ainda um capítulo que fala dos direitos, do direito à vida, do direito ao emprego, do direito à sobrevivência.

Muito se tem falado e debatido sobre o tema da reforma agrária, mas, em toda a História, essa discussão não se concretizou, não possibilitou o avanço da questão. É o sonho de milhões e milhões de brasileiros que esperam a reforma agrária acontecer. São 4,8 milhões de famílias neste País que querem a reforma agrária, que necessitam imediatamente dela, e quase 150 milhões de brasileiros que hoje a apóiam.

Falar do tema é fácil, o difícil é fazer. Basta verificarmos um pouquinho a História para perceber que muito se tem falado e pouco se tem feito. É só lembrar, por exemplo, que o Presidente Sarney prometia assentar 1,4 milhão de famílias; passaram-se cinco anos e só foram assentadas 80 mil. O Presidente Collor entrou prometendo assentar 500 mil; saiu do Governo sem ter assentado nenhuma. O Presidente Itamar assumiu prometendo assentar 100 mil famílias e saiu tendo assentado apenas 20 mil. Agora, estamos no Governo Fernando Henrique Cardoso e temos a promessa de assentamento de 280 mil famílias; mas ainda não terminou seu mandato.

Mesmo que, comparativamente a outros Governos, tenha se avançado mais com relação aos assentamentos, é insignificante e insuficiente a quantidade de famílias assentadas diante da demanda social existente no nosso País.

Temos uma conjuntura extremamente favorável de apoio à reforma agrária, apoio da população, apoio de vários setores não ligados ao campo que, em nenhum momento da História, tivemos. Esse é o momento de avançarmos. Esse é o momento de fa-

zer com que aquelas três leis que carecem de apreciação pelo Senado sejam aprovadas para avançarmos na perspectiva de consolidar, de fato, a reforma agrária no Brasil. A lei do rito sumário, a lei sobre os despejos e a lei sobre a participação do Ministério Público nas ações de despejo estão aguardando votação.

Imagino que a responsabilidade pela reforma agrária não seja só dos sem-terra, não seja só do Incra, não seja só do Governo Federal, não seja só da população brasileira; a luta pela reforma agrária é de responsabilidades de todos nós, inclusive, dos Senadores que aqui estão.

Por que não se faz uma reforma agrária se temos tantas terras no Brasil? São 400 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais aproveitamos só 60 milhões. Por que não se faz a reforma agrária se temos tanto dinheiro para dar para banqueiro, se temos tanto dinheiro para pagar juros de dívida externa e interna? Por que não se faz a reforma agrária se tem tanta gente querendo terra no País?

Muitos dizem que somos radicais ao ocupar um pedaço de terra. Tenho dito que somos frouxos demais. O nosso povo está morrendo de fome, são seres humanos, crianças e adultos que não têm o que comer, que não têm um prato de comida e morrem de fome neste País. Nos jornais desta semana, vemos que 30% da população não tem registro assinado, há trabalho infantil por todos os cantos deste País. São pessoas, não são animais; e, mesmo que o fossem, não mereceriam essa sina num País de dimensões continentais.

Tantas promessas e metas estabelecidas pelos próprios Governos não foram cumpridas. Tanta terra improdutiva! Ocupar um latifúndio não é um ato radical, é necessidade de ter um pedaço de terra para sobreviver. Tenho dito que talvez o ato radical que cometemos, ao ocupar um latifúndio improdutivo, ao derrubar a cerca de um latifúndio improdutivo, não é entrarmos nessa terra, porque, inclusive, está garantido na Constituição; o ato radical que cometemos é o fato de, junto com a derrubada da cerca, estarmos derrubando dentro de nós o medo, o preconceito e a covardia de ver a situação do jeito que está e não fazermos absolutamente nada. Esse é o ato radical que cometemos quando ocupamos uma terra improdutiva. Esse ato radical, vamos continuar cometendo. Por quê? Porque só assim fazemos entender que a reforma agrária precisa ser feita neste País. É urgente, necessária, é um fator de desenvolvimento econômico-social e, fundamentalmente, é um fator

que resgata a cidadania da nossa população. Sei muito bem disso porque fui assentado em 1986. Erguer a cabeça, ser cidadão, participar, são atos importantes e fundamentais, assim como ter espaço, ter terra para produzir.

Esse sonho, acalentado por milhões de brasileiros, será realizado, e temos absoluta certeza disso, mesmo que demore.

O que queremos pedir encarecidamente ao Senado é ajuda no sentido de fazer avançar esse processo, para que não seja mais necessário ocupar terras, para que as desapropriações aconteçam sem ocupações de terra. Ninguém ocupa terra por achar bonito, ninguém mora em barraco tanto tempo por achar bonito, mas pela necessidade extrema de fazer a reforma agrária, enfrentando pistoleiros, como os que enfrentamos hoje no Pontal, e situações como as do Pará – cujo processo se arrasta na Justiça, sem que os culpados tenham sido punidos – e as que enfrentamos em Corumbiara, Rondônia, que estão ainda sem punição. É essa necessidade que faz com que ocupemos a terra.

Para concluir, acho que a reforma agrária é luta de todos nós, e só com a participação e a contribuição de todos faremos desta Nação um País justo, democrático, um País que preserve o patrimônio principal que tem, que é o seu povo. Um País construído pelo povo brasileiro, que respeite os direitos humanos e que, definitivamente, faça com que o sonho de milhões e milhões de brasileiros seja de fato uma realidade.

Esse é o sonho que esperamos, pelo qual lutamos e continuaremos a lutar, porque acreditamos que ele vai se realizar, já que toda a população o apóia e, certamente, cada vez mais irá apoiar.

Esperamos do Senado Federal e do Governo Federal uma ação que possibilite avançar e fazermos definitivamente a democratização neste País, realizando a reforma agrária.

Muito obrigado. (Aplausos nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Presidente da Concrab, Sr. Francisco Dal'Chiavon.

O SR. FRANCISCO DAL'CHIAVON – Sr. Presidente da Mesa, Srs. Ministros, Srs. Senadores e debatedores, quero agradecer ao Senador Eduardo Suplicy pela importante iniciativa de trazer este debate ao Senado.

Creio que o tema "reforma agrária" foi muito bem abordado pelos companheiros que me antecederam. Quero deter-me em alguns assuntos que não foram mencionados até agora, mas que nós, do Mo-

vimento Sem-Terra, julgamos serem fundamentais na perspectiva da reforma agrária com que sonhamos e que defendemos no nosso dia-a-dia.

Primeiro, quero ressaltar que a pequena propriedade particular vem se esgotando nessa forma de produção. Entendemos que, junto com a reforma agrária, deva haver ampla organização dos produtores rurais, na perspectiva do desenvolvimento econômico dos nossos assentamentos. Entendemos que o simples lote de terra para uma família viver não resolverá o seu problema. Um lote de terra de 10 ou 20 hectares para uma família promover sua subsistência não representa interesse e não é a reforma agrária que queremos.

O Movimento dos Sem-Terra parte do princípio de que devemos organizar todos os assentamentos, ou seja, organizar a reforma agrária no Brasil, para que esta possa responder às necessidades que temos para levar à frente esse projeto.

Entendemos que a reforma agrária deve, acima de tudo, começar um amplo trabalho de educação, levando a escola para os assentamentos. Temos, hoje, nos assentamentos, 550 monitores, que trabalham com a meta de, até o final deste ano, alfabetizar mais de 10 mil jovens e adultos analfabetos. A reforma agrária não pode conviver com a pobreza e com o analfabetismo. Estamos dando a mais de 1.600 professores uma formação, uma capacitação complementar, para que possam educar as crianças e os filhos dos assentados.

Em conjunto com as universidades, principalmente de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Brasília, Mato Grosso e Espírito Santo, foram formados mais de 300 professores para continuarem a dar aulas nos assentamentos.

Outro ponto que queremos destacar é o desenvolvimento da produção agrícola. Todos nós sabemos que, no decorrer dos tempos, o capital foi concentrado nas principais cidades, nos principais Estados, no eixo Rio-São Paulo. Acreditamos que dentro dos próprios assentamentos devemos começar a organizar a agroindústria, para que possamos levar o emprego para o campo e não irem os trabalhadores, principalmente a juventude, para as cidades, onde não existe mais espaço nem emprego.

Precisamos levar o desenvolvimento econômico ao interior deste País. Para isso quero indicar alguns pontos que considero muito interessantes. Embora o Brasil, hoje, seja um País essencialmente urbano, tem ainda 65% da população vivendo em cidades com menos de 100 mil habitantes, cidades essas que dependem totalmente da agricultura. Se

não fazemos a reforma agrária, se não temos uma política para desenvolver o interior, todas essas cidades sofrem, a maior parte da população brasileira sofre.

Um outro assunto que quero ressaltar é o mercado interno. Acreditamos que a reforma agrária não é um programa isolado das outras questões da economia do País. Nesse sentido, cremos que é preciso começar a desenvolver o mercado interno no Brasil. Para isso não basta apenas, a nosso ver, aumentar a produtividade dos assentamentos, a produtividade agrícola. É preciso resgatar, também, os salários da população urbana, para que ela possa consumir os produtos agrícolas.

Dessa forma, entendemos que a reforma agrária necessariamente tem que buscar o desenvolvimento do interior e também a recuperação salarial da população brasileira.

Há quatro pontos que devem ser considerados, dentro de um programa amplo de reforma agrária. Um deles é o crédito. Essa história – que tem sido falada – de que a agricultura ou de que os agricultores podem se desenvolver por conta própria não se configura em nenhuma parte do mundo. Em todos os lugares, de uma forma ou de outra, a agricultura é subsidiada. Não adianta pensarmos que o assentamento, que a agricultura brasileira seja capaz de se reproduzir sem a ajuda do Estado, sem crédito subsidiado.

Um outro ponto muito importante é o seguro agrícola. Para toda e qualquer atividade econômica sempre existe seguro. A agricultura, que é uma parte muito vulnerável da economia, não tem seguro.

Um outro ponto é o preço. Os preços agrícolas são um estímulo para o trabalhador permanecer ou não na atividade agrícola. Sem uma política de preços que seja uma recompensa para o trabalho na agricultura, certamente teremos, no futuro, um inchamento ainda maior das cidades, o esvaziamento do campo e o empobrecimento da população.

Outro item – retomando questão anterior – é o mercado. Precisamos desenvolvê-lo para que os nossos produtos tenham mercado direto e não fiquem dependendo de uma política de mercado que temos por aí.

Em relação à cidadania, entendemos de que nenhuma pessoa, nenhum assentado pode ser considerado cidadão se não tem acesso à infra-estrutura nos assentamentos: estradas, energia elétrica, capacitação, educação e assistência médica. Para fazer uma pessoa se tornar um cidadão é preciso,

primeiramente, alfabetizá-la e, depois, oferecer a ela acesso a todos os confortos que muitos na sociedade brasileira têm mas que a grande maioria não tem. Sem isso nós consideramos que essas pessoas não se sentem cidadãos.

Finalizando, uma outra questão que quero ressaltar é a geração de emprego e renda. Eu acredito – e, certamente, V. Ex's também – que o problema do Brasil nunca foi recursos. E para resolver o problema do desemprego em nosso País não é necessário muito recurso. Com o dinheiro que foi destinado aos bancos nós assentarmos mais de 2 milhões de famílias em projetos de reforma agrária. Todos sabemos que um emprego direto produz, no mínimo, mais dois empregos indiretos. Com o dinheiro que foi dado aos bancos, nós, no mínimo, teríamos resolvido o problema de emprego de 4 milhões de pessoas.

Todos sabemos que, na agricultura, em cada 5 hectares de terra onde há produção, cria-se um emprego. E nós, principalmente nos últimos dois anos, vimos milhares de hectares serem abandonados, principalmente nas pequenas propriedades, e os agricultores irem para as cidades.

A política do projeto neoliberal está desempregando e dando dinheiro para quem produz o desemprego – porque os bancos estão produzindo o desemprego. Nós poderíamos ter usado esse dinheiro para empregar mais de 4 milhões de brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Dr. Luiz Marcos Suplicy Hafers.

O SR. LUIZ MARCOS SUPLICY HAFERS –

Sr. Presidente da Mesa, Senador Gilberto Miranda, Srs. Ministros Arlindo Porto e Raul Jungmann, Srs. Senadores, meus companheiros, sinto-me muito honrado e muito emocionado por ter sido convidado a vir a esta Casa para debater tema tão importante, expor as minhas convicções, as minhas confianças e as minhas esperanças.

O tema reforma agrária engloba um problema muito maior, um problema social de âmbito nacional, que é a pobreza no campo.

Nós estamos todos de acordo que esse problema existe, que esse problema é grave e precisa ser resolvido; mas quero convencer todos os senhores de que nós, da agricultura, fazemos parte da solução e não do problema.

A agricultura tem sido – e será – segurança alimentar, segurança cambial e, principalmente, segurança social. A crise por que passa o campo é maior

e mais complicada do que uma sociedade, hoje, muito urbanizada – e 85% da população nas cidades ainda imaginam que a cadeia de produção começa no supermercado.

Temos tido anos de transferência de renda não só dos trabalhadores para o capital, como querem alguns, mas da agricultura, da indústria para a vida urbana. Nós, fazendeiros – sou fazendeiro e me orgulho disso –, somos principalmente produtores rurais. Foi com muito trabalho, com muito sacrifício, com muito empenho que produzimos 80 milhões de toneladas de grãos e 12 milhões de toneladas de carne. Somos competentes, apesar de todas as dificuldades encontradas.

Causa-nos perplexidade, tristeza e, por que não dizer, certa mágoa quando somos acusados de irresponsáveis por essas mazelas sociais que acontecem no campo. Não o somos. Somos participantes e, talvez, até vítimas. Somos nós que vemos a pobreza de perto; sou eu que vejo famílias competentes pedindo emprego, quando não lhes posso dar; sou eu que vejo vizinhos na minha Ribeirão Claro, no Paraná Velho, perderem suas propriedades, porque não tiveram competência financeira para administrar seus débitos. Caso contrário, certamente seriam banqueiros de investimento e não situantes, produtores de comida.

É por isso, Srs. Senadores, que precisamos esclarecer que não somos nós, os fazendeiros, entraves para que essa população pobre, desassistida e desempregada tenha o que deseja: a dignidade. Estamos prontos para ajudá-los. Não queremos ser acusados de inimigos desse progresso. Não o somos.

Devido à rudeza do nosso meio – e tenho dito que sou rústico –, temos dificuldades de diálogo, de expressão e de convencimento; mas somos trabalhadores.

O campo tem sido o esteio da economia nacional. A exportação, a balança cambial é feita pelo campo, assim como uma razoável paz social. Lá, não há favelas.

Não podemos admitir que recaia sobre nós, os fazendeiros, os produtores, a responsabilidade dessa situação. Não podemos ser emblema de preocupação com as invasões. São injustas, são inadmissíveis!

Gilmar Mauro dizia que foi assentado, e tenho companheiros que foram invadidos. Isso é uma violência!

Devemos resolver o problema da pobreza no campo dentro desse espírito de brasiliade que

sempre foi do acerto, e não do conflito. Todos nós, trabalhadores, todos nós, fazendeiros, a sociedade rural brasileira, com toda a sua tradição e modernidade, somos instrumentos dessa bandeira. Por isso, tenho confiança; e essa confiança me justifica a esperança de que vamos saber resolver esse problema.

A fome de que se fala não é a da falta do produto, a da falta do alimento, mas a da falta de recursos. Não somos nós os responsáveis. Gostaria de ter o respeito, a admiração de todos os senhores por esses 5 milhões de produtores espalhados pelo Brasil.

Peço também que os senhores entendam que as estatísticas não espelham a verdade. O MST sempre diz que 1% tem 50%. Isso é uma aritmética frívola! A propriedade média no Brasil é pequena. Não defendemos o latifúndio improdutivo, defendemos os produtores, que estão aflitos. Terra há muita, disposição também, as dificuldades existem, mas entendo que devemos acreditar que o Governo Fernando Henrique Cardoso está disposto a resolvê-las, está suficientemente preocupado com essa situação, e vamos resolvê-la.

Precisamos da colaboração e do conhecimento de todos os senhores, principalmente que envidem esforços para as dificuldades da agricultura, a fim de que a sociedade civil se inteire e legitimem o Legislativo e o Executivo. Esse é o caminho.

Apesar das dificuldades, tenho muito orgulho de ser brasileiro e muito orgulho de ser fazendeiro.

Mais uma vez, agradeço a todos os senhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Ministro da Reforma Agrária, Dr. Raul Jungmann.

O SR. MINISTRO DA REFORMA AGRÁRIA (Raul Jungmann) – Sr. Presidente, Senador Gilberto Miranda; meu Colega de Ministério e Ministro da Agricultura, Arlindo Porto; Srs. Senadores; Srs. Convidados; minhas Senhoras e meus Senhores, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma reflexão para tentar captar o que mudou, em termos de reforma agrária, nos últimos anos.

Em segundo lugar, quero enfatizar o meu ponto de vista a respeito da reforma agrária. Assim que assumi, em meu discurso de posse, observei a necessidade de se "reinventar" a reforma agrária. Entendo que, para que se possa viabilizá-la, é fundamental que venhamos a refletir sobre as recentes mudanças ocorridas.

Em terceiro lugar, gostaria de mencionar algumas respostas do Governo em relação ao tema.

Por último, pretendo analisar algumas questões específicas que foram aqui abordadas pelos meus antecessores.

O que há de novo no planeta reforma agrária? É preciso dizer que o tema – isto é importantíssimo – se desideologizou. Quem ouviu nesta Casa os debates referentes ao item reforma agrária sabe que ela, mais do que qualquer outro tema, era permeada pela perspectiva ideológica e que isso condicionava as escolhas e as decisões tomadas tanto naquele momento como também anteriormente. Assim, a primeira grande mudança que devemos observar é que, hoje, este é um tema isento da carga ideológica que carregava anteriormente e que, portanto, os atores podem fazer escolhas que eu diria muito mais racionais, motivadas por aspectos sociais e econômicos.

Em segundo lugar, importa também refletir que tivemos, sobretudo na passagem dos anos 70 e 80, uma mudança muito significativa na economia agrícola brasileira. É exatamente nesse período que ela se modernizou, embora fosse uma modernização expulsora de mão-de-obra e que teve as suas distorções – e nós não a negamos. Mas a verdade é que a lógica dos ciclos expansivos que a agricultura carregava, seja com relação ao açúcar, ao café, por tradição colonial e, inclusive, mais recente, que era da incorporação extensiva de tratos de terra, que era da necessidade da reserva, que era da necessidade da horizontalização da própria agricultura, é rompida, porque, agora, a questão não é mais de incorporar terra, sobretudo o núcleo moderno e dinâmico, porque ele tem a hegemonia da economia agrícola. A partir de agora a incorporação tem de ser cada vez mais vertical. E é exatamente mediante a intensificação da produtividade, para o bem e para o mal, que se passa a orientar a relação do sistema agrícola com o sistema agrário. Isso é importante porque a terra, como fator de produção, como fator inclusive da continuidade do sistema, relativamente perde seu peso e importância.

O terceiro aspecto é mais recente e diz respeito ao Plano de Estabilização. A tendência do capital, quando este convive com a superinflação, com regimes inflacionários altos, com incerteza muito grande, é transformar a terra num ativo de certo grau de liquidez. Obviamente, todos sabemos, isso foi favorecido também por uma política de incentivos. Cito particularmente aquela empregada no Centro-Oeste e na Amazônia, que privilegiou determinados tipos de empreendimento altamente concentradores de terra.

Pois bem, com o advento do Plano Real, em primeiro lugar, deixa-se de ter esse horizonte tão próximo e essa incerteza tão elevada – o horizonte agora é um tanto mais distante, o que propicia a retomada dos investimentos, o que estamos vendo no presente. Em segundo lugar – e esse é outro fator importante –, vivemos hoje uma situação em que a liquidez na economia permanece apertada na medida em que não temos os fundamentos da transição de um regime em que o Estado é basicamente deficitário para um outro em que ele passa a ser superavitário. Também não se consolidou ainda um programa de reformas. Os juros permanecem, portanto, num patamar que eu diria declinante, mas ainda elevados.

Coloca-se para o empresário uma opção, que inclusive tem sido abordada pela imprensa e cujo caso mais emblemático é o do empresário Olacyr de Moraes: para poder relançar o seu processo produtivo, ele vai ter que escolher entre carregar um estoque de terra, que no período anterior tinha acumulado, ou se descartar dela, tendo por alternativa, muitas vezes, a busca de dinheiro, num momento em que a liquidez é apertada.

O movimento ou, se os senhores quiserem, o reflexo do Plano de Estabilização é exatamente o que estamos vendo hoje: o descarte de terras que vinham sendo acumuladas, inclusive com projetos já em desenvolvimento, vis-à-vis a opção de buscar recursos no mercado. É isso que explica a operação do Olacyr de Moraes, da qual os senhores tiveram conhecimento, mas que não é a única. Qual é o reflexo disso sobre a reforma agrária? Temos, primeiro, um aumento da oferta e, em segundo lugar, um barateamento da terra, com efeitos efetivamente benéficos sobre o Programa Nacional de Reforma Agrária. Um terceiro aspecto, que é importante aduzir e que representa uma modificação no quadro geral da reforma agrária, diz respeito, como já foi dito, à questão da opinião pública. A verdade é que a opinião pública brasileira, sobretudo a urbana, faz uma relação que é extraordinariamente positiva para o Programa Nacional de Reforma Agrária, no que diz respeito à própria reforma agrária e à sua condição de vida. Isso se fez, e fundamentalmente graças aos meios de divulgação eletrônica. Não apenas a eles, pois há uma organização importante, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, que é um fator positivo, no sentido da conscientização; positivo, como sói acontecer com outros movimentos sociais que lutam por água, teto, moradia. Esse efeito, que foi captado pelos meios de comunicação, sobretudo eletrônicos, eleva o nível de consciência das cidades a respeito

da necessidade e da importância de um Programa Nacional de Reforma Agrária inclusivo para as condições de vida nas cidades. Portanto, a opinião pública pressiona a direção de um Programa Nacional de Reforma Agrária.

Há um outro aspecto que também vai significar mudanças nesse quadro: trata-se da compreensão clara, fruto do processo de desideologização, por parte das elites deste País, de que a reforma agrária é uma necessidade, de que a reforma agrária tem que acontecer, de que a reforma agrária efetivamente é um programa de geração de empregos e significa algo que deve ser incorporado como um bem. Obviamente, esse pensamento ajuda a reforma agrária, a cuja realização – repito – a opinião pública é altamente favorável.

Para concluir, manifesto que há outra mudança significativa no que diz respeito ao que seriam as condições que se podem ter de negociação em torno da reforma agrária. É verdade que hoje há um conjunto de opiniões; há um vetor que cobre boa parte do espectro da opinião pública – e obviamente também dessa Casa, tenho certeza – no sentido de acelerar o processo de reforma agrária, de fazer avançar o processo de reforma agrária e de torná-lo diverso do que foi no passado, seja por conta do embate, seja por conta dos seus resultados específicos.

Se essas são as modificações, ou se essas são as necessidades, como recolocar o problema da reforma agrária? Em primeiro lugar, dizendo que a questão central hoje não é mais, no meu modo de entender, o acesso à terra. Hoje, o acesso à terra estaria garantido pelo que foi dito e também pelo fato de que existe a vontade política, o que faz com que desapropriemos uma média de 10 mil hectares/dia aproximadamente. Hoje, estamos na marca dos 2 milhões e 800 mil hectares desapropriados no Governo Fernando Henrique Cardoso. Vamos chegar à marca de 3 milhões até o final do ano.

O ato desapropriatório não representa, evidentemente, o assentamento da família. Por conta desse movimento de opinião formado, pode-se dizer que o acesso à terra, propriamente dito, não é mais o centro da questão. O centro da questão, mais e mais, é a sustentabilidade e a qualidade da reforma agrária.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, em relação a esse ponto é preciso ser claro: a reforma agrária que temos hoje é de baixa qualidade; ou seja, ela carece de uma infra-estrutura social e física suficiente para que os assentados possam viver bem. Se é a reforma agrária do retrovisor, isso tende, a não ser que

se tome um conjunto de medidas, a se projetar para a reforma agrária do pára-brisa ou a reforma agrária que estamos fazendo.

Os conflitos continuam existindo. É claro que se pode perguntar: — será que o Ministro não está "super-relativizando" a possibilidade de acesso à terra? Ora, é inequívoco que temos conflitos e é inequívoco que infelizmente eles vão continuar durante algum período — esperamos que o mais curto possível. Mas é verdade que hoje temos, seja pelos mecanismos econômicos aqui relatados, seja pela própria disposição em desapropriar, um fato: a redução entre a demanda e o acesso à terra tende a ser significativa, em particular se aprovarmos aqui, nesta Casa, um conjunto de projetos de lei segundo os quais haverá redução da temporalidade entre a desapropriação e o acesso à terra.

Enfatizando, o centro da questão passa a ser a sustentabilidade, a qualidade do programa de reforma agrária, acesso ao crédito, à tecnologia, à educação, saúde, energia e transporte. Esse é o centro do problema, que nos leva obviamente para o nó górdio que é a questão fiscal. Para mim, relacionado ao problema da qualidade da reforma agrária, temos o aporte de um volume de recursos compatível com a necessidade de atender ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Por último, eu diria que há necessidade e há condições para que a reforma agrária aconteça de maneira negociada. A reforma agrária, por conta de tudo que aqui foi dito, por conta de toda essa modificação, por conta da maior flexibilidade na condição de acesso à terra e por conta do fato de que a grande questão está em melhorar o seu sistema de financiamento, pode ser implementada com um grau de convergência e negociação que não dispúnhamos no passado. É também um desafio que se coloca a todos nós — quem está no Governo e quem está fora dele: manter os propósitos, interesses e programas, encontrar a capacidade e evoluir no sentido da pactuação e da negociação, para que a reforma agrária deixe de ser refém do conflito e da violência.

Hoje existem condições inclusive de sentarem-se à mesa para discutir: Governo, trabalhadores sem terra, os Estados, a Igreja e proprietários rurais. Podem definir, obviamente negociando, onde desapropriar e onde assentar essas famílias. Essa é uma forma melhor do que a atual.

Acho que essa é uma conquista de todos, mas cabe ter a consciência e a capacidade de montar alianças para fazer com que isso efetivamente acon-

teça, ou seja, que a vontade que aí está possa se transformar em realidade.

Diante disso, algumas respostas estão sendo fornecidas.

Em primeiro lugar, é preciso aqui enfatizar, mais uma vez, que a meta do Governo Fernando Henrique é de assentar 280 mil famílias em quatro anos. Isso significa dizer: mais ou menos o mesmo que foi assentado ao longo dos últimos 30 anos. Não temos dúvidas que o déficit, ou a necessidade de terra, vai muito além das 280 mil famílias. Um cálculo preliminar, por exemplo, pode nos dizer que em torno de dois milhões de famílias seria a clientela, por assim dizer, a ser contemplada dentro de um Programa Nacional de Reforma Agrária, que, pelos critérios da FAO, deveria levar de 10 a 12 anos para ser realizado. Mas a verdade é que o Governo faz um esforço significativo e alcança um recorde, fazendo com que a média histórica que tínhamos, que era de 13 a 14 mil famílias assentadas/ano, chegue a algo em torno de 70 mil famílias assentadas em cada ano do Governo Fernando Henrique. O que representa, inequivocamente, um avanço. E vamos alcançar essas metas. Não tenham dúvida.

Em segundo lugar, estamos reformulando todo o sistema de assistência técnica, que é uma peça-chave. Lançamos, há 15 dias, com o Ministro da Fazenda e os Presidentes do Banco do Brasil, do Basa e do BNB, uma nova sistemática de assistência técnica que revoluciona os conceitos anteriores e que, para o próximo ano, significará algo em torno de 500 equipes trabalhando junto às famílias assentadas, levando exata mente educação e tecnologia suficientes, inclusive, para que possam avançar nesse processo.

É importante dizer também que esse é um esforço feito com a universidade, como será feito com a universidade o primeiro censo nacional de reforma agrária.

Um dos problemas com que nos defrontamos ao assumir o Ministério da Reforma Agrária foi o da carência de informações sobre a reforma agrária que aí está. Os dados são extremamente dispersos e falhos. Por isso, em conjunto com 30 universidades, estamos fazendo o primeiro censo nacional da reforma agrária, que envolverá 1.700 pessoas, entre professores e alunos. Ao final dele, não apenas nós, mas os senhores e toda a sociedade, disporemos de um quadro com ampla fotografia do que é a realidade da reforma agrária que aí se encontra, possibilitando, portanto, o delineamento de uma política pública, que faz falta ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Outro aspecto importante é o aspecto da descentralização. Em que pesem as divergências que possam existir a respeito da idéia – e aqui enfatizo que não estou falando em estadualização, tampouco em municipalização, falo em um processo de descentralização como uma necessidade para agilizar o Programa Nacional de Reforma Agrária – ou se quebra o monopólio da União no que diz respeito ao Programa Nacional de Reforma Agrária, que leva a absurdos como o que vivemos em São Paulo, onde o Governo do Estado tem meio milhão de funcionários e nenhuma responsabilidade com a reforma agrária – eu tenho 107 funcionários para cuidar de toda a reforma agrária em termos do Estado de São Paulo; isso aqui para demonstrar claramente a necessidade do envolvimento de Estados e Municípios nesse processo –, ou então a reforma agrária, ao dar saltos em termos de patamar de atendimento, não poderá e não terá condições de ser resolvida a partir de Brasília.

A descentralização é absolutamente fundamental e, obviamente, entendemos que tem que ter a participação dos trabalhadores e da sociedade.

Eu diria também que, no capítulo da resposta, estamos hoje, inclusive, lançando o novo Imposto Territorial Rural, que é uma antiga aspiração, um antigo desejo de todos. Ele apresenta basicamente três aspectos: primeiro, é uma medida que visa a desconcentração de terra, na medida em que vai ampliar o custo daquele que carrega um estoque de terras improdutivas; segundo, vai representar mais recursos para o Programa Nacional de Reforma Agrária; terceiro, tenho certeza, forçará um amplo programa de parcerias e arrendamento, porque sabemos que para uma parte daqueles que detêm essa terra, entre a opção de descartá-la totalmente ou torná-la produtiva, o arrendamento e a parceria serão colocados como um imperativo. É por isso, inclusive, que já estamos estudando a revisão da legislação, que, espero, V. Ex^{as}s possam, em breve, poder apreciar.

O outro aspecto é das políticas alternativas de acesso à terra. É preciso um amplo programa, e nós o estamos desflagrando. A nossa expectativa é titular aproximadamente um milhão de posseiros, sobretudo em zonas de fronteira, que vivem em situação irregular e que, por isso, não podem ter acesso à terra. Estamos, exatamente, como disse há pouco, pensando num regime de parceria e estamos também pensando em outras formas mais que possam significar a possibilidade de acesso à terra para milhões de brasileiros que dela precisam para sobreviver.

Por último, cito o crédito fundiário. O antigo desejo dos movimentos agrários é exatamente o crédito fundiário. Pois bem, esse crédito, esse fundo encontra-se em etapa final, e acredito que, talvez no final deste ano ou em 1997, vamos poder estar trazendo aqui à apreciação de V. Ex^{as}s, e vamos estar criando, em conjunto com o Banco Mundial e com outras entidades de financiamento, o primeiro Fundo Nacional, que será seguido de Fundos Estaduais de Crédito Fundiário.

Encerrando essa minha participação, alguns comentários *ad hoc*.

No que diz respeito às colocações feitas pelo Dr. João Pedro Stedile, no Governo Fernando Henrique, eu teria três respostas. Em primeiro lugar, este é um Governo que liquidou a inflação, e esse é o principal imposto sobre o pobre. Então pode-se acusar de tudo esse Governo, menos de ser um Governo que não pensa no pobre, que não pensa na maioria dos desassistidos, porque essa conquista representou exatamente o fim da transferência de renda entre aqueles que mais têm e os que menos têm. E aí estão os resultados: a redução da pobreza urbana, exatamente dado através dos estudos tanto do IBGE como do IPEA, e também os seus reflexos positivos em termos de consumo e capacidade de produção.

É preciso lembrar que estamos entrando, apesar de todas as dificuldades, no terceiro ano consecutivo de Produto Nacional Bruto positivo. E que se ainda não temos os índices que gostaríamos de ter, efetivamente representam um adeus a um passado de recessão, que tivemos recentemente.

Um outro aspecto também a colocar – e aí, mais uma vez, traduz aquilo que é uma percepção global da população – é que o Governo Fernando Henrique conta com o apoio, com a visão em termos de opinião pública, deixando claro que estamos no caminho certo, efetivamente. Temos que fazer correções, mas não resta a menor sombra de dúvida de que a maioria da população pensa no sentido de que este é um Governo que está promovendo mudanças e que tem uma orientação voltada para a maioria, em que pese alguns não perceberem isso com total clareza – mas é uma questão de tempo, chegaremos lá.

E, por último, no que diz respeito à reeleição, vamos deixar o povo decidir se efetivamente o Governo foi bem. Compete exatamente ao povo a oportunidade de decidir favoravelmente, como, aliás, o fez, em alguma medida, no que diz respeito às capitais brasileiras – pelo menos assim entendo.

Com relação ao Senado, gostaria de dizer que V. Ex^{as}s têm a oportunidade de ajudar, decididamente, o Programa Nacional de Reforma Agrária. Temos aqui cinco projetos que são absolutamente essenciais, destacando o Projeto das Liminares, que evita, em grande medida, a possibilidade de conflito no campo, e que já foi aprovado na Câmara dos Deputados; o Projeto que diz respeito ao rito sumário, também fruto de um amplo acordo na Câmara, e que está aqui no Senado, sobre a relatoria – ainda hoje conversava com o Senador Ramez Tebet, que disse que o relatório encontra-se adiantado; e também chamaria a atenção para o Projeto que diz respeito às ações revisórias, por conta de superindenizações, do Senador Roberto Freire. E, por último, a questão de o Ministério Público acompanhar todas as etapas desse processo.

Gostaria de fazer uma última observação sobre o que Dr. Gilmar Mauro colocou em relação aos pobres, que me tocou muito. Penso que sim, Dr. Gilmar, não é apenas V. S^a que tem os pobres como fundamental, não é apenas em V. S^a que cala fundo o sentimento da pobreza e da miséria, é em todos nós. Apenas acredito que esse processo de mudanças, em primeiro lugar, hoje tem um espaço de pactuação que pode e deve ser ocupado por conta de tudo que coloquei. Em segundo lugar, ainda é o método democrático ou a saída de pressionar o Estado e obter as mudanças tanto administrativas como legais o grande método que ajuda na redução da pobreza. Outros métodos podem ter um desiderato ou um resultado que não nos interessa, tenha certeza, porque eles podem levar a outras alternativas que, seguramente, nunca deram certo em termos de resolver os problemas dos pobres e desassistidos neste País.

Era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Ministro da Agricultura e Senador Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Gilberto Miranda, meus colegas Senadores, Sr. Ministro de Assuntos Fundiários, Raul Jungmann, Srs. Palestrantes desta Comissão, Sr. Presidente da CNA, representante da Contag, representante do Movimento dos Sem-Terra, Presidente da Concrab, Presidente da Sociedade Rural Brasileira, gostaria, neste momento, de agradecer e destacar a minha satisfação de estar novamente nesta Casa, como membro que fui da Comissão de Assuntos Econômicos.

Vê-se que este é um tema importante levantado pelo Senador Eduardo Suplicy e, principalmente, pelos debates que já aconteceram. Foram posições colocadas, algumas delas antagônicas, mas que, na grande maioria, têm uma convergência: o sentimento e o desejo da sua concretização; alguns, buscando maior agilidade; outros, colocando, com maior clareza, o que o Governo pretende; mas o que se consolida, principalmente, é que temos, sim, a grande responsabilidade com a questão fundiária.

Como Ministro da Agricultura, vou me deter mais ao tema; naturalmente, no momento de debate, poderemos exercitar, se for da conveniência, o tema de assuntos fundiários; haja vista que o mesmo está especificamente ligado ao meu colega Raul Jungmann.

A agricultura está intimamente ligada à questão fundiária. Não há como pensar em assentamento, na utilização da terra, se também não houver o objetivo de produção. A questão social é, sim, um componente; mas a questão produtiva tem que ser encarada como uma realidade.

Por isso, na condição de Ministro da Agricultura, vou conduzir a exposição nessa linha, buscando alguns pontos que entendo serem importantes, não apenas para os que hoje já detêm a posse da terra, mas também para aqueles que em algum momento serão assentados, os novos proprietários.

Há necessidade, sim, de uma ação, de uma política agrícola que possa consolidar a oportunidade de aumentar a produção e, nesse aumento, a objetividade de conquistar o lucro; nessa mesma linha de busca do lucro, há necessidade de utilização de políticas que possam levar o produtor rural a ter estímulo para a sua produção e, ao final, abastecer a sociedade brasileira como um todo.

Vivemos um momento de baixo estoque, em níveis nacional e internacional. O estoque do Governo, este ano, está em torno de seis milhões de toneladas; é suficiente para alimentar a nossa população, e ainda manteremos excedentes em estoque.

Isso nos leva a assegurar que houve um crescimento do consumo por parte da sociedade brasileira. O Plano de Estabilização Econômica fez com que a sociedade aumentasse o seu poder de compra; a partir do aumento de consumo, as alternativas encontradas foram as mais variadas. Os preços estão mais convidativos. Os preços pagos ao produtor rural melhoraram em relação à última safra e, não obstante isso, os preços ao consumidor não foram elevados.

A agricultura continuou, mais uma vez, contribuindo para que o Plano de Estabilização pudesse ter sucesso. No primeiro momento, em 1994, foi a grande âncora verde do Plano Real. A partir de agora, se não é âncora verde, é um dos sustentáculos para que possamos manter a inflação baixa, em nível de país civilizado; mais do que manter a inflação baixa, dar condição de garantia à sociedade como um todo: ao trabalhador, na busca de preservar o seu salário, aos produtores, aos industriais, aos comerciantes, enfim, a todos aqueles que vivem num processo econômico nacional.

Mais do que isso, o Plano Econômico encontrou a sua eficiência. Alguns usaram da palavra antes de mim e puderam falar em relação ao Plano Real.

Lamento ter que discordar; não se pode colocar o Plano Real como única ação do Presidente Fernando Henrique. É uma ação que se inicia, que não se consolida com poucos meses; já houve muitas tentativas em poucos meses.

Essa é uma responsabilidade nossa; é um Plano de Governo, mas é uma responsabilidade da sociedade. Se o objetivo é melhorar a qualidade de vida de todos nós, não tenho dúvida de que até aqueles que, eventualmente, possam discordar por questões ideológicas ou político-partidárias, terão consciência de que é responsabilidade de cada um continuar na preservação da dignidade do cidadão.

Para que possamos dar a nossa contribuição ao Plano de Estabilização Econômica, o Ministério da Agricultura tem buscado ocupar o seu espaço, por meio de eficiência no setor. O Plano Econômico exige eficiência de todos os segmentos econômicos, inclusive da agricultura.

A agricultura não pode ser tratada como um apêndice da atividade econômica, mas também como essência do processo econômico nacional.

A competitividade está a exigir cada vez mais. Nós, da agricultura, da atividade rural, temos que buscar essa competitividade; com eficiência, temos que encontrar a produtividade, para atingir a lucratividade, natural num país capitalista como o nosso.

No dia da minha posse, eu enfatizava que a atividade rural, como qualquer outra, tem que ser lucrativa. Essa deve ser uma bandeira não somente do produtor, mas da sociedade. Enquanto o produtor tiver lucro, a sociedade pode estar tranquila, pois terá alimentação farta à sua mesa.

O produtor não pode ser alguém que vá subsidiar aqueles que moram na cidade. O conjunto da sociedade deve participar do processo, buscando a

lucratividade e, ao final, conseguindo atingir a sua plenitude, a função social da terra de procurar ter espaço habitacional, mas com o processo de produção no contexto mundial.

Destacaria que vivemos um momento importante. O Brasil é um dos maiores países do mundo com terra agricultável: 52 milhões de hectares; esse número varia; alguém aqui falou em 60, mas trabalhamos com um número em torno de 52 milhões de hectares. Temos uma área disponível, agricultável, da ordem de 200 a 250 milhões de hectares, mostrando que temos muita disponibilidade de terra. Ainda temos muita terra para se tornar agricultável. Parte dela está sendo utilizada na pecuária extensiva. Não obstante isso, tem a sua função produtiva, de atendimento à atividade econômica. O Brasil, com esse potencial, precisa desenvolver algumas ações.

Diria que temos terra, que existem pessoas que querem trabalhar a terra, pessoas que trabalham na terra, pessoas que já trabalharam na terra – alguns com mais eficiência, outros com menos. Mas o processo, quanto à competitividade, mostra que aqueles menos eficientes buscam adequar o seu momento, a sua situação.

Isso tem acontecido nas questões mais variadas, com os mais variados produtores; tanto os grandes como os médios, os pequenos e os micro-produtores encontram-se com alguma defasagem. Aumenta a demanda pela alimentação, não apenas em nível nacional, mas também mundial, numa projeção maior, geométrica, em relação ao crescimento da população. O consumo aumenta muito mais – no Brasil, de maneira específica. Por isso, vivemos um momento de algumas transformações, que buscam, sobretudo, a necessidade de adequação de uma nova ação do Governo.

O Presidente Fernando Henrique tem um compromisso com a sociedade em relação ao agricultor, uma das prioridades de sua campanha. Quando Sua Excelência me convidou para assumir o Ministério, substituindo o meu colega Senador, Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, reafirmou esse seu compromisso e falou que, naquela oportunidade, eu estaria assumindo com o objetivo de fazer com que o Programa por ele implementado pudesse ter a sua sustentação.

Por isso, se aprofundarmos um pouco, chegaremos no Plano de Safra anunciado pelo Senhor Presidente, este ano, com mais de 100% de recursos disponíveis para o custeio da safra agrícola. Dos R\$5,2 bilhões para financiar a agricultura brasileira, já foram liberados – o número é de dez dias atrás –

R\$3,250 bilhões. Lembramos que os R\$5,2 bilhões serão liberados até o final do processo, com dez meses do Plano de Safra.

O Nordeste brasileiro tem parcela do recurso que está para ele disponibilizado, começando o seu plantio em outro momento. A segunda e a terceira parcelas dos recursos são liberadas nos meses de fevereiro, abril, maio, quando da colheita, o que consolida que esses recursos serão colocados à disposição dos produtores.

O Governo, mais uma vez, sente a necessidade de estimular a agricultura e reduz as taxas de juros de 16 para 12%. Esse mesmo Governo entende a necessidade de oferecer instrumentos tecnológicos para o produtor e lança o zoneamento agrícola; com ele, promove redução das taxas do seguro do Proagro em algumas culturas em até 50%, o que configura que há uma preocupação do Governo em relação a isso.

Temos a securitização, um outro ponto que o Governo coloca, reconhecendo o sacrifício do produtor rural para o sucesso do Plano Econômico. Ele torna possível postergar o pagamento de R\$7 bilhões, com a aprovação e com a participação ativa do Congresso Nacional, com os Parlamentares da Frente Parlamentar da Agricultura, o que mostra que há o reconhecimento do Governo de um lado e há, sobretudo, necessidade de ação.

Com a mesma preocupação de dar dignidade ao homem do campo, implementou um Programa de Agricultura Familiar, no qual a participação da Contag foi imprescindível, com os trabalhadores envolvidos no processo de negociação e, agora, no processo da sua implementação. Cerca de R\$1 bilhão foi colocado à disposição do Programa, sendo R\$200 milhões para o custeio. É bom lembrar que, no ano passado, apenas R\$34 milhões foram aplicados. Para este ano, o valor ultrapassa R\$180 milhões, já liberados para o custeio do Pronaf, o que demonstra que há uma grande demanda e uma necessidade de assistência aos pequenos produtores. Para isso, tão importante quanto a questão financeira foi a assistência técnica que o Governo paga, remunera as empresas de assistência técnica estaduais com 3% sobre o valor dos recursos liberados, no sentido de estimular, de apoiar essa participação. Mais do que isso, coloca recursos à disposição dos investimentos: R\$800 milhões para investimentos.

E o investimento muda a sua figura – investimento na melhoria da renda, consequentemente, em instalações e equipamentos e na melhoria do reba-

nho, mas abre uma nova oportunidade – uma injustiça que existia – de investimento na melhoria da qualidade de vida do homem do campo. Anteriormente, poder-se-ia fazer investimento para a pocilga, para o estábulo; mas não se podia melhorar a casa, a habitação do homem que morava no campo, e agora isso está permitido.

Enfim, eu diria, para não me alongar em função do tempo, que o Governo promoveu recentemente, também com o apoio do Congresso Nacional, a Isenção do ICMS, uma grande conquista para o setor, um grande avanço para o setor rural. E os primeiros resultados já estão aparecendo.

Naturalmente, temos muito ainda a fazer. Precisamos de uma reforma tributária mais completa e que busque isentar, na totalidade, os produtos da cesta-básica, os produtos agrícolas, os insumos agrícolas. Essa reforma agrária está sendo discutida pelo Congresso Nacional e tenho certeza de que, no momento oportuno, os Congressistas haverão de apresentar para a sociedade o que há de melhor, nos adequando e nos colocando em condição de competitividade.

No que se refere à questão agrícola, os juros estão compatíveis com o mercado mundial e até mais baixos que em vários países do Primeiro Mundo, onde se coloca juros para a agricultura familiar de 9%, para a agricultura convencional de 12%, com uma inflação projetada entre 13 e 14%. É incontestável destacar que não há subsídio que possa ser descaracterizado nesse momento. Mais do que isso: algumas ações que estão sendo implementadas, em termos de infra-estrutura, os grande projetos hidroviários, que estão sendo implementados, os rodoviários e ferroviários, na busca de facilitar o escoamento da produção, fatalmente reduzindo o custo agrícola, buscando sobremaneira também enfatizar a necessidade de reduzirmos o custo-Brasil.

O Governo, hoje, está projetando uma safra em torno de 80 milhões de toneladas. Sabemos que muita gente passa fome e que alguns cidadãos não têm acesso à alimentação, mas essa falta de alimentação em nenhum momento pode ser debitada apenas à agricultura. Estamos preparados para produzir, a fim de alimentar a sociedade que consome. Estamos preparados para dar suporte ao Governo em suas ações e em seus programas assistenciais. Por isso, estamos buscando nos adequar ao mercado internacional. Não adianta querermos produzir aquilo que, eventualmente, não tem consumo interno ou não nos dê possibilidade de participar do mercado internacional. Isso, fatalmente, seria o suicídio

da agricultura. Fatalmente, o produtor conseguia produzir, mas, ao final, não havendo comercialização, não havendo segurança para a comercialização, não havendo preços razoáveis em relação ao custo de produção, não teríamos produtores por muito tempo.

A equação, de acordo com a visão do Ministério da Agricultura, é de um crescimento ordenado. Por isso, as intenções de safra anunciadas recentemente mostram um número da ordem de 78 milhões e 500 mil toneladas. Isso atende às expectativas do Governo, atende à demanda que o Governo entende, neste momento, ser necessária. No entanto, temos instrumentos capazes de dar condição ao homem do campo de, a partir da produção, obter lucratividade.

Outras políticas serão implementadas. Destaco que o Governo pretende agora avançar no processo de política agrícola. Ações emergenciais, ações de curto prazo foram implementadas. Agora sim, chegou a hora de definir uma política agrícola em nível nacional. Por isso, o Presidente constituiu o Fórum Nacional da Agricultura, onde discutiremos com a sociedade como um todo – produtores, trabalhadores, empresários, sociedade civil – o que queremos e qual o caminho para a nossa agricultura. A pesquisa deve ser pública ou apenas federal ou estadual? A assistência técnica deve ser estadual ou municipal? Qual é a participação dos trabalhadores no processo? A política de preço mínimo é realmente uma grande necessidade? E a estocagem, a comercialização, tanto no mercado interno como no externo? Creio que, a partir do debate, da discussão, encontraremos o melhor caminho, de maneira coerente, de maneira responsável, mas, sobretudo, de maneira duradoura.

Percebo que nossa responsabilidade é no sentido de fazer ações duradouras e programações que possam caracterizar segurança para o produtor, nisso incluídos todos os produtores – pequenos produtores, agricultura familiar, aqueles que estão hoje tendo acesso à terra através dos assentamentos e passam a compor um grupo. Hoje, a agricultura se coloca como um parceiro do Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, do Ministro Raul Jungmann. Temos desenvolvido uma ação conjunta – Embrapa e Estado –, no sentido de dar sustentação ao trabalho de pesquisa, mesmo nos casos de assentamento. Precisamos ter essa relação íntima e próxima porque os assentados de hoje, seguramente – estamos confiantes nisto –, serão os produtores de amanhã e, como tal, passamos a ter com eles a mesma responsabilidade de produção.

O Ministro Raul Jungmann marca uma nova fase, de sinceridade, transparência e de diálogo, um democrata que sabe sentar-se à mesa e discutir até nos ambientes mais desconfortáveis e nos momentos mais tensos. Mas penso que a democracia exige exatamente isto: o respeito entre as partes. É o que o Ministro Raul Jungmann tem demonstrado, exercitando a democracia no dia-a-dia.

O Presidente Fernando Henrique – devo aqui registrar – tem dado todo o apoio necessário para que eu possa implementar as ações enquanto Ministro da Agricultura. Tenho recebido dele especialmente e de seu Governo os instrumentos necessários para que a agricultura seja posta no seu ponto de destaque, ou seja, produzindo para alimentar a sociedade brasileira, principalmente mantendo, com dignidade, o homem no campo. A manutenção pura e simples não é o resultado que se deseja, mas a manutenção com dignidade, com renda, com auto-confiança e com promoção humana.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Srs. Senadores, Srs. Expositores, temos 18 Srs. Senadores inscritos. As perguntas que forem formuladas aos Srs. Ministros serão respondidas por S. Ex^{as} daqui mesmo, e os Srs. Expositores poderão usar o microfone ao lado e, consequentemente, apertar a tecla, para que seus pronunciamentos sobre as perguntas que lhes forem encaminhadas sejam gravados.

O primeiro inscrito é o Senador Eduardo Suplicy. Cada um dos Srs. Senadores terá três minutos para perguntar, e aquele que for responder também terá três minutos. Eu pediria a todos que tentassem ser o mais breve possível, ou não teremos tempo de ouvir a todos.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Sr. Presidente, no último dia 2 de maio, o Presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu a Coordenação Nacional do Movimento Sem-Terra, estando presente à reunião o Ministro Raul Jungmann, da Reforma Agrária – não tenho certeza se o Ministro Arlindo Porto estava presente.

Eu gostaria que tanto o Ministro Raul Jungmann quanto o Dr. João Pedro Stedile, aqui representando o Movimento Sem-Terra, possam fazer um balanço daquilo que foi realizado, especialmente no que diz respeito ao compromisso de assentamento das famílias que estavam acampadas. Qual é a estimativa, hoje, de famílias assentadas? À época, havia 37 mil famílias acampadas, portanto, quantas dessas foram assentadas? Qual é hoje o número de famílias que estão acampadas aguardando os assentamentos?

Em segundo lugar, na oportunidade, o Presidente afirmou que não faltariam recursos para a reforma agrária, tanto para desapropriações quanto para os assentamentos. Gostaria que pudesse ser feito um balanço tanto pelo MST quanto pelo Ministro a respeito desse assunto.

No que diz respeito às leis para agilizar a reforma agrária aqui citadas, como a do rito sumário para evitar despejos coletivos, as referentes à ação da Promotoria, o Ministro Raul Jungmann mencionou que ainda hoje conversou com o Senador Ramez Tebet a respeito da conclusão do parecer.

Gostaria de fazer uma observação. Quando o Governo Fernando Henrique Cardoso mostrou, inclusive com o Senador Ramez Tebet, que havia uma urgência muito grande em se concluir um parecer de grande complexidade para que logo fosse aqui apreciada e votada a matéria, então isso se deu com grande rapidez. Refiro-me ao então parecer relativo ao Projeto Sivam. Como o Senador Ramez Tebet mencionou que está concluindo o parecer, gostaria de ressaltar a importância de acelerarmos, de empreendemos todo o esforço para votarmos essa matéria nos próximos dias. Só peço o mesmo espírito de rapidez e a mesma energia para os projetos relativos à reforma agrária, como o que foi dedicado à votação do financiamento do Projeto Sivam.

Um dos temas tratados naquela oportunidade foi a questão da apuração de responsabilidade e as medidas cabíveis nos episódios de Eldorado dos Carajás e Corumbiara. Na medida em que esse assunto se relaciona à questão da justiça no campo, gostaria que o Ministro Raul Jungmann nos dissesse, em vista do compromisso que o Presidente assumiu naquela data, como está o andamento dos processos e por que aparentemente estão parados.

Quanto à política agrícola, perguntaria ao Ministro Arlindo Porto a respeito da estimativa do Governo de que a política agrícola desenvolvida teria de fato levado 100 mil pequenos agricultores a deixar a atividade agrícola apenas no ano de 1996.

Gostaria de saber, do Sr. Antônio Ernesto Werna de Salvo e do Sr. Luiz Marcos Suplicy Hafers, qual a estimativa que ambas as entidades representativas de produtores rurais têm em relação a essa questão; se há efetivamente um número muito grande de agricultores que estão deixando a atividade agrícola e qual seria a maneira de se evitar esse tipo de política no Brasil.

São essas as principais questões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Ministro Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Sr. Senador, a informação da safra do campo de 100 mil produtores não tem, na nossa visão, procedência na sua plenitude. A intenção de safra, anunciada recentemente pelo Governo, mostra uma elevação em torno de 6,8% em relação à safra anterior: 72 milhões no ano passado, 78,5 milhões na primeira intenção de plantio, que se configura um dos mais modestos em relação à realidade.

O que realmente estamos observando é a redução de determinadas culturas na forma de alternância de cultura. Ele sai de um tipo de cultura e busca outra alternativa.

Posso dizer que, este ano, os números estão mostrando um crescimento, levando-nos a crer que, se há aumento de produção, naturalmente a atividade econômica foi aquecida, e não há sintoma algum de desemprego.

Esse receio foi manifestado por um dos oradores em relação ao algodão, cultura que mostra uma queda significativa, o que acontece também com o arroz, mas as outras culturas estão se recuperando e aumentando a área plantada. Mas não creio que possamos ser pessimistas e calcular, para este ano, o número de 100 mil desempregados no campo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Ministro Raul Jungmann.

O SR. EDUARDO SUPILY – Sr. Presidente, não sei se o Ministro Raul Jungmann ouviu as minhas perguntas, já que adentra o plenário naquele momento. Assim, gostaria de fazer uma síntese.

Sr. Ministro, pedi que fosse feito um balanço dos acontecimentos desde a audiência realizada no Fórum sobre Reforma Agrária, com o Presidente Fernando Henrique e a Coordenação Nacional do Movimento dos Sem-Terra, em 2 de maio passado, quando ali foram assumidos alguns compromissos sobre assentamentos. Gostaria de saber também sobre os recursos destinados à reforma agrária, sobre o compromisso de apuração das responsabilidades nos episódios de Eldorado dos Carajás e Corumbiara e sobre a agilização das leis de reforma agrária, que foram inclusive mencionadas por V. Ex^a.

No que diz respeito aos assentamentos, pergunto se V. Ex^a pode nos dar um balanço preciso, desde os compromissos de 2 de maio até hoje, relativamente aos projetos que haviam sido criados até 1995 e os projetos criados em 1996.

Faço ainda uma observação. É fato que houve uma ligeira melhora na distribuição de renda, segun-

do dados do IPEA e IBGE, de 1994 para 1995, mas veja que o índice Gini de concentração de renda – que V. Ex^a sabe bem o que é – para 1995, que foi de 59,2, é bem mais alto do que o índice de 57,5, registrado em 1992, último ano do Governo Fernando Collor de Mello. Só há um país dentre todos aqueles para os quais há dados disponíveis – a Guatemala –, no relatório do Banco Mundial de 1996, que registra um índice de concentração mais elevado. As diversas políticas desenvolvidas de 1995 para 1996 – pelo menos muitas delas – são no sentido mais de concentrar do que de distribuir a renda.

Assinalo, portanto, que estamos muito longe de poder nos dar por satisfeitos diante do alto grau de concentração de renda. Há muito por percorrer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Pediria a V. Ex^a que concluísse, Senador.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Ao divulgar o atlas da estrutura fundiária, há pouco tempo, V. Ex^a ressaltou que o grau de concentração da propriedade da terra é ainda maior do que o grau de concentração de renda no Brasil.

O SR. RAUL JUNGMANN – Inicialmente, gostaria de dizer que, em termos de orçamento, estamos executando naturalmente e não estamos com nenhum tipo de contingenciamento no que diz respeito à execução orçamentária deste ano. Tivemos alguns problemas, que foram de conhecimento público, mas, no presente, estamos tocando regularmente, com a disponibilidade de recursos necessários para cumprir a meta deste ano.

No que diz respeito ao número de famílias assentadas, alcançamos, em 14 de novembro, 44.967, sendo 16.739 em projetos criados até 1995 e 28.228 em projetos criados em 1996.

Com relação à pauta que foi colocada pelos movimentos sociais, quando daquela reunião com o Presidente da República, gostaria de trazer alguns dados para conhecimento deste Plenário. De um total de 196 áreas, que foram apresentadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, já desapropriamos precisamente 110 áreas, e, dessas 110, aproximadamente 71% encontram-se em fase final de obtenção de recursos fundiários, ou seja, encontram-se na etapa entre o ajuizamento da ação e a imissão na posse.

É bom lembrar que, das 196 áreas, quatorze foram desqualificadas, porque não eram passíveis de ser objeto de um programa de reforma agrária, o que representa uma aceleração considerável no processo, tanto de desapropriação, quanto de imissão.

No que diz respeito ao Grito da Terra, foram apresentadas 226 áreas, sendo que 28 foram desqualificadas, 91 foram decretadas para reforma agrária. O atendimento deve estar, em termos de obtenção dos últimos recursos fundiários, em torno de 60%.

Com relação à questão da meta colocada e assumida como preferencial de assentamento de 32 mil famílias, na presença do Presidente Fernando Henrique, o que tenho a declarar é que isso tem sido prioridade que muitas vezes não temos podido alcançar em face do contencioso judicial ou programas outros que extrapolam nosso controle ou nossa capacidade de resolução. Mas temos dado absoluta prioridade à questão de áreas de conflito.

Inclusive, criamos, no INCRA, o sistema de conflitos inexistentes. Há um processo de acompanhamento, via computador, praticamente diário, de todos os conflitos. Em todas as reuniões e teleconferências que temos feito com as superintendências regionais, há ênfase na questão dos conflitos. Embora seja triste – lamentável dizer isto –, geralmente os recursos fundiários adquiridos em processo de conflito custam 30% mais caros, o que é efetivamente um problema que leva ao encarecimento do Programa Nacional de Reforma Agrária.

No que toca às questões referentes a Corumbiara e Eldorado dos Carajás, não me considero o mais adequado para poder responder sobre isso. Acho que é questão para o Ministro da Justiça ou, especificamente por se tratar de segurança estadual, vai ser respondida pelos Estados. O que costumo dizer diante disso é que, em primeiro lugar, permaneço como cidadão indignado enquanto o último responsável por isso não for para a cadeia, que é o mínimo que se pode pedir nessa situação, e pagar efetivamente pelo delito cometido. Em segundo lugar, o Governo tem procurado assumir sua parte, tanto na aprovação da Lei Bicudo, que tem reflexos no que diz respeito a casos futuros e até a esse, presente, como também por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos, em que os delitos relativos aos direitos humanos passam a ser federalizados e podem ser julgados pela Justiça Federal.

Em linhas gerais, Senador, são essas as informações que teria a dar a V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPILCY – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a usou exatamente 15 minutos para refazer as perguntas, tendo em vista que V. Ex^a é o autor do requerimento. Se mantiver-

mos a média de 15 minutos para os Srs. Senadores, vamos invadir a sessão do Senado, que começa às 14h30min.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Está certo, Sr. Presidente, mas as demais pessoas a quem formulei a pergunta poderão, ao longo dos debates, também responder àquelas que fiz.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Pois não.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. participantes deste debate, a minha intervenção, de certa forma, foi prejudicada pela palestra do Ministro da Reforma Agrária. Basicamente, eu perguntaria a respeito do estoque de terra.

Estamos vendo que no interior do Brasil, atualmente, vários proprietários estão se dispondo a participar do processo de reforma agrária ao colocarem suas terras à disposição. Na semana passada, junto com a Superintendência do Banco do Brasil em Mato Grosso, analisávamos que, após a securitização da dívida dos produtores, houve oferta para ação de pagamento da sua dívida de quase um milhão de hectares de terras, terras dispostas para desapropriação ou para ser adquiridas pelo Governo. Essa ação dependia apenas de que se estudasse o padrão e a localização dessas propriedades e se eram do interesse da clientela da reforma agrária. O Sr. Ministro, exemplificando com o Sr. Olacyr de Moraes, disse que é um exemplo pequeno em relação ao universo de produtores rurais que, hoje, estão com suas terras à disposição.

Outro assunto seria a respeito de crédito fundiário, que, em passado recente, foi um dos melhores coadjuvantes do processo de implantação da reforma agrária ou de assentamentos de produtores até então sem terra.

O terceiro fato que eu gostaria de colocar aqui é que, ao falar sobre os projetos de interesse da reforma agrária que tramitam, inclusive, no Senado Federal, gostaria que o Governo, sobretudo o Ministério da Reforma Agrária e o da Agricultura, se pronunciasse a respeito da utilização dos títulos da dívida agrária, que é uma exigência da Constituição brasileira. Deveria haver lei que estabelecesse como se utilizariam os títulos da dívida agrária. Esse é um assunto da maior importância, porque precisamos da utilização e, principalmente, da confiabilidade desse título, que é um título do Governo, mas que é tido hoje como moeda podre.

Quando fui Deputado Federal, participamos de vários debates na Comissão de Agricultura a respeito desse tema. Há projeto de lei de autoria do Deputado Odacir Klein em tramitação no Senado que recebeu parecer do Senador Ademir Andrade e está, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos. Penso que se deveria fazer um esforço no sentido da aprovação desse projeto, que é de máximo interesse para o normal processo de reforma agrária deste País.

Era essa a intervenção que gostaria de fazer. Não tenho perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Ministro da Reforma Agrária, Dr. Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGMANN – Gostaria apenas de informar ao Senador e ao Plenário que, no projeto que o Governo está enviando ao Congresso Nacional, estamos reconhecendo e resgatando uma dívida muito importante ao Programa Nacional de Reforma Agrária, que são os TDAs anteriores a 1992. Por meio de todo um processo de negociação com o Tesouro Nacional, esses TDAs passam a ser reconhecidos, vão ser trocados por novos títulos, inclusive com prazos menores. Portanto, isso vai representar um fortalecimento da política fundiária, na medida em que os TDAs são o principal instrumento de ordem econômico-financeira que temos para financiar o Programa Nacional de Reforma Agrária. Isso pesava, e pesava bastante, sobre a credibilidade desse papel, que é fundamental para esse programa. Pois bem, estamos resgatando isso agora, e acredito que o efeito será muito positivo para toda a questão e, obviamente, para o Programa Nacional de Reforma Agrária.

Era o que tinha a informar, Sr. Presidente e Srs. Senadores. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Jonas Pinheiro, o projeto ainda se encontra com o Senador Ademir Andrade para contabilizar as emendas de plenário. Tão logo S. Ex^a o devolva – está assinalando que está quase pronto –, será colocado na pauta normal da Comissão.

Com a palavra o Senador Ramez Tebet.

O SR. RAMEZ TEBET – Sr. Presidente; Srs. Ministros da Reforma Agrária e da Agricultura, Raul Jungmann e Arlindo Porto, respectivamente; Srs. Senadores; senhores que aqui fizeram exposições, Srs. Francisco Sales de Oliveira, Antonio Ernesto Werna de Salvo, João Pedro Stedile, Francisco Dal-Chiavon e Luiz Marcos Suplicy Hafers:

Não sei se vou formular perguntas, Sr. Presidente, mas sinto-me no indeclinável dever de dar explicações a esta Casa. Não sem antes salientar contudo – e rapidamente – a excelência dos trabalhos que estão sendo realizados por esta Comissão de Assuntos Econômicos, na qual pude sentir e perceber, com muita emoção, que todos partilham do mesmo objetivo: eliminar a fome neste País e diminuir o grande fosso que existe entre os poucos que são ricos e os muitos que são pobres; e todos aqui, hoje, apontam a reforma agrária, se não como o único caminho, pelo menos como um dos caminhos. Pude sentir, com muita alegria e emoção, que todos convergem para um mesmo ponto: a reforma agrária tem que fazer parte do processo de desenvolvimento econômico deste País, ou nunca iremos realizá-la. Todos estão também cientes e conscientes, cada um com a sua versão, de que é preciso ter, desde logo, uma efetiva política de reforma agrária neste País.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, no instante em que se cobra do Senado da República – com alguma razão – o andamento de alguns projetos, é preciso assinalar que esses projetos, pelo menos os três que tenho a responsabilidade de relatar, são realmente caminhos para diminuir a distância que nos separa de uma efetiva reforma agrária, mas eles nunca podem ser entendidos como a solução desse grande problema que aflige milhões de brasileiros.

Nesse sentido, quero dar uma explicação. No dia 31 de outubro, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a esteve no plenário, mas não acompanhou o meu pronunciamento. Eu tive a humildade de ocupar a tribuna, para dar algumas explicações sobre os três projetos que estão sob a minha responsabilidade: respectivamente, o que trata das liminares, o que trata da participação do Ministério Público nos processos possessórios e o que cuida do rito sumário.

Afirmei, naquela ocasião, que estudava isso com carinho e que os processos estão relacionados, e o fiz para o Senado da República, que é a Casa da reflexão, a Casa da ponderação, a Casa que tem que analisar os projetos com carinho, mas que é uma Casa política, uma Casa que, no instante em que eu me pronunciava – e desde 3 de outubro, ninguém ignora isso –, vivia o clima eleitoral, importante também para o desenvolvimento deste País, porque uma eleição é peça fundamental para o aprimoramento democrático do nosso País.

Afirmei, então, que estava estudando com carinho os projetos, que já tinha opinião formada sobre

alguns deles; cheguei até a manifestá-la e a traçar a minha diretriz. Quero dizer àqueles que estão aqui hoje, àqueles que nos honraram com as suas presenças, aos Ministros e a todos aqueles que fizeram os seus pronunciamentos, que só não apresentei antes a minha decisão para render uma homenagem a este encontro de hoje, dia 19, porque entendia que poderia tirar daqui, como estou tirando, ensinamentos úteis ao aprimoramento desses projetos que estão em andamento no Senado da República.

E não faço isso como retórica não, porque – vou me permitir ler – disse a certa altura do meu pronunciamento:

"Vamos propor a esta Casa, logo que reinicie os seus trabalhos, os nossos pareceres sobre essas três matérias.

Lembro que vamos ter aqui, no Plenário do Senado Federal, no dia 19, um debate ao qual comparecerão o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, o Sr. Francisco Urbano; o Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Sr. Antonio Ernesto Werna de Salvo; comparecerão ainda representantes dos Sem-Terra, na pessoa dos Srs. João Pedro Stedile e Gilmar Mauro; ainda estarão nesta Casa os Srs. Francisco Dal'Chiavon, Presidente da Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil, bem como o Presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Marcos Suplicy Hafers. Estarão presentes também dois Ministros de Estado, a saber, o Sr. Raul Jungmann, Ministro Extraordinário da Reforma Agrária, e o nosso colega do Senado, hoje no Ministério da Agricultura, Sr. Arlindo Porto. Todas essas personalidades aqui estarão presentes para um debate sobre a estrutura fundiária e a reforma agrária neste País.

Esse evento será realizado no dia 19, oportunidade que coincide com a data, digo melhor, alguns dias depois, naturalmente, terei que fazer o relatório dos três projetos que estão sob minha responsabilidade.

Estou confiante que o Congresso Nacional está dando – e isto eu não disse na época, mas me referi especificamente ao Senado da República, que eu acho que não é um latifúndio improdutivo, é uma Casa de trabalho, que tem produzido muito para a grandeza deste País – e dará a sua parcela de contribuição para que, num breve espaço de tempo, possamos continuar trabalhando

na busca da paz social, na busca de mais justiça social para este País, tudo num clima de harmonia, de paz social e da maior justiça social."

Faço essas considerações, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, não para me defender, mas para fazer justiça à Casa a que pertenço.

Na oportunidade daquele pronunciamento, fui aparteado, além do Senador Bernardo Cabral, pelo Senador Ademir Andrade, que está presente aqui hoje. Afora isso, tenho conversado com o Líder da Bancada do PT nesta Casa, Senador José Eduardo Dutra, a respeito desses projetos que estão sob a minha responsabilidade.

Com isso, quero dar uma resposta – que espero seja satisfatória – aos nossos ilustres visitantes e também ao nosso Ministro da Reforma Agrária, que me tem cobrado a agilização desses processos. Quero dar uma resposta para o pronunciamento que fiz no dia 31 de outubro.

No mais quero dizer que todos estamos irmãos na mesma luta. Eu tenho um passado de luta – é preciso que me conheçam – em favor e em defesa dos postulados de uma justiça social efetiva e de uma reforma agrária sem retórica, justa e humana para este País. Em nome desse passado, quero honrar a minha tradição e apresentar o meu parecer, ouvindo, como tenho ouvido, as Lideranças desta Casa, ouvindo também o clamor daqueles que estão presentes hoje aqui e que nos honraram com as suas palestras.

Por fim, como tenho que dizer alguma coisa a respeito deste País, tenho aqui a *Folha de S. Paulo* do dia 17: "O Brasil tem cinqüenta milhões de clandestinos." Li a reportagem que o Senador Romeu Tuma me mostrou e constatei que esses "clandestinos" são pessoas que não têm sequer certidão de nascimento, são pessoas que não têm sequer direito à cidadania, porque não constam do rol dos brasileiros.

Quero lutar junto com todos os que aqui estão, e penso ser esse o papel do Senado, da sociedade brasileira, para que consigamos dar a certidão de nascimento e também um pedaço de terra onde todos possam trabalhar e viver.

Era essa a explicação que eu queria dar àqueles que aguardam um modesto trabalho meu para ser discutido perante toda a Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Bezerra.

O SR. CARLOS BEZERRA – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, demais autoridades aqui presentes, cobrei algumas vezes, da tribuna do Sena-

do, que esta Casa deveria promover um debate mais amplo sobre a questão da reforma agrária. Entendo que o Senado vem discutindo pouco este assunto, de exponencial importância para o País.

Ouvi atentamente a abordagem da questão da concentração da terra, problema grave do País. Mas ele não é de agora: nasceu com o Brasil, descoberto em 1500 e colonizado por portugueses. Naquela época, Portugal tinha cerca de 2 milhões de pessoas e não havia ninguém para trazer para cá a não ser alguns soldados e o padre. Começamos montando as capitâncias hereditárias, as sesmarias, e a propriedade nasceu grande no Brasil, porque o país era grande, e Portugal não tinha gente para mandar para cá. Depois vieram os escravos.

Portanto, esse modelo de concentração da propriedade no Brasil é histórico, é secular, e atrapalhou, de certo modo, o nosso desenvolvimento; atrapalhou e muito, porque os países que nasceram da pequena propriedade se desenvolveram melhor.

É comum ouvir-se a comparação entre o Brasil e os Estados Unidos, que foram descobertos mais ou menos na mesma época. Alguns dizem que os Estados Unidos se desenvolveram porque foram colonizados por ingleses, por outro tipo de europeu; e o Brasil, por portugueses, que são burros. Daí o nosso problema: os Estados Unidos são uma grande potência; e o Brasil, um país subdesenvolvido, atrasado. Nada disso! Os Estados Unidos se desenvolveram porque nasceram com uma pequena propriedade.

Naquela oportunidade, houve, na Inglaterra, uma revolução industrial, que deslocou o pessoal do campo para as grandes cidades: Londres, Liverpool. Como não havia emprego na Inglaterra, as pessoas migravam para a América, a fim de ser pequenos proprietários. Venderam sua liberdade por um ou dois anos, em troca da passagem, e vieram colonizar o Norte dos Estados Unidos, que é a região mais desenvolvida da América, tanto a infra-estrutura como a superestrutura.

Ali prevaleceu a pequena propriedade, um modelo diferente do Sul, onde havia o escravo e a grande propriedade. Esta, apesar de se ter desenvolvido economicamente, tinha uma superestrutura tão atrasada quanto a do Brasil ou mais. É onde se mata pastor, Presidente, onde existem organizações clandestinas poderosas, fruto da formação, diferente da do Norte dos Estados Unidos – a Guerra da Secesão americana o mostrou com clareza.

Estamos analisando agora o problema da propriedade, da desconcentração da propriedade e da

reforma agrária. Fiquei muito feliz ao ouvir a exposição de V. Ex^a, Ministro Raul Jungmann, mas V. Ex^a é uma voz bem isolada nessa questão de repensar a reforma agrária.

Creio que estamos enganando todo o mundo, nós mesmos. A tarefa necessária, mais urgente, é repensar a reforma agrária. Não sei se o caminho para se rediscutir o tema é apenas esse discurso – não sou neoliberal – antineoliberal que ouvi aqui. A meu ver, a opinião da sociedade sobre o assunto é de fundamental importância. Cito, como exemplo, o meu Estado. Temos lá um Governador também comprometido com a reforma agrária – que inclusive foi Ministro dessa Pasta. Desde que S. Ex^a assumiu, venho pedindo-lhe que convoque a universidade, os órgãos de pesquisa, para montarmos uma equipe que analise como deveremos proceder, no Mato Grosso, em relação à questão da reforma agrária, para que o assentado não fique sem condições econômicas de produzir. Se isso ocorrer, depois de dois anos, ele cansa, abandona a terra e volta para a cidade, como já vi acontecer várias vezes. Já houve terras de primeira qualidade pelas quais lutamos, brigamos, e houve até morte para consegui-la. Porém, passado algum tempo, não se viu mais ninguém por lá; a propriedade foi vendida para terceiros.

Existem pequenas propriedades em Mato Grosso, de 2 mil hectares, que têm cem títulos de terra. O cidadão foi comprando aos poucos e formou novamente uma fazenda. No nosso sistema de reforma agrária, é fácil assentar o homem; porém, depois ele fica desamparado.

Deve-se procurar a forma econômica mais adequada de explorar a terra. Todos deveriam empenhar-se nessa tarefa: a universidade, os técnicos, os governos estadual e municipal, a Embrapa e as empresas estaduais de pesquisa. Todos deveriam estar envolvidos nesse processo para montar um modelo viável de reforma agrária, que permitisse ao homem, permanente e definitivamente, condições dignas de sobrevivência.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Solícito a V. Ex^a que conclua o seu pronunciamento.

O SR. CARLOS BEZERRA – Quero parabenizar o Ministro por essa colocação e dizer que V. Ex^a tem que fazer um mutirão na questão de repensar a reforma agrária. Esse assunto é prioritário, e o Presidente da República tem que liderar os representantes do Movimento dos Sem-Terra, das entidades aqui presentes e dos Ministérios. Vamos reestudar essa questão, porque, da forma como está ocorrendo, não vamos a lugar algum. Se não se toma-

rem medidas imediatas, esse plano de assentamento de 200, 300 mil famílias de nada adiantará. Vamos apenas tirar o cidadão daqui, colocá-lo ali, mas com os mesmos problemas. Ele voltará para a cidade, sem dúvida nenhuma, porque não terá condições de viver no campo.

Parabenizo V. Ex^a pelas suas palavras e repito: V. Ex^a terá de arregaçar as mangas, senão o seu trabalho será infrutífero.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Ministro da Reforma Agrária.

O SR. RAUL JUNGMANN – Agradeço as palavras do Senador Carlos Bezerra e dou alguns esclarecimentos.

Primeiro, estamos criando o Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Agrário; inclusive, estamos alocando R\$ 1 milhão, que deve significar o envolvimento da universidade para repensar a reforma agrária. Isso está sendo feito agora, estamos criando esse núcleo dentro do próprio INCRA.

O SR. CARLOS BEZERRA – Ministro, só para comunicar a V. Ex^a que, como Relator do Orçamento, a única área que não teve corte algum foi a da reforma agrária. Foram preservados todos os recursos.

O SR. RAUL JUNGMANN – Tenho certeza de que V. Ex^a faz jus às nossas expectativas. Por isso, parabenizo-lhe e agradeço a V. Ex^a.

Como eu disse, o Núcleo de Estudos e Desenvolvimento Agrário, que vai envolver toda a universidade brasileira, está pronto e, em breve, sairá uma Portaria a respeito.

Segundo, estamos preparando o primeiro Fórum Nacional de Reforma Agrária, onde vamos discutir com os movimentos sociais, igrejas, Estados, proprietários qual a reforma agrária que queremos e vamos abrir o Orçamento de 1997 para discutir efetivamente as áreas prioritárias – onde desapropriar e assentar as famílias –, porque entendemos que há espaço para avançar em termos de uma reforma agrária negociada.

Terceiro, costumo dizer que não basta ter um modelo; aliás, essa não é mais a época de se ter apenas um modelo de reforma agrária. É preciso dois, três, quatro ou cinco, desde que isso facilite o acesso à terra, entendendo que a sua distribuição é importante e reconhecendo que, por exemplo, no Estado do Pará, onde temos dois Senadores, Ademir Andrade e Jader Barbalho, temos 710 mil hectares livres e disponíveis para reforma agrária, o que é um estoque altamente considerável, reforçando a minha posição de que a questão central não é mais a do acesso à terra, mas a qualidade e a sustentabilidade que reforçam as palavras do nobre Senador.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, em primeiro lugar, desejo cumprimentar a exposição dos Ministros Arlindo Porto e Raul Jungmann e também as observações feitas pelos nossos convidados.

Quero manifestar a minha solidariedade com o que foi dito neste plenário. A meu ver, é difícil que alguém discorde das observações aqui colocadas praticamente por todos os expositores. À exceção de algumas adjetivações, creio que, no mérito das questões levantadas, todos estão com a razão: há necessidade de mudar a política econômica.

Verifico, por exemplo, a luta do atual Ministro da Reforma Agrária para conseguir recursos, e do próprio Ministro da Agricultura, quando vejo que se continua mantendo uma política de incentivos fiscais, que, seguramente, este ano, deverá ter dez vezes mais do que terá o Ministro da Reforma Agrária.

Evidentemente, tudo isso nos preocupa. Preocupa-nos que a manutenção dessas políticas acabe por impedir que se possa efetivamente implantar um projeto de reforma agrária justo dentro das expectativas do povo brasileiro.

Gostaria de ser pontual, Sr. Ministro Raul Jungmann, até porque estou convencido de que o Senado não negará a questão do rito sumário. Eu mesmo, como Líder do PMDB nesta Casa, estou à disposição nesse sentido, levando em conta as declarações aqui feitas, inclusive a de que o Pará, o meu Estado, tem sido, ao longo do tempo, palco de conflitos agrários, decorrentes de equívocos de política econômica. Palco que se estabeleceu tanto pela política de incentivo fiscal dos anos 70, que estimulava a concentração da terra, quanto pela vinda de agricultores do Nordeste. Logo após, inevitavelmente por erro de política econômica, o meu Estado se transformou no maior palco de conflitos agrários do Brasil.

Entendo, Sr. Ministro, que o item terra talvez seja, na composição do projeto agrário, o de menor valor num país como o Brasil. É preciso que se leve isso em conta, se não se quiser, no futuro, lamentar os equívocos cometidos.

Todos sabemos que desapropriar talvez não seja o gesto mais preocupante do Ministro da Reforma Agrária, e sim o que se segue à desapropriação, ou seja, viabilizar o assentamento, dar condições ao trabalhador da terra – isso já foi dito, apenas ressalto – de ter como escoar a produção, de ter assistência técnica, armazenagem, acesso ao crédito. Deve-se, enfim, completar o projeto sob pena de ouvirmos

depoimentos dos quais não poderemos discordar, porque são reais.

O Senador Carlos Bezerra acaba de declarar um desses depoimentos. Disse S. Ex^a que, em seu Estado, existe uma área de dois mil hectares que é apenas a composição de pequenas propriedades resultantes do que foi um assentamento decorrente de uma desapropriação. Quem vive no meio rural sabe que isso acontece.

Há necessidade de levarmos em conta este aspecto: não se viabiliza a reforma agrária por decreto, como se tentou fazer ao longo do tempo. O Governo, o Congresso Nacional e a sociedade brasileira precisam se conscientizar de que o projeto de reforma agrária é de natureza econômica e social.

Um projeto habitacional não consiste só em desapropriar a área urbana; mas em providenciar rede de esgoto, em levar energia e água tratada, em urbanizá-la. Em relação à reforma agrária, deve ocorrer o mesmo, sob pena de estarmos apenas nos enganando.

Manifesto, antes de mais nada, minha solidariedade aos que defendem a reforma agrária no Brasil e a V. Ex^a, que está à frente desse processo e que precisa inevitavelmente ter as condições para implementá-lo. Manifesto minha solidariedade a V. Ex^a pelas observações que fez. Elas demonstram, em primeiro lugar, conhecimento de causa e, acima de tudo, sensibilidade política.

Registro, para não me alongar, já que há tantos outros companheiros que precisam de esclarecimento, um dado em relação ao rito sumário. Não há por que delongar um processo de desapropriação, mas há necessidade de haver responsabilidade por parte do Governo e por parte dos movimentos sociais. Fiquei muito satisfeito de ouvir a declaração – é a primeira vez que pessoalmente tenho o privilégio de ouvi-lo – do João Pedro Stedile. S. S^a desceu da tribuna e garantiu ao Presidente da CNA, Dr. Salvo, que a propriedade produtiva será poupada neste País. Fiquei feliz – repito –, porque não é essa a realidade a que estamos assistindo no campo. Penso que a classe política tem a obrigação de aprovar o rito sumário e não obstruir o processo de desapropriação. No entanto, a reforma agrária não pode, em um Estado organizado, ser feita na base da invasão, onde o Poder Público não tem o poder de comando. Se assim fosse, não haveria necessidade de sociedade organizada, não haveria necessidade de Governo.

V. Ex^a, Sr. Ministro, acabou de informar que os movimentos sociais indicaram cerca de 196 áreas, dentre as quais o Governo desapropriou cerca de 110

e excluiu 14, se não estou equivocado. Penso que o movimento social deve continuar indicando as propriedades que considera que não sejam produtivas.

No entanto, se V. Ex^a, em lugar de ser Ministro, for bombeiro, não sei qual será a política de reforma agrária que se vai implantar neste País. Se o Ministério de V. Ex^a não tiver condições de selecionar as áreas adequadas, não sei se estaremos beneficiando ou prejudicando o agricultor. E o custo disso?

No meu Estado, acaba de ser invadida – disse a V. Ex^a pela manhã e repito – uma fazenda onde há inclusive laboratório de transferência de embriões de gado. Trata-se de uma das fazendas das mais modernas, não digo do meu Estado, mas do Brasil. Sr. Ministro, por quanto V. Ex^a desapropriará essa área? Quanto custará o lote nessa área do assentamento agrícola? Esse tipo de política é favorável ao pequeno agricultor ou se trata de desperdício de dinheiro público?

Um dos graves desafios da reforma agrária é exatamente tirar a política do decreto e colocá-la como um projeto econômico e social que precisa de recursos para ser viabilizado. O Governo precisa convencer-se disso.

Declaro, no momento em que se diz que no meu Estado há um estoque de 710 mil hectares, que V. Ex^a precisa é de recurso para fazer assentamentos. É disso que V. Ex^a precisa. Não é isso? V. Ex^a precisa também selecionar as áreas efetivamente improdutivas. E, nesse caso, V. Ex^a deve ter o rito sumário, para agilizar. Mas, se V. Ex^a ficar correndo atrás do fogo, se V. Ex^a ficar atrás de invasão, não vai a lugar nenhum, Sr. Ministro, e nem o idealismo dos que estão aqui sentados, dos quais não tenho nenhum motivo para duvidar.

Digo a V. Ex^a e ao Relator Ramez Tebet que vocês têm toda a minha solidariedade em relação ao rito sumário. Saio desta reunião feliz da vida, porque ouvi do próprio Movimento dos Sem-Terra que é o latifúndio improdutivo que deve ser desapropriado, que é a propriedade improdutiva que será desapropriada. Têm toda a nossa solidariedade. Essa manifestação tranquiliza aqueles que estão produzindo no Brasil, dá-lhes a tranquilidade de que não serão desapropriados, de que V. Ex^a, portanto, não jogará fora dinheiro público e de que V. Ex^a cumprirá a tarefa de efetivamente avançar na reforma agrária do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Ministro Extraordinário da Reforma Agrária.

O SR. RAUL JUNGMANN – Senador Jader Barbalho, em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um

agradecimento público a V. Ex^a pela sua intervenção de hoje durante a reunião dos Líderes, quando abordamos o ITR. O senhor lá, como aqui, nos deu apoio. Quero de público agradecer agora pelas suas palavras e anteriormente pelo seu posicionamento na reunião que tivemos na presença dos Líderes.

Faço apenas uma observação. A possibilidade de que a reforma agrária caminhe, a possibilidade de que os recursos sejam mais bem alocados passa necessariamente pela possibilidade de negociar. Muitas vezes, em determinadas situações, não é possível negociar, não existem condições de fazê-lo.

Hoje, por tudo aquilo que fiz questão de relatar – refiro-me às novidades –, podemos sentar e negociar. Isso é possível. Quando um Governo consegue desapropriar 10 mil hectares por dia, quando um Governo chega, antes de completar dois anos, a 3 milhões de hectares desapropriados, quando temos esse estoque de terra – e temos muito, muito mais, e não apenas no Pará –, podemos dizer que se criaram condições para a negociação. Não se trata apenas do Governo especificamente, mas da sociedade, do Parlamento, que, mediante a ação dos seus Líderes mais autorizados – aqui falou o Senador Jader Barbalho –, manifesta o apoio que o projeto requer. Então, estão criadas as condições para que se transforme a reforma agrária não num vagão a reboque do conflito, mas na locomotiva do planejamento, da capacidade e da racionalidade. Para isso, no entanto, é fundamental que todos se disponham a colaborar, a participar.

Reitero aqui a minha disposição no sentido de que haja o diálogo, para que a reforma agrária seja feita através de um processo de negociação e pactuação. Enfatizo: cabe ao Poder Público, e a ninguém mais, decidir se uma propriedade é ou não produtiva, se ela deve ou não ser desapropriada. Se o Poder Público não está respondendo a esse imperativo, ele deve ser pressionado. Mudem-se os dirigentes, mude-se o Ministro, mude-se a lei, pressione-se o Estado, mas não se pode desconhecer que essa é sobretudo uma faculdade do Poder Público. Desautorizá-lo e desrespeitá-lo é negar o próprio Estado de Direito, que é um pacto ético e político; é voltar à barbárie. Em um primeiro momento, pode até parecer que ajuda o conjunto dos trabalhadores. Não ajuda. Não ajuda, porque gera uma reação que se manifesta em toda a sociedade e termina desservindo o conjunto, sobretudo em um momento como esse, em que temos algo tão precioso, que é esse enorme pacto

branco que se tem na sociedade e dentro do Parlamento. É preciso dar esse salto adiante.

Nesse sentido, faço minhas as suas palavras e entendo que é fundamental uma outra lógica: é fundamental entender que passado é passado e que nós temos um futuro muito auspicioso, negociado em termos do Programa Nacional de Reforma Agrária.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Ministro da Agricultura, Dr. Arlindo Porto.

O SR. ARLINDO PORTO – Gostaria de fazer um comentário a respeito da manifestação do Senador Jader Barbalho. S. Ex^a enfatizou, com muita propriedade, a questão do acesso à terra e a eficiência da sua utilização. Essa é uma visão que precisa ser analisada. Quando se preocupa apenas em abrir um espaço de terra para fazer assentamento ou a sua utilização no processo econômico, vejo que precisamos caminhar no sentido de traçar uma política agrícola eficiente, ágil. Algumas alternativas estão sendo encontradas, algumas delas com muito sucesso. São ações na área de irrigação, projetos de irrigação, projetos integrados no processo de desenvolvimento e abertura de novas fronteiras, abertura de novas áreas.

A agroindustrialização, o agroprocessamento é um ponto importante na evolução do processo de geração de renda. Temos de agregar valores, temos de agregar mão-de-obra aos nossos produtos. Enfim, essa abertura de novas fronteiras mostra-se, sobretudo, o Centro-Oeste brasileiro como um sucesso e agora caminhando em direção ao Norte do País.

Enfatizo ao nobre Senador que essa sua preocupação naturalmente fecha com a reforma agrária, que é o tema principal; mas a agricultura tem essa visão pragmática de que a terra, sim, deve ser utilizada com essa eficiência, mas que, no uso dessa eficiência, temos que buscar novas tecnologias, novas ações e pesquisas, o que, lamentavelmente, não se tem conseguido fazer de maneira tão integrada.

Esse deve ser, sem dúvida, o caminho para que tenhamos sucesso no assentamento, porque fatalmente, a partir disso, buscaremos incrementar e integrar o processo produtivo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Srs. Senadores, Srs. Expositores, o Ministro Extraordinário da Reforma Agrária, Dr. Raul Jungmann, tem que se retirar, devido a outros compromissos marcados anteriormente. Agradeço, em nome do Senado, a presença de S. Ex^a. O Secretário-Geral ficará na mesa respondendo às perguntas.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Ministro, faltando apenas 40 minutos para o término da reunião, faço um apelo a V. Ex^a para que aguarde um pouco mais. É desagradável para nós, que estamos aqui desde cedo, nos dirigirmos e não termos a presença de V. Ex^a. É o apelo que faço a V. Ex^a, inclusive porque eu gostaria de me dirigir a V. Ex^a numa reunião tão importante quanto esta.

O SR. ARLINDO PORTO – Senador, quando recebi o convite, não tinha limite em termos do horário que a reunião iria. E, para mim, hoje é um dia muito especial: estamos lançando o novo Imposto Territorial Rural. Tenho um compromisso, na Fazenda, com o Ministro da Fazenda e com todos os editores de economia dos jornais brasileiros, que lá estão me esperando, para que exatamente seja feita essa exposição, que é fundamental para a comunicação desse novo projeto, que sei que para o senhor é decisivo.

Quero dizer que é basicamente isso que me leva, senão faltarei com este compromisso que considero decisivo, para que possamos inclusive levar ao conjunto da opinião pública essas modificações de algo tão importante.

Mas eu pediria a V. Ex^a: se pudéssemos fazer um acordo, mais 20 minutos – já estou com 20 minutos de atraso – se seria possível eu contar com o beneplácito e a compreensão dos senhores. Sinto muito. Estou disponível para vir aqui outras vezes, tantas quantas forem necessárias. Mas é exatamente a qualidade desse compromisso e já o atraso que estou carregando que me leva a solicitar a compreensão e o beneplácito dos senhores.

Que fique claro que nenhuma indelicadeza existe; pelo contrário, a compreensão de que seria fundamental ouvi-los a cada um.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a ainda deseja usar da palavra?

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, foi tão importante a realização desta reunião, é um marco tão histórico no Senado debater esta matéria que, com toda sinceridade, acho que podíamos encerrá-la aqui e marcar a continuação para uma segunda etapa. Poderíamos marcar um novo encontro, uma nova reunião, mantendo os escritos e outros, para discutirmos esta matéria – digamos assim – na semana que vem, ou nesta semana, se for o caso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Pedro Simon, temos na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos, aproximadamente, oitenta projetos para ser relatados. Temos reunião marcada

para hoje à noite e para amanhã, e vamos manter esse ritmo até o final. Acho que seria praticamente impossível. Mas o Ministro vai ficar presente e vamos dar seqüência.

O SR. PEDRO SIMON – Esse era o medo que eu tinha. Achei essa reunião tão espetacular que achei que ia poder mudar. Mas estou vendo que vai acabar essa reunião e amanhã volta tudo à estaca zero.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Não, Senador. V. Ex^a poderá propor essa reunião, novamente, na Comissão de Assuntos Econômicos, como fez o Senador Suplicy. Darei prioridade, marcaremos uma reunião fora dos dias normais, na parte da noite. Poderemos usar até o plenário, tenho certeza.

O SR. PEDRO SIMON – É a proposta que estou fazendo: marcarmos uma outra oportunidade para continuar a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Continuamos essa reunião até às 14h; depois, podermos marcar outra, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. convidados, quero fazer uma consideração e cinco perguntas.

Em primeiro lugar, quero dizer que temos que defender a propriedade familiar neste Brasil como forma de desenvolvimento. Somos defensores deste tipo de propriedade não por uma questão ideológica, mas por uma questão prática de vivência.

Tive uma oportunidade de passar cerca de 40 dias na Europa, especialmente na França, na Bélgica e na Suíça, acompanhado de três padres, Aristides Camilo, Françoise Gouriou e Ricardo Rezende. E passamos praticamente 40 dias conhecendo a agricultura e a pecuária daqueles países da Europa. Lá percebemos a França, por exemplo, dezessete vezes menor do que o Brasil, tem uma produção agrícola de 60 milhões de toneladas de grãos; 90% das propriedades lá são familiares, com um tamanho médio de 40 hectares, e tem evidentemente uma agricultura subsidiada, o que é uma prova mais do que clara de que a propriedade familiar é uma alternativa de desenvolvimento para o nosso País.

Feita essa consideração, inicio as minhas perguntas. V. Ex^a afirmou que o problema hoje não é o acesso à terra. Dentro dessa sua afirmação, gostaria que V. Ex^a me citasse, porque posso estar desinformado, um único assentamento – não conheci nenhum nesses últimos 20 anos – que o Governo te-

nha feito por iniciativa própria. Todos os assentamentos que conheço são assentamentos onde o Governo resolveu o problema da invasão. Desconheço que exista um assentamento por iniciativa do próprio Governo: o Governo vai lá, arruma uma terra, faz um projeto de assentamento, traz os trabalhadores e coloca nessa terra. Eu desconheço. Não sei se existe e gostaria que V. Ex^a me informasse.

O Governo tem sido a pessoa que vai lá e só resolve depois que a invasão está feita. Desconheço que exista um assentamento, nesses últimos 20 anos, porque o último que conheci foi o da Transamazônica, que foi de iniciativa do próprio Governo. De lá para cá, desconheço um assentamento de iniciativa do Poder Executivo. Gostaria que V. Ex^a me respondesse se existe.

Dentro dessa questão, eu perguntaria: como está o caso Macaxeira? V. Ex^a esteve agora no meu Estado e chegou lá com uma proposta de assentar cerca de 180 famílias das quinhentas e poucas lá existentes.

Não sei se V. Ex^a sabe, Ministro: aqueles trabalhadores rurais que foram assassinados em Eldorado dos Carajás foram expulsos da sua terra há dois anos e seis meses pela Companhia Vale do Rio Doce. Foi a primeira expulsão. Foi ali que foi criado o primeiro acampamento dos sem-terra no Estado do Pará. Passaram oito meses esperando, à porta da Vale do Rio Doce, a definição do INCRA, que não veio. Foram para Marabá e invadiram a sede do INCRA; passaram oito meses dentro da sede do INCRA. Não saiu solução. Houve um compromisso, voltaram para Parauapebas e lá passaram mais seis meses, e aí invadiram a fazenda Rio Branco. O Governo decidiu comprar a fazenda Rio Branco, pagou R\$8 milhões por uma fazenda que talvez não valesse R\$2 milhões. Inclusive questionei o valor e, à época, o Presidente do INCRA, o Graziano, disse: "Olha, se for questionado, eu vou cancelar a operação, porque não tenho outra forma de fazer essa operação." Tive que me conformar com aquela situação.

Isso foi em outubro de 1995. Chegaram lá em Macaxeira, prometeram não invadir, cumpriram a promessa de não invadir, desde que o Governo desse um prazo de noventa dias. Passaram-se 180 dias, e o Governo não deu solução. Por isso eles caminharam até Belém e dezenove deles foram assassinados.

E agora V. Ex^a foi lá – percebo a sua boa vontade, tenho estado com V. Ex^a muitas e muitas vezes, V. Ex^a sabe disso – com uma solução mais uma vez com a metade dos trabalhadores que estão lá.

Onde está a facilidade de acesso à terra, conforme V. Ex^a colocou? Essa é a segunda pergunta.

Estou com o Orçamento de 97 em mãos. Para as Forças Armadas brasileiras estão destinados R\$15,831 bilhões: R\$4 bilhões para a Aeronáutica, R\$7,5 bilhões para o Exército, R\$4,5 bilhões para a Marinha. Para o Ministério da Fazenda, que não tem muito o que fazer, há R\$8,3 bilhões. De juros, de dinheiro do Tesouro, o Governo está pagando R\$33 bilhões; está rolando a dívida em R\$208 bilhões. E para a reforma agrária, Ministro, estão destinados apenas R\$2,6 bilhões.

É assim que se faz reforma agrária?

Para nós, aqui, é muito difícil mudar isso. Quando o Executivo determina algo, mudá-lo, aqui, é praticamente impossível. São R\$2,6 bilhões para a reforma agrária, enquanto as Forças Armadas brasileira têm R\$15,8 bilhões. Isso é apenas um termo comparativo. Pergunto a V. Ex^a: será que o Governo quer fazer reforma agrária dessa forma, num país tão grande quanto o nosso?

Essa é a terceira pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Ademir Andrade, há sete oradores inscritos e o tempo é de somente 29 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, irei concluir em trinta segundos.

V. Ex^a vai apresentar o projeto do ITR. Quero saber como V. Ex^a vai conciliar a cobrança desse ITR para propriedades que só têm até 30% da sua área beneficiada, quando, pela outra lei elaborada pelo Governo, essas propriedade agora só podem ter 20% da sua área desmatada. Essa é uma curiosidade que tenho, porque ainda não li o projeto.

Para finalizar, desejo comentar a respeito do oferecimento dos grandes proprietários de terra do País. Hoje é diferente, pois são os proprietários que procuram o Governo para negociar suas terras. Eu, que sou um Senador de esquerda e vivo lutando pela reforma agrária, já recebi mais de cem proprietários rurais que vêm oferecer suas terras. Recebo-os, ouço-os e apresento a V. Ex^a o problema. Inclusive, há proprietários de grandes áreas que percebem não terem mais condição de dominar aquelas áreas e querem negociar com o Governo. No entanto, até agora não percebi, da parte do Governo, uma solução para esse problema. Questiono que atitude vai tomar o Governo diante das propostas que estão sendo feitas. São muitas fazendas de 40, 50, 60 mil hectares, cujos donos estão se aproximando do Governo para entregá-las, com fins de assentamento.

Porém, com R\$2,606 bilhões por ano, dos quais R\$1,4 bilhão é somente para pagar pessoal e para a manutenção do próprio órgão – ou seja, para investimento e desapropriação restam apenas R\$1,2 bilhão -, não sei como o Governo vai resolver o problema, contando com tais recursos.

Eram essas cinco perguntas, com o sentido de colaboração, que gostaria de fazer a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concordo a palavra ao Ministro Raul Jungmann.

O SR. RAUL JUNGmann – Em primeiro lugar, o assentamento por iniciativa própria do Governo está em torno de 50%. Inclusive, existe pesquisa nesse sentido. Se o Senador quiser, envio-lhe a relação de todos esses assentamentos no Brasil, feita recentemente, no mês passado. V. Ex^a é um Senador bem informado e tem participado conosco nesse processo, pelo que agradecemos.

Em segundo lugar, em relação a Macaxeira, trata-se de um complexo que até agora tem sido apontado nos laudos como tendo a maioria dos imóveis produtivos. Que não se entenda que não temos sido, inclusive, muito duros com relação a Macaxeira.

Quando assumi o Ministério, Macaxeira ia ser comprada; veio a denúncia de que o seu arrendatário poderia ser o eventual mandante da chacina. Suspendi o processo e mandei fazer uma nova vistoria especial, só com o pessoal de Brasília; descobrimos que existiam indícios de fraude; demiti todo o pessoal que tinha sido responsável pelo laudo anterior e desapropriei Macaxeira conjuntamente com Três Voltas, e há mais duas áreas que vamos desapropriar. Entretanto, somente com essas áreas – e, nesse caso, trata-se de uma questão de física – não é possível atender as 900 famílias que lá se encontram, mas não por falta de vontade ou de decisão de fazer isso. Estamos propondo áreas próximas para resolver esse tipo de problema. Fomos lá para resolver, especificamente, o problema de Macaxeira, repito, e de mais duas áreas próximas.

Em terceiro lugar, em relação ao Orçamento de 1997, gostaria de dizer que o custeio da máquina não é de R\$1,7 bilhão, mas algo em torno de R\$300 milhões. Trata-se de um incremento razoável, face ao Orçamento que temos para este ano. Lamento, em conjunto com o Senador, que não tenhamos mais recursos. Mas afinal está o ITR, o qual, sendo aprovado este ano, vai representar um incremento altamente razoável, na medida em que ele, pela simulação que temos, eleva a arrecadação de algo em torno de R\$300 milhões, talvez R\$400 milhões,

este ano, para algo em redor de R\$1,5 bilhão, R\$1,6 bilhão.

Espero contar com o concurso e o apoio do Senador, inclusive porque esses recursos, por definição do Governo, vão ser destinados, em sua totalidade, para o Programa Nacional de Reforma Agrária, reforçando-o, portanto.

Com relação ao ITR, à questão dos 80%, tivemos a colaboração do Ministério do Meio Ambiente. Aquela área que for tida como reserva florestal, ecológica, e tendo plano de manejo, abrangido pelas suas preocupações, será isenta do ITR. Portanto, trata-se de um avanço ambiental e também da preservação das atividades produtivas, obviamente, nas regiões Norte e Centro-Oeste.

A questão do oferecimento de terra é muito simples: desde que o preço seja baixo e exista a intenção e a necessidade, compramos e adquirimos. Porém, no momento em que temos hoje uma superoferta de terra, procuramos trabalhar com nosso instrumento preferencial, a TDA. Esse é um processo negocial que, muitas vezes, se arrasta. Veja, por exemplo, o caso do Pontal do Paranapanema. O problema que lá existe hoje não é outro senão o preço exatamente a ser pago pelas benfeitorias. O interesse do proprietário é obter o máximo de preço nosso, que somos responsáveis pelo Erário e pelo dinheiro público e, efetivamente, de pagar o menor preço, desde que isso não represente o esbulho. Essa negociação, muitas vezes, se arrasta, o que gera esse problema a que V. Ex^as se referiu. Mas estamos trabalhando e aceitando essas terras, desde que sirvam aos interesses e, obviamente, sejam compatíveis com o nosso orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Srs. Senadores, há sete oradores inscritos e o tempo é de apenas 24 minutos. Pediria o máximo de compreensão de V. Ex^as, no sentido de que fossem bem objetivos nas perguntas.

Com a palavra o Senador Francisco Escórcio.

O SR. FRANCISCO ESCÓRCIO – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. visitantes, Srs. Senadores, tratando-se de um grande tema nacional, o Senado está de parabéns por ter proporcionado este belo debate.

Mas não vale a pena só discursarmos; temos que partir para a prática. Para isso, precisamos de recursos, que são poucos. Temos que ir fazendo isso na medida do possível.

Gostaria de fazer uma pergunta: a terra desapropriada, como indenização do ITR, será vendida ao novo proprietário pelo valor da desapropriação ou

o Governo baixará esse preço? No primeiro caso, onde não houver infra-estrutura – estrada, energia, armazenamento – não haverá interessados. No segundo caso, qual o mecanismo legal que permitirá o Governo baixar o preço? Por outro lado, o Governo aguardará a desvalorização da terra? Quais os meios – crédito, infra-estrutura, estrada, garantia de preços, armazenamento, comercialização – que o Governo propõe para tornar as terras produtivas em mãos dos seus proprietários atuais ou futuros? Em resumo, que mudanças na política agrícola adotará o Governo? Qual a área total de terra já desapropriada no Governo à qual esse ainda não deu a destinação? No caso das propriedades destinadas a reflorestamento, qual a maior área que o Governo permitirá ao imóvel rural? **Idem**, nas usinas de açúcar e álcool.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Com a palavra o Ministro da Reforma Agrária.

O SR. RAUL JUNGMANN – Com relação à questão da terra colocada à disposição, é preciso lembrar que o Programa de Reforma Agrária não é uma doação, como muitos podem imaginar. É um crédito que se dá a uma família que, por circunstâncias várias, não tem condições de produzir. É concedido esse empréstimo, com um período de carência; depois, ela tem que retornar isso.

Um dos efeitos do Censo Nacional de Reforma Agrária é exatamente voltarmos a ter as informações para que, inclusive, possamos levar adiante o processo de emancipação e titulação das famílias a serem assentadas, que é uma preocupação nossa. Isso porque só após a titulação definitiva da terra essa família poderá ter acesso a outras formas de financiamento que não o Procera, que é o financiamento específico para fins da questão da reforma agrária.

Quanto à questão das áreas desapropriadas versus a sua destinação, não temos ainda informação exata. O número geral que temos é algo em torno de 106 milhões de hectares; quer dizer, terras hoje que seriam da União e que não teriam destinação, seria algo em torno de 106 milhões de hectares. Porém, sem que se faça um cadastro único de terras no Brasil, reunindo sobretudo aquelas autônomas e entidades detentoras da maior parte dessas terras, especificamente Funai e Ibama, trazendo a Secretaria de Patrimônio da União, o Ministério do Exército, etc, não se conseguirá saber a locação, que é o mais difícil. Por esse motivo, está-se montando um grupo de trabalho, que tem até o final do ano para apresentar a proposta do Cadastro Único de Terras da União, com esse objetivo.

No que diz respeito à questão do reflorestamento, ele varia, segundo a legislação ambiental, de região para região. Como foi lembrado aqui pelo Senador do Pará, Ademir Andrade, a reserva legal, a área preservada, pode chegar a 80%, mas pode ser menor em outras regiões, variando conforme as características fitogeográficas, sociais e econômicas de cada região.

Com relação à última pergunta referente à questão da usina do açúcar e do álcool, é bom lembrar que, mediante convênio com o Banco do Brasil, estamos recebendo terras da ação em pagamento. O Banco do Brasil nos repassa terras de devedores e damos TDAs pelo valor de face. Esse programa já tem aproximadamente 300 áreas e deve ter um grande incremento, em termos de velocidade. Um lote muito grande será oferecido agora, inclusive para fins de reforma agrária.

Uma outra questão é que as terras pertencentes aos bancos liquidados pelo Banco Central passam para a reforma agrária. Então as terras do Bannorte, do Econômico, do Nacional, etc, estão sendo disponibilizadas para fins de reforma agrária. Acredito que na próxima semana, ou na seguinte, tenhamos a primeira área disponibilizada para fins de reforma agrária.

O setor sucro-alcooleiro, no caso específico do Nordeste, enfrenta uma crise bastante prolongada e, para alguns, terminal. Então, o que estamos fazendo? Uma operação de **clearing**, onde as usinas estão trocando débitos pela entrega de terras, visando a diversificação produtiva na Zona da Mata pernambucana e também de Sergipe e Alagoas. Até o presente momento, estamos analisando 36 usinas e fechando o primeiro acordo com seis. A expectativa é que só nessa primeira **transfer** tenhamos algo em torno de seis mil hectares, que se tornarão disponíveis. Isso em conjunto com o projeto piloto, do Banco Mundial, que começa ainda este ano e que será aplicado em cinco Estados, tendo US\$150 milhões, através de um programa chamado Cédula da Terra, que torna disponível uma carta de crédito para que a comunidade organizada possa negociar diretamente a terra, mediante, inclusive a utilização, pela primeira vez, de contrapartida em terra para o Banco Mundial, o que é um avanço muito significativo.

No caso específico do setor sucro-alcooleiro, acredito que estamos apresentando algumas soluções. Inclusive estive, na semana anterior, com representantes da Fetag, e me dispus, a exemplo do que fiz recentemente no sul do Pará, a instalar o Ministério e a Presidência do INCRA na região da Zona da

Mata para, em conjunto com os trabalhadores, com a Igreja, com os prefeitos, com o Governo estadual e com a participação de outros Ministérios encontrar soluções para esse problema.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Senador.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Tentarei ser bem rápido. Dizem que "Deus ajuda quem cedo madruga". Levantei cedo, vim para cá, entretanto, descuidei-me em fazer minha inscrição. Mas acho que a tolerância de V. Ex^a, Ministro Raul Jungmann, atendendo ao apelo do nosso colega, Senador Ademir Andrade, permitiu que eu pudesse cumprimentá-lo pela dignidade com que tem conduzido a missão que o Presidente lhe conferiu, de dirigir seu Ministério. Sua presteza, sua coragem em decidir ou até em demitir funcionários quando esses não se prestam a cumprir ordens emanadas de V. Ex^a dão dignidade e autoridade ao seu cargo.

Nosso colega e Ministro Arlindo Porto também tem conduzido com bastante tranqüilidade seu Ministério, conseguindo as verbas, talvez com um pouco de atraso, segundo os reclamos que aqui ouço daqueles que entendem e conhecem os grandes problemas da agricultura brasileira, mas tem nos dado satisfação, mediante as entrevistas e sua presença neste plenário e individualmente junto aos colegas Senadores.

Existe aqui nesta Casa – com a presença de V. Ex^a representando o Governo, a Administração Pública Federal, e dos membros dos movimentos sociais, que buscam uma porta para encontrar a solução de seus problemas – a vontade política de decidir e resolver o grande problema que aflige a sociedade brasileira.

O Presidente desta Comissão, Senador Gilberto Miranda, ao realizar este trabalho, o faz com equilíbrio e tranqüilidade, abrindo possibilidades de novas discussões, como requereu o nosso ilustre Senador Pedro Simon.

Uma das minhas grandes preocupações é o TDA. Quando dirigi a Polícia Federal, o TDA tinha um descrédito total, inclusive pela falsificação, o que trouxe ao mercado uma instabilidade total na sua credibilidade.

Conversando com o Senador Ramez Tebet, acredito que S. Ex^a, pelo que me disse, dentro de poucos dias ou horas estará, até por recomendação do seu Líder de Partido, Jader Barbalho, apresentando nas comissões os três projetos; essa é a principal reivindicação do Governo, dos movimentos so-

ciais e desta Casa. Isso, acredito eu, poderá vir com urgência urgentíssima, visto que há a vontade e a decisão do Líder do maior Partido desta Casa de encaminhá-lo para uma discussão e aprovação rápida.

Preocupo-me com o rito sumário apenas na condução da Justiça. Temos um projeto que foi aprovado na alcada do Juizado de Pequenas Causas. Nós temos, Sr. Ministro, audiências marcadas para um ano, questões que tinham que ser resolvidas na mesma semana. É preciso que haja regulamentos internos do Poder Judiciário quanto ao processo sumário.

Gostaria de lembrar que na época que o Senador Jader Barbalho era Governador do Pará para lá fui por conflitos fundiários – o que é um histórico no sul do Pará, e o Senador aqui bem lembrou. S. Ex^a tentava, através de seu governo, investir junto ao então Presidente do Tribunal de Justiça do Pará no sentido da criação das varas voltadas para os problemas dos conflitos fundiários. Não sei como o projeto avançou, porque depois da minha saída da Polícia Federal não tive mais conhecimento sobre o assunto. Mas essa vontade de investir no Judiciário tem que ser uma reivindicação importante dos movimentos.

Queria só mostrar aqui, Ministro, que deve haver uma confiabilidade enorme entre as autoridades do Governo e os movimentos sociais. O Senador Ademir Andrade mencionou a Fazenda Macaxeira. V. Ex^a afirmou que houve desapropriação e que irá assentar uma parcela dos que reivindicam a área para produzir. Surgiu um problema de que isso não seria aceito se a solução não fosse integral, porque diminuiria ou quebraria a unicidade do Movimento dos Sem-Terra.

Essa confiabilidade tem que existir. V. Ex^a e as lideranças têm dado demonstração de que estão fugindo do interesse pessoal e lutando pelo interesse coletivo da suas representações. Não sei se falta essa confiabilidade, entretanto, ela deveria existir, para que realmente esse movimento tenha uma passividade e uma solução mais rápida.

Presidi a Comissão do Projeto Calha Norte, que compreende uma vastidão de terra. Não quero fazer a ligação do Movimento dos Sem-Terra ou das reivindicações de terra, mas se há algum projeto para o Calha Norte na reforma agrária. Porque o Governo está tentando investir por uma ocupação física-econômica que possa atrair a sociedade civil a fim de desenvolver alguns projetos que lá existem.

Passei pelos quartéis e principalmente em São Gabriel da Cachoeira tento o Comandante atrair in-

vestimentos para desenvolvimento da indústria químico-farmacêutica por produtos naturais da Amazônia. Não tem gente nem investimentos. Há quatro hospitais, de bom nível, um deles gerenciado pelo Exército em Tabatinga e outro em São Gabriel terminado e com todo o equipamento moderno e sem possibilidade de ser ocupado e atender a rarefeita população da região. Os outros dois já estão construídos com possibilidade de trabalhar.

Era isso. Quero apenas cumprimentá-lo, não tenho nenhuma pergunta a fazer, a não ser que V. Ex^a tenha alguma luz sobre o problema da região do Calha Norte.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, Srs. Ministros, acho muito importante a realização desta reunião. Com toda a sinceridade e com o maior respeito, creio que deveríamos fazer uma segunda, já que esta primeira reunião constituiu-se na apresentação dos problemas. Em cima do que foi aqui debatido, deveríamos colocar no papel algumas idéias a serem analisadas.

Não tenho dúvida de que no Brasil, ao longo de sua história, a reforma agrária não acontece por falta de decisão política. O Ministro da Reforma Agrária foi muito feliz em suas colocações. É a realidade. S. Ex^a apenas constatou que no mundo inteiro e no Brasil a discussão sobre a questão está mudando, o aspecto ideológico – se é ou não comunista – desapareceu. E, hoje, estamos em condições de discutir a questão de uma maneira racional.

Mas se desapareceu o cunho ideológico e passional, não desapareceu o cunho da necessidade. Tem razão o representante de Mato Grosso, quando fez comparação entre o desenvolvimento dos Estados Unidos e o nosso; o Senador Darcy Ribeiro e eu, em várias oportunidades, vimos dizendo isto. No Brasil, os lugares onde houve desenvolvimento com colonização e reforma agrária, como o Rio Grande do Sul e o Paraná, a distribuição foi de 25 hectares.

Percebo no Ministro a preocupação com uma política de ação e, de certa forma, a presença do Governo, mas não vejo a intensidade necessária por parte do Governo. O Governo considerou muito importante fazer o Proer, resolver o problema dos bancos. E não precisou rito sumário, não precisou de projeto, não precisou de nada, a solução veio por medida provisória. Essa disposição, essa vontade de fazer não tem o Governo e – vamos ser sinceros – não temos nós, aqui no Congresso Nacional. Temos que reconhecer, fazer uma **mea culpa**.

E não vamos falar em relação ao atual Relator da matéria, pelo amor de Deus. S. Ex^a é um parlamentar da maior competência e da maior boa vontade. Estou falando da nossa história, ao longo de 30 a 40 anos. Não é um assunto para ser cobrado agora, é um projeto que não teve a tramitação necessária nesta Casa.

Não foi por outra razão que a última causa determinante da queda do ex-Presidente João Goulart e do golpe de 1964 foram as medidas que o Sr. João Goulart tomou no sentido da implantação da reforma agrária.

Meu querido Ministro da Agricultura, V. Ex^a, de forma muito competente, vem trabalhando sobre o problema do pequeno proprietário no Rio Grande do Sul. De um lado, existem pessoas que querem terra porque precisam trabalhar e que gostariam de trabalhar e, de outro lado, gerações que nasceram plantando na terra, numa pequena propriedade, e que foram obrigados a sair porque não tiveram aquilo que, conforme foi dito aqui, vem depois da terra. E o que vem depois não está aparecendo.

Vimos isso lá e trouxemos o problema ao Plenário. O Banco do Brasil está tomando pequenas propriedades, de 10, 14, 18 hectares, porque o proprietário não teve condições de fazer frente aos seus compromissos. É realmente uma questão muito importante.

Nós cometemos um erro grave no Senado. Esta Comissão, que tem uma excepcional atividade, faça-se justiça, está muito exagerada, tem mil coisas a fazer. Não consigo entender como o Senado não tem uma comissão específica para tratar de uma questão como a agricultura. Mas só o fato de nós do Senado não termos uma comissão permanente para tratar dessa matéria já é uma demonstração de que não encaramos o assunto na profundidade necessária, embora praticamente metade dos Srs. Senadores sejam proprietários de terras e, consequentemente, deveriam ter interesse numa comissão para tratar da questão.

Sr. Presidente, teria muitas propostas, uma série de perguntas sobre as quais gostaria de saber o pensamento do Ministro da Reforma Agrária. Como, por exemplo, o Senador Darcy Ribeiro apresentou uma emenda constitucional, que me parece da maior importância, que determina um prazo para que a área seja produtiva. Em não sendo produtiva áreas com mais de tantos hectares, com o decorrer do tempo, a União poderá desapropriá-las para fins de reforma agrária.

Mas seria importante realizarmos uma outra reunião, a partir do que aqui foi dito e debatido, com

um segundo enfoque. Definir quais são as idéias que temos com relação a proposta do Governo. Aí, sim, tiraríamos como fruto desta reunião uma pauta concreta.

Percebi aqui algo muito interessante: todos que falaram, os líderes sindicais, os líderes dos trabalhadores, os líderes dos sem-terra, os líderes dos empresários rurais, os fazendeiros, o Ministro da Agricultura, o Ministro da Reforma Agrária, Senadores, todos foram a favor da reforma agrária. Viu-se aqui uma unanimidade, como nunca numa sessão. Então, quem é contra que ela aconteça?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador, pediria que V. Ex^a concluirisse.

O SR. PEDRO SIMON – A proposta que faço é muito singela, Sr. Presidente. Volto a pedir a V. Ex^a, que tem razão quando diz que a Comissão tem uma pauta enorme – não sei se o Senador Suplicy, que é o autor, concorda – que marcássemos uma nova reunião com os dois Ministros, para que colocássemos no papel as propostas aqui debatidas. Assim, poderíamos apresentar ao Ministro uma conclusão, uma proposta.

É essa a minha proposta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Senador Pedro Simon, agradeço a sugestão de V. Ex^a. Vamos marcar uma próxima reunião, após consultar a agenda dos Srs. Ministros e, assim, daremos sequência a este debate, convidando, novamente, aqueles que falaram no dia de hoje.

Concordo plenamente que a Comissão de Assuntos Econômicos – depois de quatro anos participando dela – deveria ser desdobrada, de preferência em uma Comissão de Agricultura e outra do Setor Financeiro, englobando bolsa de valores. E assim poderíamos acompanhar mais de perto tais questões.

Fica uma sugestão a todos os Srs. Líderes para que na nova legislatura tenhamos mais Comissões e assim possamos diluir o número de participantes em Comissões importantes como Constituição, Justiça e Cidadania e na Comissão de Assuntos Econômicos, viabilizando seu funcionamento.

Concedo a palavra ao penúltimo Senador inscrito, Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, Srs. Ministros, Srs. convidados, Srs. Senadores, já estamos no final, mas gostaria de dar um testemunho, porque foi aqui no plenário desta Casa, como constituinte, que ouvi debate sobre a questão agrária que não terminou por conta do conflito e do confronto; havia toda uma mediação ideológica que tornava impossível o diálogo na Constituinte.

Estou me lembrando também que iniciei minha vida em uma época em que éramos chamados de subversivos e agitadores, organizando sindicato e disputando politicamente com as ligas camponesas. Para que não pensemos que toda essa realidade atual é uma coisa nova. Deve ter existido na história, sem a nossa participação, momentos também de conflito, de confronto, tal como ao que assistimos particularmente na Zona da Mata pernambucana no início dos anos 60; resultou até em golpe de Estado, dado o grau de acirramento, de contradições que continuam existindo. Esse era o testemunho desse passado e a perspectiva do futuro, muito bem colocada pelo Ministro da Reforma Agrária.

Podemos estar falando desse assunto com duas grandes características: primeiro, a diminuição – porque eu não acho que acabou – sensivelmente da carga ideológica. Pensamos, como nós pensávamos, nós comunistas, que a reforma agrária e o seu processo iriam provocar a revolução socialista no Brasil. Talvez sonho de juventude. Não acredito que outra juventude, dessa geração atual, pense que vai fazer um cerco à cidade, por meio da revolução do campo. Talvez alguns possam pensar, mas, evidentemente, isso não faz mais parte do ideário das forças políticas de esquerda e sua maioria na hegemonia que exerce.

Segundo, a possibilidade do consenso e da racionalidade que esta reunião está demonstrando, com contradições – não vamos também nos iludir. Talvez elas não sejam tão explicitadas, mas existem; as contradições estão aí e se não estivessem evidentemente não estaríamos aqui discutindo sobre reforma agrária. É bom que continuem sempre explicitadas, mesmo que não seja neste plenário. É importante a mobilização dos trabalhadores sem terra, da Confederação dos Trabalhadores, até porque se isso não ocorrer mais uma vez vamos ter o marasmo, a inércia e a impossibilidade de discutirmos como estamos fazendo agora.

O Sr. Ministro tem toda a intenção, inclusive pela sua trajetória política e sua história, de querer fazer a reforma agrária, mas se não houver a pressão da sociedade, evidentemente que por maior boa intenção que S. Ex^a tenha, o sistema e a estrutura dominante tenderão à inércia. Daí a importância de aproveitarmos o consenso, a possibilidade da racionalidade, e não perdermos a capacidade de nos indignarmos contra uma estrutura fundiária profundamente injusta e perversa, concentradora que é até na perspectiva de imaginarmos uma sociedade em que se distribua melhor a renda.

Uma das formas de se distribuir renda é se distribuíssem propriedades, num processo de reforma agrária. Se não fosse pelo problema econômico, ou pelo problema social, teríamos que ter, nessa visão da questão do mercado interno, distribuição de renda de um setor que vai evidentemente integrar-se numa dicotomia que já não mais existe, superando a dicotomia cidade/campo, pelo processo da revolução científica e tecnológica – algo que é mais presente do que a questão do fator tradicional terra. Tudo isso tem que ser trazido como um local, um setor que pode gerar emprego, em que melhor se pode distribuir renda.

Esse é um dos objetivos que podem trazer a racionalidade para esse momento histórico que vivemos, quando a sociedade está totalmente mobilizada, até no uso do folhetim das nossas novelas, para a solução desse problema. É um momento importíssimo, em que o Governo poderia muito bem começar a exigir respostas de todos os atores, como exige do Movimento dos Sem-Terra, como exige da sua burocracia – como bem disse o Ministro; que exija do Senado que não paralise aquilo que pode ser instrumento que facilite a solução desses problemas ou pelo menos que encaminhe soluções ao problema.

Não se trata apenas das propostas que aqui foram referidas e que estão nas mãos do Senador Ramez Tebet. Existem projetos que talvez não tenham a dimensão, o conflito ou a polêmica, mas que poderiam ajudar muito – do Senador Flaviano Melo, por exemplo, que tenta precisar a questão da propriedade produtiva e criar mecanismos que inviabilizem fraudes no processo desapropriatório ou tentativas de não enfrentar a possibilidade da desapropriação por vários mecanismos como secessão, hereditariedade previamente determinada com divisão, questões utilizadas no sentido de tornar produtiva a terra quando se inicia o processo de avaliação; afinal, toda uma série de mecanismos.

Falo de uma questão que no Brasil nos coloca no século XIX, trabalho escravo análogo, e não temos como definir que essa propriedade não é produtiva por mais que o seja.

Outra questão sobre a qual o Governo poderia começar a pensar: existe na Constituição brasileira a criação – inclusive sobre ela posso falar por ter sido produto de emenda minha – de Varas agrárias vinculadas às Justiças estaduais. Não foram criadas; parece-me que um único Estado está intentando essa questão. Assim, todos os conflitos agrários teriam Vara específica que talvez agilizasse o proce-

so, que talvez ajudasse não apenas do ponto de vista adjetivo, mas o substantivo do julgamento. São questões como essas que teria a fazer.

Embora eu quisesse fazer uma série de outras perguntas, mas apenas para que o Ministro possa me responder algo sobre a questão do Imposto Territorial Rural: recordo-me aqui que o Sr. Fernando Collor, Presidente da República à época, deu uma interpretação muito fiscal a propósito desse Imposto afirmando que buscaria apenas arrecadar recursos.

Há uma tendência nesse novo ITR de buscar um aspecto fiscal, até para financiamento da reforma agrária, mas sem perder sua característica inicial do Estatuto da Terra de ser um instrumento também de reformulação fundiária, o que considero importante. Quero dizer de antemão que sou tremendamente simpático a esse novo ITR. Gostaria de conhecer qual o instrumento legal. É a pergunta que faço, até porque mesmo não gostando e sabendo que temos que dar um paradeiro a essa questão da medida provisória no sistema presidencialista, este Governo utilizou, e outros Governos utilizaram tanto a medida provisória para tantas questões menores, que eu faria uma concessão: gostaria muito que viesse por medida provisória essa intenção do Governo de modificar o Imposto Territorial Rural e tentar por intermédio dele criar um mecanismo a mais para que esse consenso que temos se transforme em realidade para os milhões de trabalhadores sem terra no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) — Com a palavra o Ministro da Reforma Agrária.

O SR. RAUL JUNGMANN — Em primeiro lugar, Senador, muito obrigado por suas palavras a respeito da nossa trajetória. Tenha a certeza de que reafirmamos nossa trajetória ao longo do exercício desse cargo e temos um compromisso que não é de hoje com os trabalhadores, em particular, com o tema da reforma agrária, que V. Ex^a tão bem, inclusive, tem pugnado aqui no Congresso Nacional em conjunto com os demais Parlamentares.

Em primeiro lugar, permita-me dizer-lhe que esse consenso que hoje existe na sociedade brasileira — e isso procurei demonstrar no primeiro instante — atende a uma realidade econômica, a realidade de que, em primeiro lugar, a dinâmica econômico-agrícola já não depende da incorporação extensiva de terra

Em segundo lugar, e isso é fundamental reter, num País como o nosso, o peso do latifúndio, o peso da terra dentro do processo produtivo não é aquele que alguns querem atribuir a ela. Não é o que que-

rem atribuir. Isso se verifica inclusive na votação de matérias agrárias dentro do próprio Congresso Nacional, onde temos tido sucesso, a exemplo do que aconteceu com o projeto de lei das liminares e do próprio projeto que trata do rito sumário. Mudou toda uma correlação de forças e ela é favorável. Cabe ter agora discernimento político para aproveitar e fazer avançar esse processo.

Quero dizer a V. Ex^a que tenho pleno conhecimento, aceito e tenho dito isso publicamente, de que a pressão, de que a organização popular, de que os movimentos sociais são intrínsecos ao processo de cidadania; mais ainda, de que o conflito configura, faz parte de um regime democrático. O consenso, ao contrário, faz parte das ditaduras. O conflito é parte inerente das democracias. Ao mesmo tempo, procuro lembrar o limite que se dá pelo método e o outro limite, que é o respeito à lei. E efetivamente não posso, inclusive como servidor público, abrir mão disso.

Desaproveita a conjuntura quem não percebe a possibilidade que existe de fazer avançar, pactuando, negociando, introduzindo racionalidade. Pode servir ao objetivo específico desse ou daquele outro movimento, pode servir ao interesse particular, mas ao conjunto das forças não serve; desserve neste preciso momento, sem querer alijar, repito, o conflito, a organização e a mobilização. Essas são questões sobre as quais tenho a maior clareza.

Quero dizer a V. Ex^a — também respondendo ao Senador Pedro Simon — que não tive pejo de demitir aproximadamente 50% dos superintendentes, em seis meses — 13 dos 27 foram demitidos —, e não faço isso com nenhuma alegria, mas simplesmente porque tenho que cumprir com o imperativo que me foi dado pelo Presidente da República que é o de levar adiante e realizar essas metas. Não há af qualquer prazer em realizar isso. Mas se eu tinha que tomar essa decisão, ela foi tomada, da mesma forma que procedemos a uma total reformulação, inclusive no primeiro escalão do próprio Instituto e no Ministério.

Com relação à vara agrária, quero dar uma boa notícia a V. Ex^a. Fruto da instalação do Ministério e exatamente para o caso do Pará, que tem no seu Sul, como costume dizer, a fratura exposta — e como aqui, inclusive, bem relataram os dois Senadores desse Estado — da questão fundiária, e não apenas fundiária, criamos a primeira superintendência especial ligada diretamente ao Presidente do INCRA e ao Ministro.

Nessa oportunidade, em conjunto com o Governador Almir Gabriel e com o Presidente do Tribu-

nal de Justiça do Estado, ficou decidida a criação da Primeira Vara Agrária da Amazônia, que será instalada em Marabá ainda este ano, esperamos nós.

Por último, quero dizer que a relevância do assunto, a urgência como também o fato de que temos essas modificações nas TDAs fazem com que o Presidente da República envie à apreciação deste Congresso o novo ITR, através de medida provisória, para o qual esperamos contar com o apoio de V. Ex^{as}.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Concedo a palavra ao Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA – Parece-me que sou o último inscrito, portanto não vou me alongar. Quero apenas fazer um misto de pergunta e apelo ao Ministro Raul Jungmann.

Sr. Ministro, como V. Ex^a bem sabe, o Governo detém uma ampla maioria nesta Casa, que tem lhe permitido aprovar todos os projetos que são do seu interesse com um número de votos contrários que, parece-me, desde que estou aqui, há quase 2 anos, não excedeu 20.

O Governo tem reiterado a sua posição de apoio aos 3 projetos que estão em tramitação nesta Casa e vieram da Câmara: liminares, rito sumário e Ministério Público. Tive, recentemente, uma audiência com o Presidente da República, juntamente com o Presidente do meu Partido, José Dirceu, e a Líder na Câmara dos Deputados, Sandra Starling, que reiterou o apoio a esses projetos.

No entanto, as informações que temos tido é que as gestões do Governo para a aprovação desses projetos têm se limitado a conversas com o Relator para que dê agilidade à apresentação do seu parecer, diferentemente do que tem sido feito com diversos outros projetos, extremamente mais complexos e que embutem polêmicas maiores.

Eu poderia citar vários, mas vou citar apenas um, que diz respeito à existência do próprio Senado da República enquanto instituição, porque envolve a questão da Federação: o projeto de isenção do ICMS nas exportações de produtos primários e semi-elaborados. Esse projeto foi aprovado em regime de urgência no Senado.

Pergunto então: por que não se adota em relação a esses três projetos o mesmo instrumento que é adotado para outros projetos de interesse do Governo, e que é mais eficiente, que é o requerimento de urgência?

Quero registrar que o projeto das liminares foi aprovado na Câmara por um parecer do Deputado

Régis de Oliveira, do PFL, eleito recentemente Vice-Prefeito na chapa do PPB, em São Paulo. O projeto do Ministério Público foi aprovado em caráter terminativo em Comissão da Câmara e, por não haver polêmica, não houve nem recurso para que ele fosse ao plenário.

Esse dois projetos chegaram a esta Casa no final de maio, início de junho, e foram incluídos na convocação extraordinária de julho, o que, para mim, era um sinal de que o Governo tinha efetivamente interesse em que fossem aprovados. Senão não teriam sido incluídos. No entanto, passou a convocação e eles não foram votados.

O projeto do rito sumário, por ser lei complementar, tem que ser votado no plenário da Câmara e, se não me engano, foi aprovado com o voto contrário de cinco Deputados.

Portanto, esses projetos foram, ao contrário de outros que aqui são aprovados sob a alegação de que foram amplamente discutidos na Câmara, não somente amplamente discutidos como objeto de uma profunda composição e negociação política na Câmara dos Deputados envolvendo os mais diversos setores que tratam dessa questão.

Portanto, Sr. Presidente, e aí está a minha pergunta e apelo: por que não se dar a esses três projetos o mesmo encaminhamento que se tem dado aos demais projetos de interesse do Governo e que são aprovados nesta Casa? Por que não – até para termos como resultado desta reunião tão importante, como já foi registrado – aprovarmos hoje, na sessão ordinária do Senado, que começará às 14h 30min, requerimento de urgência para esses três projetos, a fim de podermos votá-los na próxima quinta-feira?

Tenho certeza de que se isso for feito hoje – o Senador Ramez Tebet já disse ter uma visão dos três projetos e, com a sua competência, será capaz de concluir o seu parecer e apresentá-lo na próxima quinta-feira – poderíamos votá-los. Se há essa unanimidade, se há interesse do Governo, se há interesse da Oposição, se o Relator já disse que tem opinião formada sobre os projetos e se os projetos aqui votados não são os originais do PT, mas projetos resultantes de um amplo consenso na Câmara, por que não o Executivo, o Governo Federal, como tem feito com outras matérias, solicitar aos seus Líderes nesta Casa que apresentem requerimentos de urgência para que sejam votados na sessão de hoje ainda? Sendo aprovados os requerimentos, os três projetos poderiam ser votados já na próxima quinta-feira e o Senado da República demonstraria que não

pretende apenas discutir a questão da reforma agrária, mas estaria contribuindo para que ela avance.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) – Sr*s e Srs. Senadores, Sr*s e Srs. Deputados, Srs. expo-
sidores, Srs. Ministros de Estado, a Comissão de As-
suntos Econômicos agradece a presença.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 14h 19min)

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.308, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 016.528/96-4, resolve aposentar, voluntariamente,

AUGUSTO AURELIANO, Analista Legislativo, Área 2 – Especialidade Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do art. 40, Inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com os arts. 186, Inciso III, alínea c, e 67 da Lei nº 8.112, de 1990; bem assim com as vantagens pre-
vistas nos arts. 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993, e no art. 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, com a transformação determinada pela Medi-
da Provisória nº 1.480-23/96, publicada em 25-10-
96, com proventos proporcionais ao tempo de servi-
ço, observado o disposto no art. 37, inciso XI, da
Constituição Federal.

Senado Federal, 21 de novembro de 1996. –
Agaciel da Silva Maia, Diretor-Geral.

MESA
 Presidente
 José Samey – PMDB – AP
 1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL
 2º Vice-Presidente
 Júlio Campos – PFL – MT
 1º Secretário
 Odacir Soares – PFL – RO
 2º Secretário
 Renan Calheiros – PMDB – AL
 3º Secretário
 Levy Dias – PPB – MS
 4º Secretário
 Ermalino Amorim – PMDB – RO
 Suplentes de Secretário
 Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
 Eduardo Suplicy – PT – SP
 Ney Suassuna – PMDB – PB
 Ermilia Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
 Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
 2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
 3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior – PMDB – AC
 Waldeck Omellas – PFL – BA

Ermilia Fernandes – PTB – RS
 José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
 Lauro Campos – PT – DF
LIDERANÇA DO GOVERNO
 Líder
 Eclio Alvares – PFL – ES
 Vice-Líderes
 José Roberto Arruda – PSDB – DF
 Vilson Kleinübing – PFL – SC
 Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB
 Líder
 Jader Barbalho
 Vice-Líderes
 Nabor Júnior
 Gerson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvam Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL
 Líder
 Hugo Napoleão
 Vice-Líderes
 Edison Lobão
 Francelino Pereira
 Joel de Holanda
 Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB
 Líder
 Sérgio Machado
 Vice-Líderes

Geraldo Melo
 José Ignácio Ferreira
 Lúdio Coelho
LIDERANÇA DO PPB
 Líder
 Epitácio Cafeteira

LIDERANÇA DO PT
 Líder
 José Eduardo Dutra
 Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB
 Líder
 Valmir Campelo

LIDERANÇA DO PDT
 Líder
 Júnia Marise
 Vice-Líder
 Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB
 Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS
 Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL
 Líder
 Romeu Tuma

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: **ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)**
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: **EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)**
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: **ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)**
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-SILVA JÚNIOR	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6- HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/42
RAMEZ TEbet	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	

PFL

FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ÁLVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97

PSDB

BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393

PPB

EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56

PT

LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2-VAGO	

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
----------------	--------------	--------------------------	------------

PDT

JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
--------------	------------	-------------------	------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
----------------	------------	------------------------	------------

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS. SÁLA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
 PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97
GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
MAURO MIRANDA	GO-2091/97
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
VAGO	
PFL	
ROMERO JUÇÁ	RR-2111/17
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/57
FRANCISCO ESCÓRCIO	MA-3069/72
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
VAGO	
PSDB	
BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
CARLOS WILSON	PE-2451/57
OSMAR DIAS	PR-2121/22
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/87
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
IRIS REZENDE	GO-2031/37
SILVA JÚNIOR	PB-2421/27
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
RAMEZ TEbet	MS-2221/27
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62
NEY SUASSUNA	PB-4345/46
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
EDISON LOBÃO	MA-2311/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
PSDB	
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
JEFFERSON PERES	AM-2061/67
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
PTB	
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04
PPS / PSL	
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
1- VAGO	

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA Indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311-4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
JOSE FOGAÇA	RS-3077/78
IRIS REZENDE	GO-2031/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-2441/42
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
VAGO	
PFL	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77
PSDB	
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32
CARLOS WILSON	PE-2451/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB	
SANDRA GUIDI	SC-4206/07
LÚCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT	
MARINA SILVA	AC-2181/82
LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT	
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30
PSB	
VAGO	1-VAGO

•1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
- 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		

PFL

JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/69	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		

PSDB

CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		

PPB

SANDRA GUIDI	SC-4206/07	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72
--------------	------------	----------------------	------------

PT

EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURÓ CAMPOS	DF-2341/42
-----------------	------------	----------------	------------

PTB

JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
------------------------	------------	------------------	------------

PDT

DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
---------------	------------	--	--

PSB / PPS

ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		
----------------------	------------	--	--

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS

SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU

TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA N° 06 ALA SENADOR NILO COELHO

TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254

FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPIÑO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	

PFL

FREITAS NETO	PI-2131/2132	1-CARLOS PATROCÍNIO	TO-4068/4069
JOSÉ AGRIPIÑO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
VAGO		4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127

PPB

LUCÍDIO PORTELLA	PI-3056/3057	1-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/2077
------------------	--------------	----------------------	--------------

PDT

SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
-----------------	--------------	-----------------	--------------

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
------------------	--------------	--------------------------	------------

PT

JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
--------------------	--------------	----------------	--------------

PSB

ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
----------------	--------------	--------	--

PPS / PSL

ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057
----------------	--------------	--------------	--------------

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)

FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FLAVIANO MELO	AC-3493/94
HENRIQUE LOYOLA	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/31
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57
PFL	
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
PSDB	
GERALDO MELO	RN-2371/77
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
LÚDIO COELHO	MS-2381/87
PPB	
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT	
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB	
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34
PDT	
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47
PSB / PPS	
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PSB / PPS	
1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMÉU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

DSS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a
seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PMDB
José Fogaca	Marluce Pinto ¹
Cassildo Maldaner	Roberto Requião
	PFL
Vilson Kleinübing	Joel de Holanda
Romero Jucá	Júlio Campos
	PSDB
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
	PPB
Espedito Amin	
Emilia Fernandes	PTB

¹ Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95

² Filiado ao PSDB em 22-6-95

³ Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

⁴ Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1^o-2-96

PP
Osmar Dias²
PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
	PMDB
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
	PSDB
Franco Montoro	Yeda Crusius
Fetter Júnior ^{3 4}	João Pizzolatti
	PP
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
Miguel Rossetto	Luiz Malnardi
	PT

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte.....	R\$ 31,00
Porte do Correio	<u>R\$ 96,60</u>
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS



EDIÇÃO DE HOJE: 144 PÁGINAS